



**EULÁLIA ENGRÁCIA
PEIXOTO PEREIRA**

**COMUNICAÇÃO AMBIENTAL – AS ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS NOS JORNAIS**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Educação em Ciência, realizada sob a orientação científica da Doutora Anabela Carvalho, Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho.

Apoio financeiro da FCT no âmbito do
projecto de investigação
POCI/COM/56973/2004 “A política das
Alterações Climáticas – Discursos e
Representações”.

Dedico este trabalho ao Simão Vilaverde, à Carla Quintas, à minha mãe e à minha irmã, pelas horas de dedicação e paciência.

o júri

presidente

Prof. Doutor Carlos Alberto Diogo Soares Borrego
professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Victor Manuel Simões Gil
professor Catedrático Convidado Aposentado da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Anabela Simões Carvalho
professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho

Prof. Doutora Fernanda Paula Martins e Castro
professora Associada do Departamento de Psicologia Social e das Organizações do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

agradecimentos

O meu mais que sincero obrigada à orientadora deste trabalho, Professora Doutora Anabela Carvalho, pela enorme tolerância e dedicação. Agradeço ainda à Professora Doutora Sara Pereira, pela compreensão e abertura

palavras-chave

Discursos, alterações climáticas, actores sociais, jornalistas, jornais.

resumo

A presente dissertação é um contributo para o estudo da comunicação das alterações climáticas, tomando como ponto de partida os artigos publicados nos jornais Público e Correio da Manhã no primeiro trimestre de 2007, aquando da publicação do Sumário Executivo do quarto relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas. A partir da análise de textos jornalísticos e da realização de entrevistas semi-directivas a actores sociais e jornalistas envolvidos na produção de textos acerca das alterações climáticas, pretende-se aqui avançar na compreensão do processo de produção do discurso mediatizado e das percepções mútuas de actores sociais e jornalistas.

abstract

This master thesis offers a contribution to the study of communication on climate change, based on news articles published in the newspapers Público and Correio da Manhã from January to March 2007. This time frame corresponds to the publication of the Summary for Policymakers of the 4th Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Through the analysis of journalistic texts and semi-structured interviews with social actors and journalists involved in the production of media texts on climate change the thesis aims to further the understanding of the process of production of mediated discourse and of mutual perceptions of social actors and journalists.

Índice

Capítulo I. Introdução.....	1
Capítulo II. Quadros teóricos	9
1. O AMBIENTE E O ESPAÇO PÚBLICO.....	9
1.1 <i>Comunicação ambiental mediatizada</i>	9
1.2 <i>Existe jornalismo ambiental?</i>	11
2. AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E AS NOTÍCIAS.....	17
2.1 <i>Noticiar as alterações climáticas - critérios e constrangimentos</i>	18
2.2 <i>Os media e as fontes de informação</i>	23
Capítulo III. Questões metodológicas	28
1. ANÁLISE DOS ARTIGOS.....	30
2. ESTUDO COM ACTORES SOCIAIS E JORNALISTAS.....	34
Capítulo IV. Discurso mediático sobre alterações climáticas	37
1. DADOS QUANTITATIVOS SOBRE TEXTOS JORNALÍSTICOS.....	38
2. REPRESENTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NO <i>PÚBLICO</i> E NO <i>CORREIO DA MANHÃ</i>	42
Capítulo V. A perspectiva das fontes de informação	71
1. PERCEPÇÃO SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E SUA <i>MEDIATIZAÇÃO</i>	71
2. SER FONTE DE INFORMAÇÃO SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.....	82
3. O JORNALISMO E OS JORNALISTAS VISTOS PELOS ACTORES SOCIAIS.....	88
Capítulo VI. A perspectiva dos jornalistas	98
1. O JORNALISMO FACE AOS DESAFIOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.....	98
2. SELECIONAR: QUE TEMAS E QUE FONTES DE INFORMAÇÃO?.....	102
2.1 <i>A recolha da informação</i>	105
2.2 <i>As fontes de informação</i>	106
Capítulo VII. Conclusões	112
Bibliografia	119
Anexos	125

Lista de figuras

GRÁFICO 1: NÚMERO DE ARTIGOS SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS PUBLICADOS POR JORNAL

(JANEIRO-MARÇO 2007)..... 38

GRÁFICO 2: ARTIGOS DO *CORREIO DA MANHÃ* SELECIONADOS PARA ANÁLISE
.....40

GRÁFICO 3: ARTIGOS DO *PÚBLICO* SELECIONADOS PARA ANÁLISE.....40

TABELA 1: ARTIGOS RECOLHIDOS E SELECIONADOS PARA ANÁLISE (JANEIRO-MARÇO 2007)39

TABELA 2: PRESENÇA DOS ACTORES SOCIAIS NOS TEXTOS DO *PÚBLICO* E DO *CORREIO DA MANHÃ*41

I. Introdução

A problemática das alterações climáticas é, porventura, uma das mais desafiantes do tempo presente. Sendo um assunto declaradamente de raiz ambiental, não se pode deixar de alertar para a abrangência e complexidade que envolve. Pensando em todo o espectro que vai desde as causas às consequências dos fenómenos associados às mudanças climáticas globais, é todo um leque de assuntos, áreas de estudo e campos de conhecimento que se abre - desde a ciência, investigando as causas e fórmulas para melhor responder aos impactos das alterações climáticas e as estratégias de mitigação dos mesmos; do ambiente, à política, passando pela economia – indústria, agricultura, sector energético –, não esquecendo as ciências sociais.

É no quadro desta rede intrincada de factores inter- e correlacionados que se produz a investigação acerca dos fenómenos diversos que nos últimos anos vêm sendo associados às alterações climáticas. A investigação produzida na área permitiu que se atingisse o consenso científico relativamente a diversos aspectos do conhecimento sobre as alterações climáticas antropogénicas. Nas últimas duas décadas a questão foi-se estendendo a todas as arenas da sociedade, sobretudo a partir do momento em que ganhou existência política.

O trabalho que aqui se apresenta pretende analisar algumas dimensões da comunicação das alterações climáticas em Portugal, a partir do tratamento noticioso efectuado por dois jornais, direccionados para dois segmentos de público distintos: o *Público* e o *Correio da Manhã*. Pretende-se que esta dissertação, abrindo a problematização em diversos sentidos, possa contribuir para o mapeamento das notícias que se escrevem sobre as mudanças do clima, os actores sociais que nelas surgem, o conhecimento das suas percepções sobre a mediatização da questão e das percepções dos jornalistas, sem perder de vista a análise das diferenças que possam ocorrer na composição das notícias por força da natureza dos órgãos de comunicação seleccionados para objecto de estudo. Faremos de seguida uma breve apresentação do contexto histórico e institucional da problemática das alterações climáticas.

A legitimação do saber produzido sobre esta problemática é institucionalizada através da existência de um organismo internacional nascido em 1988 ao abrigo do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) e da Organização Mundial de Meteorologia (OMM) – o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC), cujos relatórios são um instrumento importante de mediação entre o conhecimento científico e a política. O relatório mais recente ganhou visibilidade no início de 2007 e o reconhecimento da sua importância levou a que o organismo fosse laureado com o Prémio Nobel da Paz, repartido com o ex-político convertido em activista da causa climática, o norte-americano Al Gore.

Os relatórios do IPCC constituem sínteses do conhecimento científico relacionado com as alterações climáticas que são actualizadas com intervalos de cerca de cinco anos. A investigação produzida nesta área é sujeita a revisão e avaliação apuradas e compilada nos referidos relatórios. O IPCC divide-se em três Grupos de Trabalho. O Grupo de Trabalho I centra-se sobre os aspectos

científicos das mudanças do clima, o Grupo II debruça-se sobre os aspectos sócio-económicos, com ênfase nos impactos e vulnerabilidades, e, por fim, o Grupo III estuda as formas de combate às emissões de gases com efeito de estufa, dando origem a orientações sobre medidas que podem inverter as modificações no sistema climático da Terra, assim como formula as medidas de adaptação às mudanças que ocorrem já e que serão agravadas no futuro.

Além de serem um importante elemento agregador e gerador de consenso em torno do conhecimento científico mudanças do clima, os relatórios do IPCC são também o referencial para a acção política internacional.

Desde 1987, sobretudo, deu-se início a um processo de aproximação internacional à problemática do clima global. Na Áustria e em Itália decorreram encontros internacionais nos quais foram lançadas as pedras de toque para a visibilidade do aquecimento global, o embrião das preocupações políticas em torno do problema. Pouco depois, a questão conseguiu ganhar suficiente relevância para ser discutida na Assembleia-Geral das Nações Unidas. Na sequência destes primeiros esforços surgiu o IPCC. A voz de comando para a acção foi dada pelo primeiro relatório do IPCC, publicado em 1990, no qual centenas de cientistas lançavam o apelo à tomada de posições e medidas para travar o aquecimento da Terra.

O documento de referência mundial para lidar com todas as problemáticas das mudanças globais do clima foi lançado no enquadramento da Cimeira da Terra, em 1992, que decorreu no Rio de Janeiro, também conhecida como Cimeira do Rio ou Rio'92: a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (*United Nations Framework Convention on Climate Change* – UNFCCC), dando origem a reuniões anuais chamadas Conferências das Partes (COP) nas quais se sentam à mesa os envolvidos na Convenção Quadro.

Na cronologia das Relações Internacionais sobre alterações climáticas, o marco histórico ocorreu com a célebre 3ª Conferência das Partes de Quioto (COP3) que decorreu na cidade japonesa que lhe dá nome, em 1997. Os líderes mundiais representados na reunião acordaram as grandes linhas acerca das emissões de gases com efeito de estufa. Ficou estabelecido como o Protocolo de Quioto da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. Seguiu-se um logo período de negociações que entrou em vigor em Fevereiro de 2005 (oito anos depois do lançamento), mas sem contar com a adesão do país responsável por cerca de um quarto das emissões atmosféricas do mundo – os Estados Unidos da América.

Uma das Conferências das Partes mais importantes foi a COP6, que decorreu em Haia, 2000. Na viragem do século, os objectivos eram ambiciosos, mas as negociações acabaram por fracassar. A reunião prosseguiu no ano seguinte, em Bona, em Julho de 2001. A maratona de negociações de 48 horas consecutivas levou a um acordo entre os participantes que ficou conhecido como os Acordos de Bona. O texto final foi elaborado a partir dos quatro grupos de trabalho que discutiram: Finanças; Mecanismos; Adequação e Uso do Solo; Mudança de Uso do Solo e Floresta. As Organizações Não-Governamentais presentes promoveram o debate com vista ao diálogo Norte-Sul sobre as alterações climáticas.

Algumas questões deixadas pendentes transitaram para a COP7, que decorreu em Marraquexe, em Outubro de 2001. A conferência funcionou como preparação para a Cimeira da Terra, marcada para Joanesburgo, no ano seguinte. Na COP8, que teve lugar em 2002, em Nova Dehli, estabeleceu-se ligação entre os conceitos de desenvolvimento sustentável e de alterações climáticas e a declaração final da reunião apelou à efectiva redução das emissões de dióxido de carbono e à diminuição da vulnerabilidade às alterações climáticas.

Em 2004, em Buenos Aires, na COP10, foi discutido o futuro do protocolo de Quioto. Foi a última conferência antes da entrada em vigor do protocolo de Quioto e os 167 governos representados tiveram ocasião de tomar decisões e adoptaram diversas conclusões em relação a assuntos como o uso dos solos e a mudança de uso dos solos e florestas; mecanismo financeiro da UNFCCC; capacidade de acção; efeitos adversos e adaptação e um artigo da UNFCCC sobre educação, formação e opinião pública (IPCC: 2008).

A COP11 decorreu no final de 2005, em Montreal (Canadá) e a COP12 no final de 2006, em Nairobi (Quénia). Em negociação esteve a continuidade dos acordos internacionais para além do limite do protocolo de Quioto e nesta conferência as partes decidiram que haveria continuidade das medidas que fizeram parte do documento, com as devidas adaptações.

A reunião que se seguiu decorreu na Ásia, mais precisamente na cidade de Bali, Indonésia, ao longo de duas semanas (3 a 14 de Dezembro de 2007). A COP13 fez-se na continuidade da predecessora, com vista a encetar um compromisso internacional relativo às medidas a vigorar após caducar o Protocolo de Quioto, em 2012. O Plano de Acção elaborado na COP13 previa o decurso de um período negocial a decorrer até ao final de 2009, cujo objectivo seria o de decidir estratégias para sustentar as mudanças do clima após 2012.

Na mesma linha de conversações internacionais, a COP14 decorreu um ano depois, na Polónia. Desta reunião saiu um compromisso das partes em levar à conferência de Copenhaga 2009 um texto para discussão e acordo. As conclusões mais relevantes que saíram da COP14 dizem respeito à abertura ao acesso dos países em desenvolvimento ao Fundo de Adaptação do Protocolo de Quioto.

A próxima convenção, a COP15, está marcada para os dias 7 a 18 de Dezembro de 2009, em Copenhaga. A COP15 é considerada crucial para decidir que futuro terá a luta contra as mudanças do clima assim que expire o Protocolo de Quioto, em 2012. Os trabalhos de preparação para a convenção de Copenhaga decorrem ao longo do ano de 2009. Um destes momentos, destinado a lançar bases de trabalho para a Conferência, teve lugar na ilha italiana da Sicília, de 22 a 24 de Abril. Durante três dias estiveram reunidos os líderes das pastas do Ambiente dos oito países mais industrializados do mundo (Grã-Bretanha, Itália, França, Alemanha, EUA, Canadá, Japão e Rússia) dos países em desenvolvimento (China, Índia, Brasil), representantes da União Europeia e das Nações Unidas, mais a Dinamarca na qualidade de país anfitrião da COP15. As conversações deixaram ainda à vista as clivagens entre os países.

A breve apresentação cronológica dos encontros internacionais ao mais alto nível indica que a problemática das alterações climáticas foi ganhando relevância política tal que quase duas

centenas de Estados participam nas reuniões e sentem-se compelidos a assumir internacionalmente responsabilidades por um risco que é global, assumindo que, sem a atitude concertada de todos, não poderão existir progressos.

O reconhecimento do fenómeno, só por si, exige um posicionamento político (e ético) voltado para o combate às causas e para a minimização dos riscos potenciados pelas alterações climáticas. O quarto relatório do IPCC assim o determina. O conhecimento científico acerca da existência e gravidade das alterações climáticas tornou-se mais consensual. Por seu turno, a acção induzida pela tomada de decisão ao nível político terá as suas implicações sobre a vertente económica e sobre a vida quotidiana dos cidadãos.

As macro-decisões, as medidas conjecturadas e efectivadas pelos decisores políticos, têm repercussões nos modos de vida das populações numa escala alargada, ao impor-se através da hierarquia vertical da sociedade. Mas as alterações climáticas também implicam o indivíduo enquanto unidade mínima de construção da sociedade, as escolhas individuais e nas resoluções constantes que necessita tomar. De maior relevo, nesta questão, são as opções tomadas de acordo com estilos de vida, as escolhas de grande e de pequeno consumo da vida quotidiana. A densidade da problemática aumenta quando se assume que as consequências das alterações climáticas não se compadecem com fronteiras nacionais e apelam à acção concertada em termos internacionais.

Apesar do consenso científico relativamente às alterações climáticas, não pode ser negligenciado o potencial de conflito que pode irromper no tecido social quando se trata de dar resposta a uma problemática de tal forma abrangente. As pressões são variadas e exercem-se de forma mais ou menos efectiva. Exemplo acabado é o abandono dos Estados Unidos do protocolo de Quioto, durante o consulado de George W. Bush, em 2001, sob a justificação taxativa da salvaguarda dos interesses económicos do país. O mesmo aconteceu com a Austrália. Entretanto, os EUA foram dando mostras de alguma abertura às negociações e ao combate às alterações climáticas ainda durante a Administração Bush, como foi o caso das posições adoptadas na COP13, em Bali. Recorde-se que os EUA eram, à data de abandono do Protocolo de Quioto, o maior emissor de gases com efeito de estufa. A situação alterou-se entretanto e ocupam agora o segundo lugar na tabela dos maiores poluidores da atmosfera, não porque as suas emissões tenham sofrido grandes alterações, mas porque a China, enquanto economia emergente, aumentou os seus níveis de emissão de gases com efeito de estufa.

Quando se torna necessário converter as conclusões dos estudos científicos em acção política e, mais ainda, quando há que aplicar as medidas adoptadas politicamente, as vozes dissonantes acabam por irromper. Seja da indústria, da agricultura, do sector energético ou mesmo das atitudes displicentes dos cidadãos, as disrupções podem desencadear-se junto de um grupo de actores sociais. Aumenta a atractividade mediática da problemática das alterações climáticas, seja pela noticiabilidade do valor notícia “conflito”, seja pela procura do equilíbrio nas notícias, que acaba por difundir antagonismos que se posicionam no tecido social, no quadro do permanente conflito de interesses. A introdução de metas de emissões de CO₂ e a introdução de um mercado

de comércio de emissões de nível europeu (CELE) geram algumas reservas por parte dos titulares das indústrias que são obrigadas a integrar um mecanismo de controlo dessas mesmas emissões atmosféricas.

O reconhecimento generalizado do fenómeno, só por si, exige um posicionamento político voltado para o combate às causas e para a minimização dos riscos potenciados pelas alterações climáticas. A responsabilidade política não pode ser denegada, uma vez atingido o patamar do consenso científico em relação a um problema global e cujas consequências atingem todas as zonas do globo: as que contribuem mais e as que contribuem menos para o rol das causas das alterações climáticas sendo que nas últimas os impactos serão, em muitos casos, piores devido às respectivas latitudes. As consequências das mudanças induzidas na composição química da atmosfera não se compadecem com fronteiras nacionais e apelam à acção concertada em termos internacionais. Entroncam aqui problemas de natureza ética relativos à responsabilidade dos maiores poluidores e às crónicas diferenças entre ricos e pobres, com todas as desigualdades que decorrem do facto de contribuírem menos para o fenómeno e de estarem potencialmente mais desprotegidos face às manifestações das alterações do clima global.

A presença da multidimensionalidade das mudanças climáticas no espaço público ganha relevância, porquanto se trata de uma problemática que não é estanque e extravasa todas as fronteiras: da Ciência, do Ambiente, da Política, da Economia, das Relações Internacionais, da Saúde, do Risco, da Justiça Social, da Ética, no limite, de todas as dimensões da sociedade e dos compromissos que o ser humano, enquanto ser dotado de racionalidade deverá assumir.

O processo de constituição e sedimentação de questões em torno das alterações climáticas fez-se de forma processual, ao longo das últimas três décadas. Numa matéria na qual se intersectam duas arenas, a Ciência e a Política, a concordância generalizada do meio científico em relação a um dado específico de uma problemática pode constituir-se como pedra de toque para a afinação das políticas ambientais convocadas pelo pressuposto consensualizado. Ora, em matérias como a do risco ambiental, o conhecimento científico é uma das prerrogativas das tomadas de decisão ao nível político, sobretudo. A incerteza científica em relação às reais consequências das mudanças do clima é uma das características que perpassam a questão das alterações climáticas, ponto de partida para todas as discussões, debates e refutações relativamente a esta temática.

Os peritos produzem, desde os primórdios da modelação climática, relatórios destinados às autoridades em termos de alterações climáticas atribuídas a causas antropogénicas. Portanto, desde os anos 1970 que as tomadas de decisão nesta área são assessoradas por relatórios que compilam o conhecimento existente num registo passível de ser compreendido por não especialistas. Os primeiros dois documentos a abordar esta matéria foram produzidos em 1979 e 1983, nos Estados Unidos, assentes no conceitos de sensibilidade climática. Ambos tiveram ressonância internacional e acabaram por ser incluídos em documentos e políticas de vários países e instituições internacionais, como é o caso do IPCC (van der Sluijs, J. *et al*, 1998).

O IPCC tomou o papel de mediador entre as conclusões do trabalho científico e o campo da tomada de decisões, disponibilizando informação acerca dos riscos e das consequências das

influências antropogénicas sobre o sistema climático. Tornou-se um meio internacional complexo de assegurar um consenso.

Em vinte anos de relatórios, o conhecimento acerca do sistema climático e o aperfeiçoamento dos modelos matemáticos sobre o clima foi uma constante e os relatórios tiveram sucessivamente que integrar dados novos, mas o consenso inicial parece ter-se mantido e até ter-se reforçado. A história e a prevalência dos consensos científicos tornam o caso das alterações climáticas globais interessante para a compreensão dos processos através dos quais são alcançados os consensos. Apesar de alguma da investigação científica que se faz desde sempre tender a reforçar as fronteiras entre os campos da ciência e da política, há cientistas de áreas politicamente relevantes que reclamam que os consensos científicos são uma peça fundamental para a legitimação das medidas e decisões políticas, se não mesmo uma prerrogativa fundamental. Mas as relações entre os dois grupos não são tão lineares quanto esta constatação. Esta é uma relação desigual. O consenso científico pode ser usado como argumento de legitimação de uma tomada de decisão por motivos que em nada se relacionam com a vertente científica do problema em causa, assim como pode ser ignorado no caso de contrariar uma decisão.

Uma procura do consenso científico por parte da política deveria ser o resultado da crescente implicação dos dois campos. De facto, à medida que os relatórios do IPCC foram surgindo e conforme o clima das negociações foi progredindo, também foi crescendo a procura dos políticos por certeza, consistência e robustez do conhecimento científico, aumentando a pressão sobre os cientistas.

De acordo com a visão clássica da ciência pela política, mais conhecimento significa maior certeza, levando a uma maior coesão de políticas. Por outro lado, os estudos sobre a controvérsia nas pesquisas científicas indicam que mais conhecimento científico leva a uma maior incerteza. Estudos mais recentes vão no sentido de que as novos dados introduzem maior flexibilidade, embora as ligações interpretativas negociadas sejam muitas vezes incorporadas como se tivessem surgido naturalmente. Na ligação ciência-política o conhecimento científico pode ser visto como mútua, inseparável e sincronicamente constituído com as respostas e processos políticos e mesmo com as identidades dos decisores. Assim, o significado de termos como 'sensibilidade climática' pode parecer natural e a negociação da sua magnitude pode parecer o único assunto que está em causa, mas na prática decorre a negociação dos significados básicos físicos, sociais e políticos, incluindo a identidade dos actores, através deste processo objectivo.

Trabalhar sobre o consenso facilita a tomada de decisão, mas a forma como esse consenso é alcançado pode produzir efeitos sobre os processos de tomada de decisão: dados novos e mais conhecimento são um desafio permanente à estabilidade do consenso e à flexibilidade das tomadas de decisão. Actualmente, o consenso científico sobre a existência de alterações climáticas não tem merecido consistente oposição. As margens para a dúvida surgem sobretudo em relação à magnitude que as alterações climáticas podem atingir no futuro, na sequência da ocorrência dos cenários climáticos modelizados pelos estudos científicos. Ciência e Política continuam a intersectar-se na medida em que o consenso científico convoca o poder político para

a tomada de decisões.

Neste trabalho, pretende-se compreender quais são as vozes projectadas no espaço público através da imprensa. Quais são os actores sociais mais presentes nas notícias relacionadas com as mudanças antropogénicas do clima? Como olham para os jornalistas e como se vêem retratados através das notícias nas quais são citados? De que forma encaram os jornalistas as suas fontes de informação no campo das alterações climáticas? Que desafios lhes coloca um tema de complexidade reconhecida e cuja transversalidade exige um leque aberto de conhecimentos? O presente trabalho pretende, portanto, contribuir para a compreensão do processo de produção do discurso mediatizado sobre alterações climáticas, em particular no que diz respeito à selecção de fontes, bem como contribuir para a análise de percepções mútuas de actores sociais e jornalistas.

O estudo compreende a análise das notícias publicadas nos jornais *Público* e *Correio da Manhã* no primeiro trimestre de 2007. A escolha deste período temporal prende-se com a publicação do sumário executivo do 4º relatório do IPCC intitulado *Summary for Policymakers*, uma importante parte do documento integral que se destina a ligar as conclusões da Ciência à acção política. Recorre também à análise de entrevistas realizadas aos actores sociais que surgem nas notícias na qualidade de fontes de informação sobre alterações climáticas. A recolha de notícias foi efectuada a partir das edições *online* dos jornais, com recurso às palavras-chave: 'alterações climáticas'; 'aquecimento global', 'protocolo de Quioto', 'efeito de estufa'.

A dissertação recorre também à análise de entrevistas realizadas aos actores sociais que surgem nas notícias na qualidade de fontes de informação sobre alterações climáticas, aos quais se juntou um conjunto de outros que estavam ausentes nessas mesmas notícias. A escolha dos jornalistas foi feita através da contabilização dos que mais notícias assinaram.

No capítulo II será traçado um enquadramento teórico das alterações climáticas no espaço público mediatizado em dois pontos distintos: o primeiro debruça-se sobre a discussão acerca do lugar dos assuntos ambientais no espaço público; o segundo aperta o enfoque e discute as teorias em torno das formas de noticiar as alterações climáticas, desde os critérios e os constrangimentos que presidem à elaboração das notícias, até às relações entre media e fontes de informação.

O terceiro capítulo reflecte sobre as questões metodológicas do presente estudo. São explicitadas as bases metodológicas que presidiram à elaboração desta dissertação. No primeiro ponto, é abordada a forma como foi efectuada a análise dos textos recolhidos nos jornais *Público* e *Correio da Manhã*, desde os critérios de recolha, passando pelos critérios de escolha dos textos a analisar, até à via teórica na qual se baseou a análise propriamente dita. No segundo ponto deste capítulo são adiantadas as linhas metodológicas utilizadas para estudar as percepções dos actores sociais e os jornalistas. São explicadas as vias pelas quais foi efectuada a selecção dos actores sociais e dos jornalistas aos quais foram aplicadas entrevistas semi-directivas e, depois, de que maneira foi efectuado o estudo dessas entrevistas.

Segue-se o capítulo quarto, dedicado à análise propriamente dita do material jornalístico seleccionado, pretendendo com ele lançar algumas pistas acerca da forma como *Público* e *Correio*

da Manhã abordam as questões ligadas às alterações climáticas.

No capítulo cinco efectua-se a análise das entrevistas realizadas a actores sociais. Os pontos de vista destes membros da sociedade que são fontes de informação sobre as mudanças globais do clima são estudados de forma a ser possível traçar um quadro sobre a forma como se posicionam face à abordagem da problemática das alterações climáticas nos jornais, como olham a abordagem dos jornais, como se posicionam face aos jornais, como avaliam o trabalho dos jornalistas que abordam a problemática, entre outros pontos de discussão.

O capítulo seis é semelhante ao anterior, mas a matéria em análise são as entrevistas realizadas aos jornalistas que habitualmente elaboram notícias sobre alterações climáticas. Algumas das perspectivas analisadas passam pelos desafios específicos de tratar informação sobre as alterações climáticas, as relações com as fontes de informação, os critérios de selecção da informação e das fontes, os constrangimentos da construção dos textos jornalísticos.

Por último, o capítulo sete consiste nas conclusões retiradas de todo o estudo que envolveu textos jornalísticos, actores sociais e jornalistas. Além de notas conclusivas, também são lançadas pistas de possíveis desenvolvimentos futuros para questões levantadas pela presente dissertação.

II. Quadros teóricos

1. O ambiente e o espaço público

A presença das alterações climáticas no espaço público, através de uma das formas privilegiadas de circulação da informação e da potenciação do debate na sociedade complexa – os meios de comunicação de massa – pode ser um dos caminhos para a compreensão das atitudes e comportamentos dos cidadãos diante desta problemática e também da acção/inacção política. Convém, portanto, perceber de que forma irrompe o assunto das alterações climáticas ao espaço público mediatizado.

Os meios de comunicação de massa desempenham um papel de grande importância para os cidadãos no que respeita a matéria científica e de tecnologia e a percepção que possuem enraíza-se nas representações que os media difundem acerca do conhecimento científico (Carvalho, 2007). Os órgãos de comunicação não são neutros na difusão da informação e reconhece-se que existe um processo de transformação da mensagem desde a informação primordial até ao produto final servido ao público. Concorrem diversas situações a este nível e não é negligenciável o facto de o produto final ser o reflexo de um conjunto de escolhas.

As opções são feitas com base nas condicionantes mais diversas que caracterizam o exercício da profissão de jornalista. São estas limitações derivadas quer da *praxis* inerente ao jornalismo, quer à natureza da profissão, quer ainda ao enquadramento empresarial do órgão de comunicação em causa. O que no final vai receber a designação de notícia sofreu um processamento dos dados iniciais que se reflecte na forma como eles são apresentados, sob a forma de uma narrativa, com personagens e enredo urdidos.

A '*mise en scène*' de toda a notícia dá a ver um mundo fraccionado em partes antagónicas. A ausência de um consenso pronto e alargado em torno das medidas políticas internacionais a levar a efeito para o combate à influência antropogénica nefasta sobre o clima são sintoma da dificuldade de gerar consenso político sobre um consenso científico escassamente contestado.

Os meios de comunicação de massa desempenham um papel importante ao nível da circulação da informação acerca do assunto e são determinantes para a formação da opinião pública em relação às temáticas que se prendem com as alterações climáticas, sobre as medidas de teor político avançadas acerca do problema e podem influenciar as opções a tomar. Os meios de comunicação de massa são palcos privilegiados para difusão social dos significados atribuídos a esta temática e estes estão impregnados das bases ideológicas do próprio órgão de comunicação que os produz e divulga (Carvalho, 2007). É neste ponto que convergem a complexidade do assunto alterações climáticas e a complexidade da sociedade mediatizada.

1.1 Comunicação ambiental mediatizada

Pode aqui ser evocada a evolução de meio século de um outro modelo de comunicação em tudo semelhante ao acima descrito, mas aplicado à comunicação científica de massa (desde meados

do século XX): o modelo desenvolvido por Westley e MacLean (cit. por Logan, 2001) envolvia fonte, mensagem, canal e receptor. Ao longo de 50 anos o modelo foi sofrendo alterações sucessivas e passou a integrar tópicos como a influência do clima cultural, ideologias política e cultural dominantes, psicologia social, modelos cognitivos comportamentais e condições de vida (Logan, 2001). O enquadramento clássico da comunicação científica ocupou-se profundamente do impacto que essa comunicação teria ao nível da recepção. Porém, não deixou de gerar interesse em diversas outras vertentes envolvidas no fluxo das notícias, partindo dos cientistas, através dos jornalistas, até aos cidadãos (Logan, 2001).

McQuail (cit. por Logan, 2001) concluiu que os investigadores passaram do patamar da avaliação da credibilidade da fonte para o da complexidade das relações que se estabelecem entre jornalistas, fontes noticiosas e outros elementos que intervêm na elaboração das notícias. A complexificação do modelo foi sendo acentuada.

A comunicação ambiental não raras vezes vem associada à comunicação científica. Tal é o caso das alterações climáticas. Somos, pois, levados a admitir, como Cox (2006), que a comunicação ambiental é uma forma de acção simbólica. Nesta perspectiva, exercida ao nível da esfera pública, ganha um papel activo na modelação das percepções dos indivíduos, como resultado da leitura do mundo através de um conjunto de símbolos, sejam palavras, sons, imagens ou narrativas.

Importa desvelar qual será o papel dos meios de comunicação de massa sobre as percepções dos indivíduos em relação aos temas ambientais.

Admite-se que a acção simbólica medeia as percepções de natureza. É através dela que os indivíduos são providos de um quadro segundo o qual compreendem o mundo. Este filtro vai permitir que a realidade complexa seja colocada sob uma perspectiva fragmentada e racionalizável.

É na discussão suscitada no espaço público que este quadro evolui. Mas convém compreender que não se trata de um espaço público fisicamente delimitado, nem mesmo consiste numa arena delineada pelo poder político.

O espaço público acontece quando os indivíduos argumentam, conversam, comunicam pontos de vista, reclamam através de meios de comunicação locais sobre assuntos que constituem preocupações comuns. Portanto, esta esfera pública é um lugar discursivo (Cox, 2006) e não deve ser um espaço de debate restrito às elites. O espaço público democrático compreende uma polifonia de vozes que dizem da saúde de uma democracia participativa e robusta. Não é uniforme, pode antes compreender campos alternativos de comunicação promovidos por determinados grupos que comunicam no seu seio. Os ambientalistas, por exemplo, promovem estratégias de legitimação dos pontos de vista que defendem junto dos restantes elementos do espaço público. A difusão dos diferentes pontos de vista que pululam no espaço público torna-se uma luta de poderes pela legitimação, pela ascensão aos meios de comunicação que permitam atingir os mais variados níveis do tecido social, em escala alargada.

No contexto de uma democracia representativa, os media de massa são o principal veículo de representação através do qual os diferentes elementos da esfera pública podem constituir-se

sujeitos e ser contestados. Isto comporta implicações ideológicas que se plasmam nos discursos políticos sobre a cidadania, termo evocado não raras vezes de forma a colocar ênfase na responsabilidade individual, quando de facto se baseiam em conceitos de outra natureza, como os económicos, por exemplo.

A existência do que se chama cidadania nas sociedades contemporâneas não é apenas documentada pelos meios de comunicação de massa. Mais profundamente, essa cidadania apoia-se nesses mesmos media para existir (Wahl-Jorgensen, 2006), como se explicará a seguir.

O púlpito proporcionado pelos meios de comunicação dentro do espaço público acaba por se tornar um local privilegiado para o exercício de movimentos de oposição ao estado de coisas. Os exemplos de movimentos nascidos num meio de comunicação como a Internet que aí se organizam, expandem, ganham relevância social e alguma credibilidade acabam por conquistar um lugar entre as fontes de informação dos meios de comunicação de massa tradicionais. Basta lançar os olhos sobre as notícias diárias e verificar que já não são tão raras as referências a fontes de informação à margem das oficiais que pontificam na Internet e que a partir dela são seleccionadas. Um dos casos mais pertinentes é o que acontece com os blogues, a quem alguns apelidam de verdadeira revolução nos parâmetros da democracia participativa e na definição do lugar do cidadão no espaço público mediatizado.

Existe uma dificuldade metodológica que dificulta o estudo do exercício da cidadania a partir dos textos ou das práticas textuais (Wahl-Jorgensen, 2006). A partir destes elementos pode-se estudar as presenças mas não as ausências do exercício da cidadania, é possível verificar quem está presente, mas não é simples dar conta das ausências da cidadania mediatizada, e menos ainda as razões dessa exclusão. Ainda que o acesso à discussão através dos novos meios de comunicação esteja vedado à partida a um conjunto de pessoas, a exclusão não se baseia apenas nas dificuldades de acesso físico e de habilitação sócio-culturais para tal, mas prende-se ainda mais com as práticas comunicativas que prevalecem em determinados fóruns mediatizados. A natureza mediatizada da cidadania relaciona-se muito com a forma como as tensões entre espaços de compromisso político se articulam. Não se pode dar conta da profundidade do conceito de cidadania sem atender às estruturas de poder que acontecem através e dentro do discurso mediatizado.

Ganha pertinência a discussão acerca dos circuitos que levam a alcançar o estatuto de fonte de informação. Neste ponto, decorrem mudanças induzidas pelo surgimento de novos meios de comunicação, como adiante veremos, aquando da discussão da problemática das fontes.

1.2. Existe jornalismo ambiental?

Jornalistas e editores trabalham em busca de fontes de informação ambiental credíveis e disponíveis em *timings* capazes de se coadunarem às janelas de tempo e de espaço disponíveis nos meios de comunicação de massa tradicionais. A Internet desempenha o papel principal a este nível. Os profissionais do jornalismo podem encontrar um conjunto de entidades que fornecem colectâneas de informação acerca dos mais diversos assuntos.

Ao mesmo tempo, o desencanto com a forma tradicional como os media tratam as matérias ambientais leva à proliferação de formas alternativas de comunicação sobre o ambiente. Os mais diversos grupos criam canais específicos de difusão de informação e conhecimento, como é o caso dos grupos ambientalistas, nos quais conseguem que as suas mensagens sejam privilegiadas. Existe, então, uma pulverização das fontes de notícias de ambiente, que funcionam de forma paralela aos meios de comunicação tradicionais, mas que ao mesmo tempo não ficam totalmente fora deles, por não serem estanques nem de acesso restrito. Acabam até, algumas vezes, por ser eleitos como fontes de informação dos media tradicionais.

Sucedem-se as publicações como revistas temáticas independentes, os filmes, os sítios na Internet para divulgação de informação ambiental. Com públicos específicos, estes órgãos de comunicação desafiam a arquitectura de comunicação dos media tradicionais. O caminho da especialização da informação segue por essa via. Mas, ao mesmo tempo, está-se diante de um tipo de informação que escapa à grande maioria dos cidadãos. Sendo importante pelo dinamismo que imprime ao espaço público, a escassa difusão acaba por não permitir os efeitos de escala mais alargada que alguns desses grupos gostariam de ter para os seus assuntos e pontos de vista.

Na tarefa de tratar de assuntos ambientais, os jornalistas são dos primeiros a sentir a ausência de informação de qualidade e disponível em tempo útil. Nos Estados Unidos, surgiu a *Society of Environmental Journalists* (SEJ) a qual está votada a ajudar a noticiar o ambiente e cujo principal objectivo é fornecer a jornalistas e editores compreensão pública acerca de assuntos ambientais críticos.

A SEJ mantém uma base de dados destinada a jornalistas que pretendem investigar possíveis conflitos de interesse entre cientistas que publicam acerca de assuntos complexos, como o aquecimento global. A base de dados refere as ligações dos cientistas a empresas ou a outras entidades relacionadas com assuntos que podem entrar no domínio do ambiente. Também fornece listas das organizações sem fins lucrativos e de universidades subsidiadas por empresas. Organizações semelhantes existem a nível internacional e com objectivos idênticos: *Asia-Pacific Forum of Environmental Journalists* e *International Federation of Environmental Journalists*.

O advento da Internet cedo proporcionou um recurso utilizado também para a difusão de notícias de ambiente. Friedman (2004) alertou para o facto de muitas das mudanças que ocorrem ao nível da informação ambiental e das fontes jornalísticas poderem ser assacadas à *World Wide Web*. O *Environmental News Service* (ENS) foi das primeiras experiências efectuadas a este nível, em 1990. Consiste num portal de notícias independente que é alimentado por mais de 400 sítios de notícias ambientais. Outras se lhe seguiram e hoje existe já um leque alargado de sítios, mais ou menos especializados a fornecer informação disponibilizada no ciberespaço. No entanto, alguns destes sítios estão apenas acessíveis mediante subscrição, o que dificulta desde logo o fluxo livre da informação. Todavia, todas estas experiências ao nível da comunicação ambiental levam a repensar as funções de *gatekeeping* e os critérios de noticiabilidade (Tuchman, 1978), uma vez que não se sabe ao certo quem controla o acesso às notícias, se é que existe controlo de alguma

espécie. Parece não existirem dúvidas acerca da comunicação mediática de assuntos de cariz ambiental. Mas coloca-se a questão de existir algo a que se chame jornalismo ambiental, isto é, uma área específica dentro do jornalismo que detenha terreno e características que de alguma forma o distingam de outras vertentes do jornalismo.

Ganha pertinência a questão em torno da conceptualização do tratamento jornalístico das alterações climáticas globais sob a perspectiva ambiental. É necessário manter presente que jornalismo ambiental é, antes de mais, jornalismo e não poderá, portanto, escapar às características mais gerais da profissão. Esta mesma especialização vem tomando cada vez maior dimensão no que se refere ao jornalismo. A evolução pela via da especialização dos conteúdos, direccionados para públicos específicos, é um reflexo da sociedade complexa que se adensa diante dos nossos olhos. Desta forma, não será de estranhar que se verifique a mesma tendência para a fragmentação do campo da actividade jornalística e, concomitantemente, do produto jornalístico. É possível imaginar a quantidade de publicações específicas que se encontra quando se visita um quiosque? As tiragens decrescentes dos jornais/revistas de informação generalistas estão aí para confirmar este facto.

Em paralelo, a velocidade vertiginosa a que se sucederam os avanços científicos e tecnológicos ao longo do século XX agudizou a urgência de enveredar pela fragmentação dos saberes, de forma que possam ser difundidos com maior eficácia e propriedade a um público que se quer alargado (Reyes, 2003). É no abismo cavado entre a generalidade da sociedade e a ciência que os meios de comunicação podem encontrar espaço para exercerem a função que está na sua génese, isto é, para se colocarem como a plataforma que permite a comunicação entre os diversos compartimentos da sociedade complexa. Mais ainda se coloca este desafio quando as tecnologias de comunicação avançam a ritmos vertiginosos para facilitarem e até imporem um modelo de comunicação em rede, à revelia dos modelos hierarquizados, massificados e unívocos tradicionais.

O ponto de equilíbrio parece difícil de alcançar para os desafiados meios de comunicação escrita em papel, aos quais o imediatismo da difusão da informação especializada coloca em cheque por afrontar e debelar o seu abismo temporal e a univocidade. Os caminhos da especialização e da análise, da explicação e do aprofundamento das temáticas passam a estar diante dos meios de comunicação em papel como um modelo de diferenciação e de valorização face ao imediatismo de meios electrónicos, por exemplo. Uma das vias que esta especialização tem tomado dentro dos meios de comunicação de massa é precisamente a especialização da informação em determinados domínios.

Retemo-nos no conceito quando aplicado noutros países. Nos Estados Unidos, o final dos anos 1980 é tido como um marco para o disparo do crescimento da presença do ambiente nas notícias, em notícias colocadas em secções próprias. Em 1988, a revista *Time* estabeleceu um compromisso de aumentar a cobertura de temas ambientais e fê-lo ao nomear a Terra como Planeta do Ano (Friedman, 1994). Revistas que surgiam e estações de televisão por cabo anunciavam em 1990 que dedicavam agora maior atenção aos assuntos ambientais do que

havia feito nos anos anteriores.

Apesar de um abrandamento do crescimento inicial registado no que se chama jornalismo ambiental, nos EUA, o facto é que o ambiente passou a fazer parte da rotina das redacções, tal como é referido por um estudo levado a cabo em 1993, em que 46 por cento dos 512 quadros de jornais entrevistados para a *Foundation of American Communications* referiram que a organização que integravam prestava maior cobertura às questões ambientais do que antes (Society of Environmental Journalists, 2006). Os jornais, sobretudo os maiores, passaram a votar pelo menos um repórter às questões do ambiente e 26 por cento das televisões regionais seguiram o mesmo caminho.

A quantidade de dedicação teve também o acompanhamento da qualidade e 1992 foi o ano de atribuição do prémio Pulitzer a trabalho sobre uma temática relacionada com o ambiente, para o jornal *Sacramento Bee*. Outros prémios de prestígio foram sendo entregues a trabalhos jornalísticos sobre a temática ambiental (Friedman, 1994).

O reconhecimento enquanto área específica do jornalismo, com autonomia e especialização, passou ainda, como não poderia deixar de acontecer, pela formação dos jornalistas de ambiente. Nos Estados Unidos, os primeiros cursos de jornalismo ambiental terão arrancado ainda na década de 1970. No entanto, a oferta continuou a ser diminuta. E o cenário manteve-se com a interligação verificada entre o jornalismo de ambiente e a escrita de ciência. Em vários cursos, estavam integrados ambos os programas.

Apesar desta ligação umbilical, o desafio colocado pela cobertura crescente de assuntos complexos da área do ambiente levou a que os repórteres procurassem formação inicial na área e ainda formação permanente.

A procura destes cursos, que cresciam nos *campi* universitários, não era exclusiva dos estudantes de jornalismo e interessava também aos alunos provenientes da área das ciências.

Nos Estados Unidos existem mais de vinte cursos superiores que dedicam pelo menos uma parte à comunicação na área do ambiente, ou possuem publicações periódicas ao assunto. Existem algumas universidades que disponibilizam cursos autónomos de jornalismo ambiental.

Um dos passos importantes para a delimitação de um campo, neste caso, profissional é a existência de um sentimento de pertença a uma classe profissional específica. Para que tal aconteça deve estar-se perante uma categoria profissional que se caracteriza por parâmetros que a destacam em relação a todas as outras – exigindo um corpo de saber específico, um conjunto de técnicas e um saber-fazer que são distintos de todas as outras profissões ou ramos de uma mesma profissão, singularizando-a.

Prosseguindo com a análise do caso dos EUA, verifica-se que, em consonância com o incremento do jornalismo ambiental verificado entre os anos de 1988 e 1990, surgiu em 1989 a já referida *Society of Environmental Journalists* (SEJ). O organismo, agora internacional, resultou de um grupo de jornalistas galardoados, formado por repórteres, editores e produtores, oriundos do *The Philadelphia Inquirer*, do *USA Today*, do *Turner Broadcasting*, da *Minnesota Public Radio* e do

National Geographic.

Após um processo de crescimento, a SEJ rondava os 1100 associados, em 1997. Actualmente, de acordo com os dados avançados na página oficial do SEJ na Internet (Society of Environmental Journalists, 2006) rondará os 1400 associados, entre jornalistas e académicos, pertencentes aos mais variados órgãos de comunicação situados nos Estados Unidos e outros 32 países.

É uma organização sem fins lucrativos que fornece oportunidades de formação e apoio aos jornalistas de todos os meios de comunicação que se dedicam à cobertura de temas ambientais. A finalidade a que se vota é sintetizada na declaração de missão da SEJ:

"The mission of the Society of Environmental Journalists is to advance public understanding of environmental issues by improving the quality, accuracy, and visibility on environmental reporting." (Society of Environmental Journalists, 2006)

A fundação da SEJ procurou primar pela independência e, para tal, deixou de fora quaisquer apoios ou patrocínios provenientes de entidades públicas ou privadas que não fossem estritamente de natureza jornalística. A prioridade da SEJ passava por, desde início, manter o que entendiam ser uma marca de independência relativamente a poderes indesejados e por prevenir eventuais espaços para tentativas de dominação ou para exercício de pressão ilegítima. A demarcação de grupos ambientalistas ou das indústrias do ambiente foi uma das prerrogativas iniciais.

Nas palavras do académico John A. Palen, a fundação e o desenvolvimento inicial da SEJ situa-se na intersecção de duas áreas de investigação académica: 1) o despontar do jornalismo ambiental enquanto campo específico e 2) o desenvolvimento do conceito de objectividade do jornalismo americano (Palen, 1998).

A força que o ambientalismo foi ganhando, enquanto problema social e político, fez-se acompanhar pelo correspondente despertar do jornalismo ambiental. A especialização gradual dos jornalistas na temática ambiental levantou, nos Estados Unidos, as questões de independência dos repórteres e das pressões a que ficam mais vulneráveis, aos interesses das fontes, à não diversificação das fontes de informação, entre outras características. Os primeiros jornalistas de ambiente enfrentaram ainda a concepção de se tratar de um tipo de jornalismo militante ou ideologicamente comprometido (idem, ibidem).

A Europa também enveredou pelas vias de especialização jornalística, nomeadamente, na vertente ambiental. Em Espanha, no início da década de 1980, a Faculdade de Ciências da Informação, da Universidade de Sevilha, tomou o rumo da especialização ao integrar no seu plano de estudos uma cadeira denominada Informação Jornalística Especializada, da qual derivavam, em sistema de opção, as sub-áreas de Jornalismo Cultural, Jornalismo Desportivo, Jornalismo Social, Jornalismo Político, sem que nenhuma das existentes fosse dedicada aos assuntos ambientais. Chegou a estar prevista a cadeira de Jornalismo Científico e Ambiental, mas esta última acabou por cair por terra, por entender-se estar integrada já no conceito de "científico".

Quesada (cit. por Reyes, 2003) observa que, no final da mesma década, o jornalismo de fundo na área do ambiente continuava sem tradição em Espanha.

Ainda assim, a designação de jornalismo ambiental foi adoptada pelos profissionais e pelas organizações jornalísticas. Sobrepuôs-se à designação de jornalismo ecológico por parecer esta menos pacífica, mais conflituosa e menos descomprometida.

As dúvidas quanto à designação dissiparam-se com a constituição, em 1994, da *Asociación de Periodistas de Información Ambiental* (APIA), cinco anos após o nascimento da congénere dos Estados Unidos. As dúvidas terminológicas e as derivas ideológicas pareceram sanadas, a partir deste momento. Foi também a partir deste momento de identificação e delimitador das fronteiras que despontaram diversos cursos graduados e pós-graduados dedicados ao jornalismo ambiental. Embora não exista uma total conceptualização em relação ao jornalismo ambiental, o académico Rogelio Fernandez Reyes (2003) ensaia uma designação: o jornalismo ambiental é o exercício do jornalismo especializado que se dedica à informação gerada pela intersecção do homem ou dos seres vivos com o meio que os rodeia ou entre si. Estaria incluída a relação com espaços criados pelo próprio homem e não apenas a relação com a natureza, da mesma forma que o meio se estende até às fronteiras do planeta Terra, mas deixa de fora o espaço interplanetário. O conceito de que está em causa o tratamento de informação gerada por uma intersecção entre os seres vivos e o meio é questionável.

Estes exemplos apontam para uma clara adopção da designação 'jornalismo ambiental'. As associações internacionais de jornalistas adoptaram-na, as escolas de Jornalismo ministram cursos na área. Portanto, parecem estar reunidas algumas das condições que levam a admitir que de facto exista algo a que se pode chamar jornalismo ambiental. No entanto, no que respeita aos meios de comunicação generalistas, falta a esta área a mesma delimitação de tarefas que existe para os profissionais de áreas como o jornalismo desportivo, ou o jornalismo económico, que ocupam um lugar específico dentro da estrutura do órgão de comunicação e são, de facto, especializados nas suas áreas.

No que diz respeito ao ambiente, não é raro que o jornalista que trata dos assuntos ambientais se ocupe de outros temas, como a ciência. Além de lhe faltar, quase sempre formação especializada para a área ambiental. Portanto, a designação de jornalismo ambiental atribuída ao montante de notícias de ambiente dos media de massa pode ser forçada, o que não inviabiliza que exista em publicações especializadas. Uma revista de ambiente fará jornalismo ambiental, assim como uma revista de ciência fará jornalismo científico.

O desafio lançado pelas problemáticas do Ambiente é, no entanto, mais denso do que os que colocam assuntos de áreas mais definidas, como o Desporto, a Saúde, a Educação, a Economia. A especialização na área do Ambiente pode ser mais exigente para os profissionais da comunicação, uma vez que se liga às mais diversas vertentes da vida, atingindo-as de forma transversal. O especialista em Ambiente terá que estar enquadrado com as restantes dimensões, sob pena de a especialização funcionar como uma venda que limita a visão dos assuntos em toda a sua amplitude. A segmentação da realidade de forma a ser encaixada na compartimentação

estruturada dos órgãos de comunicação complica o trabalho dos profissionais votados à área do Ambiente, sobretudo se não existe entre os profissionais de secções diferentes o hábito de comunicar entre si. Alguns temas considerados ambientais, como o desenvolvimento sustentável, por exemplo, convocam as mais variadas áreas da vida e exigem acompanhamento ao longo do tempo que não se compadece com as reduzidas margens de tempo com que trabalham os profissionais da comunicação.

2. As alterações climáticas e as notícias

Detendo a atenção sobre os meios de comunicação de massa e a forma como tratam os assuntos ligados ao ambiente, está na altura de questionar – onde se encontram dois campos tão díspares como as alterações climáticas e as notícias?

A resposta é simples, à primeira vista: as alterações climáticas podem ser objecto das notícias porque envolvem eventos passíveis de se ajustarem aos critérios que ditam o tratamento jornalístico de um assunto. Mais adiante, falaremos dos factores intrínsecos e extrínsecos do jornalismo que determinam ou influenciam este ponto (Gans, 1979).

Aparentemente, o assunto 'alterações climáticas' oferece diversos pontos passíveis de tratamento mediático. No que toca à legitimidade para constituir-se enquanto objecto de notícias, as alterações climáticas preenchem critérios de noticiabilidade (Tuchman, 1978) pertinentes, sobretudo se se remete para acontecimentos concretos.

Ao longo de todos estes anos e de muitos episódios de negociações ao mais alto nível político mundial, a noticiabilidade do assunto pôde passar variadas vezes pelo potencial de conflito e pela dificuldade de consensualizar medidas, políticas e objectivos entre as partes envolvidas nas negociações.

Por outro lado, não é possível esquecer o potencial de catástrofe e de risco que envolvem. A morte, a destruição, a alteração do *modus vivendi* da espécie humana, a ameaça, o risco, acrescendo o potencial de proximidade e de responsabilização que podem levantar, são critérios que pautam as 'estórias' que os jornais servem todos os dias aos leitores.

Porém, as alterações climáticas e tudo o que as envolve possuem algumas características dissuasoras do seu tratamento noticioso. As notícias são um espaço ao qual ascendem mais facilmente os eventos pontuais do que aquelas problemáticas que, mesmo sendo portadoras de uma séria carga de gravidade, caem fora das notícias pelo facto de parecerem demasiado abstractas e também adiáveis, num contexto de escolhas que perpassa o trabalho dos editores e jornalistas nas redacções.

A luta fratricida pelo espaço para as notícias penaliza os jornalistas de ambiente e coloca-os sobre o dilema de privilegiarem eventos dramáticos ou mesmo de dramatizarem assuntos em busca do espaço pretendido, ao mesmo tempo que a crescente profundidade dos temas ambientais exige um tempo diferente de investigação, uma maturação da informação a que os meios de comunicação de massa tradicionais não são capazes de corresponder (Wilkins & Patterson, 1990).

2.1 Noticiar as alterações climáticas – critérios e constrangimentos

A parélha de factores espaço/tempo pode ser vista como determinante na hora de decidir que assunto ocupa o espaço finito do jornal/noticiário e até mesmo que espaço lhe pode ser dedicado, em função dos acontecimentos diários. O tempo disponível para o tratamento de fenómenos de longo fôlego, que exigem o domínio de linguagens técnicas e científicas – marcadas por conceitos exógenos à formação do jornalista e não raras vezes pelo jargão – torna-se exíguo e, na volúpia diária das notícias, os assuntos que apresentam estas características acabam por ser preteridos. Acontece com as alterações climáticas globais.

Depois, a falta de consenso político face às opções, medidas, acções a adoptar, que as torna potencialmente atractivas em termos de noticiabilidade, por facilitar situações de conflito entre as faces da barricada, pode dificultar as generalizações tão caras ao jornalismo. O mesmo acontece com a ocorrência das incertezas científicas que surgem, por exemplo, quando os cientistas traçam cenários futuros, mediante uma miríade de factores e de variáveis que podem oscilar, ou quando são apontadas especificidades regionais para a ocorrência dos fenómenos.

Os constrangimentos inerentes ao exercício da profissão de jornalista e à laboração quotidiana da empresa jornalística, cujas implicações vão desde a dificuldade em aprofundar os temas, ao tempo diminuto de que o repórter dispõe para trabalhar cada tema, são factores a ter em conta. Mas também não se pode esquecer a influência exercida pela política editorial de cada órgão de comunicação, na qual são reflectidas as cadeias de propriedade e a sua idiossincrasia própria.

É fácil pensar em que ocasiões se lê, vê e ouve acerca das alterações climáticas nos meios de comunicação de massa. A ocorrência de catástrofes como cheias, furacões e secas dá o mote para o tratamento do conhecimento existente acerca dos padrões climáticos que podem estar na origem do referido evento. A tomada de decisões políticas acerca das medidas a tomar em ordem à mitigação das consequências das mudanças do clima global, assim como as tentativas de concertação internacional para fazer face à problemática, ou a divulgação de relatórios e estudos científicos acabam por ser privilegiados pelo facto de se revestirem de actualidade num assunto difícil de tratar dentro do espaço exíguo da folha do jornal ou do *soundbyte* e do qual escasseiam imagens suficientemente espectaculares para os jornais televisivos. Basta pensar em aumento das temperaturas médias, ou em subida dos níveis dos oceanos para ser notada a ausência de imagens que possam ilustrar cabalmente o fenómeno.

Os jornais tendem a tratar os fenómenos de longa duração, como a destruição da camada do ozono e o aquecimento global, da mesma forma que fazem com todos os temas noticiosos, ou seja, como eventos específicos e não como fenómenos de desenvolvimento de longa duração (Wilkins & Patterson, 1990).

As notícias são assim um produto centrado nos eventos, responsabilizando atitudes isoladas de indivíduos ou empresas, mas sem que seja dado a perceber um substrato de desenvolvimentos sociais e económicos de longa duração.

Todavia, teorias recentes apontam para uma viragem que começa a operar-se no tratamento das notícias sobre o ambiente (Friedman, 2004). Parece haver mostras de que o jornalismo de

ambiente começa a deixar de se dedicar em exclusivo aos eventos imediatos para dar algum espaço a matérias que exigem um posicionamento mais explicativo e menos descritivo. Só que permanece o privilégio do acontecimento concreto que vai funcionar como um gancho para a introdução do assunto mais complexo que pode estar por detrás do evento actual que abre espaço para que a notícia seja difundida.

São muito diversas as forças que se posicionam para dominar quando se trata de dar visibilidade noticiosa a um determinado assunto, quer ele seja de teor ambiental, quer seja de uma outra natureza. Isto quer dizer que o jornalismo que trata matérias ambientais obedece às condições gerais da produção das notícias que se verificam noutras áreas jornalísticas, fale-se de Economia, de Política, de Cultura, ou outra.

Robert Cox (2006) adianta cinco factores que considera determinantes na produção de notícias: política económica da empresa de comunicação; *gatekeeping*; critérios de noticiabilidade; enquadramento mediático; normas de objectividade e equilíbrio.

O primeiro factor prende-se com a política adoptada pelas estruturas de poder existentes no órgão de comunicação. Quer isto dizer que a política editorial de um órgão de comunicação vai subordinar-se à sua estrutura de propriedade. Neste quadro, os editores podem sentir pender sobre si pressões para que escolham tratar matérias capazes de sortir num clima económico favorável aos interesses dos proprietários.

No que toca ao *gatekeeping*, é entendido como as decisões dos editores acerca dos eventos que podem ou não ser tratados como notícias. Os estudos acerca do *gatekeeper* recaem sobre as rotinas, os hábitos e as relações informais existentes entre editores e jornalistas e entre a formação, experiência e fontes dos jornalistas. Mas as dificuldades que se colocam aos profissionais, quando se deparam com assuntos de cariz ambiental, prendem-se, por um lado com a natureza dos próprios acontecimentos, mais dados a prolongar-se no tempo do que propriamente eventos isolados com princípio e fim definidos. Por outro lado, existem poucos jornalistas especializados nas questões científicas ou com conhecimentos suficientes para tratarem convenientemente os assuntos ambientais. Por esta razão, editores e jornalistas passaram a recorrer à Internet como ferramenta de auxílio.

A noticiabilidade é uma das rotinas do *gatekeeping* que mais se utiliza para justificar o tratamento jornalístico de um assunto e consiste num conjunto de critérios que são utilizados para seleccionar as questões que vão constituir-se em notícia. Os valores-notícia são vários e passam pela relevância; pela actualidade; pela proximidade; pelo impacto; pelo conflito e pelo impacto emocional. Perante isto, os editores tentam conformar os assuntos ambientais a estes critérios. Mas a maioria dos problemas ambientais não se coaduna com tratamentos centrados em acontecimentos específicos. Segundo Friedman (cit. por Cox, 2006), a maioria dos jornalistas continua a pensar que os maiores desafios do jornalismo ambiental é tornar as notícias de ambiente noticiáveis face aos constrangimentos.

O enquadramento das notícias de ambiente é outro dos desafios que se coloca a editores e jornalistas. Tal como o modelo de Lippmann (cit. por Cox, 2006) sugere, a complexidade do

ambiente exige que seja repartido e reenquadrado em unidades mais simples de modo a ser possível lidar com ele. É assim que os meios de comunicação de massa lidam com os assuntos ambientais. Estas unidades são mapas mentais que servem para as pessoas organizarem a sua visão da realidade. É importante notar que as diversas partes envolvidas pretendem influenciar o enquadramento que a notícia vai ter pelo que esta pode acabar por funcionar de forma retórica como sustentação para os discursos estabelecidos acerca do ambiente. Na linha de Dunwoody e Griffin (1993, cit. por Smith, 2005), alerte-se para o facto de uma orientação das notícias para os eventos permitir o domínio das fontes em termos de enquadramento da informação e permitir que o jornalista não tenha que olhar para o quadro envolvente .

As normas de objectividade e de equilíbrio foram as primeiras normas a que o jornalismo esteve votado. Também nas notícias de ambiente, os jornalistas pretendem manter a objectividade. Mas como reconhecem investigadores, tudo nas notícias é alvo de julgamento, desde a decisão de cobrir um evento de entre uma infinidade deles, às opções de destacar determinados elementos em detrimento de outros. Mas há que ter em conta que esta procura do equilíbrio pode tornar-se uma armadilha. Sob pretexto de apresentar todas as faces de um mesmo assunto, corre-se o risco de dar relevância semelhante a um relatório proveniente de uma entidade de reconhecida autoridade e a um opositor singular e de créditos menos firmados.

Esta ideia é defendida num estudo elaborado por Maxwell T. Boykoff e Jules M. Boykoff (2004), que demonstram que, relativamente às alterações climáticas, a aplicação da regra do equilíbrio pode tornar-se uma forma de enviesamento da informação (Boykoff & Boykoff, 2004). Neste cenário, em que o consenso científico em torno da problemática do aquecimento global é alargado à luz do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC – sigla em inglês), a regra jornalística de atribuir peso semelhante a todas as vozes dissonantes que se erguem, muitas vezes com pouca credibilidade científica, pode causar uma leitura deturpada dos factos.

São as rotinas e a fórmula que preside à elaboração das notícias que levam a um enviesamento de alguns tipos de informação que é quase endémico. O enviesamento está historicamente marcado pelas relações sociais que estão estabelecidas entre jornalistas, cientistas, políticos e cidadãos.

Mas o que a norma do equilíbrio pretende no jornalismo é conseguir que a notícia seja neutra, apresentando as vozes que se representam os dois lados de uma história. No caso do aquecimento global, aplicar esta norma pode significar a atribuição de uma voz amplificada a grupos de cépticos das alterações climáticas, num tom semelhante ao que é atribuído aos cientistas do IPCC. O consenso científico fica no mesmo patamar que as argumentações dos seus detractores.

O estudo desenvolvido por Boykoff & Boykoff (2004) conclui que existe uma diferença significativa entre o discurso científico sobre o aquecimento global e o discurso da imprensa de referência dos Estados Unidos acerca do mesmo assunto. As diferenças verificam-se, sobretudo, na existência de contribuição antropogénica para o aquecimento global e nas decisões com vista à acção sobre

o aquecimento global.

Diante destas evidências, pode-se afirmar que uma regra sacramental da prática do jornalismo – contar os vários lados da questão – pode tornar-se um problema no caso concreto das alterações climáticas e das causas antropogénicas que as desencadeiam. Ainda que o IPCC tenha estabelecido um consenso científico significativo quanto ao papel da actividade humana sobre as alterações climáticas, isso não se reflectiu na tomada de acção urgente. As mensagens centrais referidas no discurso científico acabaram por não ser transpostas de forma conveniente para o espaço público.

Boykoff & Boykoff (2004) concluem que a adesão à norma jornalística do equilíbrio leva à falha da tradução discursiva entre discurso científico e discurso jornalístico. Por detrás deste véu da regra do equilíbrio fica criado o espaço discursivo para a demissão das responsabilidades e para o adiamento da acção para a responder à problemática das alterações climáticas.

De certa forma em tom contrastante ou complementar com esta visão, Hansen (1993) aponta no sentido de existir uma relação de simpatia dos jornalistas para com as organizações ambientalistas e esta mesma simpatia ser retribuída para com os media. Hansen sustenta que as características dos dois campos – os media e as organizações ambientalistas – contribuem para a proximidade entre ambos. Porque os acontecimentos ambientais são dotados de atractividade mediática, proporcionam imagens apelativas, ao passo que os jornalistas podem aproveitar a atracção das audiências pelo medo e pelo conflito. São estes os factores que explicam o que Hansen chama de simbiose entre os meios de comunicação e as associações ambientais na sua tarefa de lançar campanhas.

Estes factores parecem revestir-se de um certo nível de consenso, mas falham quando os assuntos ambientais a tratar são de longo alcance temporal e não proporcionam as referidas imagens apelativas.

O caso do aquecimento global ou das manifestações das alterações climáticas é sintomático desta dificuldade e exige da parte dos jornalistas estratégias que permitam informar o público acerca de matérias que envolvem elevado nível de informação técnica/científica e fazer com que as audiências adiram a essa mesma informação. Agrava-se a dificuldade da tarefa quando as causas e as consequências desta matéria, como de outras, não podem ser servidas num só pacote e exigem a convocação de uma parafernália de áreas e de conhecimento difíceis de fazer convergir numa reportagem com dimensão aceitável para um meio de comunicação de massa. Imagine-se tratar os cambiantes das alterações climáticas num bloco de sentido para fornecer aos leitores/espectadores – Ciência; Economia; Política subdivididas entre as causas, as consequências actuais, as previsões de cenários futuros, as medidas de mitigação, as iniciativas nacionais, internacionais e transnacionais, as implicações nos mais diversos aspectos da vida contemporânea.

Diante disto, os media recorrem a algumas estratégias que lhes permitem lidar com matérias ambientais de longa duração. Por oposição às histórias centradas em eventos, as notícias sobre o risco dizem respeito a fenómenos sem tempo definido.

Para noticiar matérias como as alterações climáticas, os jornalistas acabam por convocar quadros mentais adquiridos, de forma a conferir sentido à história que pretendem contar. Dunwoody & Griffin (1993) acentuam que é dos quadros cognitivos que possuem que os jornalistas fazem uso para, por um lado, interpretar um assunto, por outro, fornecerem um quadro de interpretação na notícia que vão produzir. E são os quadros convocados pelo jornalista que vão influenciar mais a forma como ela vai ser construída do que com qualquer outro aspecto.

A estrutura social de uma comunidade também pode ser vista como um dos pontos determinantes que concorrem para a forma como as notícias são apresentadas. Maior ou menor abertura de uma sociedade leva a que os assuntos polémicos sejam tratados sob o signo do conflito (comunidades abertas) ou sob o signo da concórdia ou do simples esquecimento do assunto para tratamento em termos mediáticos (comunidades fechadas), a fim de evitar rupturas no tecido social (Dunwoody & Griffin, 1993).

Será de pensar que todos os factores hão-de contribuir para o resultado final apresentado pelos meios de comunicação de massa tradicionais aos seus leitores e espectadores. De uma forma geral, admite-se que os meios de comunicação exercem algum tipo de influência sobre as concepções do seu público acerca de fenómenos ambientais ou outros.

Ao admitirmos que o ambiente e a natureza são conceitos socialmente construídos, então também parece pouco discutível que haja aí um papel reservado para os meios de comunicação de massa, pela relevância que ocupam na esfera pública da sociedade mediatizada.

Através da análise efectuada em artigos de jornais britânicos de vários géneros, Anabela Carvalho (2007) considera que existe uma interligação entre a dimensão normativa e a dimensão descritiva, ou entre a axiológica e a epistemológica, na reconstrução que os media fazem da ciência. Diversas dimensões da representação da ciência mostraram-se interligadas com a ideologia nos diversos géneros jornalísticos, desde a reportagem ao artigo de opinião. Primeiro, a ideologia tem implicações na interpretação dos factos; segundo, os agentes reconhecidos como definidores da verdade científica variam de acordo com a ideologia; em terceiro lugar, os objectivos políticos e sociais definidos a partir do conhecimento também se estabelecem sobre uma base ideológica.

As diferenças na abordagem que os diferentes órgãos de comunicação dispensam à temática das alterações climáticas, assim como a outros assuntos de raiz científica, são um ponto importante na medida em que representam determinadas visões do mundo. São estas visões do mundo que passam em permanência para as audiências específicas de cada órgão de comunicação que, num processo circular, os escolhem por se identificarem com elas. É com esses instrumentos que os cidadãos vão avaliar os programas políticos e destrinçar as responsabilidades dos governos e dos cidadãos em matéria de alterações climáticas. Pela sua actuação, cada jornal pode contribuir para questionar ou para justificar determinadas opções políticas.

Os meios de comunicação possuem uma ideologia própria, que não pode ser confundida com a cultura profissional. Esta última orienta-se por valores-notícia e por determinadas práticas profissionais. A cultura mediática pode ser lida politicamente, uma vez que os textos jornalísticos incorporam determinadas posições políticas e ideológicas que têm consequências políticas.

Carvalho (2007) propõe que se faça uma leitura politizada dos textos sobre ciência que são publicados nos media, uma vez que os meios de comunicação fazem uma leitura política dos artigos científicos.

2.2 Os media e as fontes de informação

As notícias são uma representação de autoridade (Ericson, *et al*, 1989). Para ascender ao grupo dos que conseguem difundir a sua voz através da paisagem mediática é necessário alcançar uma legitimação, um reconhecimento de autoridade para discorrer acerca de um assunto.

Através do panorama das fontes de informação é possível ter acesso à estratificação social dos detentores do conhecimento. As notícias todos os dias reflectem os que são reconhecidos como aptos a falar de determinados assuntos. Sendo que os meios de comunicação se colocam no topo da cadeia, as notícias acabam por ser apenas um local de encontro dos elementos do topo da pirâmide do conhecimento, enquanto os que ficam na base permanecem expectantes.

Há que especificar aqui a diferenças entre acesso das fontes aos media e a cobertura dada a certas fontes. O primeiro caso – o acesso – significa espaço, tempo e contexto para representar razoavelmente a entidade a que pertence. A cobertura, por seu lado, significa que uma fonte pode beneficiar de algum espaço e tempo, mas não do contexto para representações favoráveis. As organizações ambientalistas procuraram sempre o acesso aos meios de comunicação como forma de disseminar as suas posições. Não é de todo uma novidade que as de maior envergadura possuem mesmo estruturas organizadas e elementos cuja função é fazer chegar informação aos jornalistas. As estratégias de comunicação aqui subjacentes podem acabar por ser mais as do apelo mediático, do que propriamente a importância dos assuntos em si.

O sentido mediático apurado das associações ambientalistas organizadas e a auto-promoção que fazem junto dos meios de comunicação não se processa sem efeitos. Mas, antes de mais, os promotores das notícias vêem-se a braços com a tarefa de atrair sobre si os holofotes dos meios de comunicação. A recompensa vem depois, com o efeito de reconhecimento público conferido pela citação nos media, uma credencial de autoridade e de credibilidade para falar publicamente sobre um determinado assunto e um posicionamento diante dos diversos poderes da sociedade, mormente o político, quando se trata de processo de tomada de decisão (Hansen, 1993).

Os cientistas ocupam um lugar privilegiado na pirâmide do conhecimento. Os jornalistas reconhecem-no e elegem-nos como fontes e até como elementos credibilizantes das suas histórias. Só que a relação entre o mundo mediático e o da ciência nunca foi pacífica. As plataformas de entendimento entre um e outro mundo são difíceis de alcançar e as cedências de parte a parte nem sempre acontecem de forma que o público seja provido da melhor informação possível acerca de um determinado assunto. As linguagens em que uns e outros se expressam adequam-se mal uma à outra e exigem cuidados específicos no tratamento da mensagem que se quer transmitir. Já foram discutidas as características próprias da profissão de jornalista e os constrangimentos específicos a que está sujeita, sejam intrínsecos ou extrínsecos à profissão.

Por outro lado, os cientistas necessitam de compreender bem os processos que levam a que as

suas investigações se transformem em notícias, tendo em mente os grupos sociais e políticos que podem exercer algum tipo de pressão durante este processo de transformação.

Um trabalho de investigação levado a cabo por Richard Ladle *et al.* (2005) aponta taxativamente os cientistas, no caso das alterações climáticas, os cientistas da área do Ambiente, como responsáveis pela transmissão de elementos das suas investigações que possam ser relevantes para a comunidade de forma tão simples, concisa e objectiva quanto possível. Os investigadores concluem que a comunicação de assuntos ambientais baseados na ciência é um desafio que coloca permanentemente em cheque a credibilidade dos cientistas e a capacidade de mobilização dos cidadãos para a causa da conservação da Natureza. Justificam esta visão com o facto de a não ocorrência dos fenómenos previstos pelos estudos científicos da área do Ambiente divulgados pelos media no hiato de tempo por eles estabelecido poder ser o mote para a descridibilização da causa ambientalista. Avançam um conjunto de causas que podem estar por detrás de uma menos fiel abordagem das alterações climáticas nos jornais: falta de preparação teórica dos jornalistas e editores, excessiva tendência para a generalização e extrapolações de dados científicos, para a simplificação em demasia e para a hiperbolização dos dados. O estudo não deixa de apontar algumas vias para a resolução dos problemas que podem ser colocados pela comunicação das alterações climáticas: recomenda-se que os jornalistas sejam capazes de procurar a informação científica no estudo propriamente dito e não se prenderem a informação já tratada, assim como terem a capacidade de fazer avaliar o nível de escrutínio pelos pares a que o estudo científico foi sujeito. Aos cientistas é recomendado que coloquem maior cuidado na redacção de comunicados de imprensa, nos quais muitos jornalistas colocam alto nível de confiança. Estas recomendações visam a minimizar os riscos de má comunicação de assuntos como as alterações climáticas pelos jornais.

A linguagem que caracteriza a ciência não é a que mais se adequa aos meios de comunicação de massa. É entre estas duas margens que se cava um fosso gerador das maiores rupturas entre os textos científicos e os textos fornecidos aos espectadores dos meios de comunicação tradicionais. Ladle produz um esquema (Ladle *et al.*, 2005: 233) que pretende ilustrar o processo complexo através do qual a informação de ciência chega às notícias. Entre os diversos patamares que o fluxo de informação percorre, nem sempre a voz do cientista chega intacta ao final da cadeia, embora continue a ser referenciada como uma das formas de legitimação do discurso jornalístico, sobretudo através das citações entre aspas. Fora o esquema que apresenta, há que contar com a percentagem do público que procura informação científica na Internet que não está representado na ilustração.

Num plano simplificado, a relação entre jornalistas e fontes de informação processa-se na base da troca. O processo de legitimação compreende dois lados distintos. Assim, uma organização ambientalista, por exemplo, pode promover-se junto dos meios de comunicação, mas só atingirá o estatuto de fonte quando o jornalista ou o editor lhe reconhecerem autoridade para tal. Por exemplo, se os elementos de uma organização que alerta para a perda de biodiversidade são biólogos e, ao mesmo tempo, apresentam estudos envoltos numa capa de credibilidade, então, é

possível que o jornalista seja levado a conceder cobertura ao assunto em causa, depois de ouvir outras fontes acerca da mesma matéria. Este processo de selecção encerra o poder do jornalista de conferir um pouco da legitimidade social que possui aos que aparentam preencher os critérios para tal. É a partir deste jogo de dar a ver e de obscuridade que os media fornecem elementos à opinião pública.

Todo o trabalho de aceder ao púlpito aos meios de comunicação passa pela procura de estratégias que se revelem eficazes na prossecução de tal objectivo. Pela parte das organizações ambientalistas, não basta promover-se junto dos media. Para manter a capacidade de exercer influência, são exigidas cautelas por parte das organizações, de forma a não encetarem estratégias que desmaterializem a sua capacidade para invocar o interesse público das causas que assumem (Hansen, 1993). A capacidade para despertar esse interesse é a estratégia capaz de conferir visibilidade à matéria em causa, gerar a discussão e colocar pressão ao nível das tomadas de decisão.

De acordo com um estudo elaborado por Stephen Lacy e David C. Coulson (2000), são aqueles que têm acesso aos jornalistas que acabam por determinar o que é notícia. Habitualmente, as organizações ligadas aos governo e às empresas são mais eficazes em fazer essa determinação do que o cidadão.

As relações com os jornalistas estão pouco exploradas a partir do ponto de vista das fontes de informação já que os estudos tendem a centrar a investigação nos meios de comunicação.

De acordo com Alison Anderson (1993), esses mesmos estudos tendem a indicar que os jornalistas privilegiam as fontes oficiais e são muito poucos os que se dedicam ao papel desempenhado pelas organizações ambientalistas neste campo. Mas, o que vem acontecendo ao longo dos últimos anos, é que as organizações ambientalistas têm-se tornado cada vez mais profissionalizadas e isso leva a que votem mais tempo e mais recursos a promoverem os seus pontos de vista junto dos media. Segundo Anderson (1993), estes grupos foram adquirindo maior acesso e maior cobertura dos meios de comunicação de massa à medida que os assuntos ambientais foram ganhando terreno em campos como o científico e o político.

Não é difícil de pensar que, diante de uma discussão acerca de uma tomada de decisão ou de uma descoberta científica no campo ambiental, os ambientalistas melhor colocados na esfera pública fossem convocados para fornecer a sua leitura do assunto em causa. Reflexo de uma das características intrínsecas do jornalismo: a procura do equilíbrio, nas notícias, entre várias vertentes de uma questão.

A teia de relações complexa que se estabelece entre meios de comunicação de massa, fontes de informação e o processo político de tomada de decisão deixa de parte as leituras lineares, baseadas na dependência de uns em relação aos outros para abrir as portas a reflexões mais alargadas que considerem todo o emaranhado de relações entre os três campos, que são mais recíprocas do que hierarquizadas.

Esta visão é consonante com a defendida por Richard Ericson *et al.* (1989) no livro *Negotiating Control: A Study of News Sources*. Sem se debruçar concretamente sobre as fontes do jornalismo

de ambiente, lê-se que as relações entre as fontes e as empresas mediáticas são, muitas vezes, próximas.

Em diversos níveis, chega a ocorrer uma convergência entre fontes de informação e jornalistas. Um desses casos consiste no facto de muitas vezes os assessores de comunicação de uma entidade escreverem eles próprios notícias que vão ser citadas nos media, contribuindo em larga medida para o aspecto final da notícia. Ora, sabendo que tal acontece ao nível das empresas ou outras entidades, o mesmo acontece ao nível das organizações ambientalistas que, tal como foi referido acima, estão cada vez mais profissionalizadas e designam elementos para o contacto com os meios de comunicação social. Acabam por funcionar como assessores de comunicação e tratam de estabelecer canais de contacto com os jornalistas, difundindo informação através de comunicados de imprensa ou da promoção de iniciativas da respectiva organização que representam.

De acordo com a obra supracitada, para o jornalista fica a tarefa de escolher de entre essa informação a que vai entrar na notícia. Esta actuação acaba por facilitar em muito a tarefa dos jornalistas. Os assessores acabam por ser os verdadeiros repórteres, fazendo todo o trabalho de recolha de informação capaz de interessar para uma notícia.

Mas não são apenas as fontes que lutam para aceder às notícias. Os jornalistas também acabam por necessitar de estabelecer ligações com as organizações que pretendem noticiar de forma a ultrapassarem a mera cobertura de um evento de uma entidade para passarem ao patamar de acederem à informação dessa mesma entidade. É que existem zonas de sombra que as organizações pretendem que permaneçam fora do conhecimento público e que não são reveladas pelos assessores.

Neste mesmo sentido foi já referida a posição de Alison Anderson (1993), para quem o papel das fontes não pode ser lido a partir da perspectiva dos media, de forma a permitir uma visão mais alargada dos jogos de poder e das estratégias de promoção e de negociação que estão por detrás do acesso das fontes aos meios de comunicação de massa.

Jornalistas e fontes de informação são agentes que concorrem para a elaboração dos textos jornalísticos, sejam eles de que tema forem. Mas, a comunicação do risco, na qual se incluem as alterações climáticas, envolve diversos agentes interessados, tais como autoridades governamentais, cientistas, especialistas, classes profissionais, meios de comunicação, e ocorre quando a informação flui até ao público. São objecto desta comunicação as ameaças à saúde pública, as ameaças à saúde individual, ao perigos ambientais ou os acidentes potenciais. Os fenómenos associados às alterações climáticas cabem nesta definição.

Grande parte do alerta para estes riscos chega aos cidadãos através dos meios de comunicação, não sendo experienciados de forma directa. A mediação faz com que, na maior parte das vezes, as pessoas não consigam descodificar o verdadeiro alcance que os fenómenos podem ter nas suas vidas. Daí que, as narrativas que falam acerca do risco devam ter associada uma dose de credibilidade. As fontes de informação citadas nesses textos também influenciam este grau de credibilidade e potencialidades para interessar as pessoas (Cozma, 2006).

A credibilidade dos actores sociais citados numa peça jornalística é um dos elementos mais importantes para a mudança de atitude dos cidadãos, de acordo com um estudo de Hovland e Weiss citado por Raluca Cozma (Cozma, 2006: 9-10) Estes efeitos também podem estar ligados à verosimilhança da narrativa.

A percepção do risco é tanto mais interessante para as pessoas quanto mais fontes forem utilizadas nos textos acerca dos riscos. Mais fontes parecem mais credíveis às pessoas do que apenas a citação de uma fonte oficial (Cozma, 2006). Estas conclusões são significativas para o exercício do trabalho dos jornalistas, que serão tão melhor sucedidos na tarefa de interessar audiências quanto mais recorrerem ao equilíbrio das fontes de informação, sem se cingirem à via oficial. A credibilidade atribuída pelas pessoas aumenta quando a versão oficial é confirmada por outras fontes (Cozma, 2006). A credibilidade e o interesse deveriam ser o objectivo primordial das mensagens sobre o risco (Cozma, 2006:19) .

Existem alguns factores que condicionam a preferência pelas fontes oficiais: quantidade de anos que o jornalista já dedica à secção do ambiente, a credibilidade das fontes, a acessibilidade e os constrangimentos de tempo têm uma influência marcada na selecção das fontes. Em última instância, estas dificuldades podem levar a que os jornalistas se cinjam às fontes oficiais e assimilem os seus valores.

Há que ter em conta que o Governo e as empresas fornecem um fluxo constante de informação que se torna mais facilmente tratável em termos noticiosos, com menor esforço de investigação por parte dos repórteres. Por outro lado, alguns actores sociais desenvolvem estratégias comunicativas que tornam o trabalho do jornalista mais rápido – fornecem um conjunto de eventos e de dados noticiáveis prontos a utilizar na notícia. A tarefa do repórter complica-se quando é confrontado com versões divergentes do mesmo assunto por parte de órgãos oficiais e cientistas, por exemplo. Em matérias que domina com dificuldade, o jornalista tende a ser manipulável. Acresce ainda que, quando as 'estórias' se baseiam essencialmente em fontes oficiais, empresariais, em documentos e em estatísticas, outras fontes não organizadas tendem a ser desconsideradas. A selecção de fontes em matérias de índole ambiental tende a seguir os mesmos critérios que as restantes matérias.

Uma alteração deste quadro, modificando a dependência das fontes oficiais e defensoras de interesses corporativos parece ter de passar por um investimento na formação dos jornalistas de forma a que estes sejam capazes de aperceber-se da diversidade de pontos de vista que envolvem temas ambientais complexos.

III. Questões metodológicas

O inegável poder dos media inspirou inúmeros estudos críticos em diversas disciplinas, como a semiótica, a linguística, a pragmática e os estudos do discurso. Teun van Dijk (1993) faz um enquadramento teórico da análise crítica do discurso, referindo-se a diversos estudos que, segundo indica, foram estabelecendo as bases dos estudos sobre o discurso dos media. Os primeiros estudos da linguagem mediática focalizavam os aspectos mais evidentes da superfície dos discursos mediáticos. A vertente crítica foi introduzida pelo *Glasgow University Media Group*, em estudos entre 1976 e 1993, sobre as características da cobertura televisiva de diversos assuntos. O trabalho de Stuart Hall (cit. por van Dijk, 1993) e dos que com ele trabalharam será o mais conhecido fora da área dos estudos dos media, dentro do enquadramento do paradigma dos estudos culturais.

Um conjunto de estudos de Fowler e seu colaboradores (cit. por van Dijk, 1993) baseou-se no enquadramento teórico da gramática sistémica-funcional, que é usado no estudo da transitividade dos padrões sintácticos das frases. O objectivo de tal investigação é demonstrar que os eventos e acções podem ser descritos através das variações sintácticas que dependem do envolvimento subjacente dos actores: o agenciamento, a responsabilidade, a perspectiva, etc.

Estudos posteriores de Fowler (cit. por van Dijk, 1993) continuaram na mesma linha, mas não deixam de prestar tributo ao paradigma britânico dos estudos culturais que define as notícias, não como um reflexo da realidade, mas um produto de força políticas, económicas e culturais. Fowler (cit. por van Dijk, 1993) também aponta diversas ferramentas linguísticas a utilizar em tal análise crítica, tais como a análise de transitividade na sintaxe, estrutura lexical, modalidade e actos de fala.

Para Teun van Dijk (1993), o conceito central na grande parte do trabalho de crítica sobre o discurso é o conceito de poder, mais concretamente o poder social de grupos ou instituições, definido em termos de controlo. Em consequência, os grupos têm mais ou menos poder na medida em que são capazes de controlar os actos e as mentes dos membros de outros grupos. Esta capacidade pressupõe uma base de poder assente em recursos sociais como força, dinheiro, estatuto, enquadramento, conhecimento, informação, cultura, ou várias formas de discurso público e comunicação (van Dijk, 1993:354-55).

Controlar o discurso pode ser uma forma de poder. A influência discursiva pode fazer-se através do contexto, assim como através das estruturas do diálogo e do texto em si. A análise crítica do discurso analisa tipicamente a forma como as características do contexto influenciam as vias a partir das quais os grupos dominados definem a situação comunicativa em termos de modelos de contexto preferidos. A análise crítica do discurso também se concentra sobre a forma como as estruturas discursivas podem influenciar as representações mentais.

Ao nível geral do discurso, os tópicos podem exercer influência sobre o que as pessoas avaliam

como sendo a informação mais importante de uma conversa ou texto. Por exemplo, colocar um desses tópicos no título de uma notícia podem influenciar de forma poderosa a forma como os cidadãos definem a imagem mental mais forte associada a um evento.

A análise crítica dos discurso (Fowler, *et al*, 1979; Fairclough, 1989; van Dijk, 1993) lida com a relação entre discurso e poder e fornece uma amostra das várias formas como o poder e a dominação são reproduzidas através de texto e da conversação.

Apesar de haver vários estudos empíricos sobre discurso e poder, os detalhes da teoria interdisciplinar da análise crítica do discurso continuam na agenda. Continua a existir uma distância entre os estudos mais orientados linguisticamente para o discurso e a conversação e as várias abordagens da vertente social. A primeira linha peca por ignorar conceitos e teorias da sociologia e da ciência política sobre o abuso de poder e a desigualdade enquanto que a segunda linha raramente faz uma análise de discurso detalhada. A integração de diversas abordagens é muito importante para se chegar a uma forma satisfatória da análise crítica do discurso.

A análise da presença dos actores sociais nas notícias, do seu poder de conduzir as notícias para os seus pontos de vista tem que ser feito a partir dos próprios textos jornalísticos, avaliando o peso que cada um assume no contexto da comunicação de uma determinada problemática. Pertence ao jornalista o privilégio de decidir sobre o poder de perspectivação de uma fonte de informação. Anabela Carvalho (2002) sugere um modo de avaliar o peso relativo da perspectiva das organizações não-governamentais nas notícias de imprensa. Os indicadores que estabeleceu para a análise desse poder de perspectivação foram especificamente elaborados para o estudo da presença das organizações não-governamentais nos órgãos de comunicação, mas podem ser aplicados ao estudo de quaisquer actores sociais.

O conjunto inclui medidas de análise quantitativas e qualitativas. As primeiras passam por avaliar indicadores como a frequência com que um actor social surge nas notícias e a superfície que lhes é dedicado no texto. As medidas qualitativas incluem o confronto de perspectivas (existência ou não de contestação da perspectiva proposta pela fonte); papel que a fonte desempenha no texto relativamente às posições de outras fontes (reforço, crítica, comentário de especialista); posição relativa das afirmações da fonte ou da sua perspectiva no texto; aspectos retóricos: figuras de estilo empregues pela fonte ou pelos jornalistas ao referirem-se às perspectivas da fonte. No jogo das visibilidades, para além de dar a ver as perspectivas dos actores sociais que surgem nas notícias, também deixam de fora outros actores sociais, outras perspectivas. A selecção caracteriza-se precisamente por, ao mostrar, estar a esconder. As ausências também fazem parte da dotação de sentido.

Esta é uma das vias de análise da presença dos actores sociais nas notícias e da forma como os seus pontos de vista são plasmados nos textos, repercutindo-se na maneira como são abordados os assuntos nas notícias e, por conseguinte, no enquadramento dos assuntos que é passado para os cidadãos.

Nesta dissertação, as conclusões obtidas a partir da análise de notícias serão complementadas com um estudo junto das fontes de informação de forma a averiguar os processos que ocorrem ao

nível do contacto entre jornalistas e fontes de informação. Para tal foram efectuadas entrevistas semi-directivas realizadas com actores sociais que surgem nas notícias sobre alterações climáticas e ainda entrevistas com jornalistas que mais tratam a problemática das mudanças do clima.

Neste capítulo, começaremos por explicitar os procedimentos usados para a constituição do *corpus* de textos analisados e reflectir sobre as técnicas de análise dos mesmos. Prosseguir-se-á depois com a apresentação de questões metodológicas relativas ao estudo com actores sociais e jornalistas.

1. Análise dos artigos

A dissertação de mestrado que se apresenta tem como pedra basilar a recolha de textos publicados nas edições online de dois jornais portugueses – *Público* e *Correio da Manhã* – no primeiro trimestre de 2007. O *Público* e o *Correio da Manhã* são dois jornais portugueses representativos dos seus segmentos. O *Correio da Manhã* era, à data da recolha dos dados, o jornal mais lido em Portugal, de acordo com os números da Associação Portuguesa de Controlo de Tiragens (APCT: 2008), tendo sido ultrapassado, em 2008, pelo *Jornal de Notícias*. A escolha dos jornais baseou-se na opção de analisar dois órgãos de jornalismo impresso generalistas que se dirigem a públicos diferentes, sendo um considerado popular, o *Correio da Manhã*, e um de referência, o *Público*. Simultaneamente, eram os líderes em número de leitores dentro das respectivas categorias. A opção pelas edições online, ao invés das publicações em papel, levou em consideração a intuição de que estava a crescer a preferência pelas primeiras, nomeadamente entre os públicos envolvidos em redes laborais e sociais complexas, que optam por soluções para as tarefas quotidianas capazes de otimizar o tempo disponível. Esta opção veio a ser confirmada, no decorrer da investigação, pelas afirmações dos actores sociais entrevistados no âmbito da dissertação, já que alguns deles indicaram que lêem os jornais nas suas edições online ou que recebem *clipping* de notícias, de forma a minimizar os gastos de tempo diários na leitura do jornal em papel. Deve referir-se que, apesar do aspecto gráfico da edição online ser diferente do da edição em papel, o texto é o mesmo.

O intervalo de tempo seleccionado para a recolha de dados dos jornais corresponde à publicação de parte do quarto relatório do IPCC, a 2 de Fevereiro de 2007, em Paris. Nesta ocasião foi apresentado o *Summary for Policymakers*, que traduz a grande massa de conhecimento produzido pelos três grupos de trabalho do IPCC numa síntese orientada para os decisores políticos. As notícias recolhidas recaíram entre 1 de Janeiro e 30 de Março, de forma a verificar as curvas de interesse em redor do tema alterações climáticas, num período marcado por um acontecimento relevante.

A pesquisa e recolha dos dados *online*, nos sítios dos referidos jornais, foi feita com recurso a palavras-chave, através das expressões: 'alterações climáticas'; 'aquecimento global', 'Protocolo de Quioto', e 'efeito de estufa'. Consideramos, assim, estarem cobertas as notícias relevantes sobre alterações climáticas. A opção por estas expressões e não por outras está ligada ao facto de

esta dissertação surgir no seguimento um projecto de investigação científica que experimentou e aplicou esta selecção antes desta dissertação tomar forma. No entanto, reconhece-se que alguma informação possa ter ficado omitida, devido ao recurso a este método de selecção do *corpus* de análise.

Nesta linha, introduz-se aqui o trabalho de Lacey e Longman (1993), que iniciaram a metodologia de investigação em jornais através das suas bases de dados electrónicas online. Esta opção de investigação permitiu recorrer a palavras-chave de forma a determinar a cobertura de assuntos como o aquecimento global e a fome no Sudão. Os gráficos surgidos do estudo quantitativo das notícias publicadas em quatro jornais, entre 1988 e 1991, permitiram-lhes avançar explicações para as curvas de interesse e declínio da presença daqueles assuntos nas agendas.

O estudo destes autores habilita-os a defender que existe um carácter cíclico subjacente à cobertura jornalística, o que pode levar a que um assunto ambiental, por mais premente que seja, possa ser ignorado ou pouco referido. Permite-lhes ainda defender que vastas secções da imprensa ignoram selectivamente ou reportam de forma deficiente alguns assuntos ambientais.

Lacey e Longman (1993) sublinham que a metodologia por eles adoptada, mesmo ainda numa fase de subdesenvolvimento, permitia, através de uma análise comparativa e crítica dos casos, demonstrar o mecanismo dos *gatekeepers*, o carácter marcadamente cíclico da cobertura jornalística da imprensa, a hierarquia estabilizada em termos de cobertura dos assuntos ambientais e a emergência de uma diferenciação marcada na forma de noticiar alguns assuntos do desenvolvimento. O elemento perturbador da cobertura mediática é que, mesmo em cenários de agravamento das condições existentes, em termos de emissões de gases com efeito de estufa e de aquecimento global, e sem indicadores de que as preocupações do público tenham diminuído, os *gatekeepers* podem decidir que o assunto já não é noticiável. Existe uma não correspondência incomum entre o interesse do público expresso em inquéritos de opinião e a política aparentemente ditada pelos editores.

Em alguns órgãos de comunicação, a pesquisa online tem como limitação a impossibilidade de proceder a análises de imprensa baseadas nos elementos de apresentação dos textos em página de papel que acabam por ter relevância em termos de leitura (páginas pares ou ímpares; posição na página; primeiras páginas; destaques; manchetes). Tal é o caso do *Correio da Manhã*, uma vez que a configuração do jornal online é totalmente diversa da edição em papel do diário. O *Público* permite a consulta online do jornal página a página, com a configuração da edição impressa (no entanto, em relação ao *Correio da Manhã*, apresenta o inconveniente de nem todas as peças poderem ser acedidas gratuitamente, exigindo subscrição do serviço). Cabe fazer referência que a recolha dos textos jornalísticos recaiu sobre todos os textos em que era observada pelo menos uma das expressões citadas, independentemente do género jornalístico em causa. Sabe-se, porém, que a notícia é o género maioritário nos jornais portugueses, daí que tenha sido também o género mais recolhido. Porém, as reportagens, as entrevistas, os editoriais e os artigos de opinião também marcaram presença no conjunto, o que, de alguma forma, também reflecte um pouco da

relevância que a problemática das alterações climáticas alcança a sociedade portuguesa.

Convém aqui clarificar com detalhe os critérios que orientaram a selecção, quer dos artigos a analisar, quer dos actores sociais e dos jornalistas a entrevistar, no âmbito deste estudo. A primeira fase deste trabalho consistiu na já referida recolha por palavras-chave de artigos nos jornais. O conjunto de artigos daí foi sujeito (Cf. Anexo 1) a uma primeira análise que consistiu na contabilização dos actores sociais mais referidos, ouvidos e citados, com o intuito de identificar quem fala, que vozes são projectadas para o espaço público através da amplificação que os órgãos de comunicação de massa fazem delas. O mesmo exercício permitiu identificar também os jornalistas que mais escrevem artigos sobre alterações climáticas.

Mediante a totalidade dos artigos recolhidos (145 do *Público* e 40 do *Correio da Manhã*), foi necessário restringir o *corpus* que viria a ser contemplado na análise. Não seria exequível proceder-se à análise comparativa da totalidade dos artigos obtidos, portanto, a estratégia adoptada passou por, após obtidas as respostas dos actores sociais às solicitações para entrevista, seleccionar apenas os textos nos quais estes actores sociais marcavam presença. Reduziu-se assim a matéria em análise para 22 artigos do *Público* e 15 do *Correio da Manhã* (Cf. Anexo 2). Esta opção foi a que melhor se adequou ao objectivo orientador deste trabalho: colocar em perspectiva os discursos dos actores sociais nos media e a sua leitura acerca do campo mediático. Outras hipóteses foram ponderadas, como a selecção aleatória de artigos, por exemplo, mas nenhuma delas respondia à necessidade de colocar frente a frente actores sociais e artigos em que eles estão presentes. Desta forma foi possível reduzir significativamente a quantidade de artigos que depois foram sujeitos a análise.

Reconhece-se que esta opção metodológica não é inatacável, mas foi a forma menos onerosa de operacionalizar a análise de uma amostra de artigos que fosse possível relacionar com a perspectivas dos actores sociais. Assim, este trabalho pode ser considerado um estudo exploratório sobre a forma como são abordadas as alterações climáticas pelos jornais portugueses, sobre as perspectivas dos actores sociais que são colocados na categoria de fontes de informação e sobre as considerações dos jornalistas acerca da comunicação das alterações climáticas. Portanto, estamos conscientes das limitações com as quais lidamos, sobretudo o perigo de os artigos que foram analisados não corresponderem àqueles que são os mais relevantes. Apesar destes constrangimentos, consideramos que este trabalho fornece pistas importantes acerca da forma como são noticiadas as matérias ligadas à alterações climáticas pelos jornais portugueses.

Uma das vias de análise dos artigos foi a da identificação de quais os actores sociais que um e outro jornal foram trazendo para a discussão das alterações climáticas. Pretendia-se, assim, identificar que arenas eram colocadas debaixo dos holofotes dos textos jornalísticos, ou seja, que perspectivas das alterações climáticas são veiculadas pelos jornais *Público* e *Correio da Manhã*. Ao mesmo tempo, procurou-se avaliar se existem diferenças palpáveis em relação aos actores sociais seleccionados, num e noutro jornal. Estabeleceu-se para este tratamento uma grelha de classificação dos actores sociais que é a seguinte:

- Governo central
- Governo local
- Instituições europeias
- Instituições internacionais
- Universidade/centro de investigação
- Instituto público
- Associação ambiental
- Associação profissional
- Empresas
- Investidores
- Cidadãos
- Outro

A partir desta grelha pode ser feita a leitura acerca dos campos a que pertencem os actores sociais que surgem como fontes de informação e, portanto, quais são as perspectivas dadas da problemática por cada um dos jornais em estudo. A aplicação desta grelha processou-se segundo os parâmetros que se seguem. Sob a categoria 'Governo central' foram colocados actores sociais como Governo, primeiro-ministro, ministros, ministérios, secretários de Estado, outros elementos pertencentes aos órgãos executivos centrais de Portugal e ainda o Presidente da República. A categoria 'Governo local' refere-se aos órgãos de governo das entidades locais: municípios, juntas de freguesia, comissões de coordenação de desenvolvimento regional e similares. 'Entidades europeias' é uma categoria aplicada a todas as instituições supra-nacionais, no âmbito da União Europeia, assim como elementos governativos dos Estados-membros em funções relacionadas com a sua pertença aos órgãos da UE. Por fim, a categoria 'Instituições internacionais' foi aplicada às entidades supra-nacionais como a ONU e as suas várias entidades, o IPCC e demais instituições que são constituídas pelos esforços de vários países. Também foram assim classificados os governos de países fora dos Vinte e Sete e as entidades governamentais desses países. A categoria 'Universidade/centro de investigação' foi constituída para albergar os actores sociais ligados à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico. A categoria 'Instituto público' classifica as entidades que, não sendo, entidades executivas, estão sob a alçada do Estado, desempenhando funções específicas de serviço aos cidadãos, como o Instituto de Meteorologia, o Instituto da Água, ou outras entidades afins. 'Empresas' qualifica todos os actores sociais que se dedicam à actividade empresarial, sejam elas de capitais públicos, mistos ou privados. 'Associação ambiental' agrega as fontes de informação que forma organizações que não estão ligadas ao Governo, que desempenham funções na sociedade de protecção e auxílio aos cidadãos, sem que visem o lucro ou mais-valias.

Em matéria de alterações climáticas, as ONG/associações ambientais que mais se destacam nas

notícias em Portugal são entidades como a Quercus, por exemplo. As associações de classe profissional são categorizadas como 'Associação profissional'. A categoria 'Investidores' foi criada para classificar os cidadãos que se movimentam em torno da problemática das alterações climáticas pela via de interesses económicos, mormente na área da Energia. Os cidadãos que surgem nas notícias na sua qualidade de membros da sociedade, sem quaisquer sem que o destaque sejam as suas funções profissionais ou outras sejam o motivo do seu surgimento nas notícias.

As duas categorias que se referem a actores sociais internacionais ('Instituições europeias' e 'Instituições internacionais') são as que permitem uma classificação menos refinada. Este facto fica a dever-se à orientação do presente trabalho para os actores sociais portugueses. Portanto, estas categorias servem mormente para medir o peso relativo destes actores sociais no conjunto das fontes de informação referidas no âmbito das notícias sobre alterações climáticas. Por último, cabem na categoria 'Outros' todos os actores sociais cuja presença nas notícias é residual.

A abordagem que escolhemos para efectuar esta tarefa é a análise comparativa, apoiada no trabalho de Carvalho (2000) sobre as opções metodológicas a tomar para análise dos textos de imprensa. Conforme foi explicitado acima, a opção que se considerou mais adequada para tratamento da quantidade de textos dos dois jornais em análise foi a de perspectivação/enquadramento. Embora admita que esta opção possa deixar de fora aspectos discursivos que concorrem para a dotação de sentido dos textos jornalísticos, a extensão da amostra de textos seleccionados acabou por ditar a opção pela metodologia de análise. Embora se considere que um cruzamento com outros métodos pudesse trazer à luz aspectos que acabaram por ficar de fora desta análise, pensamos que este capítulo fornece já um mapa para a compreensão da forma como é feita a comunicação das alterações climáticas pelos jornais *Público* e *Correio da Manhã*.

2. Estudo com actores sociais e jornalistas

Como referido acima, o universo de artigos recolhidos no período estipulado, de acordo com os critérios acima descritos, serviram de base para a selecção dos actores sociais que viriam a ser entrevistados, através de entrevistas presenciais semi-directivas (Cf. Anexo 3) para a realização deste trabalho. O conjunto de actores sociais a entrevistar foi formado com recurso à contabilização da presença dos discursos dos actores sociais nos artigos recolhidos, assim como na ausência de outros actores sociais. Assim, foram seleccionados os actores sociais com maior número de presenças nos artigos, por um lado, e alguns actores sociais que, sendo potencialmente relevantes para a discussão pública das alterações climáticas devido à acção que desenvolvem, não são referidos nos textos jornalísticos, por outro lado. Este último critério permitiu alargar a análise para além do "círculo de visibilidade" mediática.

Da aplicação destes critérios resultou uma lista de potenciais entrevistados composta da seguinte forma: 1) actores sociais que mais surgem no conjunto dos artigos dos jornais a) um elemento ligado a 'Instituições europeias'; b) um elemento pertencente ao 'Governo central'; c) quatro

elementos pertencentes a Universidade/Investigação; d) dois elementos de 'Instituto público'; e) um elemento pertencente a 'Associação ambiental'; f) dois elementos de Associação profissional; g) dois pertencentes a 'Empresas'; 2) actores sociais que não surgem nas notícias: a) dois elementos pertencentes à categoria 'Instituto público'; b) um elemento pertencente à categoria 'Universidade/Investigação'; c) dois elementos pertencentes a 'Associação ambiental'. Assim, foram contactados 13 actores sociais que marcaram presença nas notícias e cinco outros que não sugeriram nos artigos analisados e que foram incluídos na pesquisa com o intuito de perceber se haveria algum tipo de estratégias por detrás dessa ausência, ou outros factores que levassem a que não surgissem nos media, numa área em que potencialmente poderiam acrescentar a sua perspectiva.

A percentagem de resposta às solicitações para entrevistas neste âmbito acabou por ficar aquém do esperado. Corresponderam à solicitação de entrevista oito dos 13 actores sociais que habitualmente surgem nos artigos sobre alterações climáticas, mais três dos cinco pertencentes ao grupo dos ausentes (Cf. Anexo 4). Assim, do primeiro grupo foram entrevistados um elemento pertencente a 'Instituições europeias', um elemento do 'Governo central', três elementos da categoria 'Universidade/Investigação', um membro de 'Associação ambiental', um elemento de 'Associação profissional', e um elemento pertencente a 'Empresa'. Do segundo grupo, responderam à solicitação de entrevista um elemento de 'Instituto público', um elemento da categoria 'Universidade/Investigação e um elemento de 'Associação Ambiental'.

Além das entrevistas a actores sociais, foram ainda realizadas entrevistas semi-directivas (Cf. Anexo 3) aos jornalistas que mais notícias sobre alterações climáticas assinaram no conjunto dos textos recolhidos no *Público* e *Correio da Manhã*. A selecção destes profissionais baseou-se na contagem simples dos profissionais que mais artigos assinaram, tendo sido seleccionados 13 (sete do *Público* e seis do *Correio da Manhã*). Destes, apenas três acederam a ser entrevistados: dois jornalistas do *Público* e um do *Correio da Manhã*.

Assim, em 31 ofícios enviados a solicitar entrevistas, obteve-se um total de 14 respostas positivas (11 actores sociais e três jornalistas). Sublinhe-se a taxa de resposta muito baixa por parte dos jornalistas. No entanto, era, de alguma forma, esperada, uma vez que a classe acaba por sofrer alguma retracção quando é alvo de questionamento, ou seja, quando pode ser submetida a um método de estudo que, por norma é por si utilizada para fins de comunicação, a entrevista. Por outro lado, existe algum pudor na abordagem do *modus operandi* da profissão. Estas razões podem explicar, até um certo ponto a ausência dos jornalistas neste trabalho, que nem os contactos via correio electrónico ou telefónico foram capazes de solucionar.

As três entrevistas realizadas a profissionais do jornalismo impresso vão servir apenas como pistas acerca da visão desta classe relativamente à temática das alterações climáticas em si e aos desafios de tratamento de informação que coloca. Salienta-se a relevância pelo facto de estas entrevistas completarem um pouco o anel da produção das notícias que aqui se explorou, desde o produto final que são as notícias, passando pelas fontes de informação e incluindo também os jornalistas.

Uma das maiores dificuldades foi o agendamento das entrevistas presenciais, uma vez que as respostas aos ofícios foram muito espaçadas no tempo, decorrendo meses entre o envio das missivas e a obtenção de uma resposta e criando, assim, entropia no decurso do trabalho.

A análise das entrevistas segue um modelo adaptado de Hennie Boeije (2002) para o tratamento da informação recolhida por meio de entrevistas semi-directivas. Uma das dificuldades do tratamento deste tipo de informação, não quantificável, nem redutível a categorias estanques e mensuráveis é precisamente a impossibilidade de validar as conclusões retiradas através da força dos números. A perspectiva que perfilhamos neste trabalho é a de recolher toda a informação considerada relevante no âmbito do objecto de estudo e que seja capaz de lançar pistas sobre a forma como se entreolham os dois lados humanos da produção da notícia. A qualidade das relações entre ambos e a forma como cada campo se encara são factores críticos para a qualidade da informação que é veiculada para os leitores dos jornais.

IV. Discurso mediático sobre alterações climáticas

Os meios de comunicação de massa são dispositivos de construção, difusão e amplificação de discursos no espaço público. Por meio deles abrem-se e fecham-se as janelas através das quais o discurso dos actores sociais das diferentes arenas se transforma e difunde, dando-se a ver a outros eventuais interessados no assunto em causa, assim como aos cidadãos, que acedem a esses discursos através da mediação das notícias. O processo comunicativo assente nos meios de comunicação de massa faz-se através dos textos jornalísticos que são difundidos pelo órgão de comunicação. Estes textos são urdidos segundo uma complexa teia de factores nos quais se incluem os jornalistas e o seu poder de decisão sobre a construção da notícia, sobre o enquadramento que fazem das perspectivas avançadas pelos actores sociais que são seleccionados para fontes de informação, dos constrangimentos de espaço e de tempo que determinam estas opções em alguma fase do processo, das orientações editoriais do órgão de comunicação, das relações jornalista-fonte, e da preparação do jornalista sobre o assunto em causa.

Neste capítulo pretende-se efectuar uma análise crítica das notícias dos jornais *Público* e *Correio da Manhã* com o intuito de averiguar que caminhos segue cada um deles na abordagem de assuntos ligados às alterações climáticas, que temas privilegiam, e que actores sociais seleccionam. Conforme foi explicitado no capítulo dedicado à metodologia, a opção que se considerou mais adequada para tratamento de textos dos dois jornais em análise, em quantidade significativa, foi a de análise comparativa de perspectivação/enquadramento. É de prever que o tratamento dado pelas duas publicações ao tema difira em aspectos que estão ligados à diversidade de públicos a que ambos se destinam, já que as linhas editoriais em que cada um se baseia vão ao encontro de um certo perfil de leitores.

A importância do tratamento que o *Correio da Manhã* dispensa às mudanças globais do clima nas suas edições é relevante, sobretudo pela quantidade de leitores diários que o jornal atinge, com uma tiragem média de 147.620 exemplares no último trimestre de 2007 a que correspondeu uma circulação de 112.116 jornais, de acordo com os dados da Associação Portuguesa de Controlo de Tiragens (Associação Portuguesa de Controlo de Tiragens, 2008). O *Público*, enquanto jornal de referência, com uma tiragem média de 56.215 e uma circulação de mais de 40 mil exemplares, dirige-se a um público com um perfil diverso do *Correio da Manhã*.

Cabe referir alguns aspectos do estudo levado a efeito por Hugo Mendes (Mendes, 2003) que estudou a visibilidade alcançada pelos temas de ciência nos jornais *Público*, *Correio da Manhã* e *Expresso*. Ao verificar que os temas de cariz científico foram registando um crescendo em termos de visibilidade, o autor conclui que um tal acréscimo pode ser atribuído, ao mesmo tempo, quer à atractividade que exercem sobre o público, garantindo vendas, quer à aproximação da ciência relativamente a campos que possibilitam o encontro entre os avanços técnico-científicos e os desafios da regulação política, a mobilização de valores sagrados e profanos, a dialéctica entre

factores globais e locais, a maximização de lucros económicos, a procura de maior qualidade de vida ou o direito de participação das populações (p.69).

1. Dados quantitativos sobre os textos jornalísticos

Recolhida a totalidade de notícias (Cf. Anexo 1) segundo os critérios já explicitados no capítulo dedicado à metodologia, os resultados gerais são os seguintes: o *Público* publicou 145 textos ao longo dos três primeiros meses de 2007. O *Correio da Manhã*, por seu lado, publicou 40 notícias. A atenção dedicada por cada um dos jornais aos assuntos das alterações climáticas, quando se atenta em indicadores quantitativos, é díspar.

O gráfico que se segue ilustra a flutuação do número de notícias publicadas por cada um dos jornais no período em estudo. Destaque-se o pico de noticiabilidade atingido pelo *Público* na semana em que foi publicado o relatório do IPCC. Também o *Correio da Manhã* mostra uma subida no número de notícias no mesmo período. No entanto, é notória a distância entre ambos os jornais na quantidade de notícias que dedicam à matéria: a curva que representa as notícias editadas pelo *Público* é sempre superior à curva que corresponde ao *Correio da Manhã*.

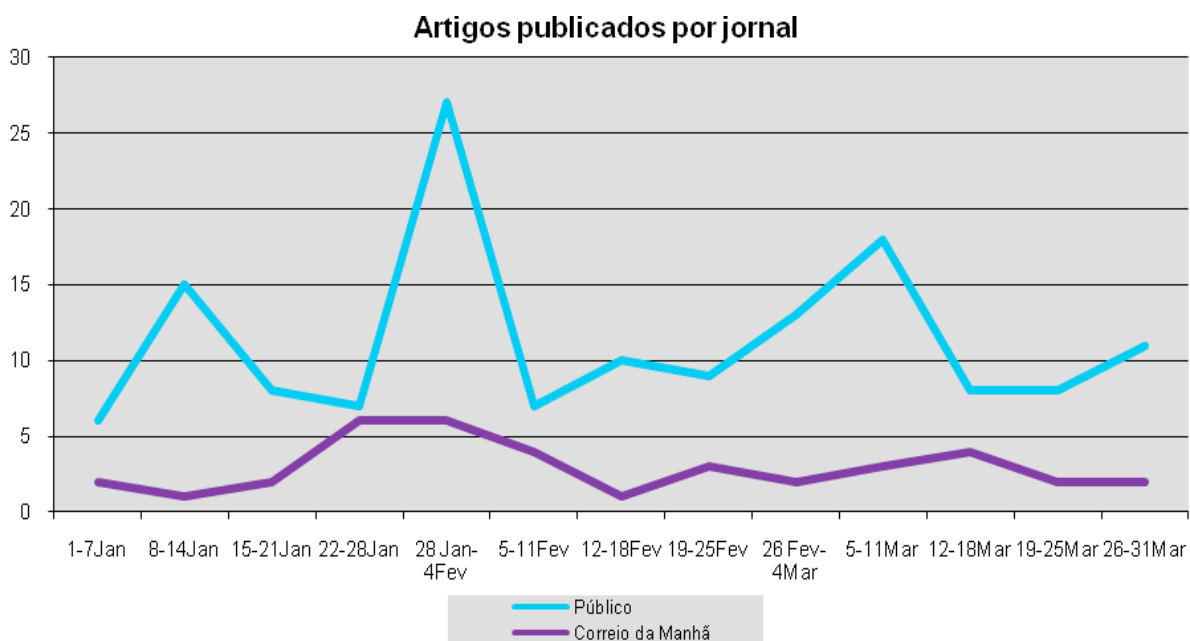


Gráfico 1: Número de artigos sobre alterações climáticas publicados por jornal (Janeiro-Março 2007)

Apesar desta dissimilitude dos números, a atenção de ambas as publicações acaba por recair, algumas vezes, em assuntos comuns. No entanto, como adiante poderemos verificar, a abordagem que ambas as publicações fazem é diferente. Diante de um evento, o *Correio da Manhã* tende a prender-se à descrição causal do facto e, mesmo fazendo algum esforço de enquadramento através do contacto com fontes de informação, o trabalho que apresenta resulta quase sempre em somente um texto. Aliás, esta opção resulta da linha bem marcada do jornal, que opta por dedicar um texto só a cada assunto. A linha do *Público* é inversa e os temas de

notícia são, não raras vezes, tratados em mais do que um texto, sendo que essa divisão tende a ser utilizada para publicar as várias vertentes de um assunto, as posições convergentes e divergentes em relação às matérias, as perspectivas dos actores sociais que o jornalista considera terem legitimidade para lançar no espaço público. Convém reforçar que o *Público*, além do maior número de textos jornalísticos, reserva também espaços mais extensos para as matérias, preenchidos com informação mais aprofundada.

São vários os exemplos possíveis. Refira-se, a título de ilustração, as notícias recolhidas em ambos os jornais no dia 9 de Janeiro de 2007: *Público* e *Correio da Manhã* noticiam a reacção dos actores sociais do sector dos transportes, em concreto dos taxistas, às medidas que o Governo colocou em sede do Plano Nacional das Alterações Climáticas (PNAC) para a redução das emissões de gases com efeito de estufa na cidade de Lisboa. O *Correio da Manhã* apresenta, nesse dia, uma notícia sobre este tema, enquanto que o *Público* dedica cinco textos às questões ligadas às alterações climáticas, entre os quais um que refere o mesmo assunto que foi tratado pelo *Correio da Manhã*. Neste exemplo, torna-se mais claro o ponto referido acima relativamente à opção do *Correio da Manhã* pelo evento circunstancial e marcado no tempo, ao passo que o *Público* enquadra esse mesmo evento através de um conjunto de textos jornalísticos.

Para a análise de perspetivação, foi considerado um conjunto de textos retirados do “bolo” total. Como explicado no capítulo anterior, a selecção das notícias teve por base a presença nestes textos dos actores sociais que foram entrevistados no âmbito desta investigação, de forma a que os discursos mediáticos por eles formulados em entrevista pudessem ser emparelhados com a imagem mediática que é passada pelas suas declarações. A tabela que se segue mostra a percentagem de textos seleccionados.

	Notícias recolhidas	Notícias seleccionadas	%
<i>Público</i>	145	22	15.2
<i>Correio da Manhã</i>	40	15	37.5
Total	185	37	20.0

Tabela 1: Artigos recolhidos e seleccionados para análise (Janeiro-Março 2007)

A transversalidade e complexidade das alterações climáticas leva a que surjam em diversas secções dos jornais, dependendo da vertente do assunto que está a ser abordada. A distribuição das notícias pelas secções dentro de um jornal também pode indicar de alguma forma qual é o enquadramento privilegiado pelo órgão de informação para tratar as mudanças do clima. No caso dos dois jornais aqui tratados, há uma marca notória: o *Público* coloca as notícias sobre as mudanças do clima numa maior diversidade de secções.

Correio da Manhã - Notícias por secção

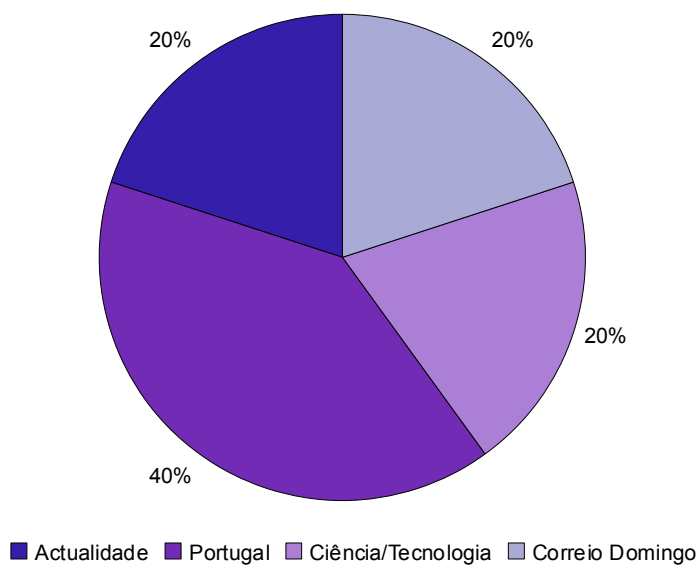


Gráfico 2: Artigos do *Correio da Manhã* seleccionados para análise (Janeiro-Março 2007)

Público - Notícias por secção

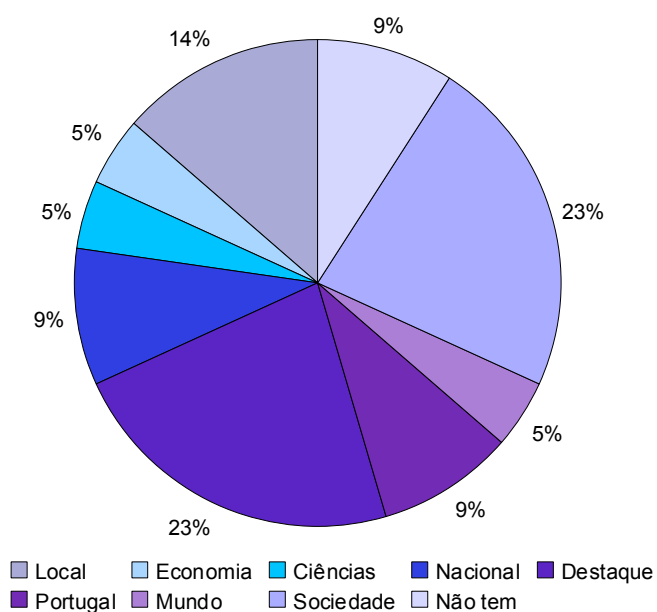


Gráfico 3: Artigos do *Público* seleccionados para análise (Janeiro-Março 2007)

Analisando os dois gráficos, as notícias do *Público* recaem mais sobre as secções “Sociedade” e “Destaque”. Esta última é a secção nobre do jornal, logo a presença de vários textos nesta secção reflecte a relevância do assunto alterações climáticas no período analisado. Já o *Correio da*

Manhã apresenta maior número de notícias na secção “Portugal”, indo ao encontro da tendência do órgão para privilegiar a perspectiva da proximidade dos seus leitores. Merece referência a presença da secção “Ciência/Tecnologia”, por estar em causa um assunto que tem que contar com o contributo da Ciência para a sua compreensão. No *Público* esta presença é proporcionalmente menor do que no *Correio da Manhã*.

As notícias fazem-se com os actores sociais, e com a circulação de informação que é possível fazer acontecer. A informação que é veiculada é sempre mediada. Os jornalistas têm a capacidade de seleccionar as fontes que vão figurar na notícia e de perspectivar um assunto sob o ponto de vista de um actor social e não de outro. As consequências destas escolhas manifestam-se ao nível dos discursos dominantes na esfera pública. Em relação aos textos jornalísticos seleccionados para este capítulo, é importante perceber a que arenas pertencem os actores sociais privilegiados por cada um dos jornais.

	<i>Público</i>	%	<i>Correio da Manhã</i>	%
Governo central	15	68.2	7	46.7
Governo local	3	13.6	4	26.7
Instituições europeias	4	18.2	4	26.7
Instituições internacionais	6	27.3	5	33.3
Universidade/ Investigação	4	18.2	8	53.3
Instituto Público	4	18.2	5	33.3
Associação ambiental	9	40.9	7	46.7
Associação profissional	2	9.1	2	13.3
Empresa	5	22.7	5	33.3
Investidores	0	0.0	1	6.7
Cidadãos	1	4.5	3	20.0
Outro	7	31.8	6	40.0

Tabela 2: Presença dos actores sociais nos textos seleccionados do *Público* e do *Correio da Manhã*

A tabela abaixo mostra quem fala sobre alterações climáticas em ambos os jornais. Os valores percentuais ilustram o peso relativo de cada categoria de actores sociais relativamente ao número total de notícias de cada jornal seleccionadas para esta análise. Tal como no caso dos gráficos 2 e 3, os números dizem respeito apenas ao *corpus* de análise seleccionado, segundo os critérios explicitados no capítulo dedicado à metodologia, e não à totalidade de textos recolhidos dos jornais.

Assim, a tabela apresenta a presença das categorias de actores sociais citados e mencionados nas peças jornalísticas, isto é, quer aqueles que viram o seu discurso reproduzido entre aspas, quer aqueles cujas posições foram referidas em discurso indirecto (Anexo 2). Categorizados os diversos actores sociais, calculou-se a presença percentual das várias categorias na totalidade dos textos considerados, tornando-se possível avaliar o peso de cada uma delas na totalidade dos artigos de cada jornal. Os números apresentados não correspondem, portanto, ao número de vezes que cada actor social é referido e/ou citados nos artigos, mas sim a percentagem do total de textos em que foi identificada cada categoria. A opção por considerar todos os actores sociais com presença nos textos seleccionados para análise prende-se com o objectivo de analisar a saliência

que é conferida aos actores sociais nesses mesmos textos, independentemente do modo de reconstituição dos seus discursos. No entanto, reconhece-se que a opção de limitar a análise a um número reduzido de artigos implica a impossibilidade de realizar extrapolações.

A tabela acima mostra que, nos textos em análise, o *Público* privilegia fontes de informação vindas das áreas do 'Governo central', categoria identificada em 68,2% dos textos analisados, seguindo-se a presença da 'Associação ambiental' em 40,9% dos textos noticiosos. O *Correio da Manhã* privilegia os actores sociais ligados à área científica, sendo detectada a categoria 'Universidade/Investigação' em 53,3% dos artigos daquela publicação em análise. Seguem-se *ex-aequo* as categorias 'Governo central' e 'Associação ambiental' em 46,7% das notícias. No *Público* as 'Instituições internacionais' estão presentes em 27,3% dos textos jornalísticos. Neste particular é importante referir a presença do IPCC em vários textos jornalísticos em análise e, sendo esta entidade classificada como 'Instituição internacional', não deixa de ser também uma instituição que se dedica à investigação, pelo que se acentua, por esta via, a presença dos actores sociais da área científica nos artigos do *Público*. Um outro dado que não convém negligenciar é o facto de o *Correio da Manhã* reservar espaço para a presença dos 'Cidadãos' e dos 'Investidores', o que no *Público* acontece apenas para os 'Cidadãos', com uma presença absoluta mínima, em um texto. Como adiante se verá, os cidadãos surgem no contexto de histórias particulares, do evento específico e circunstancial, que tem lugar no *Correio da Manhã*, na procura de mostrar aos leitores as histórias das pessoas comuns que são de alguma forma afectadas pelas alterações climáticas, promovendo a identificação e alertando para a forma como as mudanças do clima podem afectar 'cidadãos como nós'. O caso dos investidores é diferente. Apesar de, à partida, poderem ser colocados na categoria 'Cidadãos', os interesses económicos que os movem para as alterações climáticas são de natureza muito diversa, portanto, a opção tomada passou por isolá-los numa categoria própria. De salientar a relevância percentual atingida pela categoria 'Outro', na qual foram categorizados actores sociais das mais diversas proveniências, como é o caso de ex-detentores de cargos políticos, por exemplo, que são ouvidos precisamente na qualidade de personalidade que deteve poder de decisão nas matérias em causa, mas que actualmente não lhe estarão directamente ligadas (Cf. Anexo 2).

Uma visão panorâmica da tabela revela que o *Correio da Manhã* apresenta um equilíbrio maior entre nas presenças das categorias dos vários actores sociais, ao passo que no *Público* é mais destacada a presença de duas categorias ('Governo central' e 'Associação ambiental'), com ascendente sobre as restantes.

Estes números apresentam a presença das categorias de actores sociais nos textos jornalísticos em análise. No entanto, será de notar que a relevância que assumem na construção dos textos é diferente, tendo isso influência na construção do sentido, conforme se verificará no decorrer deste trabalho.

2. Representação das alterações climáticas no *Público* e no *Correio da Manhã*

O período de tempo seleccionado (Janeiro-Março de 2007) para este estudo coincidiu com a divulgação dos dados do quarto relatório do IPCC, cuja publicação do *Summary for Policymakers*

relativo ao Grupo de Trabalho I ocorreu em Paris, a 2 de Fevereiro de 2007. Ao mesmo tempo, em Portugal, as condições meteorológicas adversas vinham facilitando o avanço do mar sobre as dunas das praias da Costa de Caparica, destruindo propriedades, sobretudo construções frágeis que serviam de apoios de praia no Verão.

Ao nível do noticiário internacional, para além da publicação de resultados relativos ao quarto relatório do IPCC, a Comissão Europeia propôs novas metas para as emissões de gases com efeito de estufa para o período após a cessação do protocolo de Quioto, em 2012. Apontou reduções das emissões de gases com efeito de estufa na ordem dos 20% relativamente aos níveis de 1990. A forma de atingir essas aspirações gerou posições divergentes entre os Vinte e Sete, sobretudo no que concerne à fórmula de partilha do esforço. Portugal, através do ministro do Ambiente, tentou que a sua condição de Economia frágil e baixos níveis de emissões de gases *per capita* revertisse numa malha mais larga relativamente ao esforço conjunto dos Estados-membros para redução da quantidade de gases nocivos lançados para a atmosfera.

No período seleccionado para este estudo, os acontecimentos sucederam-se, em matéria de alterações climáticas. O enfoque dado às questões e a profundidade com que foram tratadas são aspectos relevantes que sobressaem da análise das notícias consideradas neste estudo. No entanto, considera-se que o acontecimento mais relevante ocorrido foi a divulgação do relatório do IPCC, pela carga das evidências científicas que trouxe, pela linguagem de certeza que saiu reforçada, pela urgência de acção e de compromisso internacional que enfatizou, pela credibilidade que a instituição possui, e pela legitimidade que o trabalho científico alcança em termos públicos. Na capital francesa, reuniram-se centenas de cientistas e políticos com o objectivo de acordarem sobre o texto do documento a apresentar publicamente. No plano político, a consensualização da linguagem a utilizar no texto do *Summary for Policymakers* foi feita palavra a palavra, até que as 21 páginas do documento saíram para o espaço público.

Como referido anteriormente, o gráfico 1 mostra que o *Público* apresenta um pico de notícias na semana de 28 de Janeiro a 4 de Fevereiro, precisamente aquela em que foi publicado o referido documento do IPCC. Também o *Correio da Manhã* regista um acréscimo de textos publicados acerca desta matéria neste período. As diferenças entre os dois jornais diários no tratamento e destaque que atribuem ao episódio são evidentes. Desde logo, o facto de o *Público* ter colocado um enviado especial em Paris revela a importância atribuída ao assunto alterações climáticas. O jornalista Ricardo Garcia, que habitualmente trata assuntos relacionados com a Ciência, foi destacado para acompanhar o andamento das discussões em torno da versão do relatório a apresentar aos media e, por conseguinte, ao público.

O *Público* dedicou sete textos que de alguma forma se ligaram ao tema alterações climáticas, em secções diferentes: quatro em “Destaque”, duas em “Sociedade” e uma em “Local”. A divulgação do relatório em si foi tratada na primeira, a zona nobre do jornal, sobrando ainda uma notícia da autoria de Ana Fernandes para a “Sociedade”, sob o título 'As principais conclusões do relatório' (Fernandes, 2007). Em “Local” foi tratada uma notícia relativa ao risco de construção nas zonas costeiras, devido à subida do nível médio das águas do mar.

A edição do *Público* de 3 de Fevereiro deu ênfase às vertentes científica, política e diplomática das alterações climáticas e à capacidade mobilizadora do tema, sobretudo pela exigência que envolve em termos de concertação de acções internacionais. As diferenças no texto levam a que se construa uma imagem com vários cambiantes, que vai da convergência entre cientistas e políticos, à crítica da conduta do responsável político português, passando pelas questões de negociação política que dificulta o estabelecimento de medidas que visam um objectivo comum.

Nas quatro notícias da secção “Destaque” (páginas 2 e 3), preenchida pelo tema, o texto principal e mais alargado referiu-se às conclusões do relatório e as restantes deram conta de reacções particulares de diversos grupos da sociedade, quer políticos, quer membros de organizações não-governamentais de ambiente, abrindo também espaço para as reacções obtidas em Portugal, tornando mais próximo um assunto que poderia causar distanciamento nos cidadãos, por ser tratado apenas ao nível das entidades internacionais.

As peças seleccionadas para esta análise, segundo os critérios já referidos, pertencem à secção “Destaque” e apresentavam os seguintes títulos: 'Portugal faltou à reunião do IPCC' (R.G., 2007) e 'Reacções nacionais' (Machado, 2007).

A primeira, localizada numa pequena coluna no interior da peça principal da secção *Destaque*, na página 3, informa que Portugal não esteve representado na reunião do IPCC: “O ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia, que está em Paris, a participar numa conferência ambiental promovida pelo Presidente francês, Jacques Chirac, foi apanhado de surpresa”, dizia a peça. O ministro português do Ambiente, Nunes Correia, afirmou que desconhecia quanto às razões pelas quais Portugal falhara a presença. O responsável máximo pelas políticas de Ambiente em Portugal revelou uma imagem de falta de informação face a um evento importante na sua área de actuação, no qual o país não esteve representado, mesmo sendo uma parte interessada por força da geografia que o coloca numa localização de grande vulnerabilidade às mudanças do clima. No entanto, o governante assegurou, nas declarações prestadas ao *Público*, que apuraria as razões da ausência. O ministro admitiu não ter lido o documento que estava em discussão, mas aproveitou para referir as suas impressões pessoais acerca da conjuntura climática actual e das perspectivas acerca de cenários futuros. O membro do Governo português assumiu que a classe política passou a estar mais pressionada a agir de imediato com a existência de um novo relatório que exhibe o selo da ONU.

O ministro português do Ambiente mostrou uma atitude de desorientação do ministério que tutela, na medida em que desconhecia as razões da ausência de um representante português ao mesmo tempo que reconheceu não ter, ele próprio, lido o documento acabado de divulgar. Porém, encontrava-se em Paris como participante num encontro sobre ambiente promovido pelo ex-presidente francês, Jacques Chirac.

A tonalidade do texto remete para a crítica do jornalista à actuação do titular de cargo executivo, uma vez que foi chamada a desorientação do político para enquadrar o início do texto, enquanto que as declarações sobre o teor do documento propriamente dito foram remetidas para a parte final. O discurso orientou-se para a auto-responsabilização da classe política e para a necessidade

de agir com celeridade, colocando a tónica no facto de não haver já margem para dúvidas acerca das reais consequências das alterações climáticas. A citação escolhida remete para algum pessimismo, ao sublinhar que há muito a perder com as alterações climáticas, visível na frase: ““Esfumaram-se quaisquer especulações ou dúvidas. Há uma convicção generalizada de que todos temos muito a perder [com as alterações climáticas]”, completou.”

Ainda na mesma edição de 3 de Fevereiro e na mesma secção, o jornal *Público* apresentou as reacções ao relatório do IPCC de actores sociais em Portugal, colocadas no canto inferior direito da página 3, num texto com 4556 caracteres, sob o selo genérico de 'Reacções Nacionais' (Machado, 2007). Os dois actores sociais seleccionados para transmitirem as suas opiniões foram um ambientalista, Francisco Ferreira, e um climatologista, Ricardo Trigo. As palavras de Francisco Ferreira da associação ambientalista Quercus abriram a peça. Na segunda parte do texto surgiu o comentário do especialista em climatologia e um dos cientistas envolvidos no estudo acerca de alterações climáticas em Portugal, – o projecto SIAM – trabalho pioneiro no Sul da Europa. O poder enfático das declarações de ambos os actores sociais deverá ter sido o factor determinante para a selecção da matéria colocada na abertura do artigo. O facto de Francisco Ferreira acentuar a novidade negativa presente no relatório do IPCC, relativamente a uma atitude de menor espanto manifestada por parte do cientista apela ao sentido de selecção do jornalista. Na peça sobressai o pessimismo do ambientalista, por exemplo, na frase: “os factos actuais são já bem piores do que se verificava em 2001. Há uma revisão em alta em relação a 2001”. Já o climatologista apresenta o discurso no sentido inverso, da ausência de surpresa: “Para Ricardo Trigo, os dados apresentados ontem pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) em Paris não trazem quase nada de novo: “não há novidades espectaculares”, diz o investigador”.

Ambos enfatizaram os mesmo pontos: o reforço da responsabilidade humana nas mudanças do sistema climático e as consequências gravosas que podem advir da subida do nível médio das águas do mar. Mas o ambientalista posiciona-se como um grupo de pressão figurando o antagonismo que se costuma atribuir à relação entre ambientalistas e membros do Governo. O membro da Quercus apela à acção dos decisores políticos, quer nacionais, quer internacionais, mais precisamente da União Europeia. Não se pode ignorar que a autoridade normalmente atribuída aos especialistas, enquanto detentores de uma posição socialmente relevante e alguém que veicula informação avalizada, acabou por não ser o factor mais valorizado em termos jornalísticos.

Em paralelo com estas duas notícias seleccionadas, as duas outras que compuseram a secção debruçaram-se uma sobre o teor do relatório em si e a outra sobre as reacções dos políticos de países considerados relevantes para as políticas globais de alterações climáticas. A peça principal do conjunto que formou a secção sintetizava um dos aspectos mais salientes do relatório e, ao mesmo tempo, um dos mais evocados pelos detractores da teoria das alterações climáticas de origem antropogénica. O título do texto evoca a convergência de dois campos sociais que habitualmente funcionam como forças antagónicas em matérias que exigem a acção política em termos contrários aos objectivos de crescimento económico e de progresso social induzido nos

cidadãos. A conjugação das duas arenas sociais sublinha o teor da mensagem, lançando para os cidadãos a ideia de que todos são responsáveis. Em termos comunicativos, a mensagem pode tornar-se eficaz por induzir a ideia de um consenso alargado, que não é só dos cientistas, mas também que se estende até a um dos campos sociais que poderia estar menos disponível para partilhar das conclusões produzidas pelo conhecimento científico e recusar agir no sentido que essas conclusões exigem.

Mas a leitura da peça pode conduzir a que se efectue um outro juízo. A descrição das negociações na redacção do documento a publicar pode induzir algum desconforto nos cidadãos relativamente à fiabilidade dos relatórios publicados pelas entidades oficiais, mesmo os que têm base científica. A escolha dos termos a usar para descrever o aumento da temperatura entre um aquecimento “virtualmente certo” ou “muito provável” levou um dia de discussão. A opção acabou por recair na versão mais moderada. Sai mais amenizada a possibilidade de dissuasão dos cidadãos e a descredibilização do relatório com as declarações dos cientistas referidos no jornal afirmando que a redacção do texto não alterou as conclusões finais. No entanto, a libertação para o público de informação, neste caso, científica, que é sujeita a um processo de negociação dos seus moldes, pode induzir a sensação de que existe um controlo sobre o que é dado a ver e que a verdade científica pode ser filtrada por actores de outros campos que são partes interessadas nos assuntos.

A base científica do trabalho do IPCC foi chamada para o início do texto e os destaques do jornalista evocam algum alarmismo e fomentam a ideia do controlo sobre a linguagem do relatório exercida pelos políticos. O destaque feito por Ricardo Garcia revela a hierarquização que fez da notícia e o texto que produziu pode ter um de dois efeitos: ou o despertar para a necessidade de acção, ou a dissuasão da mudança de comportamentos por se interpretar que não haverá nada que possa obstar ao curso dos acontecimentos em direcção a um futuro negro.

Na página 3 da edição, a segunda do “Destaque”, foram colocadas as reacções ao documento do IPCC sustentadas pelos representantes dos países mais poderosos. As conhecidas divergências entre EUA e UE sobre a tomada de acção relativamente ao combate às alterações climáticas pareceram dissipadas na leitura deste texto. O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, pelas palavras do porta-voz da Casa Branca, manifestou total concordância com as conclusões do relatório dos peritos, salientou as preocupações com o aquecimento da Terra, desde 2001. Bush assumiu a redução dos gases com efeito de estufa em 18% até 2012 e assegurou que esta meta vai ser cumprida. No entanto, esta posição contradiz outras até então assumidas por George W. Bush, que precisamente em 2001, recusou ratificar o protocolo de Quioto e que tem vindo a assumir posições de cepticismo e manobras de contra-informação relativamente ao combate às emissões de gases com efeito de estufa e às medidas a tomar para a sua mitigação.

Da parte da União Europeia, Stavros Dimas, comissário europeu do Ambiente, defendeu que a Europa tem que ouvir a ciência e tomar medidas consonantes com a situação, mas a citação plasmada na notícia recaiu sobre as declarações acerca dos esforços a desenvolver pela comunidade internacional, de modo a conseguir um acordo global sobre a matéria. Portanto, a

ênfase foi colocada na vertente política e na necessidade de agir. Sai reforçada a ideia de que para a política internacional está reservada uma parte importante da reacção às mudanças globais do clima.

O ministro inglês do Ambiente chamou a atenção para as implicações económicas das alterações climáticas, na linha das conclusões do relatório Stern, que traduziu em linguagem económica o impacto das alterações climáticas. O discurso da apologia do combate às mudanças do clima também por motivos económicos vai ao encontro de um dos argumentos mais poderosos utilizados por alguns países como justificação para não aderirem às medidas estabelecidas pelo protocolo de Quioto. Mas a fragilidade desta posição reside no facto de os custos associados às alterações climáticas estarem remetidos para um futuro mais longínquo do que os custos mais imediatos das acções destinadas a reverter o rumo das mudanças climáticas.

A contraposição de opiniões na notícia surgiu pelo ministro canadiano do Ambiente que se disse surpreendido com o nível de certeza em relação à responsabilidade humana sobre as alterações climáticas apresentada pelo relatório do IPCC. Reconheceu a necessidade de agir, mas não prometeu cumprir o Protocolo de Quioto, enquanto houver países como a Rússia que não tomam iniciativas nesse sentido.

As fontes de informação oficiais são as que ocupam maior espaço nos jornais, conforme consta dos estudos sobre o Jornalismo. O peso de que se reveste a informação institucional tornou-a incontornável para os meios de comunicação social. A voz dos poderes é mais pesada e a notabilidade dos actores sociais que falam torna os seus discursos reproduzíveis no espaço público. Acresce ainda a credibilização do discurso mediático através da obtenção e transcrição dos discursos do poder que assim se legitima e perpetua.

Mas, para além da cobertura do noticiário internacional relativo às alterações climáticas, já descrita nas notícias seleccionadas para análise, as manifestações das mudanças do sistema climático no plano concreto e em aspectos particulares, no caso, sobre as zonas costeiras, também foi notícia na mesma edição, mas na secção “Local”. A complexidade da discussão em torno do assunto está contida no retrato das dimensões que o assunto pode ganhar: global e local ao mesmo tempo. Longe das discussões dos cientistas e dos políticos, em Vale de Lobo, no Algarve, o desaparecimento das praias, devido ao avanço do mar, gerou posições antagónicas entre entidades públicas e interesses privados (Revez, 2007).

A noticiabilidade em torno das alterações climáticas, reforçada pela reunião do IPCC em Paris, gerou uma grande quantidade de textos no *Público*, que concedeu ao assunto uma acentuada relevância. Julgamos ser relevante dar nota de toda a abordagem feita pelo jornal do acontecimento mais relevante do período em estudo.

Em contraste com o *Público*, o *Correio da Manhã* não enviou nenhum dos seus jornalistas a Paris, para acompanhar, no local, a discussão acerca da redacção do resumo para políticos do relatório do IPCC. A cobertura que dedicou à publicação do relatório reflecte uma linha editorial que não deixa de dar atenção aos assuntos ambientais, mas, ao mesmo tempo, privilegia valores de noticiabilidade como o conflito e a proximidade. Sobre a apresentação pública do documento, o

Correio da Manhã publicou uma notícia (Saramago, 2007c) que salientava os aspectos negativos da vertente negocial do processo de redacção do documento, deixando a ideia de ocultação de parte da verdade, devido a pressão política. A tonalidade da notícia acentuou a ideia de que até as matérias científicas podem ser manipuladas pelo poder político, perdendo o selo de fiabilidade que deveriam ter.

A peça do *Correio da Manhã* é uma *mise-en-scène* da luta tradicional entre os detentores do poder económico e os detentores do conhecimento, como se a notícia se fizesse de um frente a frente constante em que, para cada facto existisse o seu opositor. O jornalista do *Correio da Manhã*, João Saramago, optou por abrir a notícia com o que chamou “escândalo”. Noticiou pressões que países como a China e os Estados Unidos da América exerceram sobre as negociações no sentido de serem publicadas conclusões de alguma forma mais brandas do que seriam na realidade. O facto de o título escolhido ter sido 'Escândalo atinge aquecimento global' remete os leitores para comportamentos ilícitos ou desleais que pretendem enganar os cidadãos comuns, colocando uma zona de sombra sobre uma matéria científica, que habitualmente é associada a um grau de verdade e de legitimidade que outros temas e os actores sociais de outros temas não têm. Lido o título em conjunto com o antetítulo 'Provas distorcidas' para evitar alarmismo', saem reforçadas as dúvidas acerca da veracidade do documento do IPCC. Junto dos cidadãos, o destaque conferido aos episódios de negociação através das palavras que foram utilizadas pode induzir a descredibilização do organismo que, pouco depois, viria a ser distinguido com o Prémio Nobel da Paz *ex-aequo* com Al Gore.

O físico especialista em alterações climáticas Filipe Duarte Santos foi citado no texto com a frase: “estas conclusões resultam de um consenso entre cientistas e representantes políticos”. A terminologia indica apaziguamento, uma pacificação de duas arenas da sociedade que são tradicionalmente antagónicas. Ao mesmo tempo, a consensualização remete para a necessidade de cedência de uma ou de ambas as partes em nome do consenso. “Os Estados Unidos e a China pressionaram para que fossem salientadas determinadas incertezas científicas, na tentativa de as pessoas não ficarem alarmadas”, acrescenta Filipe Duarte Santos (Saramago, 2007). A voz do cientista corroborou a opção editorial do jornalista e forneceu argumentos à ala do cepticismo, não já o cepticismo em relação à existência as alterações climáticas, mas antes em relação às consequências que os estudos científicos referem de acordo com cenários futuros projectados a partir de modelos matemáticos complexos.

No mesmo texto, foram mencionadas notícias do *The Guardian*, referindo-se ao esforço da empresa petrolífera Exxon Mobil para contrariar as evidências das alterações climáticas, oferecendo prémios avultados a cientistas que encontrassem falhas no relatório do IPCC. Em contraposição, foi citado David Viner, do departamento de estudo das alterações climáticas da Universidade de East Anglia, que classificou a iniciativa da empresa como uma tentativa de contrariar as enormes evidências das alterações climáticas com fins políticos. Neste ponto, a notícia cumpre a regra do equilíbrio entre as partes, ainda que a procura desse balanceamento possa ser perigosa para a relevância da discussão, uma vez que corre-se o risco de conferir

importância equivalente a fenómenos, factos e actores sociais cuja relevância real difere, enviesando a leitura dos fenómenos (Boykoff & Boykoff, 2004).

Algumas das normas que orientam o ofício de jornalista são mais fáceis de destrinçar nesta peça do *Correio da Manhã* do que nas notícias que o *Público* fez sair sobre o mesmo assunto. A procura do equilíbrio entre as partes, neste caso, reverteu na procura de posições antagónicas àquelas que foram divulgadas pelo organismo internacional encarregue de estudar e enquadrar o problema. O antagonismo fica claro também as palavras de um elemento da Greenpeace que considerou que a petrolífera com sede no Canadá é uma das faces dos interesses da Administração Bush. O responsável máximo do IPCC colocou a tónica, não na atribuição da culpa ao ser humano, mas sim na necessidade de saber o que ainda é possível fazer para reverter a situação actual. Optou pela mensagem da esperança e do apelo à acção.

Apesar de ambos os jornais terem seleccionado a divulgação do relatório do IPCC como um acontecimento relevante na agenda, a perspectiva sob a qual cada um deles coloca o assunto diverge consideravelmente, sob diversos aspectos. Um dos pontos marcantes desta diferença é o facto já referido de um deles, o *Público*, ter colocado um enviado especial no local da conferência. Ricardo Garcia acompanhou o trabalho dos conferencistas em Paris, recolheu as impressões das negociações no local, pôde interagir com os presentes, fazer a sua própria selecção dos actores sociais a retratar na peça e descrever impressões do rumo do processo negocial. O *Público* rentabilizou o investimento da deslocação de um profissional e concedeu ao assunto as duas páginas da abertura da edição. A presença dos discursos de representantes de entidades oficiais foi mais notória no *Público*, mas também incluiu cientistas e ambientalistas.

À distância, o *Correio da Manhã* recorreu a uma fonte habitual que apresenta em textos sobre alterações climáticas, o cientista Filipe Duarte Santos. Fez, a partir de Portugal, o acompanhamento possível do acontecimento. O recorte de realidade fornecido por quem esteve *in loco* e o que foi dado por quem esteve alheado do contexto dos acontecimentos é necessariamente diferente e a valoração das ocorrências num e noutro caso apresenta-se afectada por essa proximidade ou afastamento. A realidade que o *Público* apresentou foi menos mediada do que a que o *Correio da Manhã* forneceu aos leitores. Ao longo cadeia da comunicação, a mensagem altera-se forçosamente, ao deslocar-se através de diversos filtros. O jornal mais lido em Portugal manteve-se, neste acontecimento, fiel à sua linha editorial de apresentar notícias mais breves e com um grau de aprofundamento menor.

Depois do que acima se escreveu acerca do acontecimento marcante do primeiro trimestre de 2007 sobre alterações climáticas e de outros assuntos sobre o mesmo tema que espoletaram a atenção dos órgãos de comunicação de massa numa escalada de noticiabilidade que tem vindo a ser notória, vale a pena atentar na forma como os acontecimentos foram enquadrados de acordo com duas linhas editoriais que são notoriamente diferentes, do *Público* e *Correio da Manhã*.

As manifestações locais das alterações climáticas são fenómenos que aproximam o tema dos cidadãos, tornam-no mais efectivo e retiram o distanciamento em que o assunto está envolto. No entanto, a vulgarização da expressão 'alterações climáticas' e o acréscimo acentuado de notícias

a ele ligadas, correcta ou incorrectamente, que tem vindo a ocorrer desde sensivelmente o furacão Katrina, que destruiu New Orleans, nos Estados Unidos, e a época de furacões anormal de 2005, aumentam o risco de associar-se quaisquer fenómenos meteorológicos invulgares às mudanças do sistema climático.

A interpretação abusiva dos fenómenos extremos do clima reflecte-se nas notícias que os jornais e outros media veiculam. Em 2007, o Inverno rigoroso levou a que a praia de S. João, na Costa de Caparica, entrasse na agenda noticiosa ao longo de vários dias. A erosão costeira é um dos perigos que impende sobre a orla marítima portuguesa e o desaparecimento da praia na Costa de Caparica foi interpretado, nos jornais, como um sintoma dos problemas que as alterações climáticas podem gerar. Porém, se é verdade que as mudanças globais do clima levam a uma subida do nível médio da água do mar, por um lado, e essa subida pode vir a provocar o desaparecimento das praias, por outro lado, este facto não pode fazer esquecer que existem outras causas que desde há décadas contribuem para a fragilidade das zonas costeiras em Portugal.

Associar de imediato episódios de avanço do mar como o ocorrido em S. João da Caparica às consequências das alterações climáticas remete para um nível de causalidade que pode não ser líquido. Os estudiosos do clima, em Portugal, acentuaram esta ideia e referiram factores como a construção de barragens que impossibilitaram a chegada de inertes à costa a partir dos cursos naturais dos rios e o desordenamento do território, que permitiu construções nas zonas dunares e nos leitos de cheia de cursos de água.

A edição do *Público* de 5 de Janeiro continha três peças relacionadas com o tema: duas relacionadas com a foto de capa e a já mencionada peça acerca do episódio de erosão costeira da Costa de Caparica. As duas primeiras apareceram ligadas e titulavam: 'O ano 2007 pode ser o mais quente de sempre, com a ajuda de El Niño, dizem os serviços meteorológicos britânicos' e 'CIÊNCIAS'. Ambas as peças citam apenas actores sociais estrangeiros, com destaque para fontes científicas.

Nessa mesma edição do *Público*, dois elementos de organizações ambientalistas – Quercus e GEOTA – foram qualificados como especialistas (Veloso, 2007), num artigo sob o título 'Mar anda a jogar “ao gato e ao rato” com as dunas da Caparica'. Os discursos que produziram apontavam no sentido contrário às posições oficiais. Enquanto que as entidades responsáveis pela área, nomeadamente o Inag (Instituto da Água), insistiam numa solução pesada para a erosão costeira, os ambientalistas apontavam para a inevitabilidade do avanço do nível médio das águas do mar, entre outras razões, devido às alterações climáticas. A notícia figura na primeira página do caderno “Local Lisboa”, pelo que tem um alcance limitado em termos de leitores. Apesar deste facto, é a peça de abertura do caderno, que conjuga uma foto de grandes dimensões com um texto de 3200 caracteres.

No plano dos actores sociais cujas posições foram solicitadas e transmitidas, também sobressaiu a dimensão local do assunto, com o Presidente da Junta de Freguesia de S. João da Caparica a ter voz na peça do *Público*, assim como o responsável pela Protecção Civil da autarquia de

Almada, que juntou críticas ao poder central, nomeadamente ao ministro do Ambiente e às medidas por ele anunciadas na sequência dos acontecimentos da praia de S. João. Já o Presidente da Junta de Freguesia afirmou a confiança nos especialistas do Instituto da Água e indicou preocupação com um dos assuntos mais importantes a ter em conta no avanço do mar: a ameaça sobre zonas urbanas.

O *Correio da Manhã* apenas mencionou o assunto ligando-o às alterações climáticas na edição de 23 de Janeiro. Mais uma vez, recorreu aos comentários do físico Filipe Duarte Santos. A notícia (Ramos, 2007a) foi colocada na secção “Portugal”, mas há que ter em conta que o *Correio da Manhã* possui apenas uma edição nacional e não edita cadernos locais, contrastando com o *Público* que publica uma edição Norte e uma edição Sul.

Em relação à peça publicada pelo *Público*, o *Correio da Manhã* escolheu a história particular de algumas pessoas afectadas directamente pelo avanço das águas. As autoridades locais e os proprietários reclamaram dos poderes nacionais, através das páginas do jornal, medidas de fundo que protegessem os bens materiais existentes nas praias da Costa da Caparica. Os proprietários dos bares de praia que as vagas ameaçavam destruir foram seleccionados para constar na abertura da peça. A manifestação dos receios e das angústias de pressentirem bens em vias de desaparecer foi veiculado no início da notícia, tornando-a mais quente, conferindo rostos e vidas comuns às pessoas que o avanço do mar estava a afectar no momento. A notícia assim elaborada cria empatia com o sofrimento das pessoas citadas e aproxima os assuntos dos cidadãos, ao difundir a mensagem mais ou menos deliberada de que uma situação idêntica poderia abater-se sobre qualquer pessoa, despertando emoções e sensações nos leitores.

O *Público*, no entanto, deu a primazia à linha institucional, mencionando actores sociais da área da política local, entidades nacionais e membros de associações de defesa do ambiente. A escolha do *Correio da Manhã* poderá ter um efeito de aproximação dos leitores em relação ao assunto das alterações climáticas, se, de facto, os leitores se sentirem implicados ou ameaçados pelas alterações climáticas.

O *Correio da Manhã* recorreu a outros actores sociais para compor a peça. Sob o subtítulo 'Portugal é muito vulnerável', a jornalista Diana Ramos tentou enquadrar o episódio de erosão costeira no âmbito das alterações climáticas e reportou, mais uma vez, as considerações tecidas por Filipe Duarte Santos acerca das consequências das alterações globais do clima em Portugal: a escassez de precipitação e das reservas de água doce, as temperaturas elevadas, os episódios de precipitação forte e concentrada no tempo. No entanto, o especialista não é citado a fazer relação entre o episódio de erosão da Costa de Caparica e as alterações climáticas. Também as palavras de um académico do Instituto Superior Técnico, Luís Ribeiro, são citadas para fazer referência aos constrangimentos hídricos que Portugal poderá vir a enfrentar no futuro. Apesar de nunca relacionar o episódio da Costa de Caparica com as alterações climáticas, o cientista considerou que a intervenção do Inag para solucionar de emergência a erosão na praia da Caparica seria cara e de eficácia duvidosa. O presidente do Instituto da Água foi citado na peça dizendo que a situação estaria controlada, portanto, optando pelo discurso do apaziguamento para

ser transmitido através do meio que vai difundir essa mesma mensagem. A quantidade de actores sociais mencionados na peça do *Correio da Manhã* é superior à que aparece na peça do *Público*. As peças seleccionadas para a análise, que pretendem mostrar de que forma se faz a comunicação das alterações climáticas em dois jornais com linhas editoriais tão distintas, quais as repercussões dessas diferenças sobre os discursos veiculados, que actores sociais intervêm. As alterações climáticas foram foto de capa a 5 de Janeiro, no *Público*, com destaque para as previsões de cientistas ingleses acerca da possibilidade de o ano de 2007 poder vir a ser o mais quente de sempre, indicado logo no título da primeira página. A fotografia de um pôr-do-sol gigantesco, com a silhueta de uma pessoa recortada sobre um varandim ilustra as previsões que são desenvolvidas nas páginas da secção “Ciências”. Caso raro também o de uma notícia desta secção ter honras de primeira página. O tema alterações climáticas ganhou destaque em termos de noticiabilidade. Este facto pode estar relacionado com as cinco vagas de calor que ocorreram em 2006 (Direcção Geral de Saúde, 2007) e que acabaram por fazer um número de mortos que as autoridades de saúde não revelaram com exactidão.

De um modo geral, verifica-se que o *Correio da Manhã* privilegia a proximidade, quer dizer, é o jornal que concede maior espaço noticioso às notícias locais, aos casos concretos. O *Público*, pelo seu lado, foca as resoluções políticas, quer nacionais, quer da União Europeia, quer internacionais. As fontes institucionais são mais privilegiadas pelo *Público*, ao passo que o *Correio da Manhã* procura a voz do especialista, quase sempre Filipe Duarte Santos.

O *Público* refere-se ao Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), o documento que, em Portugal, define metas de redução das emissões de gases com efeito de estufa para os diversos sectores de actividade, entre eles os transportes, na sua edição de 9 de Janeiro. A notícia (Bela, 2007) refere-se às medidas que o governo pretende fazer cumprir para a redução do peso da circulação dos táxi em Lisboa na contabilidade das emissões de gases com efeito de estufa. A suspensão da circulação um dia por semana e o aumento da frota movida a gás natural foram as propostas. Frente a frente foram colocadas as intenções do governo, as dos representantes do sector e as das organizações ambientais. A ANTRAL (Associação Nacional de Transportadores em Automóveis Ligeiros) e os ambientalistas assumiram o antagonismo perante as medidas referidas pelo Governo. Mas os representantes de outra associação do sector, Federação Portuguesa do Táxi, consideraram a medida positiva, desde que levada à prática de forma racional, ou seja, de forma a não concentrar a paragem de todos os táxis no mesmo dia. Carlos Moura, da Quercus, desvalorizou as intenções do Governo e preferiu deixar clara a preferência da associação ambientalista pelo investimento na rede de transportes colectivos eficaz e na colocação de portagens nas entradas da cidade de maneira a diminuir o número de carros particulares que circulam em Lisboa. A notícia seguiu o modelo de construção mais usual, partindo das medidas anunciadas pelas entidades oficiais, neste caso, pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, depois citou os elementos das duas associações da actividade dos táxis e, no final, surgiram as declarações do representante da associação ambientalista Quercus. A notícia foi dada na página 47 do *Público*, numa coluna de alto a baixo, com 2300 caracteres e

sem fotografia.

Enquanto o *Público* perspectivou a notícia a partir da intenção do Governo e associou aí as reacções negativas das duas associações do sector, o *Correio da Manhã* privilegiou a proposta da ANTRAL (Pereira, 2007a). Portanto, em vez da posição oficial, este jornal organizou a informação de modo que a posição de uma entidade oriunda da sociedade, uma associação profissional, sobressaísse. A notícia começou mesmo por evidenciar a intencionalidade de chamar o Governo para a discussão convocada pela ANTRAL. O conflito entre os actores sociais pela defesa de interesses antagónicos sobressai mais na peça do *Correio da Manhã* do que na do *Público*, embora ambos deixem claras as posições divergentes dos actores sociais.

A solução para a redução das emissões de gases com efeito de estufa apresentada pela associação foi apresentada como alternativa à proposta do Governo de reduzir os dias de circulação. No entanto, entre as peças dos dois jornais, ressalta uma divergência de posições entre os membros da Quercus que se pronunciaram sobre o assunto. Enquanto que o presidente da associação ambientalista Carlos Moura referiu ao *Público* que as medidas de redução dos dias de circulação e de automóveis a gás natural para redução das emissões de dióxido de carbono são “tímidas e insignificantes”, Francisco Ferreira mostrou-se descrente em relação aos efeitos da redução dos dias de circulação dos táxis, mas mais confiante na conversão dos automóveis em veículos movidos a gás natural.

O membro da organização Quercus Francisco Ferreira converge com a posição defendida pela ANTRAL, por considerar que proporcionará maiores reduções nas emissões de gases com efeito de estufa resultantes dos escapes dos automóveis. Mas o Governo decidiu a redução dos dias de circulação dos táxis no âmbito das medidas previstas no PNAC. De novo, esta peça do *Correio da Manhã* transmitiu a confrontação tipificada entre o poder político e sectores privados da sociedade, numa defesa de interesses que não coincidem. A organização ambientalista colocou-se em plano favorável os interesses privados, em posição contrária à das autoridades oficiais.

As questões de política internacional são, por norma, apresentadas nas edições do *Público*, mas não tão frequentemente no *Correio da Manhã*. A edição de 9 de Janeiro do *Público* apresenta quatro peças que se referem às alterações climáticas. Duas delas pertencem ao noticiário internacional: as relações União Europeia-Estados Unidos e a regulação do mercado de energia na União Europeia. As secções “Local Lisboa” e “Porto” integraram notícias que se referiam às alterações climáticas. A mais destacada foi a que tratou os acontecimentos provocados pelo avanço do mar sobre as praias da Costa de Caparica.

Uma notícia sobre os encontros entre os representantes da União Europeia e dos Estados Unidos, que abriu a página 11 da mesma edição, ocupando cerca de meia página, referiu-se às conversações mantidas entre Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, e George W. Bush, presidente dos Estados Unidos, sobre interesses comuns (Siza, 2007).

O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, voltou a ser protagonista de uma notícia sobre alterações climáticas na página 35, secção de 'Economia', da edição referida (Cunha, 2007). A peça relacionava-se com a liberalização do mercado europeu da energia eléctrica, que a

Comissão Europeia anunciara como a melhor forma de liberalizar e de reforçar a competitividade no sector. Mas a notícia do *Público* referiu-se, ao invés, ao possível abandono das intenções. Os interesses económicos de países detentores de grandes grupos no sector, como a França e a Alemanha terá levado à reconsideração da Comissão Europeia. O título da notícia remetia para a ideia de cedência da parte de Durão Barroso: 'Durão Barroso recua no desmantelamento dos grandes grupos energéticos'. O recuo deveria ser anunciado na reunião a decorrer no dia seguinte, com os representantes dos Vinte e Sete, sobre energia.

Ainda na edição de 9 de Janeiro, a secção "Local Porto" do *Público* fez referência à questão das alterações climáticas a propósito da conclusão da Via de Cintura Interna (VCI) entre o Porto e Vila Nova de Gaia (Faria, 2007). No terço final da peça, surge uma referência à poupança de emissões de gases com efeito de estufa em 24% na sequência da abertura dos 1,3 quilómetros de via inaugurados. O presidente da Estradas de Portugal, EP, António Laranjo, foi o autor da consideração. Apesar desta declaração, a política de mobilidade em Portugal acaba por privilegiar o Transporte rodoviário e individual, através do investimento sistemático em redes viárias.

Na edição de 19 de Janeiro, o *Público* voltou a abordar o PNAC (*Público*, sem autor 2007a). As suiniculturas, tidas como grandes poluidoras, sobretudo em algumas regiões do país, como Leiria, são um dos ramos de actividade cuja principal fonte de poluição pode ser convertida em fonte energética, produzindo benefícios ambientais de vária ordem: redução da poluição dos cursos de água, ao mesmo tempo que a produção de energia permite reduzir a emissão de gases com efeito de estufa. A notícia breve transmite apenas as medidas do Governo e os números oficiais. A peça de 756 caracteres é um texto que faz parte de uma peça maior, que ocupa a quase totalidade da página 52, secção "Local Lisboa", da edição do *Público*.

É interessante o surgimento de notícias que, de alguma forma, se relacionam com as alterações climáticas, na secção "Local", neste caso, do *Público*. A percepção de que os fenómenos ao nível local podem estar implicados com um fenómeno que é global e difícil de concretizar e tornar palpável no quotidiano dos cidadãos, remete para um nível mais elevado da consciência acerca da dimensão dos problemas associados às mudanças globais do clima. A percepção de que as consequências das mudanças no sistema climático do planeta podem afectar cada pessoa e que cada pessoa tem o poder de escolher contribuir para o agravamento da situação ou de procurar estilos de vida que sejam menos prejudiciais em termos climáticos é uma das bases da comunicação das alterações climáticas.

O *Correio da Manhã* também noticiou as descargas poluentes na Ribeira dos Milagres, em Leiria (Oliveira, 2007). Mas a notícia foi enquadrada a partir da citação das declarações da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres (CADRM). O título da notícia cita as declarações de um dos elementos da associação local. A criação intensiva de gado suíno potencia as descargas de resíduos das explorações na linha de água, provocando um grave foco de poluição. A população local constituiu a CADRM para defender a ribeira dos atentados constantes. Tal como noutras situações antes referidas, o *Correio da Manhã* optou por evidenciar a vertente local do assunto e deixar para o final as posições das entidades oficiais. No último parágrafo do texto, foi

feita referência às intenções do Governo de, no âmbito do PNAC, solucionar os problemas da Ribeira dos Milagres, com medidas semelhantes às referidas no *Público*. Para além do porta-voz da CADRM, a notícia do *Correio da Manhã* não fez referência a nenhum outro actor social para que se pronunciasse acerca do problema. O jornalista Luís Oliveira, da secção de Leiria, não obteve a reacção das entidades oficiais, quer locais, quer nacionais, responsáveis pela área.

O *Correio da Manhã* apoiou-se em matérias divulgadas pelos actores sociais da área científica para construir as suas notícias por diversas vezes. Numa peça jornalística de 22 de Janeiro, o jornalista João Saramago (2007b) compôs um título que leva a um certo pendor alarmista 'Água ameaça Portugal'. A partir da divulgação de estimativas climáticas a serem publicadas naquele mesmo dia, o jornalista constituiu um quadro que pintava cenários de secas e cheias, tendo a água como escassez e excesso no centro das considerações. O texto alerta para a perigosidade que pode advir das alterações climáticas quando se manifestam através das mudanças do ciclo da água, vista como a principal ameaça para Portugal. O alarmismo é a marca mais acentuada do texto: "A água em excesso – ou a falta dela, conforme os casos – surge assim como a mais séria ameaça para o nosso país em resultado das alterações climáticas existentes."

As primeiras semanas de 2007 foram prodigiosas em termos de visibilidade das alterações climáticas, enquanto assunto integrante da agenda mediática e política. No mês de Janeiro, o debate mensal da Assembleia da República foi dedicado às alterações climáticas, por escolha do primeiro-ministro, José Sócrates. A maré internacional soprava de Paris ventos sobre o novo relatório do IPCC. Em Portugal, o Relatório Climático de 2006, do Instituto de Meteorologia, salientava a vulnerabilidade do país face a situações climáticas extremas. A notícia fez eco das palavras dos representantes do poder político: o primeiro-ministro e a União Europeia destacaram-se.

O cumprimento das metas de Quioto e a aplicação das medidas sectoriais estabelecidas pelo PNAC foram dois pontos focados na peça do *Público* de 24 de Janeiro, que balanceia a informação sobre Portugal, a título particular com as resoluções da União Europeia (*Público*, sem autor 2007b). Numa coluna de texto com 1281 caracteres e uma pequena foto de rosto do primeiro-ministro, na página 8, que abriu da secção *Nacional*, o *Público* noticiou a preocupação do poder político em demonstrar que o assunto integrava a sua agenda, ao ponto de ser seleccionado para assunto principal do debate mensal do Parlamento, o órgão do poder no qual o Governo comunica aos restantes representantes eleitos e também aos cidadãos, através da mediatização do debate, a estratégia que propõe executar no país.

Mais uma vez, verificou-se que a perspectiva do *Público* e do *Correio da Manhã* acerca de um mesmo conjunto de informações diverge. Nas edições do mesmo dia, os dois jornais informam acerca dos mesmos factos, mas enquadram a informação de forma quase antagónica. Entre os dois diários, apesar de as informações fornecidas aos seus leitores serem, no seu radical, as mesmas, a construção dos textos que contêm essas informações altera significativamente o prisma pelo qual o conteúdo vai ser percebido. O enfoque dado aos diversos aspectos da discussão faz ressaltar aspectos necessariamente diferentes, que vão afectar a composição final

da visão de conjunto. Como se a mesma paisagem fosse avistada de dois patamares diferentes: um deles junto ao solo e outro a altitude – decerto que os elementos percebidos em cada um dos patamares tornariam a observação uma experiência diferente em cada caso.

No ano de 2006 registaram-se vários episódios climáticos extremos, de acordo com o relatório do Instituto de Meteorologia noticiado pelo *Correio da Manhã*. O coordenador do estudo SIAM, Filipe Duarte Santos, referiu que a tendência em termos climáticos para os próximos anos é de agravamento dos fenómenos extremos. Vagas de calor, cheias e vagas de frio, bem como secas e concentração dos episódios de precipitação em períodos mais curtos e mais intensos são cenários esperados em Portugal. Filipe Duarte Santos considerou, na apresentação do estudo SIAM, que Portugal é o país da União Europeia mais vulnerável às alterações climáticas. O aumento da temperatura média em Portugal em 2100 está prevista para os 2°C, precisamente o limite estabelecido pelas entidades oficiais como tecto máximo de subidas das temperaturas médias globais de forma a manter-se algum equilíbrio.

O *Correio da Manhã* reporta do relatório do Instituto de Meteorologia o facto de 2006 ter sido o quinto ano mais quente dos últimos 75, inserindo-se numa tendência de subida (Ramos, 2007b). Depois dos episódios de erosão mediatizados ocorridos na Costa de Caparica, o especialista Filipe Duarte Santos, mais uma vez citado nas páginas do *Correio da Manhã*, alertou para a vulnerabilidade da costa portuguesa à prevista subida do nível das águas do mar, sobretudo a costa Norte, pelas suas características físicas.

A peça fez *lead* com um conjunto de fenómenos meteorológicos ocorridos ao longo do ano 2006 e sublinhou a gravidade da situação, ratificada pela escolha das alterações climáticas para tema do debate mensal na Assembleia da República pelo primeiro-ministro José Sócrates. As evidências de que o clima pode já não ser o que era não passaram, assim, despercebidas até ao poder político. Olhando as notícias dos dois jornais em análise, uma parece invertida em relação à outra em termos de critério de selecção da informação. O *Público* (*Público*, sem autor 2007b) chamou a posição institucional e política para a abertura da pequena peça, ao passo que o *Correio da Manhã* (Ramos, 2007b) preferiu evidenciar os relatórios científicos lançados sobre os fenómenos climáticos e a perspectiva da sua evolução futura. O *Público* apenas referiu esses relatórios e o *Correio da Manhã* remeteu para a conclusão da notícia a vertente política e a escolha do primeiro-ministro das alterações climáticas para tema de fundo do debate mensal no Parlamento como um sinal que confirma os sinais de alerta lançados pelos relatórios referidos. Para título, o jornal recorreu a uma expressão coloquial – 'Clima virado do avesso' –, enquanto que o *Público* optou por um título referencial e denotativo: 'Primeiro-ministro leva alterações climáticas ao Parlamento'. A abordagem do *Correio da Manhã* envereda por uma linguagem que remete para o alarmismo, acentuando pelo reforço da gravidade dos fenómenos extremos.

Depois do anúncio do debate mensal do Governo com os partidos com assento parlamentar, seguiram-se as notícias sobre o debate propriamente dito. Na edição de 25 de Janeiro, o *Público* noticiou o acontecimento na secção "Destaque", habitualmente ocupada em exclusivo por um único tema (Felner, 2007). O Governo anunciou um conjunto de medidas destinadas a combater

as alterações climáticas e o *Público* referiu-se a dez delas. O sector energético foi a área de intervenção eleita como prioritária, de acordo com as resoluções atribuídas ao Executivo. Em termos de análise, ganha relevância a coluna de destaques que, na mesma página em que são descritas as prioridades de Sócrates para o combate às alterações climáticas por Portugal, descreve as principais medidas anunciadas pelo primeiro-ministro no debate parlamentar: 39% de energia obtida a partir das energias renováveis; antecipação de 10 anos da meta de biocombustíveis; criação de zona-piloto para aproveitamento da energia das ondas; plano nacional de barragens e reforços; mais biomassa em lugar do carvão; plano para compras públicas ecológicas; maior componente ambiental no imposto automóvel; taxa sobre as lâmpadas de alto consumo; encerramento das centrais térmicas mais poluentes.

O *Público* lista um conjunto de acções que não dizem directamente respeito aos cidadãos ou à sua acção particular, mas que se reflectem nos seus rendimentos. Algumas delas são passíveis de incitar à alteração de comportamentos – taxação de lâmpadas de alto consumo, aumento do imposto automóvel para os veículos mais poluentes. Todas as outras soluções descritas ficam fora da esfera da decisão do indivíduo e dizem sobretudo respeito à diversificação das fontes de energia e ao fomento do uso de energias alternativas às derivadas de fontes fósseis. O aumento da percentagem de utilização de energias de fontes renováveis foi uma das metas apresentadas em números: 45% até 2010. O discurso oficial sobressai, nesta peça apresentada na forma de tópicos, na qual o Governo aparece como interveniente exclusivo. A edição do *Público* integrou cinco notícias que tratavam ou mencionavam as alterações climáticas. Mas a notícia mais importante do “Destaque” não foi esta listagem de medidas. O jornalista escolheu destacar do debate mensal do Parlamento as medidas do Governo para a construção de barragens, optando pela produção de electricidade a partir de fonte renovável e não-emissora de gases com efeito de estufa, titulando 'Governo quer mais barragens'. Na primeira página do “Destaque”, a 2 do jornal, a notícia principal reflectiu a escolha do jornalista que colocou o título 'Governo quer mais barragens', dando-a como a medida mais significativa saída do debate parlamentar, sublinhando uma das opções estratégicas de que o Executivo prevê fazer uso para conseguir aumentar a percentagem de energia produzida a partir de fontes renováveis e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, de modo a ficar mais perto do cumprimento dos valores estabelecidos pelo Protocolo de Quioto. A notícia foi ilustrada com uma fotografia do primeiro-ministro e outra do ministro do Ambiente, os dois responsáveis políticos implicados nas decisões sobre questões ambientais.

Ainda que não seja o actor social preferencial a ter voz nas notícias sobre alterações climáticas publicadas pelo *Correio da Manhã*, o debate mensal no Parlamento chamou o primeiro-ministro ao papel de actor social citado. O *Público* destacou a política de diversificação de fontes de energia, sublinhando o Plano Nacional de Barragens apresentado pelo Governo. No *Correio da Manhã* a opção foi de conferir maior importância ao agravamento dos impostos sobre os bens de consumo cuja utilização é mais prejudicial para o equilíbrio do sistema climático. A notícia (*Correio da Manhã*, sem autor, 2007) intitulada 'Poluidores penalizados', colocada na secção *Actualidade*,

referiu-se ao aumento da vertente ambiental no cálculo do imposto automóvel que o Governo anunciou através do primeiro-ministro, no debate mensal na Assembleia da República, com destaque para os custos adicionais que os automóveis mais poluentes passarão a representar para os proprietários. A medida foi apresentada pelo primeiro-ministro como uma forma de incentivar a utilização de veículos ecológicos, uma vez que os consumidores podem vir a considerar as emissões de CO₂ no acto da compra de um automóvel. No entanto, a perspectiva sobre a qual o jornal coloca a notícia é a do consumidor, que passa a pagar mais pelas atitudes pouco ecológicas que adoptar. As questões de ordem financeira são um dos motores eficazes para a alteração de hábitos e estilos de vida. São conhecidos os estudos de opinião acerca da sensibilidade ambiental dos cidadãos e da sua disposição para transformar o seu estilo de vida que mostram que a disponibilidade existe, mas que ela se desvanece quando envolve alguma espécie de dispêndio financeiro.

O *Correio da Manhã* citou dois actores sociais, membros de duas associações do sector automóvel foram citados na notícia: Hélder Pedro, da Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP) e António Ferreira Nunes da Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel (ANECRA). O primeiro afirmou que as medidas fiscais apresentadas por José Sócrates não vão ter impacto significativo no mercado automóvel. Já o segundo considerou que as marcas serão obrigadas a adaptar-se às novas exigências, mas alerta que o primeiro-ministro não mencionou uma medida que será mais importante para o sector automóvel, que é a passagem de 10% do imposto automóvel para o imposto de circulação. O primeiro-ministro foi ao Parlamento anunciar diversas medidas no âmbito do combate às alterações climáticas, para 2010: 39% de energia obtida de fontes renováveis, 45% de electricidade terá que ser de origem renovável, incentivo à compra de lâmpadas de baixo consumo, diminuição de consumo de combustíveis nos transportes.

Cada um dos jornais recorreu a perspectivas diferentes sobre o discurso do primeiro-ministro proferido no Parlamento. Os números foram utilizados nos textos com a função de descodificar as medidas governamentais em elementos palpáveis. A quantificação é uma das formas de facilitar a apreensão de assuntos que são menos inteligíveis para os leigos numa determinada matéria e é privilegiada na linguagem mediática precisamente pelo poder de síntese e de concretização dos assuntos.

Ricardo Garcia escreveu, na edição de 29 de Janeiro, sobre o desempenho de Portugal na produção de energia eléctrica a partir do vento (Garcia, 2007a). A primeira parte da notícia foi totalmente preenchida pelos números relativos ao aproveitamento da energia eólica: com 1716 *megawatts* de potência instalada, o país terá atingido um terço do total de energia eólica fixado para 2010. A segunda parte da peça de Ricardo Garcia remete para o discurso antagónico de dois actores sociais. Portugal terá que atingir um total de 39% de energia produzida a partir de fontes renováveis, de acordo com uma directiva europeia, mas o primeiro-ministro referiu que essa meta poderia alargar-se até aos 45%. Porém, a Quercus, ainda que acredite que atingir os 39% é possível, cumprindo as medidas estabelecidas no PNAC, já não aceita a possibilidade de que

essa percentagem seja aumentada para 45%. A posição da Quercus é citada a partir de um comunicado e não das declarações de qualquer dos seus membros. Aliás, a peça não refere o discurso directo de qualquer actor social.

Uma organização francesa, chamada Aliança do Planeta, desafiou os cidadãos de todo mundo a desligarem da corrente eléctrica todos os aparelhos que possuem, durante cinco minutos. A iniciativa pretendia chamar a atenção para os elevados consumos de energia que acabam por contribuir para as alterações climáticas. No entanto, os especialistas em redes eléctricas alertaram para os perigos da iniciativa. O *Público*, de 1 de Fevereiro, citou o responsável máximo pela Rede Eléctrica Nacional (REN) que produziu um discurso de alerta para os riscos que a resposta massiva ao apelo da organização francesa poderia provocar sobre as redes de distribuição, que não estão preparadas para oscilações de consumo de electricidade tão bruscos como a que seria originada pelo apagão sugerido pela associação (*Público/Lusa*, sem autor, 2007). Os ambientalistas da associação Quercus argumentaram no mesmo sentido, ainda que com justificações diversas. O presidente da organização, Hélder Spínola, salientou que a interrupção sincronizada do consumo de energia poderá trazer mais inconvenientes do que benefícios para o Ambiente. A Quercus comunicou que não aderiria ao apelo da Aliança para o Planeta. As palavras do ambientalista foram colocadas em discurso indirecto. No segundo plano da peça, abaixo do subtítulo, as declarações do secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, acerca da participação do Fórum Português pós-Quito foram também transmitidas em discurso indirecto. O governante foi o único actor social a comentar o anúncio que o próprio fez sobre a intenção de integrar elementos da sociedade civil e da indústria numa nova comissão para as alterações climáticas. A notícia do *Público* foi colocada na secção “Sociedade”, página 25, ocupando cerca de dois terços da página. Trazia associada uma coluna, que titulava 'Portugal continua sem aproveitar o Sol' (sem autor, 2007). Esta notícia retrata um destes casos em que a Quercus ventila números, no caso, com o intuito de demonstrar a ineficácia do Governo no cumprimento da colocação de um milhão de metros quadrados de painéis solares até 2010. Em termos de alterações climáticas, o facto reverte num agravamento das emissões de dióxido de carbono em 140 mil toneladas anuais. Apesar de nenhum elemento da Quercus ser citado, os cálculos da organização de Ambiente surgem nas primeiras linhas da peça de 1198 caracteres. Nenhum outro actor social é ouvido acerca das estimativas da Quercus. Poder-se-á dizer que este facto se prende com a tradição de visibilidade mediática cultivada pela Quercus e por se tratar da ONGA mais activa em Portugal, que conquistou o seu espaço enquanto actor social relevante em matérias ambientais. Beneficia do trabalho interno, da antiguidade, da vitalidade e da imagem de profissionalismo que transmite, ara além da disponibilidade constante dos seus elementos para produzirem comentários sobre as diversas áreas do Ambiente. Nos seus quadros conta com investigadores e docentes universitários, com técnicos e pessoal com formação superior. Todos estes elementos contribuem para que se componha uma imagem de credibilidade que torna a Quercus uma fonte de informação recorrente em assuntos de índole ambiental.

A organização Quercus surge nos jornais com assiduidade. Uma das estratégias que utiliza com

facilidade é a divulgação de comunicados com números acerca das matérias que aborda. No que respeita às alterações climáticas, a Quercus divulga os números do incumprimento e os cenários futuros em termos dos indicadores críticos para as alterações climáticas. Os elementos da organização parecem estar conscientes de que os números são um factor de noticiabilidade relevante para os jornais, uma vez que colocam as discussões no plano do concreto e do mensurável, tornando as matérias mais facilmente comunicáveis para os cidadãos.

As notícias correlacionadas com a publicação do relatório do IPCC, em Paris, no dia 2 de Fevereiro assunto permaneceram nas agendas dos jornais. Uma notícia da edição de 4 de Fevereiro de 2007, que ocupou mais de um terço da página 25, da secção “Sociedade”, destacou a intenção do então presidente da República de França, Jacques Chirac, da criação de uma Organização das Nações Unidas para o Ambiente (Garcia, 2007b). O correspondente do *Público*, Ricardo Garcia, manteve-se em Paris, acompanhando os eventos que decorreram em paralelo à reunião do IPCC. Jacques Chirac organizou um encontro intitulado 'Conferência para uma Governação Mundial do Ambiente', uma evento ao mais alto nível, com representantes de várias dezenas de países. Chirac defendeu, no discurso que ficou conhecido como o apelo de Paris, que o novo organismo teria peso equivalente à Organização Mundial de Saúde e o objectivo de fiscalizar as convenções para a área ambiental, de modo a que, quer países ricos, quer os países pobres cumprissem as normas. Os participantes na reunião concordaram que o organismo das Nações Unidas para o Ambiente – UNEP – existente não possuía um poder efectivo. Mas as declarações citadas na primeira parte da peça não pertenceram a Jacques Chirac nem a nenhum representante dos 40 países que se colocaram ao lado das intenções do presidente de França, mas antes a uma activista ambiental.

O discurso do promotor da ideia foi citado na segunda parte da peça, logo contrastado com as posições dos representantes dos países que mostraram reservas de índole económica em relação à iniciativa, casos do Brasil, da Índia e da China. Estes países em desenvolvimento são dos que mais teriam a perder com a criação do organismo idealizado por Jacques Chirac, uma vez que a fiscalização das normas ambientais poderia trazer consequências para as suas economias em crescimento. Aliás, os argumentos de carácter económico servem, quer os países mais ricos, quer os que estão em vias de desenvolvimento, no momento de estabelecer políticas destinadas à protecção ambiental. O Ministro português do Ambiente, Nunes Correia, foi citado para mostrar desacordo em relação aos países resistentes à criação das Nações Unidas para o Ambiente e manifestar o apoio de Portugal. A coincidência entre as dois eventos relevantes, em termos de alterações climáticas, como a reunião do IPCC e a conferência promovida por Jacques Chirac, na mesma cidade, em datas semelhantes levou a que o assunto se mantivesse no topo da actualidade retratada pelos jornais.

Na edição de 8 de Fevereiro, na página 28, secção “Sociedade”, Al Gore foi o protagonista de um notícia de duas colunas inteiras, na metade direita da página (Ferreira, 2007). A peça do jornalista Paulo Ferreira principia por descrever pormenorizadamente as seis horas que Al Gore passaria em Portugal e algumas das peculiaridades daquele que se auto-intitula ex-futuro presidente dos

Estados Unidos. A passagem de Al Gore por Portugal foi retratada como se se tratasse de uma estrela de cinema ou da música. A notícia relativa ao anúncio do evento estava mais próxima da que é dispensada a um evento social numa revista cor-de-rosa, do que propriamente a uma notícia de um jornal generalista de referência como o *Público*. O fenómeno mediático urdido em torno de Al Gore levou a que o *Público* lhe dedicasse atenção proporcional a esse estatuto. A notícia não citou qualquer dos actores sociais presentes ou ausentes no evento.

No mesmo dia 8 de Fevereiro, o *Correio da Manhã* publicou uma notícia, oriunda da agência *Lusa*, que apenas dava nota da posição da Quercus relativa às medidas de redução das emissões de CO2 previstas no PNAC (*Correio da Manhã/Lusa*, sem autor, 2007) '50 medidas antipoluição para poupar carbono', *Correio da Manhã*, 8 de Fevereiro. O assunto era de índole política, mas o enfoque que lhe foi emprestado foi o da entidade de defesa do Ambiente. Apesar de destacar a tomada de posição da Quercus no início da notícia, o título ('50 medidas antipoluição para poupar carbono') referiu-se a uma matéria que não aparece referida no *lead* da notícia. Aliás, a iniciativa da Comissão Europeia propondo que os Transportes, na UE, emitissem 120 gramas de dióxido de carbono por quilómetro percorrido até 2012, foi colocado no texto como o motivo que levou à reacção da Quercus. O enfoque numa matéria motivada pela entidade europeia foi tratada sob a perspectiva portuguesa, a partir das reacções de uma ONG, numa secção um pouco inusitada "Ciência/Tecnologia", quando trata sobretudo de medidas políticas para reduzir o peso do sector dos Transportes nas emissões de gases com efeito de estufa. A notícia, não assinada, revela mais uma vez a tendência do *Correio da Manhã* em privilegiar a proximidade e até forçá-la, como aparentemente é o caso. Nenhuma das entidades envolvidas teve responsáveis ou documentos citados na peça. Apenas foram transmitidas as posições de ambas sobre as emissões de gases com efeito de estufa pelo sector dos Transportes.

O *Correio da Manhã* assume menos a perspectiva dos representantes do poder político e apresenta os assuntos de acordo com as reacções que os actores sociais produzem sobre as decisões ou posições tomadas pelos detentores do poder político. Por seu lado, no *Público* apreende-se a tendência inversa, de noticiar as tomadas de decisão do poder político e desfiar, a partir de informação oficial, o posicionamento dos diversos actores sociais diante da matéria visada.

O Protocolo de Quioto entrou em vigor a 16 de Fevereiro de 2005, oito anos após a Conferência que lhe havia emprestado o nome e sem um membro de peso: os Estados Unidos da América. Desde 2001, sob a tutela da Administração Bush, que os EUA assumiram razões de carácter económico para não ratificarem o protocolo de Quioto. Na edição de 16 de Fevereiro de 2007, o jornal *Público* assinalou o segundo aniversário da entrada em vigor do protocolo com duas páginas da secção "Destaque", no seguimento da noticiabilidade que o tema ganhara com a publicação do relatório do IPCC, dias antes. Mas para esta análise contou o texto colocado na segunda página da secção, a 3, a sobre a evolução favorável de Portugal face às emissões de gases com efeito de estufa, no ano de 2006, relativamente ao ano anterior (Garcia, 2007c). O autor da peça, Ricardo Garcia, aponta, no primeiro parágrafo do texto, a natureza circunstancial do

fenómeno, credibilizando a posição dos ambientalistas; quer dizer, as razões para a diminuição do peso do país para as alterações climáticas não estavam relacionadas com opções estratégicas assumidas pelos órgãos do poder ou pelos cidadãos. No entanto, os números oficiais foram colocados no início da peça e diziam respeito ao decréscimo do consumo de combustíveis em 13%, relativamente ao ano anterior. A fonte da informação foi a Direcção-Geral de Geologia e Energia, uma entidade oficial.

Um conjunto de factores conjunturais como a diminuição dos fogos florestais, por causa do Verão menos seco, os aumentos do preço dos combustíveis, que diminuiu do consumo, a redução dos gastos de energia eléctrica proveniente das centrais termoeléctricas, na sequência da maior disponibilidade hídrica para a produção de energia, concorreram para a evolução ambiental positiva do país. Serviram estes factores também para que os ambientalistas desvalorizassem as melhorias apresentadas pelos números. A notícia foi preenchida por outros números que o *Público* e a Quercus calcularam: as emissões de gases com efeito de estufa produzidas pelas oito centrais térmicas da Rede Eléctrica Nacional em dois anos consecutivos redundaram num agravamento em 2005 e num abrandamento em 2006. O facto de o *Público* ter-se colocado ao lado de uma organização ambientalista para fazer a leitura dos números oficiais é significativo e evidencia a notoriedade e a credibilidade de que goza a Quercus, que surge numa posição capaz de orientar a perspectiva de uma informação avançada no jornal. A Quercus foi capaz de posicionar-se como actor social privilegiado e de veicular a sua informação e de figurar com ela a liderar a leitura do assunto em causa.

No *Público* de 17 de Fevereiro, uma notícia cuja fotografia com maior área do que o texto foi protagonizada pela associação ambientalista Quercus (*Público*, sem autor, 2007e). A ONG encontrou uma forma de tornar descodificável para os cidadãos o significado dos números avançados pelo IPCC acerca da subida do nível médio das águas do mar. A organização colocou uma régua gigante, com sete metros de comprimento sobre o Arco da Rua Augusta, a escassos metros do rio Tejo, em Lisboa, de forma a tornar visualizáveis para os cidadãos os cálculos de subida das águas do mar: entre 18 a 59 centímetros, de acordo com IPCC, até um metro de acordo com os cientistas do projecto SIAM. A responsabilização dos cidadãos relativamente à acção individual para combate às emissões de gases com efeito de estufa através da representação gráfica das consequências que podem advir da não-acção foi a estratégia empregue pela Quercus. Além de alertar directamente os transeuntes, os elementos da organização pretenderam que a mensagem fosse difundida de forma mais alargada, criando um evento para que ele fosse noticiado, promovendo as suas perspectivas no espaço público.

O evento foi noticiado pelo jornal *Público*, sem recorrer às palavras de qualquer actor social, nem mesmo dos envolvidos na acção noticiada. No entanto, as palavras do elemento da organização ambientalista, Francisco Ferreira, foram colocadas em discurso indirecto, a alertar para as formas simples que cada cidadão pode levar à prática para evitar contribuir para a subida das águas do mar: poupar nas emissões de gases com efeito de estufa, que provocam o aquecimento global e que, levando ao degelo, vai originar, por seu lado, o aumento do nível do mar. A fórmula que

destaca consiste na utilização de uma lâmpada de baixo consumo por cada habitante da casa, a utilização de transportes públicos em 60 quilómetros por mês ou desligar o televisor da tomada. Com estas atitudes, a Quercus estima que seriam emitidas menos 600 mil toneladas de dióxido de carbono por ano. A peça não é assinada.

No plano internacional, os ministros do Ambiente dos Vinte e Sete reuniram-se a 20 de Fevereiro para acertarem as condições do cumprimento da redução de 20% das emissões de gases com efeito de estufa, em relação aos níveis de 1990. O *Público* de 21 de Fevereiro, em peça jornalística assinada por Isabel Arriaga da Cunha, noticia as conversações entre os Estados-membros e a tentativa de chegarem a uma fórmula de partilha do esforço de redução das emissões (Cunha, 2007b). Imperou o valor-notícia da proximidade, uma vez que, ainda que o título desse a noção de conjunto da UE – 'União Europeia aceita novas metas para redução do CO₂' –, o destaque e o *lead* remetiam para a posição sustentada pelo ministro português do Ambiente diante dos seus congéneres europeus. O governante acentuou a necessidade de existir uma partilha do esforço de redução das emissões de gases com efeito de estufa calculado em função do grau de desenvolvimento económico de cada Estado e da sua situação específica face às emissões de gases com efeito de estufa *per capita*. Apesar de estarem de acordo quanto aos níveis de emissões para o período pós-Quito, os ministros do Ambiente dos Estados-membros não conseguiram colocar-se em sintonia quanto à forma de execução dessa meta. Sobressai na peça o choque de interesses entre países, colocando a decisão acerca da via a tomar sobre factores socio-económicos, na partilha do “fardo”, assim chamado pela jornalista: “Stavros Dimas, comissário europeu responsável pelo Ambiente, assegurou que apresentará brevemente propostas aos governos com uma “abordagem diferenciada” sobre a partilha do fardo que, segundo os ministros, deverá assentar em factores “socio-económicos”.” A escolha da palavra indica ao público a forma como a jornalista leu o processo negocial, podendo passar para os cidadãos uma certa intuição de que as medidas a tomar podem reflectir-se negativamente nas suas vidas. Apesar de a sua posição ter sido chamada para o início do texto, o discurso de Nunes Correia não foi reproduzido na peça e o primeiro actor social citado no texto foi o ministro do Ambiente do país presidente da UE, já a meio do texto. Esta era a única notícia da página 19 da secção “Mundo”, situada no canto superior esquerdo e enquadrada por anúncios publicitários. Na mesma edição do *Público*, na última página, a rubrica *Sobe e Desce* colocou Durão Barroso com nota positiva por causa do acordo dos ministros do Ambiente dos Vinte e Sete em relação à redução das emissões de gases com efeito de estufa. O jornal reconhece mérito à acção de um político no combate às alterações climáticas e isso pode induzir alguma confiança nos cidadãos acerca da capacidade dos políticos para indicarem vias para o combate ao problema.

No mesmo dia, o *Correio da Manhã* noticia a mesma reunião, remetendo-a para a secção *Portugal*, apesar de toda a notícia ser enquadrada pela vertente das negociações entre os ministros dos Estados-membros (Pereira, 2007b). Não é feita qualquer referência à posição do ministro português do Ambiente, ao contrário da opção que foi tomada na peça do *Público*. Nunes Correia é apenas citado em discurso indirecto num subtítulo 'Recursos hídricos', colocado numa divisão

final do texto titulada de 'Outras notas' e que nem sequer são referentes à discussão noticiada no texto, mas antes a uma reunião sobre recurso hídricos que viria a acontecer meses depois. É difícil compreender a paginação deste texto na secção "Portugal", sem que nada na sua construção leve a considerar que se trata de uma matéria sobretudo nacional. Aliás, as citações presentes no texto diziam apenas respeito a ministros de países-membros e não a quaisquer actores sociais portugueses. Atente-se no *lead* da notícia "No mínimo 20 por cento até 2020, esta é a meta estabelecida ontem pelos ministros do Ambiente europeus, no respeitante à taxa de redução de gases com efeito de estufa para a atmosfera, a qual terá de ser cumprida por todos os 27 Estados da União Europeia." (Pereira, 2007b).

Como referido anteriormente, a vulnerabilidade da costa portuguesa à subida do nível das águas do mar foi um dos assuntos que esteve nas linhas de destaque dos primeiros meses de 2007. No *Correio da Manhã*, a população de Esmoriz, no concelho de Ovar, que teve o mar a entrar pelas habitações, localizadas a algumas dezenas de metros do mar, foi seleccionada para exemplificar os riscos a que estão expostas as populações costeiras (Pacheco & Saramago, 2007). A peça partiu de um relatório da Comissão Europeia, que sinaliza que um terço da costa do país está exposta à erosão, na sequência da subida das águas. O título indicia esta vulnerabilidade: 'Um metro de costa desaparece por ano'. São referidos números do projecto SIAM, que aponta valores mais assustadores do que os da Comissão Europeia: 67% da orla costeira em Portugal corre sérios riscos de erosão. Mais uma vez, a notícia do *Correio da Manhã* indicia uma certa linha editorial, que privilegia a história particular, dos cidadãos que se debatem com a força do mar e com a iminência de tornar inabitáveis nos locais onde vivem. O enquadramento escolhido para informar acerca dos problemas inerentes à degradação da costa remete para uma selecção das histórias de pessoas comuns, com as quais os leitores podem criar identificação e empatia, a sensação de que todos se apresentam no mesmo patamar diante das dificuldades. Esta estratégia de comunicação pode transformar os assuntos aparentemente desligados da realidade imediata da vida das pessoas em ideias mais efectivas.

O jornalista citou um estudo da Universidade de Aveiro, em que uma investigadora identificou 4 mil casas em risco pela erosão costeira, apenas na linha de Esmoriz a Vagueira. Só após as histórias da vida quotidiana a peça do *Correio da Manhã* citou entidades oficiais. O presidente do Instituto da Água produziu considerações acerca das causas que estiveram por detrás dos episódios de avanço do mar ao longo dos meses de Inverno: a oscilação das marés, a ondulação forte e os ventos muito fortes. A associação ambientalista Quercus também figura na notícia, através do presidente Hélder Spínola que qualificou a subida do nível dos oceanos como um problema nacional e atribuiu-o sobretudo à forte pressão urbanística. O ministro Nunes Correia afirmou que é preciso dizer às pessoas que construir junto à costa é a pior opção possível.

Na área empresarial, refira-se que as preocupações ambientais já fazem parte da lista das preocupações dos responsáveis pelas empresas transportadoras. Só que a justificação para a sensibilidade empresarial parece estar mais próxima das motivações económicas, do que da protecção do Ambiente. Esta ideia transparece da notícia publicada na edição de 1 de Março de

2007 do jornal *Público* (Boaventura, 2007). A Transtejo, empresa que fornece as viagens de travessia do Tejo, entre Cacilhas e o Cais do Sodré, anunciou o estudo dos consumos energéticos da empresa, em consonância com o aumento dos preços dos combustíveis fósseis. A Transtejo assumiu que estaria a iniciar uma caracterização rigorosa do perfil de consumos de forma a ajustar uma estratégia à optimização dos gastos energéticos, cumprir as exigências do Protocolo de Quioto e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. O administrador João Pintassilgo foi citado na peça do *Público* sobre a matéria. Mas os custos económicos também foram referidos pelo administrador, que sublinhou ser intenção da empresa fazer face ao aumento do preço do petróleo. A poupança de energia nas carreiras de barco entre as duas margens do Tejo teria duas vantagens simultâneas: a ambiental e a económica. A empresa E-Value é a parceira da Transtejo na elaboração do perfil energético da empresa transportadora que serve anualmente 29 milhões de passageiros.

O peso da transmissão de um comportamento ambientalmente correcto por parte de figuras reconhecidas dos cidadãos pode sortir um efeito de reprodução do comportamento. Fenómeno idêntico poderá ocorrer quando um governante, no caso, o secretário de estado do Ambiente Humberto Rosa, demonstra perante as câmaras de televisão, os microfones das rádios e os jornais que a reciclagem de veículos em fim de vida é uma opção vantajosa, não só para o Ambiente, mas também para bolso do proprietário do automóvel (Talixa, 2007). A estratégia de comunicação montada pelo secretário de Estado pretendeu demonstrar que a melhor opção a tomar diante de um automóvel no final da sua vida útil é enviá-lo para a reciclagem em centros autorizados para tal pelo Governo.

O governante tomou a atitude de fazer a pedagogia ambiental e, na apresentação das modificações legislativas às regras que regem a entrega dos automóveis, entregou uma viatura pessoal para abate num centro de valorização ambiental de veículos em fim de vida. O governante, citado pela peça do *Público* de 3 de Março, referiu estar em curso uma revolução que vai permitir a renovação do parque automóvel, tornando-o menos poluente. Os incentivos à entrega de veículos em fim de vida simplificam-se e revertem em ganhos em termos de Imposto Automóvel, na compra de viatura nova, de Imposto de Circulação e deixa de ser necessário pagar uma inspecção ao veículo e os documentos nas Finanças. Nesta peça, o governante usa o potencial comunicacional da sua posição na hierarquia social para exemplificar um comportamento que o poder político pretende incrementar junto da população. A mediatização do acto será a forma mais eficaz de comunicar aos cidadãos um comportamento que se pretende incrementar.

O *Correio da Manhã*, na edição do dia seguinte, 4 de Março, dedicou uma das peças da sua edição a uma das visitas de Al Gore a Portugal (Silva, 2007). No antetítulo chamou-lhe activista: 'O célebre activista regressa a Portugal'. O enfoque do artigo foi feito em grande medida sobre aspectos triviais da cruzada de Al Gore contra as alterações climáticas. O título 'Efeito Al Gore' refere-se a um fenómeno que alegadamente ocorre em cada local visitado pelo político e que consiste numa diminuição da temperatura atmosférica e de queda de neve ou granizo). A meio da peça surge o discurso de Carlos Pimenta, ex-secretário de Estado do Ambiente e ex-colega de Al

Gore. Para este actor social, a Al Gore fica a dever-se o facto de ter emprestado o seu poder mediático à causa das alterações climáticas. Carlos Pimenta reforça que a Al Gore deve-se o facto de ter alertado consciências para a discussão acerca do que acontecerá com o fim do protocolo de Quioto, em 2012. Mas a imagem de activista contra as mudanças globais do clima é questionada pela polémica sobre a factura energética anual de Al Gore, relativa à sua mansão em Nashville. Ao mesmo tempo, é chamada a atenção para o pendor catastrofista do documentário, contrapondo-lhe as previsões do IPCC. Mas o ambientalista Helder Spínola, da Quercus, prefere destacar o trabalho efectuado em vez da pessoa que está a fazê-lo, enfatizando o valor da causa e menos aquilo que é dito.

A edição de 8 de Março de 2007 do jornal *Público* apresentou o assunto das alterações climáticas na primeira página, focalizado pela vertente da energia. A foto de capa foi a das chaminés de uma central nuclear, que ocuparam o lado direito da página. Em título lia-se: 'A UE e o aquecimento global: Nuclear ameaça renováveis'. Na parte inferior da fotografia estava colocado um pequeno texto que enfatizava a importância da questão energética em matéria de alterações climáticas. A cimeira que reunia chefes de Estado e de governo, começava em Bruxelas e trataria das negociações entre os Estados-membros sobre as fórmulas para atingirem os ambiciosos 20% de redução de emissões de gases com efeito de estufa no período pós-Quioto (de 2012 até 2020). O sinal de que as escolhas dos países poderiam recair nas velhas fontes de energia estava enunciado no título que serve para o Destaque de três páginas (de 2 a 4) dedicado ao tema. As fontes alternativas poderiam ser preteridas pelo nuclear. As palavras escolhidas para o título remetiam também para uma certa valoração entre duas formas de energia: o verbo 'ameaçar' possui uma carga negativa. A carga semântica da frase 'Nuclear ameaça renováveis' remete para a eventualidade de algo que é mau poder vir a inviabilizar algo que seria melhor.

Para a presente análise é tida em conta a peça intitulada 'Estados-membros já começam a falar na repartição dos esforços de redução de emissões' (Garcia, 2007d). Os Estados-membros estavam, em Março de 2007, em processo de negociações para um acordo sobre a partilha do esforço, que lhes permita atingir a meta conjuntamente, ainda que entre si o nível de exigência fosse diferenciado. As negociações seguiam entre os países. A situação negocial de Portugal poderia não ser a mais favorável, uma vez que as metas permissivas concedidas no âmbito do Protocolo de Quioto não serviram para que o país atingisse o crescimento económico esperado. O secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, citado pelo *Público*, afirmou a concordância com a meta dos 20% assumida pela União Europeia: “Aceitamos a meta comunitária dos 20 por cento unilaterais, com um *burden sharing* [repartição do esforço] baseado em critérios justos e equitativos”, afirma o secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa.” (Garcia, 2007d). Mas alertou para a necessidade de haver uma repartição equitativa de esforços. Com isto pretendia significar que Portugal, como economia frágil, deveria ter metas de decréscimo de emissões mais benevolentes. Mas as opiniões citadas na peça reflectem divergência de opiniões acerca deste ponto: a ex-ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, que negociou as metas de emissões para Portugal, na sequência do Protocolo de Quioto referiu que o país já perdeu poder negocial com a

oportunidade perdida. O presidente da associação ambientalista Quercus referiu que a tentação de evocar as emissões de dióxido de carbono *per capita* para conseguir uma percentagem maior de emissões no esforço partilhado de redução no período pós-Quito pode ter efeito perverso de levar ao facilitismo, diante de uma quota alargada. A peça ocupa, sensivelmente metade da página 4, sob o selo 'Negociações difíceis'.

Alguns dias mais tarde, a 17 de Março, numa notícia do *Correio da Manhã* sobre o assassinio do espião russo Alexandr Litvinenko e as potencialidades do produto radioactivo que alegadamente tê-lo-á levado à morte existe uma referência que se diria extemporânea à discussão em torno da energia nuclear como opção energética para Portugal (Silvestre, 2007). O jornal dá conta da intenção do empresário Patrick Monteiro de Barros de construir uma central nuclear. O artigo cita um dos responsáveis pelo projecto, Pedro Sampaio Nunes, que afirmou ter todos os estudos realizados e que aguardava a decisão das autoridades sobre a obtenção de autorização para que Portugal adopte a energia nuclear. Os argumentos a favor da energia nuclear são os da redução das emissões de gases com efeito de estufa, mas os ambientalistas discordaram dos benefícios apresentados dos promotores do projecto. Francisco Ferreira, da Quercus, foi o último actor social citado na peça e acentuou as vertentes negativas das centrais nucleares, nomeadamente os resíduos nucleares para os quais não se conhece tratamento. A opção deve ser a poupança de energia, segundo o ambientalista. Após a discussão, o Governo acabou por rejeitar a proposta de Patrick Monteiro de Barros e a opção pelo nuclear deixou de figurar entre as possibilidades para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. O artigo deixa ainda a certeza de que o debate sobre a opção pelo nuclear como fonte de energia alternativa iria continuar em Portugal. O tratamento da questão por ambos os jornais remete para duas linhas editoriais distintas, que levam a que os responsáveis girem os recursos de que dispõem em função dos objectivos contidos nas orientações editoriais de ambas as publicações. Desta forma, sendo o *Público* um jornal mais orientado para o noticiário da política, que nacional, quer internacional do que o *Correio da Manhã* e sendo este um jornal que está destinado a relatar mais os acontecimentos particulares e próximos dos cidadãos, as perspectivas sobre um mesmo assunto que se lê em ambos os jornais é tratado segundo estes pressupostos.

Por esta razão, o *Público* centrou a abordagem da discussão acerca das alternativas energéticas para a Europa no noticiário internacional, da União Europeia e chamou o assunto à primeira página, focando as divergências entre os Estados-membros acerca das vias a seguir e do papel de cada um nos objectivos do conjunto. O *Correio da Manhã*, por seu lado, ligou a questão à morte do espião russo Alexander Litvinenko, para falar dos perigos do recurso à energia nuclear. A relação entre os dois assuntos deverá ser escassa e menor do que a sugerida pelo *Correio da Manhã*, que corria o risco de fomentar falsas linhas de causalidade. Todavia, a discussão a que o *Público* concede honras de primeira página na edição de 8 de Março é apenas referida na notícia do *Correio da Manhã*, que optou por dar relevo à discussão interna acerca da implantação de uma central nuclear no país, apresentando a versão dos promotores e dos ambientalistas. A proximidade (do leitor) é privilegiada pelo *Correio da Manhã*, em detrimento de outros valores-

notícia.

O *Correio da Manhã* optou pelo género jornalístico da entrevista nas edições de Domingo, 17 de Março. Entrevistou Viriato Soromenho-Marques (Mateus, 2007), conselheiro de Durão Barroso sobre alterações climáticas, com outras dez figuras europeias destacadas na área do Ambiente, sobretudo cientistas. É a propósito do convite dirigido pelo Presidente da Comissão Europeia que o jornal entrevista Soromenho-Marques. O ex-líder da Quercus e professor catedrático na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa referiu que, apesar de não ter formação de base em engenharias, o convite que lhe foi dirigido justifica-se pela vontade de integração do conhecimento pretendida por Durão Barroso. Daí ter optado por chamar também um filósofo, que tem por tarefa fazer essa integração. O título-citação 'Só seria ministro do Ambiente conforme a seriedade ambiental desse Governo' deixa a porta aberta para a entrada em funções executivas, em Portugal, mas deixa perceber que nem todos os governos são idóneos quanto aos objectivos ambientais. Em termos de política ambiental, Soromenho-Marques defende a promoção das energias renováveis e uma taxa mais pesada sobre as energias mais poluentes. O incumprimento das metas de Quioto por Portugal terá custos importantes, segundo considerou. A erosão costeira pode ser evitada porque pode só remotamente ser resultado das alterações climáticas e é antes consequência das políticas de ordenamento do território e da construção de barragens nos rios que evitam a deposição de sedimentos nas praias. A contribuição de cada indivíduo para o cumprimento do Protocolo de Quioto reside no exercício de uma cidadania do consumo, consumir responsabilmente, tendo em conta os gastos energéticos de cada electrodoméstico e usando com moderação instrumentos de grande consumo, assim como o automóvel e o avião. Soromenho-Marques considera que o nuclear não seria uma boa aposta para Portugal, mas a opção implica uma dependência energética maior em relação a outros países da Europa que consomem 15% de electricidade de origem nuclear. Ainda se dedica ao ambientalismo, mas diz não ter simpatias políticas porque os partidos estão atrasados em relação à agenda ambiental. Nenhum Governo que passou por Portugal está isento de culpa em matéria de ambiente, nem mesmo o actual que, apesar de ter avançado em algumas matérias, continua a revelar processos lentos para colocá-las em prática.

As recomendações dos ministros do Ambiente da União Europeia no sentido de as actividades florestais serem consideradas no âmbito do mercado do carbono juntaram uma empresa do sector do papel, a Portucel, uma empresa de consultoria ambiental, a E-Value, uma instituição de ensino superior, o ISA – Instituto Superior de Agronomia, e uma associação de agricultores, a CAP, numa mesma mesa de discussão. A notícia publicada acerca da organização conjunta por estas entidades de uma conferência sobre as potencialidades da floresta na retenção de carbono demonstra uma posição consensual na matéria e aponta no sentido de ser uma via de valorização das áreas florestais em termos de mercado de emissões CO₂ (Fernandes, 2007). João Soveral, responsável máximo da CAP – Confederação dos Agricultores Portugueses, toma a dianteira na defesa dos interesses dos proprietários e acentua que as florestas prestam um serviço público que não reverte em favor de quem as possui. Integrá-las no mercado do carbono seria uma forma de

valorização. A ser considerada a absorção de carbono nas contas do mercado de emissões de gases, as empresas poderiam vir a compensar as suas emissões através da plantação de florestas na Europa. Mas, como reconheceu a consultora da E-Value citada na notícia, poderão surgir dúvidas acerca da contabilização entre emissões efectivamente lançadas para a atmosfera por uma determinada actividade e a compensação dessa emissão através das áreas florestais. O investigador do ISA, João Santos Pereira, afirmou que não é uma tarefa fácil, mas que é possível fazer-se.

O *Correio da Manhã* já tinha dedicado ao tema dos óbitos atribuídos ao calor uma notícia em 7 de Janeiro, mais de dois meses antes de o *Público* ter abordado a questão. No entanto, o *Correio da Manhã* baseara-se num relatório acerca da mortalidade ocorrida aquando das vagas de calor de 2006, ao passo que o *Público* partiu de um estudo acerca da mortalidade verificada no Verão de 2003. A divulgação do relatório das mortes atribuídas ao calor que assolou Portugal em 2006 levou a que o *Correio da Manhã* entrevistasse um especialista na área das alterações climáticas: o coordenador do projecto SIAM, que é o estudo de fundo sobre os impactos das mudanças globais do clima nos diversos sectores da vida em Portugal (Saramago, 2007). Filipe Duarte Santos assumiu uma posição divergente das entidades oficiais, num texto com o título-citação elucidativo: 'Deplorável não revelar total de mortos por calor'.

O jornalista entrevistador insistiu na hipótese de colher algumas linhas de causalidade entre os fenómenos climáticos que têm ocorrido em Portugal, sobretudo as ondas de calor e os episódios de erosão costeira. Mas o especialista adoptou sempre posições mais consentâneas com a linguagem científica. Afirmou que 2006 foi um ano em que as vagas de calor e as temperaturas, de um modo geral, elevadas se inseriram numa tendência que se verifica, com maior incidência na última década. No entanto, não atribui os episódios de erosão que à data da entrevista se verificavam na Costa de Caparica, directamente às alterações climáticas e explica as causas de diversa índole que podem estar por detrás do avanço do mar. Também o episódio de queda de neve em Lisboa, nos primeiros dias do ano, não foi tomado como de grande importância como consequência das mudanças globais do clima. O especialista explica que é um episódio esporádico, que não se insere numa tendência, ao contrário das vagas de calor.

A clivagem do especialista em relação ao poder político e às autoridades de saúde manifesta-se na recusa por parte destes na revelação o número de pessoas mortas em consequência das vagas de calor de 2006. O cientista qualifica de "deplorável" a atitude tomada pelas autoridades portuguesas, neste ponto. Filipe Duarte Santos desvaloriza os cépticos da responsabilidade humana em matéria de alterações climáticas. Refere que o efeito de estufa é um dos fenómenos mais conhecidos pela ciência e descredibiliza, assim, as opiniões dos cépticos. Coloca sobre a mesa duas hipóteses: ou o homem aprende a adaptar-se a um clima mais quente (posição dos Estados Unidos), ou adopta um estilo de vida menos poluente (posição europeia).

O cientista considera que o filme de Al Gore 'Uma Verdade Inconveniente' não é tão alarmista quanto se poderia pensar e as previsões de que as cidades de Xangai e de Nova Iorque podem enfrentar graves problemas com a subida do nível das águas do mar podem confirmar-se. A

tonalidade do discurso do cientista leva a que passe uma ideia de algum alarme em relação ao futuro incerto.

Ao longo deste capítulo foram analisados os textos do *Público* e do *Correio da Manhã*, na tentativa de elucidar que estratégias comunicativas são adoptadas por cada um. A reprodução do discurso oficial é mais evidente no *Público*, enquanto o *Correio da Manhã* procura avançar em primeiro lugar as vozes dissonantes dos poderes. Ocorre também no *Correio da Manhã* uma outra situação menos frequente no *Público*: conceder espaço aos casos particulares, ao cidadão, o que pode desencadear processos de identificação no leitor, através das histórias das pessoas comuns. O noticiário internacional é mais frequente no *Público*, enquanto o *Correio da Manhã* tenta chamar os assuntos de cariz internacional para a realidade portuguesa, alcançando, assim, maior proximidade dos leitores. Os seus profissionais fazem-no ou através da escolha de fontes de informação portuguesas que comentem o assunto, ou através da transposição dos assuntos para a realidade de Portugal. As diferenças entre ambos os jornais ficaram patentes ao longo de todo o texto: para os mesmos assuntos, abordagens diferentes, reflectindo as linhas editoriais de cada publicação.

V. A perspectiva das fontes de informação

Os 18 actores sociais seleccionados foram categorizados segundo a grelha utilizada para os actores sociais que surgiram nas notícias, uma vez que foram esses mesmos os contactados no sentido de serem efectuadas as entrevistas. Foram entrevistados 11 actores sociais, tantos quantos responderam à solicitação de entrevista, conforme foi referido no capítulo dedicado à metodologia. Segundo a categorização exposta, as entrevistas foram efectuadas a quatro actores sociais provenientes da área 'Universidade/Investigação', dois de 'Associação Ambiental', um de 'Governo central', um de 'Instituição europeia', um de 'Instituto público', um de 'Empresa' e um de 'Associação profissional' (Cf. Anexo 4).

Os actores sociais cujas vozes se fazem ouvir no espaço público através dos jornais reflectem um pouco da multidimensionalidade da temática das alterações climáticas. É verdade que a grande maioria dos entrevistados filia-se por formação de base na área das engenharias e das ciências, mas variam os cargos e as funções desempenhadas. Dos 11 entrevistados na qualidade de fontes de informação em alterações climáticas, cinco são engenheiros (Ambiente, Florestal, Química), dois são formados em Ciências Geofísicas, um em Biologia, um em Filosofia, um é bacharel em Electrotecnia e um outro é licenciado em Publicidade e Comunicação. De destacar que sete possuem doutoramento. Esta realidade poderá ficar a dever-se à importância que o testemunho do especialista assume em matérias cuja complexidade convoca as explicações avalizadas dos estudiosos.

Do ponto de vista da análise, a diversidade de actores sociais, das características dos cargos que desempenham, da sua formação de base, e do seu lugar na sociedade dificulta um pouco a análise comparativa. No entanto, essa adversidade pode ser encarada como uma riqueza, já que abre o leque das perspectivas sobre a problemática da comunicação das mudanças globais do clima.

Neste capítulo procede-se a uma análise comparativa dos pontos comuns e divergentes referidos pelos actores sociais, bem como de aspectos relevantes das suas declarações que saem do âmbito da comparação, mas que são valiosos para o estudo em causa.

1. Percepções sobre as alterações climáticas e sua mediatização

Uma das questões basilares abordada nas entrevistas efectuadas visou analisar a percepção que teria cada um dos entrevistados acerca do termo 'alterações climáticas'. Através desta questão pretendeu-se colher o tom subjacente às considerações tecidas ao longo da entrevista. Com isto pretende-se dizer que a resposta a esta questão permite perceber de que forma cada um olha as alterações climáticas: se do ponto de vista da ciência, se do ponto de vista das catástrofes naturais, se lhe reconhece intervenção da mão humana ou se sequer aceita o consenso científico estabelecido em relação à existência de mudanças globais do clima.

Verifica-se que a maior parte dos actores sociais aos quais foi realizada a entrevista reconhecem a existência de alterações climáticas e lêem a definição do fenómeno pela vertente científica, ou aludem a termos que para aí conduzem.

Em seis das 11 respostas à questão que indagava qual a definição de alterações climáticas a explicação centrou-se na vertente científica do fenómeno, sobretudo focalizando as causas, mas também chamando a atenção para algumas evidências que já se fazem sentir efectivamente. As incertezas surgem relacionadas com o que poderá acontecer no futuro. Apesar de os relatórios científicos contemplarem esta vertente das mudanças do clima, os actores sociais, quando se referem às perspectivas futuras ou às consequências da alteração da estrutura química da atmosfera, consideram que essa não será uma das vertentes das alterações climáticas sobre a qual se possa ter certezas. Os estudos científicos assim o indicam, ao colocarem como prováveis diversos cenários, consoante oscilem determinadas variáveis, como as emissões globais de gases com efeito de estufa. A complexidade da matéria torna difícil a sedimentação de conclusões sobre a real dimensão do futuro.

O contributo humano para as causas das alterações climáticas, um dos pontos frisados pelo último relatório do IPCC, é aceite e referido expressamente por quatro dos entrevistados. Outros actores sociais referem-se à responsabilidade humana, mas de forma indirecta, com referência à necessidade ética de agir para evitar comprometimento das condições de vida das gerações que virão, à alteração dos estilos de vida. As explicações mais extensas e mais pormenorizadas sobre a definição pessoal de alterações climáticas pertencem a dois actores sociais cuja formação de base é muito distinta, assim como as funções que assumem no âmbito das alterações climáticas: o climatologista e investigador do projecto SIAM, Ricardo Trigo, fez uma sintética exposição das diversas situações de mudanças do clima que ocorreram na Terra, marcadas pelas oscilações de temperaturas médias, deixando claro que o fenómeno que agora se sente radica em causas diferentes e ocorre de forma mais acelerada do que as mudanças atribuídas à dinâmica da Terra. Viriato Soromenho-Marques, doutorado em Filosofia e entrevistado na qualidade de conselheiro do presidente da Comissão Europeia para as Alterações Climáticas, é o outro actor social que se alonga na explicação do que entende por alterações climáticas, enveredando pela vertente das mudanças que estão a ocorrer na composição química da atmosfera. Apesar de não se referirem directamente às causas antropogénicas das alterações climáticas, Trigo e Soromenho-Marques abordam a questão colocando as responsabilidades na acção, portanto atribuindo responsabilidade humana às causas das mudanças globais do clima.

A posição dissonante de todas as restantes coube ao responsável pela CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal), João Soveral, o único actor social que deixou uma margem para a dúvida acerca da efectiva existência de alterações climáticas e a responsabilidade humana nesse facto. Questiona a fiabilidade dos dados existentes e recorre ao argumento do conhecimento existente acerca de outros períodos em que se registaram oscilações dos indicadores climáticos ao longo da história da Terra e que não configuraram as modificações e as consequências que actualmente são anunciadas:

Simples não é, porque não está sequer demonstrado inequivocamente que [as alterações climáticas] existam, ou, pelo menos, que existam enquanto fenómeno decorrente da acção humana. Há uma série de, não direi de evidências, mas de indicadores muito consistentes que apontam para isso, mas, como sabe, não incontroverso que haja alterações climáticas.

João Soveral, CAP

Aponta as alterações climáticas como uma realidade construída pelos meios de comunicação, imputando-lhes o ónus do sensacionalismo. O dirigente da agremiação de agricultores revela uma lucidez elevada em relação ao funcionamento do espaço público mediatizado e as potencialidades dos órgãos de comunicação enquanto actores capazes de marcar a agenda pública.

De uma forma geral, os actores sociais entrevistados respondem à definição de alterações climáticas em consonância com as funções profissionais que desempenham, ou as que os ligam ao tema.

Com maior ou menor ênfase, os actores sociais entrevistados consideraram a presença das alterações climáticas nos jornais importante para a comunicação do tema e para que os cidadãos tomem contacto com, pelo menos, alguma das vertentes da problemática. Destoa da opinião geral recolhida um dos entrevistados, para quem haveria de fazer-se a comunicação das alterações climáticas, ainda que não existissem meios de comunicação tradicionais. Pedro Macedo, ligado ao projecto Cidades Sustentáveis, acredita que as entidades interessadas haveriam de encontrar canais e formas de comunicação para chegarem aos cidadãos, sem que necessitassem da mediação dos meios de comunicação.

Imaginando um cenário que é um pouco difícil de imaginar, que é os órgãos de comunicação social não falarem disto, como há uma série de associações, de entidades que estão preocupadas com este assunto e estão a trabalhar esta questão, as associações ambientalistas, o próprio Governo, sei lá, uma série de especialistas a falar sobre estas questões que [...] que têm os canais próprios.

Pedro Macedo, Cidades Sustentáveis

O investigador desconsidera, desta forma, a capacidade de massificação da informação que é uma das marcas dos media clássicos, crendo que a difusão de uma mensagem para a generalidade dos cidadãos poderia processar-se à margem do funcionamento do campo mediático, por vias mais estreitas no número de cidadãos potencialmente atingidos. As sessões de esclarecimento junto das comunidades locais são uma das fórmulas ensaiadas pelo grupo Cidades Sustentáveis, no âmbito da implementação da Agenda 21 Local. No entanto, estas acções são limitadas na percentagem de cidadãos que efectivamente atingem, ao mesmo tempo que são mais exigentes para com o cidadão, convocando o espírito da democracia participativa e a disponibilidade dos cidadãos para agir, o que implica um esforço de procura de informação mais elevado do que o exigido pelos meios de comunicação de massa. Por outro lado, as campanhas de sensibilização porta a porta, sejam distribuídas através do correio, sejam distribuídas em mão, exigem gastos que resta indagar se os cidadãos ou as entidades implicadas estariam dispostos a

despender fundos para onerar tal empresa.

Imbricada nesta questão, encontra-se uma outra que trata de investigar alguns traços da imagem que os actores sociais guardam dos media, particularmente dos jornais, em relação ao impacto que podem ter junto dos leitores. Neste ponto, as perspectivas dos entrevistados vão no sentido de reconhecer a importância acentuada dos jornais no que se refere à informação sobre alterações climáticas a que os cidadãos podem aceder. Outro traço que se evidencia nas considerações dos actores sociais é algum ceticismo em relação ao efectivo papel positivo que os media possam ter junto dos cidadãos. Em suma, ainda que reconheçam a importância da presença das alterações climáticas nos jornais e que são os jornais um dos meios de comunicação com maior relevância em matéria de mudanças do clima, os actores sociais ouvidos no âmbito deste estudo duvidam se a forma como comunicam a temática é a mais favorável para que os leitores se inteirem dos assuntos em causa. Por exemplo, o ambientalista da ONG Quercus e académico, Francisco Ferreira, aponta como falha a inexistência de uma abordagem abrangente, que esboce a real dimensão da problemática, na dispersão das suas variadas vertentes.

A mesma desconfiança da consultora da área do Ambiente e académica, Júlia Seixas, fica patente nas considerações que tece acerca da necessidade de os cidadãos tomarem consciência das consequências quotidianas que podem estar implicadas nas mudanças globais do clima. Reforça que o investimento na comunicação é uma necessidade ou que a informação que se faz não é suficiente, ou que a sua qualidade é duvidosa, ou que é insuficiente. Uma ideia transversal aos actores sociais que atribuem grande importância ao papel dos jornais na difusão de informação sobre alterações climáticas é que deveriam considerar todas as dimensões da problemática, atribuindo um papel próximo de educador aos jornais. Mais do que o ofício de informar, os jornais poderiam assemelhar-se a um manual, em matéria de alterações climáticas, veiculando informação sistematizada e multidisciplinar, sugerem vários entrevistados.

De Francisco Ferreira surgem preocupações sobre o facto de os cidadãos se sentirem distantes em relação à problemática e atribui aos jornais a falha de uma abordagem abrangente dos fenómenos que se prendem com as alterações globais do clima. A consultora de Ambiente, assim como o quadro da ADENE, Paulo Calau, o ambientalista do GAIA, Pedro Pereira e o membro do projecto Cidades Sustentáveis, Pedro Macedo, alertam para a importância de tornar a informação mais efectiva para os cidadãos, colocando a tónica na necessidade de se enfatizar os impactos quotidianos nos modos de vida, seja pelas modificações ambientais que ocorrem já e tendem a agravar-se, seja pelo apelo à acção individual no sentido de fazer recuar os cenários climáticos.

Ricardo Trigo e Pedro Pereira alertam para a superficialidade da abordagem que os jornais dispensam às alterações climáticas, sendo que o primeiro refere ainda a tendência para o recurso aos títulos sugestivos, na frase: “Ficam-se [os jornais] mais pelos títulos sugestivos, do que propriamente... mais sensacionalistas, sem aprofundar com tanta... exactidão.” Um académico da Engenharia Florestal e também participante no SIAM, João Santos Pereira, coloca maior ênfase na importância da vulgarização do tema.

Do lado dos decisores políticos, o secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, salienta a importância dos media para os cidadãos, considerando que as alterações climáticas devem ser noticiadas. Na vertente dos actores sociais ligados ao campo da política, uma posição interessante surgiu Viriato Soromenho-Marques. Apesar de estar ligado a instituições políticas apenas com funções de aconselhamento e não de concepção e execução de políticas, o entrevistado mantém um pé em cada um dos mundos: política, academia, ambientalismo, e é formado na área das Ciências Humanas. A consideração que tece reflecte a multidimensionalidade de campos pelos quais passou e passa. Prefere destacar o interesse cíclico dos media nas alterações climáticas, acompanhado do interesse das Relações Internacionais:

[...] eu defendo que há uma teoria cíclica do interesse das Relações Internacionais pelo Ambiente. Portanto, o interesse [...] o interesse não é meramente objectivo, ou seja, um assunto pode ter uma carga objectiva, factual, empírica enorme, mas o ele tornar-se alvo de interesse depende também de dimensões subjectivas enormes.

Viriato Soromenho-Marques, High Level Group on Energy and Climate Change

Sublinhe-se a consciência manifestada de que os media ajudam a moldar o que é assunto de interesse, apontando para a função de *agenda-setting*. A resposta mais desviante dos entrevistados pertenceu ao dirigente da associação de agricultores, João Soveral, que embora considerando a importância das alterações climáticas nos media, não deixa de referir alguns laivos de cepticismo sobre a matéria, reflectindo longamente acerca dos impactos das actividades humanas sobre os ecossistemas e os impactos globais que não são sentidos ao nível local.

Em suma, sobressai das considerações tecidas pelos diversos actores sociais que as alterações climáticas devem figurar entre os temas tratados pelos jornais e que essa presença é importante para os cidadãos, mas ao mesmo tempo, a forma como é feita a comunicação da problemática merece referências negativas: ou é superficial, ou busca o título sensacional, ou não consegue veicular uma imagem abrangente das matérias, ou não se volta para a acção individual e para as responsabilidades de cada um. Concomitantemente, não se verificam linhas de discurso estabelecidas segundo a formação ou os cargos desempenhados pelos entrevistados.

Uma questão ligada a esta acima tratada relaciona-se com as potencialidades dos jornais, enquanto veículo de informação sobre alterações climáticas. Averiguou-se como os actores sociais entrevistados analisam a capacidade dos jornais para serem veículo de informação sobre alterações climáticas para os cidadãos. As tendências discursivas dos actores sociais encaminharam-se para a aceitação inequívoca de que os jornais são um dos veículos fundamentais para que os cidadãos se familiarizem com os vários aspectos das mudanças globais do clima. A única opinião completamente divergente das restantes entre os entrevistados é sustentada por Paulo Calau, da ADENE. Considera que o “cidadão médio” não se informa sobre alterações climáticas através dos jornais, porque não reconhece aos jornais a capacidade para concretizar esse objectivo, atribuindo-a à televisão em horário nobre, conforme indica a transcrição

que se segue, em que o entrevistado recorre a um tom prescritivo nas suas considerações.

EP. Julga que os leitores adquirem verdadeiramente informação e conhecimento sobre alterações climáticas através dos jornais, no que toca à energia e..

PC. Não. Através dos jornais não. E vamos falar do grande público, não vamos falar de sectores mais ou menos cultos, mas imaginando o grande público de forma genérica, as pessoas, para captarem o tema das alterações climáticas têm que ter a possibilidade de ver documentários como os que são dados na RTP2, ou como são dados na SICNotícias, do Panorama BBC ou do 60 minutos, etc. Têm que os ver nos canais e horário nobre. Não podem ser novelas, não podem ser concursos ou 'casamentos de sonho' ou o que quer que seja. Portanto, o que é dado nos telejornais é dado de uma forma muito rápida e é a notícia choque que se quer dar. Ou é algo da REN, ou... Pronto, geralmente é a notícia rápida que não pega. Há uma necessidade de as pessoas compreenderem que... as pessoas têm que associar aquilo que vem nos jornais que algo foi feito pela entidade 'tal', que vai fazer isto, e não sei quantas toneladas de CO₂, ou vai deixar de emitir 'x' ou o que quer que seja. Mas tem que associar isso a um... a algumas bases e essas bases têm que ser fornecidas por cadernos especializados nos jornais, para quem lê jornais, e, principalmente, nas televisões...

Paulo Calau, ADENE

A preponderância da televisão em relação à atractividade que exerce sobre a generalidade dos cidadãos também merece consideração por parte do membro do projecto Cidades Sustentáveis, sem com isso deixar de afirmar que os cidadãos recolhem muita informação sobre alterações climáticas através dos jornais. Também o ambientalista Pedro Pereira, do GAIA, manifesta reservas relativamente à capacidade dos jornais para informarem os cidadãos sobre alterações climáticas, embora num registo menos crítico relativamente ao papel dos jornais. Admite que os cidadãos recolhem informação acerca das alterações climáticas a partir dos jornais, mas estabelece uma ligação entre o facto de os cidadãos estarem informados e de isso não implicar a alteração de comportamentos que o nível de informação convocaria. Um pouco no mesmo sentido vão as considerações do climatologista, para quem fornecer informação aos cidadãos só é uma acção válida na medida em que esses cidadãos consigam compreender a real dimensão do assunto que está a ser comunicado. Mais uma vez, está subjacente o raciocínio de que a comunicação da problemática das mudanças globais do clima poderá (deverá) potenciar alterações comportamentais dos cidadãos. Viriato Soromenho-Marques estabelece mais do que um nível de informação sobre alterações climáticas: os cidadãos, na generalidade, recolhem dos jornais grande parte da informação que possuem sobre alterações climáticas, mas, ao mesmo tempo, considera que entre os mais cultos a informação está mais consolidada. Por detrás desta consideração está a concepção de que a informação obtida através dos jornais é aquela que a generalidade dos cidadãos consegue obter e, ao mesmo tempo, não é mais aprofundada. Essa está reservada para os mais cultos (que se informam através de outros meios). Encontra-se uma valoração que aceita que o estrato social se relaciona com a sofisticação dos meios de acesso à informação.

Tendo em conta a larga quota de responsabilidade que os actores sociais maioritariamente imputam aos jornais enquanto meios privilegiados de informação sobre alterações climáticas, também é importante averiguar se atribuem aos jornais alguma capacidade para trazer assuntos, temáticas, problemáticas para a discussão pública. Quer dizer, consideram os actores sociais que os media, em geral, e os jornais em particular, são capazes de elevar um assunto à presença no espaço público e consequente espoliar a discussão por parte dos diversos campos nele envolvidos?

A opinião predominante entre os entrevistados é de que os media trazem para o debate público a problemática das alterações climáticas. Todavia, algumas respostas remetem para vertentes não tão positivas da mediatização das alterações climáticas, ou para cambiantes do tratamento da problemática pelos media. No pólo mais crítico em relação ao contributo dos media para a discussão pública das alterações climáticas situa-se o Filipe Duarte Santos, coordenador do projecto SIAM, para quem a o aumento da mediatização ligados às mudanças globais do clima conduz à publicação de notícias que não estão bem fundamentadas. Alerta para o facto de os jornalistas não possuíram instrumentos para avaliar a veracidade das informações que transformam em notícias:

Não, eu penso que a comunicação social tem aqui um papel muito importante, mas, como é um tema que tem tido muita mediatização, tem atraído interesse, por vezes aparecem notícias que estão menos bem fundamentadas do ponto de vista científico. E, portanto, obviamente que os jornalistas não são cientistas, nem têm que ser cientistas. Pode acontecer que um cientista seja jornalista e vice-versa, mas normalmente não é, portanto, o seu critério de selecção está condicionado por esse facto e, de facto, por vezes vemos notícias nos jornais cuja fundamentação científica é frágil e errónea, não é?

Filipe Duarte Santos, SIAM

Ora, radica nas afirmações do investigador uma das questões fracturantes que desde sempre se interpôs na relação entre Ciência e meios de comunicação social: a considerada impreparação dos jornalistas no que respeita ao conhecimento que devem ter para que lhes seja possível avaliar a validade do conhecimento científico que virá a ser notícia. Os jornalistas não são cientistas, nem os cientistas são, por vezes, não são capazes de compreender a lógica de funcionamento da comunicação mediática e produzir discursos que lhe são adequados. A incompreensão entre o *modus operandi* de um e de outro campo social torna a comunicação da ciência um desafio em que a busca de equilíbrio entre aquilo que é a natureza e os objectivos da comunicação social e as aspirações de rigor, com o jargão e os modos de construção do discurso associados à ciência.

Cabe destacar a leitura do conselheiro do presidente da Comissão Europeia para as alterações climáticas, Viriato Soromenho-Marques, que se centra nas curvas de interesse dos assuntos nos media e refere que ocorreram algumas coincidências (relatório Stern, Prémio Nobel para Al Gore e IPCC, relatório do IPCC) que despertaram o olhar mediático para as mudanças globais do clima. Segundo defende, esse interesse, por sua vez, alimentou os meios de comunicação social

gerando um interesse sucessivo sobre a problemática. Os media, e os jornais particularmente, são apresentados como rampa de lançamento dos assuntos que apresentam elementos dignos de relevância (que vão ao encontro de valores-notícia) e por essa mesma forma mantêm o foco sobre esses assuntos. Um pouco na mesma linha segue a visão de Paulo Calau, que se refere a um ciclo de interesse que se gera a partir da relevância mediática adquirida por um tema.

A avaliação mais particular sobre esta questão é apresentada por João Soveral, da CAP. O engenheiro atribui aos media toda a responsabilidade pela transformação das alterações climáticas em temática relevante, chegando mesmo a considerar que são uma construção dos media: a discussão é liderada pelos media e pela sociedade e o poder político ficou com o espaço da reacção. Em termos de Relações Internacionais, vê a Europa como detendo uma posição liderante na discussão sobre as mudanças do clima em relação aos EUA. Assim, segundo o engenheiro da CAP, os jornais não só trazem a problemática para a agenda pública, como chegam mesmo a estabelecer o grau de relevância que os assuntos assumem na textura social. Atribui-lhes o papel mais determinante, entre todos os entrevistados.

Ao considerar a importância que os media possuem em termos de comunicação das alterações climáticas, levando a problemática ao encontro dos cidadãos e tornando-as ponto para discussão pública, importa saber junto dos actores sociais se as notícias que os jornais veiculam são alvo de interesse da sua parte, uma vez que são partes interessadas na problemática e que a ligação que com ela mantêm os leva a adquirir um nível de conhecimentos superior àquele que os jornais visam veicular com a informação que publicam. Neste ponto, os actores sociais entrevistados tecem considerações mais variadas. Vários admitem que se detêm para ler as notícias que se ligam às alterações climáticas nos jornais. No entanto, as razões que apontam para esse interesse são diversas. Apenas João Santos Pereira admite que não dá importância às notícias acerca da problemática que surgem nos jornais e justifica o facto pela falta de tempo para efectuar a análise em aula com os seus alunos daquilo que é escrito acerca do tema.

Aliás, esta tendência para enfatizar o interesse na informação dos jornais sobre as alterações climáticas pela via da avaliação da qualidade da informação também se verifica da parte da consultora de Ambiente, e académica, Júlia Seixas, que admite que se interessa pela problemática com o olhar do avaliador:

Interesso-me. Às vezes, até para perceber como é que está a ser dito. A maior parte daquilo que vou ler na imprensa até são coisas que eu já sei e estou um bocadinho naquele espírito de perceber “vamos lá ver como é que agora estão a escrever isto” (Risos). Mas leio sempre, não é pelo facto de já saber que deixo de ler. Júlia Seixas, E-Value

Do lado da massa crítica sobre alterações climáticas também se coloca o conselheiro do presidente da Comissão Europeia, para quem os media produzem muitos erros, que são inerentes à própria natureza da comunicação social. A preocupação que guarda é a de que um erro muitas vezes repetido passa a ser verdade.

Dois dos entrevistados admitem que o motivo pelo qual lêem sobre alterações climáticas nos jornais é o dever profissional (Paulo Calau e Ricardo Trigo). Outros tantos apontam tacitamente a pobreza do tratamento efectuado pelos media portugueses às matérias de mudanças do clima, em contraste com os media internacionais. João Soveral é quem vai mais longe na crítica aos media e refere mesmo que as notícias fornecem informação incipiente e é por essa razão que não dispensa atenção às notícias sobre o assunto. Os dois ambientalistas enveredam por explicações diferentes sobre o interesse que afirmam dispensar às alterações climáticas nos media: o ambientalista da Quercus sublinha o seu interesse com o facto de guardar recortes dos jornais acerca do assunto, ao passo que o activista Pedro Pereira aponta que a vertente das alterações climáticas que mais lhe prende a atenção é a dos impactos sobre a biodiversidade e não tanto as consequências que possam vir a verificar-se sobre os seres humanos. Na perspectiva de Humcerto Rosa, as alterações climáticas são interessantes pelo potencial de mudança que arrastam e pelo desafio da sustentabilidade que colocam às sociedades, convocando a alteração do *modus vivendi*, assente num paradigma de energia que se mostra esgotado.

Foi também considerado importante que os actores sociais reflectissem acerca do meio de comunicação de massa mais interessante para veicular informação sobre a problemática e, ao mesmo tempo, qual deles é o mais difícil de chamar para o tratamento destes assuntos. Os actores sociais divergiram nas suas apreciações, embora a televisão seja o meio mais citado, quer por ser considerado o mais interessante para fazer chegar informação sobre as mudanças do clima aos cidadãos, quer por ser considerado o meio mais difícil de se interessar pelo assunto.

São oito os actores sociais que se referem à televisão como um meio favorável para chegar ao maior número de cidadãos com dados sobre as alterações climáticas. A informação em programas específicos dedicados ao tema (documentários, debates, ou entrevistas) são o formato preferido por estes actores sociais, que vêem na televisão maiores potencialidades de difusão de matérias relacionadas com o desafio do clima. O facto de a televisão possuir imagem, com aquilo que tem de sedutor em relação à rádio e à imprensa, também é um factor sublinhado por dois dos entrevistados. O decisor político entrevistado coloca-se ao lado da concepção maioritária de atribuir maior interesse à televisão.

À parte da opinião mais generalizada, o investigador da área florestal do projecto SIAM considera que a televisão é mais acutilante e chega a mais pessoas, só que a sua natureza leva a que se produzam nos espectadores visões fragmentadas a partir de notícias curtas. Portanto, remete para a imprensa o papel mais interessante em termos de informação aos cidadãos, por permitir, segundo referiu, estruturar mais o discurso veiculado. No mesmo sentido de enfatizar o papel da imprensa foram as opiniões de Ricardo Trigo e de Viriato Soromenho-Marques. Júlia Seixas sustenta que a imprensa é o meio mais fácil de interessar pelas matérias de alterações climáticas, mas cede à televisão, com os seus programas temáticos, a maior importância em relação à transmissão de informação sobre alterações climáticas. Não deixa de dar ênfase à rádio, por considerar que deveria ser uma aposta voltada para o futuro, por ter grande penetração entre os adolescentes e jovens adultos, a faixa da população que está prestes a tomar decisões de

consumo relevantes. Estando melhor informados poderiam optar conscientemente levando em conta ao impactos das suas escolhas em termos de clima. Já Francisco Ferreira vê na rádio o meio mais difícil de interessar pelas matérias ligadas ao sistema climático. Ricardo Trigo refere que os programas de rádio com a duração entre meia a uma hora são uma boa forma de divulgar uma grande quantidade de informação. Pedro Macedo toma uma posição singular em relação aos restantes entrevistados e afirma que a complementaridade entre os meios é o factor mais importante em termos de divulgação das matérias das alterações globais do clima. Destaca, no entanto, as potencialidades dos jornais gratuitos e cede à televisão o lugar de destaque na capacidade de chegar aos cidadãos com informação sobre mudanças globais do clima. O activista Pedro Pereira traz para a discussão um meio que não faz parte dos media clássicos: a Internet. Encontra-se um tom ideológico na leitura que apresenta.

De certa forma, creio que um dos meios que acaba por possibilitar a disponibilização de informação de uma forma mais completa acaba por ser mesmo a Internet. Porque em larga medida é o mais livre de tantos constrangimentos editoriais. A outros níveis, penso que cada meio acaba por ter vantagens e desvantagens que o outro não tem. Por exemplo, a televisão tem sempre, como veículo audiovisual, tem sempre duas componentes. Pedro Pereira, GAIA

A posição que revela maior consciência sobre o modo de funcionamento dos media pertence ao dirigente da CAP. João Soveral considera que a natureza do meio condiciona os temas que este selecciona para tratamento. Com esta afirmação quer dizer que as alterações climáticas não serão um tema de eleição para todos os meios de comunicação e atribui à televisão a escolha de assuntos de interesse mais geral, destacando, no entanto, os documentários como formato interessante para obtenção de informação sobre alterações climáticas.

As preferências dos actores sociais em termos de meios que escolhem para se informarem acerca das alterações climáticas mostra um quadro de diversidade, mas com um ponto comum: o jornal *Público* é referido por nove dos 11 entrevistados. De facto, o diário é tido como referência pelos actores sociais e não raras vezes surge associado o nome do jornalista Ricardo Garcia como nome incontornável na comunicação de assuntos de Ambiente e Ciência. Alguns destes actores mantêm com ele uma relação de jornalista-fonte e destacam as suas qualidades profissionais. Três entrevistados manifestam preferência pelas versões electrónicas dos jornais e outros dois afirmam que recorrem à Internet para se informarem, sem esclarecer se recorrem ou não aos jornais. Quatro entrevistados referem a televisão como um dos meios aos quais recorrem para se informarem sobre alterações climáticas, salientando os canais de notícias, os noticiários e os programas temáticos sobre a problemática. Destaca-se que três entrevistados dizem ter preferência pelas publicações estrangeiras e um não se refere a nenhum órgão de comunicação por considerar que a imprensa portuguesa é limitada a tratar estes assuntos. Só uma pessoa se refere à rádio, em específico à TSF, como estando entre as suas preferências relativamente à obtenção de informação sobre alterações climáticas. A *Visão*, o *Jornal de Notícias*, o *Diário de*

Notícias, a RTP2, a SIC Notícias e a RTP1, por ordem decrescente, são também órgãos que os actores sociais referem entre as suas referências em termos de informação sobre as mudanças globais do clima.

Como já foi referido, os entrevistados estabelecem o *Público* como jornal de referência em assuntos relacionados com as mudanças do clima. O presente estudo tomou por referência o trabalho realizado por dois jornais diários portugueses, um deles é o *Público* e o outro é o *Correio da Manhã*. Todos os entrevistados enfatizam o bom trabalho do *Público* em matéria de alterações climáticas. Pedro Macedo, do projecto Cidades Sustentáveis, acrescentou que a abordagem seria ainda mais positiva se o tema recebesse a ênfase que a gravidade que considera que o tema possui mereceria. A mesma opinião foi partilhada pelo activista do GAIA.

As considerações mais elaboradas foram tecidas por Ricardo Trigo, do projecto SIAM, para quem o *Público* é o jornal preferido, mas que considera que perdeu qualidade. Salienta que falta em Portugal a massa crítica exigente com os meios de comunicação, fazendo com que a qualidade melhore. Atribui a esta deficiência da sociedade a qualidade baixa da informação sobre alterações climáticas produzida em Portugal. Em comparação com o *Correio da Manhã*, o climatologista afirma que trata a problemática com a mesma seriedade que o *Público*, no entanto, o nível de aprofundamento das notícias é que diverge. Aliás, o é o nível de aprofundamento das matérias que mais marca a diferença entre ambos os diários, segundo os entrevistados. Sete dos onze entrevistados referem que não são leitores do *Correio da Manhã*. Note-se que é um órgão de comunicação conotado com a imprensa popular, caracterizado pelos grandes títulos e notícias breves. É nesse sentido que a consultora de Ambiente sublinha a importância do órgão, pela quota da população que atinge. Para Viriato Soromenho-Marques, o *Correio da Manhã* é mais irregular no tratamento das notícias sobre AC. Já Paulo Calau refere preferir os jornais gratuitos por exigirem menos tempo de leitura (não é coerente com as preferências de leituras sobre alterações climáticas que referiu anteriormente). Entre *Público* e *Correio da Manhã*, afirma que ambos tratam o assunto de formas diferentes: o *Correio da Manhã* limita-se a dar a notícia conforme o *press release* e o *Público* trata mais assuntos de ciência. João Santos Pereira considera que o *Público* é irregular na forma como trata as alterações climáticas e que é melhor no tratamento dos problemas de origem internacional, por já virem filtrados. Quer significar que a capacidade de selecção da informação por iniciativa própria é mais reduzida.

EP. De um modo geral, que opinião tem acerca da forma como os meios de comunicação tratam do tema, particularmente, estamos a estudar o Público e o Correio da Manhã. Não sei se está familiarizado com estes dois jornais.

JSP. Com o Correio da Manhã, não. Com o Público, é um pouco irregular. Depende, se calhar, das fontes de informação que usam. É um pouco irregular. Mas... assim, só uma impressão, sem ser capaz de quantificar, nem de identificar casos concretos, eu diria que de um modo geral tenho uma boa impressão. Melhor impressão sobre o que se faz quando é veiculada sobre informação externa do que quando é iniciativa própria de assuntos nacionais. E muitas vezes há 'bias', ou a mania de dizer mal, que às vezes também se exagera. Eu sou muito maldicente, mas acho que às vezes se exagera. Ou uma certa

ingenuidade de, por vezes se acreditar em patranhas. Em tudo isto tem uma certa dose de chalanice à volta. E às vezes tenho a impressão de que os jornalistas, quando tudo isto não vem um bocadinho filtrado por organismos internacionais, são um bocadinho 'naïf', de acreditar.

João Santos Pereira, SIAM

O tratamento do tema alterações climáticas vem surgindo desde há vários anos nas páginas dos jornais. É importante indagar junto dos actores sociais de que forma analisam a evolução do tema nas notícias. Haverá diferenças entre as notícias que hoje se escrevem sobre a problemática e aquelas que se escreviam há alguns anos atrás? Os actores sociais tendem a concordar que é notada a modificação na assiduidade com que a problemática das mudanças do clima surge nos jornais. Mas, apesar da unanimidade em relação a este ponto, o mesmo reconhecimento não se verifica em relação à qualidade da informação.

Transparece do discurso dos entrevistados da área do ambientalismo a ideia de que quantidade não é necessariamente sinónimo de qualidade. Para Francisco Ferreira, da Quercus, a maior assiduidade dos assuntos ligados às alterações climáticas nas páginas dos jornais conta também com as imprecisões da informação veiculada e com a ausência de formação específica dos jornalistas na área. Pedro Pereira, do GAIA, por seu turno, concorda que as alterações climáticas aparecem nos jornais com maior frequência, todavia considera que esse facto não pode ser visto como a solução da questão da comunicação as alterações climáticas. O ambientalista atribui importância aos resultados mediáticos alcançados por Al Gore, na sua campanha em torno do documentário e do livro *Uma Verdade Inconveniente*, pela consciencialização que gerou, mas sublinha que a gravidade da situação climática da Terra justifica o aumento da presença nas notícias. Neste ponto, divergem as opiniões de três outros entrevistados, para quem não existem dúvidas acerca do crescendo de qualidade da informação, a par com a quantidade, das notícias sobre alterações climáticas. Dois outros actores sociais alertaram para a ligação que se estabeleceu no discurso mediático entre alterações climáticas e energia.

2. Ser fonte de informação sobre alterações climáticas

As notícias não existem sem fontes de informação. Os actores sociais ou posicionam-se como fontes de informação, ou tornam-se fontes de informação pela acção dos meios de comunicação, que através do seu funcionamento convocam os actores sociais, elevando-os à categoria de fontes de informação. De que forma é que os actores sociais entrevistados vêem a sua posição relativamente aos media? Consideram-se fontes de informação? Divulgam informação com intuito de surgirem nos media? Promovem eventos? Compreendem a lógica de funcionamento dos meios de comunicação de massa? Admitem que se posicionam de forma a surgirem nas páginas dos jornais? A partir das entrevistas semi-directivas realizadas no âmbito deste trabalho foi possível concluir que todos os entrevistados se consideram fontes de informação, embora alguns deles refiram que não o são concretamente em relação às alterações climáticas. Todavia, acabam por sê-lo em assuntos que tocam a problemática das mudanças globais do clima.

A associação ambientalista Quercus é um dos actores sociais que surge com assiduidade nos meios de comunicação de massa, conforme se verificou no capítulo anterior. Os seus elementos estão preparados para surgir nos media, promovem informação e desencadeiam eventos de forma a conferir visibilidade mediática aos assuntos de que se ocupam. Francisco Ferreira olha-se como fonte de informação e reconhece que é contactado para comentar as diversas vertentes da problemática. Já o activista do GAIA, Pedro Pereira, refere que é contactado para se pronunciar sobre questões em torno da mobilidade, que são aquelas a que a associação a que pertence se dedica com maior ênfase. Portanto a estratégia de comunicação deve primar pela criatividade e menos pela novidade. O discurso do activista chama a atenção para as acções arrojadas que, por vezes, são adoptadas pelos membros da associação.

[...] por vezes – e é também uma crítica que faço ao movimento ambientalista, e o GAIA incluído – muitas vezes, o tipo de acções e acções de protesto que se realizam são um bocado banais, são sempre um lugar-comum, repetidas, e têm um formato... não têm nenhuma característica de inovação.

Pedro Pereira, GAIA

O outro entrevistado que admite ser fonte de informação sobre assuntos que não são directamente associados às mudanças do sistema climático é Pedro Macedo. Aliás, demonstra até alguma insatisfação pela visibilidade mediática alcançada pelo grupo. Refere que pretende implantar uma estratégia de comunicação mais eficaz do que a que foi seguida pelos membros do projecto até ao momento. Assim, defende que a forma mais eficaz de firmar essa estratégia passaria pela produção conjunta de conteúdos em parceria com o meios de comunicação, nomeadamente os jornais. Exemplificou que a forma mais eficaz de comunicar sobre alterações climáticas consistiria na produção de cadernos temáticos sobre a problemática, inseridos no interior dos jornais. O terceiro actor que admite ser contactado pelos jornalistas, mas não directamente sobre alterações climáticas, é Paulo Calau. A vertente pela qual é procurado pelos jornalistas, como esperado, é a da Energia, da linguagem da poupança energética, mas também a das emissões de CO₂ e da sua compensação (sobretudo na área da indústria).

Os cientistas ligados ao projecto SIAM consideram que são muito contactados para se pronunciarem em matérias ligadas às mudanças do clima. Filipe Duarte Santos salienta que é muito procurado em casos de situações climáticas extremas, ainda que estas possam não ser necessariamente ligadas às alterações climáticas. João Santos Pereira afirma que os jornalistas o procuram muito para comentar as questões ligadas ao sequestro do carbono. Também Ricardo Trigo confirma que é um dos actores sociais a quem os jornalistas recorrem. Mas não deixa de mostrar insatisfação por considerar que os jornalistas contactam sempre sem margem de tempo. Sublinha a excepção que é o profissional do *Público*, Ricardo Garcia, com quem mantém uma boa relação. Considera que a melhor forma para fazer passar a mensagem é em conferências. Faz menção, pois, a um contexto de comunicação que é distinto daquele que é proporcionado pelos meios de comunicação de massa, no qual o especialista transmite o seu discurso sem mediação, para uma plateia limitada, em presença e em tempo real. Todas estas características estão

arredadas da comunicação veiculada pelos media clássicos. Pelas funções que desempenha ao nível governativo, Humberto Rosa afirma que é convocado pelos meios de comunicação com o intuito de comentar políticas nacionais e conferências internacionais, entre outros assuntos.

Dois dos entrevistados assumiram posições menos condicentes com os restantes. Júlia Seixas diz que escreve opinião nos media, mas que se tornou selectiva nas respostas aos jornalistas nas ocasiões em que é procurada para ser fonte de informação. Devido a experiências que descreve como desagradáveis, ao que chama impreparação revelada pelas questões colocadas pelos jornalistas, às linhas orientadores do discurso mediático, a consultora remete agora os seus contactos para questões com resposta por escrito, através de correio electrónico. João Soveral afirma-se como fonte de informação sobre alterações climáticas que, não só é contactado, mas que também contacta, no sentido de promover informação. É o único a reconhecer que possui uma estratégia de comunicação que visa a eficácia comunicacional. Diz ser contactado, pela vertente das florestas

Sempre pelo lado... no meu caso particular é sempre pelo lado das florestas e do papel das florestas. Portanto, já aconteceu – e já aconteceu o contrário, de eu solicitar à comunicação social a divulgação de iniciativas ou de determinadas mensagens que me interessavam. A CAP é um grupo de pressão, é um grupo de lobbying e, portanto, isso faz parte do dia-a-dia aqui.

João Soveral, CAP

Quando a questão se volta para a vertente da promoção de informação, denota-se junto dos actores sociais alguma retracção em assumir o papel do contacto com os media no papel de promotores de eventos/informação que visam ser notícia. Pode estar aqui associado um certo ensombramento negativo sobre o acto de procurar os media para promoção de eventos ou dados, ligando-se essa actuação à ideia de pressões, ausência de rigor e de isenção. As fontes não se assumem, por norma, como grupos de pressão, como elementos movidos por interesses específicos que os levam a tentar sobressair no espaço público. Os entrevistados colocam-se como fontes São fontes para se posicionarem no papel de contactáveis, mas não se vêem como tal na atitude de tomar a posição de promotores de informação. Ainda que tenham afirmado a opção de não contactarem os media, mas deixarem-se contactar, os actores sociais entrevistados acabam por demonstrar que possuem noções acerca do funcionamento dos meios de comunicação e das estratégias capazes de atraí-los para a temática das alterações climáticas.

Francisco Ferreira, da Quercus, destaca-se pelo discurso que se enquadra na actuação que é por norma atribuída às associações de Ambiente, que se caracterizam pelo activismo, pela promoção de eventos, por vezes radicais na forma, de maneira a conquistarem posição no fluxo mediático. Paralelamente, confirma as dificuldades que a problemática das alterações climáticas coloca em termos de comunicação, pela complexidade que lhe está associada. A promoção de informação neste campo debate-se com o dilema do equilíbrio entre rigor e alarmismo. Por seu lado, Pedro Pereira, do GAIA, aponta a criatividade como a chave para a promoção de eventos atractivos para

os meios de comunicação de massa. O secretário de Estado do Ambiente demonstra ter consciência de alguns aspectos subjacentes à lógica de funcionamento dos media, cuja linha de orientação segue sobretudo acontecimentos. Entre os investigadores do projecto SIAM, variam as leituras acerca da forma de surgirem junto dos media. Filipe Duarte Santos admite que os grupos com quem trabalha acabam por promover alguns eventos ou publicações relacionadas com o tema, mas o próprio afirma não tomar esse tipo de iniciativas.

Outra das posições que remete para a existência de estratégias de comunicação por parte de alguns actores sociais é assumida por Paulo Calau, da ADENE, que remete as acções de divulgação de informação para os serviços contratados pela agência. Portanto, o contacto com os meios de comunicação é fomentado pelo esquema de promoção estabelecido por uma entidade externa, daí que os membros da organização apenas participem no processo de comunicação 'a posteriori', quando os jornalistas procuram fundamentar ou esclarecer a informação previamente distribuída pela assessoria. No caso da agência da energia, o entrevistado afirma que a atenção legislativa do Governo sobre o sector energético leva ao interesse dos media sobre as matérias que se lhe relacionam. A necessidade de elaborar uma estratégia de comunicação que estabeleça ligação com os media, de modo a efectivar a ponte com os cidadãos é defendida pelo membro do projecto Cidades Sustentáveis. Nesse sentido, não sendo promotor de informação junto dos meios de comunicação, o entrevistado admite que é uma necessidade vir a sê-lo e adianta o empenho que coloca na realização do objectivo. Também o dirigente da associação de agricultores, João Soveral, deixa transparecer que possui uma concepção própria acerca da forma de promover informação junto dos media de maneira eficaz. Considera que a forma de fazê-lo é tornar abrangente a informação que se pretende veicular, porque os media interessam-se tanto mais por um assunto quanto maior for a sua capacidade de interessar a generalidade do público. Júlia Seixas optou por exercer uma posição crítica em relação ao trabalho dos media em matéria de alterações climáticas, referindo-se à falta de contexto das notícias que resulta das limitações de tempo para trabalhar os assuntos de que os jornalistas dispõem. Esta também é uma das falhas apontadas por Ricardo Trigo, para quem a melhor via de divulgar informação é o ambiente de conferência. João Santos Pereira, sustenta que as alterações climáticas passaram a interessar os jornais na medida em que se apresentam como tema da cultura popular.

Uma das questões de permanente discussão em torno das relações entre media e fontes de informação é a conciliação entre os discursos de um lado e do outro: dos meios de comunicação e das fontes de informação. A adequação de um aos objectivos comunicacionais do outro nem sempre resulta na satisfação das partes. A transformação da versão das fontes pela aplicação dos critérios jornalísticos nem sempre é recebida pelos actores sociais em causa como marca de um discurso que é trabalhado em ordem a preencher os parâmetros estabelecidos pelos valores-notícia, pelas limitações de espaço e de tempo, e pelos constrangimentos organizacionais mais ou menos efectivos. Este abismo que aparenta, por vezes, ser incontornável, resulta em relações que podem até ser tensas entre os actores sociais convocados para se pronunciarem na espaço público através dos media, e aqueles mesmos que os convocam e se apropriam do seu discurso,

moldando-o.

Os actores sociais entrevistados deixam transparecer alguma desta tensão. Admitem rever-se em algumas das situações em que são citados, embora alguns sejam mais críticos do que outros. No extremo da crítica coloca-se Júlia Seixas, em consonância com o tom da toda a sua entrevista, afirmando rever-se pouco nas matérias que resultam dos contactos que lhe são feitos pelos jornalistas.

EP. Já tocou um pouco este assunto, mas costuma rever-se naquilo que é divulgado, depois de ser contactada?

JS. Não. Raramente. Raramente, quer dizer, também é um bocadinho excessivo se calhar o raramente, mas... mas não posso dizer... para aí em 50% das vezes, vá.

EP. Não tem, então, uma relação muito, digamos, amistosa com...

JS. Depende. Depende, por exemplo, não quero aqui falar no nome de ninguém, mas há um jornalista com quem nunca tive problemas, porque é um jornalista que já historicamente trabalha muito bem a matéria, percebe o que se diz, e há muitos anos que trabalha nisto. É o Ricardo Garcia. Com esse senhor nunca tive problemas nenhuns. Agora, com outras pessoas que entram pela primeira vez... eu uma vez recusei falar com uma menina da Rádio Renascença, porque a introdução que ela me fez e a pergunta que me colocou, eu disse, se é por aí a conversa, então eu não estou nada disponível e nem lhe respondi sequer (Risos). Ainda bem que não era um directo. Também se fosse um directo, não diria tal coisa, arranjaria melhor solução. Mas eu penso muitas vezes que os jornalistas têm, e esse é o problema... eles não podem... bem, das duas, uma, ou vêm ter com a pessoa para explicar coisas básicas e o tema é explicar alterações climáticas, ou então, se é para explicar um tema específico... mas para explicar um tema específico, a pessoa tem que se preparar um bocadinho em casa, porque senão, nós estamos meia hora a dar formação ao telefone. Já me aconteceu isso várias vezes, e, portanto, eu não tenho tempo para isso.

Júlia Seixas, E-Value

É acompanhada no tom das críticas por Pedro Pereira, para quem o tratamento jornalístico se caracteriza pela superficialidade e pela deturpação, qualificando-o como decepcionante. Nos antípodas desta posição encontra-se, curiosamente, Francisco Ferreira, que se diz retratado nas mensagens que passa através dos media de tal forma que assume que é promotor de informação que, depois, se torna referência para a discussão dos assuntos. Entre estes dois pólos posicionam-se os restantes actores sociais. Mesmo os cientistas, cujo discurso se encontra tão afastado do discurso jornalístico e sobre quem se discute no campo da comunicação da ciência, não mostram abertamente abominar o discurso jornalístico. A posição mais curiosa foi tomada pelo físico que mais do que considerar que o discurso jornalístico faz justiça às suas posições, refere que encara com surpresa o resultado da aplicação dos critérios jornalísticos à informação que passa. Ricardo Trigo afirma que se revê nos textos jornalísticos, mas reconhece que já teve situações desagradáveis. Por seu lado, João Santos Pereira considera que existe uma evolução no sentido de se rever mais hoje do que antes nos trabalhos jornalísticos nos quais participa, sendo também menor o nível de descontextualização.

A quase totalidade dos restantes actores sociais toma uma posição convergente: sentem-se

retratados nas notícias sobre alterações climáticas, mas reconhecem que tomam providências no sentido de minimizar as possibilidades de que algo seja publicado da forma que não querem. Exemplos destas posições são o de Viriato Soromenho-Marques, que diz nem sempre se rever nas notícias, mas não está descontente com o cômputo geral. Admite que controla melhor as mensagens quando escreve opinião e nos directos de rádio e televisão. O secretário de Estado salienta que se revê em parte nas notícias e refere que a imprecisão é uma característica dos media. Portanto, manifesta um certo nível de compreensão nas vezes que não se revê tanto na informação que é publicada e acrescenta que aos media se deve a divulgação de informação relevante. O membro do projecto Cidades Sustentáveis diz rever-se mas preferiria um enfoque nas mensagens positivas e menos presença do sensacionalismo.

As entrevistas avaliaram ainda a forma como os actores sociais olham a acessibilidade da problemática das alterações climáticas aos media. Genericamente, todos os entrevistados consideram que essa deixou de ser uma temática sem poder de penetração no discurso mediático e assumem que não encontram dificuldades relevantes para o surgimento do tema nas notícias. As catástrofes naturais e eventos meteorológicos extremos são as faces das alterações climáticas que mais atraem os meios de comunicação, segundo os entrevistados, que mostram ter a noção de que os meios de comunicação de massa orientam o interesse por eventos. Sendo esses eventos graves do ponto de vista da ameaça sobre vidas humanas e bens, então o interesse cresce. Quatro dos actores sociais assumem de forma tácita esta posição.

O ambientalista da Quercus e o climatologista chamam a atenção para a complexidade inerente à problemática das alterações climáticas e salientam as dificuldades que se colocam quando se trata de veicular explicações acerca do assunto. O segundo refere que a atracção pelas catástrofes está ligada ao interesse humano natural pelo dramatismo e pelo espectáculo. O Humberto Rosa e o Pedro Macedo apontam o problema de os media se orientarem por curvas de interesse que fazem com que a comunicação acerca das temáticas do clima sofra momentos em que está no pedestal da agenda mediática e momentos de total ausência dos meandros da divulgação nos media. Júlia Seixas, por seu lado, afirma que as catástrofes encontram espaço nos media, o mesmo não acontecendo com as medidas de mitigação, e referindo-se a este facto como uma falha na comunicação. Pedro Pereira orienta a crítica para o facto de as alterações climáticas terem entrado na agenda dos meios de comunicação pela via politicamente correcta e considera que é o tema de Ambiente com maior receptividade. Também Filipe Duarte Santos considera as mudanças do clima um problema de Ambiente. O quadro da ADENE refere que até a vertente da energia ligada às alterações climáticas ganhou relevância no discurso mediático, abrindo espaço para os temas de energia. A partir destas considerações, conclui-se que as alterações climáticas conquistaram um lugar relevante na agenda dos meios de comunicação na perspectiva de vários actores sociais relevantes. Apenas merece referência negativa a tendência para a catastrofização da temática, deixando em desequilíbrio o tratamento de outras vertentes da questão diante dos cidadãos.

3. O jornalismo e os jornalistas vistos pelos actores sociais

A exigência colocada por um tema de complexidade reconhecida como as alterações climáticas desafia os jornalistas incumbidos do seu tratamento, assim como os preceitos do mester de jornalista, as regras orientadoras da profissão e das organizações que asseguram a comunicação. Importa, neste trabalho, tentar compreender como avaliam os actores sociais as notícias que são publicadas sobre alterações climáticas nos jornais. Neste ponto não é possível estabelecer uma linha comum a partir do que os actores sociais referem como sendo falhas e virtudes do tratamento das mudanças do clima pelos jornais.

Francisco Ferreira refere que seria exigível maior cobertura e maior rigor para a temática, revelando-se crítico e também entendedor dos constrangimentos inerentes ao funcionamento da lógica mediática. Na mesma questão, o Pedro Pereira, do GAIA, revela menor compreensão sobre esse ponto e considera que as falhas da comunicação das alterações climáticas pelos jornais reside na superficialidade com que o tema é tratado, resultante das opções editoriais que serão castradoras da livre comunicação da problemática. As declarações mostram que desconhece que os constrangimentos de funcionamento mediático podem influenciar o produto final. Em contraposição, refere o empenho dos jornalistas como uma virtude da área e sublinha que o trabalho dos semanários se destaca dos jornais diários por ser mais completo.

Para Filipe Duarte Santos, o enviesamento da informação é o maior pecado cometido na comunicação das alterações climáticas, quando o consenso científico é colocado em pé de igualdade com as posições defendidas pelos cépticos das alterações climáticas, na procura do equilíbrio entre as partes que é apanágio das notícias.

[...]há pessoas que têm tendência para, aquilo a que os americanos chama os contrarian, que contestam que haja uma interferência humana no clima. E, portanto, embora a interpretação consensual seja a de que as emissões de gases com efeito de estufa têm tendência para provocar uma alteração climática, dão igual valor, não é?

Filipe Duarte Santos, SIAM

O conselheiro do presidente da Comissão Europeia concorda com este ponto. Acrescenta que as notícias sobre eventos não revelam falhas no tratamento, o mesmo não acontecendo nas notícias aprofundadas, nas quais vê grandes falhas. No entanto, ressalva que, enquanto teórico, gostaria que outras hipóteses consistentes, paralelas às aceites pelo consenso científico fossem exploradas.

Em tom crítico sobre o trabalho dos jornais acerca das alterações climáticas pronunciou-se ainda Paulo Calau, para quem a ausência de contextualização das notícias é o maior problema apresentado pelos meios de comunicação. Mas não estão isentos de virtudes: a melhoria na qualidade da informação sobre os temas de energia ligados às mudanças do clima. O sensacionalismo é, João Soveral, o ponto mais negativo das notícias sobre a problemática das alterações do sistema climático. É uma posição coerente com todo o discurso mantido pelo

entrevistado. A banalização do tema, considera, leva a que se faça má comunicação acerca dele, já que passa a ser tratado por jornalistas que não estão preparados para fazê-lo, que publicam abordagens deficientes. A virtude que aponta à comunicação da temática vai ao encontro desta falha: a presença em todos os meios. Na óptica de Humberto Rosa, o problema reside no facto de se falar apenas no plano geral, quando a necessidade é de fazer-se uma abordagem sectorial das consequências das mudanças do clima. Pedro Macedo optou por referir-se apenas aos aspectos positivos da comunicação sobre as mudanças do clima. Considera positivo que se comunique acerca da relevância da acção individual em alterações climáticas e que os media estão a liderar o processo de comunicação sobre a temática, passando informação de forma eficaz. Avaliou mesmo como positivo o dramatismo que considera que esteve associado à comunicação destas questões, como uma forma de alertar consciências, numa fase inicial.

A amplitude da problemática das alterações climáticas, já referida ao longo deste trabalho, apresenta-se como um desafio aos meios de comunicação social. Os jornais, particularmente, vêem-se diante da necessidade de espalhar os assuntos ligados às mudanças do clima pelas várias secções que fazem a sua estrutura interna. Ora, este facto constitui-se como um problema em dois pontos: primeiro, torna-se uma dificuldade para os profissionais do jornalismo que são obrigados a dispersar a temática das alterações climáticas pelas várias secções dos jornais, dificultando o acompanhamento da temática como um todo, potenciando tratamentos fragmentados de realidades que se tocam; depois, são os leitores que se deparam com notícias que se referem às mudanças globais do clima nas diversas secções dos jornais, muitas das vezes sem que seja estabelecida a ligação que de facto existe entre assuntos que, embora relacionados com aspectos diferentes da vida das sociedades, estão intrinsecamente relacionados.

Os actores sociais reconhecem, no geral, o desafio comunicacional que a problemática suscita para produtores e para leitores das notícias. Quase todos consideram que o tratamento integrado da informação poderia evitar uma eventual dispersão dos assuntos e facilitar a leitura global e sistematizada dos assuntos. São sete os actores sociais que lêem de forma positiva a possibilidade de os jornais dispensarem um tratamento mais integrado à informação sobre alterações climáticas que facilitasse a compreensão por parte dos cidadãos da amplitude das mudanças do clima e o lugar de cada indivíduo face ao problema. Alguns destes actores sociais possuem uma visão normativa das funções a desempenhar pelos media junto dos cidadãos, reservando-lhe um lugar de educador. É o caso de Filipe Duarte Santos, para quem os jornais deveriam divulgar conceitos sobre as mudanças do clima através de notícias com informação sistematizada.

Nos lado oposto desta posição coloca-se o entrevistado que sustentou a posição mais neo-liberal de entre os entrevistados ao longo de toda a sua entrevista. João Soveral frisa que não cabe à comunicação social o dever de ensinar: esse interesse deve partir dos cidadãos. Ao jornalista cabe, segundo diz, a tarefa de estar suficientemente informado sobre toda a magnitude dos assuntos ligados às alterações do sistema climático, para que as notícias que publica não estejam limitadas pela sua ignorância. Digno de nota é o raciocínio desenvolvido pelo activista do GAIA,

para quem também não é evidente que a integração da informação possa ser benéfica para os leitores. A sua visão crítica acerca do trabalho dos media prende-se com o que apelida de fundamentalismo economicista que coloca a tónica no tratamento das consequências das alterações climáticas. A isto chama inversão de valores. Ao mesmo tempo, atribui aos meios de comunicação social o dever de transmitir valores, acabando por contradizer a linha de raciocínio inicial e admitindo que a integração da informação pode revelar-se benéfica para os leitores dos jornais. Entre os que vêem a integração da informação como uma característica necessária às notícias sobre alterações climáticas, refere-se a de Viriato Soromenho-Marques, para quem o problema dos jornais reside no facto de, por vezes, apenas projectarem vozes no espaço público e de veicularem soluções acabadas, quando a resposta mais eficaz pode residir na integração de soluções.

É, é necessário fazer essa integração da informação. E é aquilo que eu procuro fazer, porque realmente não sendo um cientista do terreno, não é? Não sou meteorologista, não vou fazer medições, o meu contributo para a causa é fazer a integração de diversos elementos. Viriato Soromenho-Marques, *High Level Group on Energy and Climate Change*

Neste ponto específico, a posição é comum a Pedro Pereira, que acrescenta ainda que os jornalistas deveriam ser capazes de possuir a visão de conjunto que lhes permitisse avaliar os aspectos positivos e negativos de uma medida política, por exemplo. Paulo Calau afirmou preferir a informação transversal sobre o tema, mas voltou-se depois para considerações acerca da divulgação da informação por parte dos actores sociais para publicações de acordo com o prestígio delas.

Refira-se que todos os cientistas defenderam a necessidade de publicar-se informação com uma abordagem mais transversal. Já os ambientalistas assumiram posições divergentes, com o membro da Quercus a considerar mesmo que a integração da informação não é necessária para a compreensão da problemática das alterações climáticas, uma vez que os cidadãos serão capazes de fazer a integração por si. A consultora de Ambiente, em contraposição, defende que a integração da informação é necessária e possível.

Numa visão geral, a quase totalidade dos entrevistados coloca-se do lado da defesa da integração da informação sobre as mudanças do clima, capaz de potenciar uma visão acerca da transversalidade do tema, da miríade de aspectos da vida das sociedades a que esta ligada, da variedade de vertentes da vida sobre a Terra que deixam de processar-se com as condições que anteriormente as possibilitavam. As posições não parecem estar ligadas às funções que cada um desempenha na textura social. Repare-se que as concepções dos ambientalistas não são condicentes. Entre os cientistas, a posição é comum, mas também se estende ao secretário de Estado e ao conselheiro do Presidente da Comissão Europeia, ao quadro da agência portuguesa de energia e à consultora do Ambiente. Portanto, esta parece ser uma questão dirimida na sociedade, a julgar pelos testemunhos recolhidos em entrevista.

Todavia, não pode ser desconsiderada a organização interna dos órgãos de comunicação, como os jornais, que se impõe à arquitectura das notícias e à sua distribuição no enquadramento das secções estabelecidas, que podem espalhar, mas também são essenciais para a organização da informação com um fio de coerência, que também é benéfica para os leitores. A resposta para a fragmentação da informação veiculada pelos jornais acerca das mudanças globais do clima não surge evidente. À primeira vista, exige uma elisão das fronteiras das secções, ou a inusitada criação de uma secção exclusivamente votada ao tema. Talvez esta não fosse uma medida exagerada face à gravidade das previsões científicas sobre a matéria, mas não parece haver preparação suficiente para que se assuma esta posição, neste momento, pelo menos de uma forma permanente. A promoção da partilha de conhecimentos entre os jornalistas no contexto da redacção poderia também concorrer para que as notícias sobre as alterações do clima pudessem oferecer a transversalidade tão referida nas linhas acima.

Mas não só a organização das secções dos jornais sairia questionada pela procura da integração da informação nos assuntos relativos às mudanças do clima. A orientação por critérios de noticiabilidade bem definidos, que geram a hierarquização da informação, não só nas páginas, mas no interior da própria notícia. Tornar a informação sobre a matéria transversal exige espaço nas páginas e dedicação dos profissionais. Portanto, a exigência em termos de recursos humanos das empresas de comunicação social também poderá fazer-se sentir. Na sequência dos argumentos expostos, o desafio colocado pelas mudanças do clima em termos de comunicação através dos media clássicos não tem resolução evidente.

As relações entre jornalistas e fontes de informação são matéria amplamente estudada no âmbito dos estudos da comunicação. Nas entrevistas efectuadas no âmbito deste trabalho, procurou-se indagar de que forma é que os actores sociais olham para os jornalistas, nomeadamente, na forma como tratam o tema das alterações do sistema climático. A já escamoteada complexidade das alterações climáticas, com a panóplia de fenómenos que compreende, com a multiplicidade de causas, com as consequências presentes, previstas e desconhecidas que o futuro trará, com as medidas políticas, com os apelos à acção individual e responsabilização dos cidadãos com a quota de alteração de comportamentos que permita reverter o paradigma energético e de consumo em que se baseiam as sociedades actuais: tudo isto torna-se exigente em termos de tratamento das matérias.

Ao jornalista não basta estar perfeitamente enquadrado com a ciência das alterações climáticas, com a frieza das explicações das ciências duras, a física, a química, a climatologia, os modelos matemáticos que tentam explicar e prever que futuro esperará a Terra num cenário de alteração do sistema climático da amplitude daqueles que a ciência aponta. O jornalista também terá que compreender a política interna, as Relações Internacionais, as ligações estreitas entre a Energia e as mudanças do clima, as repercussões na Economia e na Biodiversidade, na produtividade agrícola, no Turismo, na ocupação humana dos territórios, no papel de cada cidadão na alteração de comportamentos capazes de se reflectir sobre as causas das alterações climáticas,

minimizando-as. Um desfiar de aspectos que se relacionam e que acabam por sair afectados da mudança das condições de vida na Terra, provocadas, ao que a ciência até hoje indica, pela acção dos seres humanos.

O desafio é relevante. Como avaliam os actores sociais a maneira como os jornalistas lhe respondem? A tonalidade geral sustentada pelos actores sociais tomados em conta no presente trabalho é a de que os jornalistas deveriam ter preparação, mas não demonstram tê-la, mostram-se impreparados. Filipe Duarte Santos defende que os jornalistas com formação em ciência são mais capazes de tratar as questões relativas às alterações do clima. No entanto, refere que em Portugal os jornais não apostam na formação dos seus profissionais. O especialista em florestas e biodiversidade manifesta-se no mesmo sentido, mas reconhece nos profissionais a vontade de formação, que tem efectivamente melhorado, o que não impede que ainda leia o que chama barbaridades nas notícias, sobretudo nas que resultam de traduções. Refere o jornalista Ricardo Garcia como um exemplo em termos de preparação. Humberto Rosa considera que cabe aos jornalistas fazerem o esforço de estudar as alterações climáticas e aponta o dedo acusador para as falhas que detecta nas notícias sobre alterações climáticas, que ficam mais a dever-se à impreparação dos jornalistas do que aos constrangimentos colocados pelos órgãos de comunicação social. O ponto de vista é defendido por Viriato Soromenho-Marques ao imputar aos jornalistas o ónus da sua formação, mas reconhece que a incapacidade de integração da informação cabe quer aos jornalistas, quer aos cientistas.

De novo, os ambientalistas divergem entre si. Francisco Ferreira defende que os jornalistas deveriam ter formação e cita o nome Ricardo Garcia como exemplo de um jornalista com preparação. Pedro Pereira afirma que a informação apresenta lacunas o que acaba por reverter em efeito negativo e defende que é mais interessante para os cidadãos fazer-se a comunicação acerca das consequências das mudanças do clima nas suas vidas quotidianas do que veicular notícias acerca da dimensão científica das alterações do clima. A posição mais crítica acerca deste ponto foi assumida por Júlia Seixas, para quem os jornalistas estão impreparados, até os da imprensa especializada, assegurando que procura não ter contacto com eles. Toca em diversos pontos referidos pelos outros actores sociais: imputa aos jornalistas o dever de auto-formação, reconhece que lidam com a dificuldade de serem obrigados a colocar em termos simples uma matéria que é complexa. Aos órgãos de comunicação atribui o dever de promoverem a formação dos jornalistas e de lhes concederem tempo suficiente para tratarem a informação.

Das declarações recolhe-se a informação genérica de que os jornalistas são tidos como impreparados para noticiar as matérias relacionadas como as alterações climáticas: dois dos entrevistados atribuem a responsabilidade de formação aos jornalistas, outros dois defendem que deveriam ser os jornais a fornecer essa formação aos seus profissionais.

No contexto de falta de preparação dos jornalistas para lidarem com a temática das alterações climáticas, na óptica dos actores sociais, resta averiguar se os entrevistados vêem a possibilidade de estabelecer relações de confiança com os jornalistas. Com a excepção de um, todos assumiram que se essa relação é possível, apesar de alguns apontarem constrangimentos que

podem influenciar a qualidade dessa informação. Por exemplo, Humberto Rosa admite que a relação positiva é possível, mas com alguma tensão. Para João Santos Pereira, a complexidade da problemática das alterações climáticas dificulta a tarefa da comunicação da problemática. O Viriato Soromenho-Marques sublinha que acredita nas boas relações entre jornalistas e fontes de informação, sublinhando que possui vários amigos no jornalismo. Todavia alerta para os perigos que existem quando os cientistas querem ser notícia e promovem informação com esse objectivo: o resultado é inverso àquele que desejariam e lançam a desconfiança sobre os cientistas e sobre as matérias que promovem. Apenas um dos actores sociais coloca reservas maiores relativamente às reacções de confiança que podem ser estabelecidas entre jornalistas e fontes de informação. O quadro da agência da energia estabelece que apenas é possível fomentar relações de confiança com jornalistas especializados.

EP. Da experiência que possui, julga que é possível estabelecer uma relação de confiança entre uma fonte e um jornalista, colocando-se no papel da fonte?

PC. Se for algo especializado, para um caderno especializado, numa revista especializada, julgo que sim. Se for a tal pessoa que vem e quer fechar o jornal e quer a todo o custo dizer que uma fonte da ADENE disse que vai sair não sei o quê, sem apurar, sem... não.

Paulo Calau, ADENE

Com a visão geral dos entrevistados a pender de forma clara para a real possibilidade de existir confiança entre fonte e jornalista, importa inquirir que factores contribuem para a existência dessas relações. A seriedade, a honestidade, o respeito, a transparência, o rigor e a compreensão dos interesses mútuos de ambas as partes são características que os entrevistados apontaram como determinantes para que a relação de confiança se estabeleça.

Dois dos entrevistados, apresentam uma visão mais crítica das relações que podem estabelecer com os media. Filipe Duarte Santos e Júlia Seixas colocam a tónica na aprendizagem que tiveram que fazer para se relacionarem com os jornalistas, no sentido de as suas declarações não virem a sair deturpadas. O primeiro refere-se ao sensacionalismo como um dos perigos em que incorre a informação que as fontes transmitem aos jornalistas. João Santos Pereira também concorda com este ponto específico, acrescentado que podem existir casos de leviandade do jornalista que tenta moldar as palavras da fonte àquilo que ele pretende fazer sair na notícia. Mas alerta ainda para outros constrangimentos que afectam as relações de jornalistas e fontes de informação. Um deles é um dos problemas clássicos estudados no âmbito da comunicação da ciência: a utilização de jargão de uma determinada disciplina por parte dos cientistas. O receio que apresenta é o de que o jornalista não seja capaz de traduzir em linguagem simples os termos científicos. Todavia, não deixa de fazer referência à sedução dos cientistas pela instrumentalização dos jornalistas. A precisão da informação técnica preocupa o quadro da ADENE, tomando a qualidade da relação entre jornalistas e fontes como factor crítico neste ponto.

O secretário de Estado do Ambiente, sendo parte de um dos campos da sociedade com maior presença mediática, vê no rigor e na transparência das relações entre jornalistas e actores sociais

os elementos que potenciam relações de qualidade entre ambos, traduzindo-se em notícias de maior qualidade. Pedro Macedo defende que a honestidade é o factor crítico da relação entre fontes e entrevistados.

Os actores sociais ligados à área do Ambiente sustentam posições diferentes, mais uma vez. Francisco Ferreira refere que tratar os assuntos ambientais com jornalistas conhecedores dos temas (cita os nomes de Ricardo Garcia, Ana Fernandes, Filomena Naves e Arlinda Brandão) facilita a tarefa de comunicação da fonte, que evita entrar em explicações extensas, mas sobretudo reflecte-se na qualidade das notícias publicadas. Por seu lado, o activista Pedro Pereira orienta a sua resposta para a falta de liberdade editorial que afecta os jornalistas e leva a que tratem os assuntos sem motivação. Atribui a este facto o desinvestimento que tem feito na comunicação com os media por se sentir frustrado nos seus esforços.

O actores sociais entrevistados no âmbito da presente dissertação concordaram na relevância da comunicação da problemática das alterações climáticas através dos media clássicos, em particular dos jornais. A atenção mediática sobre os assuntos ligados às mudanças do clima foi sofrendo uma evolução ao longo do tempo. Desde um tratamento embrionário e, por vezes, confuso da década de 1980, passando pelo primeiro acontecimento de maior cobertura mediática sobre o tema que ocorreu com a Conferência Rio'92, que é um marco na história da comunicação das alterações climáticas. Importa investigar junto dos actores sociais quais, na sua óptica, são os momentos-chave que ditaram o acréscimo de atenção dos media sobre as mudanças globais do clima, se é que consideram existir acontecimentos dessa natureza. Francisco Ferreira considera o ano de 2007 foi um marco na comunicação do tema das alterações climáticas. Para que assim sucedesse, conjugaram-se diversos factores: primeiro, o relatório Stern foi um marco por ser o primeiro documento de um economista a colocar em linguagem económica as consequências das alterações climáticas e a concluir com clareza que os custos da não-acção no combate às mudanças do clima serão mais elevados do que a conjugação de esforços para a prevenção do agravamento das mudanças do sistema climático. Juntou-se-lhe a acção de Al Gore, com a publicação do livro 'Uma Verdade Inconveniente' e a promoção do documentário com o mesmo nome com conferências agendadas em diversos pontos do mundo e que lhe valeu o Prémio Nobel, repartido com o IPCC. A conferência anual da UNFCC, que decorreria em Bali, na Indonésia, fechou o ano que iniciou praticamente com a publicação do quarto relatório do IPCC, o mais efectivo de todos quanto às consequências negativas da acção humana sobre o sistema climático da Terra, com consequências de gravidade mensurável pelos modelos climáticos dos cientistas que produziram o documento. Estes são também os acontecimentos salientados pelo político. Nesta matéria posiciona-se da mesma forma que o elemento da associação ambientalista, ordenando os eventos por categorias: o Relatório Stern destacou-se na área da Economia, Al Gore trouxe mediatismo, o IPCC foi importante pela vertente da ciência e o Prémio Nobel mostrou o reconhecimento público do tema.

Pedro Pereira também frisou a acção de Al Gore no aumento de atenção dos meios de

comunicação sobre os assuntos das mudanças globais do clima. O ex-político norte-americano conseguiu montar uma estratégia de comunicação que levou as problemáticas ligadas às alterações do clima à linguagem apelativa das salas de cinema, co-adjuvado pelo livro e pelas conferências que se prestou a apresentar pessoalmente em diversos locais do mundo. Todavia, alertou para a necessidade de avaliar o efectivo reflexo dessa informação sobre as acções dos cidadãos.

A acção de Al Gore é o facto mais referido entre os actores sociais como determinante para o acréscimo de atenção dos media sobre os fenómenos ligados às alterações climáticas. Seis dos 11 entrevistados referiram-no. Foi o caso do Filipe Duarte Santos e de João Santos Pereira. O primeiro considera que o ex-membro da Administração Clinton, nos EUA, visa objectivos políticos com a sua luta ambiental, mas que pode reverter em consequências positivas num país que se posicionou contra o cumprimento do protocolo de Quioto e cuja posição é essencialmente antagónica à assumida pela União Europeia em relação às políticas de combate às mudanças globais do clima. O segundo, apesar de reconhecer que o documentário do ex-político contém imprecisões, prefere salientar os efeitos positivos da sua iniciativa. Junta a Al Gore o Protocolo de Quioto como um momento-chave na abertura dos jornais à problemática. Este acontecimento também é referido nos mesmos termos pela consultora, que paralelamente, evoca o furacão Katrina, ocorrido em 2005, e que destruiu a cidade de Nova Orleães nas margens do rio Mississipi, nos EUA, o que tornou mais reais para os cidadãos as ameaças anunciadas pelos cientistas.

Outros actores sociais citam momentos diferentes aos quais atribuem importância em termos de aumento de cobertura mediática das alterações climáticas. O mais recuado foi referido por Viriato Soromenho-Marques: a criação do IPCC, em 1988, não deixando de alertar para o facto que durante várias décadas houve um conjunto de cientistas que trabalharam isoladamente e à margem da política, sem conseguir que a Ciência impusesse a sua função preventiva, apenas quando as evidências começaram a fazer-se sentir foi dada alguma importância ao trabalho desses estudiosos. Seguindo a escala cronológica, João Soveral referiu a Conferência Rio'92 como o acontecimento em que o assunto alterações climáticas ganha existência política autónoma. Defende que o interesse público nos assuntos ligados às alterações climáticas cresce pelo facto de haver evidências alarmismo. Outro evento diferente foi chamado pelo climatologista, para quem o momento mais marcante em termos de alterações climáticas foi a publicação do segundo relatório do IPCC, em 1995, que alertou para as causas antropogénicas das mudanças globais do clima. Apenas Pedro Macedo se referiu a um acontecimento nacional como importante para a mediatização das alterações climáticas: a Presidência Aberta de Mário Soares enquanto Presidente da República, que terá alertado para os problemas ambientais até então à margem das preocupações dos cidadãos portugueses. Para além deste, também atribui importância à acção de Al Gore.

Para completar a visão dos actores sociais entrevistados sobre a comunicação das alterações climáticas levada a efeito pelos jornais portugueses é importante levar em conta as vertentes do assunto que julgam dever ser alvo de tratamento e que não receberam ainda a atenção dos

media. Entrando em contradição com a posição tomada anteriormente acerca da importância de tornar a informação mais transversal, Francisco Ferreira defendeu que deveriam ser promovidas reportagens que fizessem integração da informação, dando alguma da dimensão das vertentes da vida na Terra ameaçadas pelas mudanças do clima. Filipe Duarte Santos, por seu lado, defende que deveriam ser elaboradas reportagens acerca das grandes incertezas existentes relativamente às consequências do degelo dos pólos e a subida do nível médio das águas do mar. A reportagem que falta fazer, para Paulo Calau, é a que transmita aos cidadãos que alterações de comportamentos seria necessário fazerem para terem repercussões positivas sobre o clima. Viriato Soromenho-Marques gostaria de ver publicado um trabalho jornalístico que se referisse ao potencial de insegurança internacional que encerram os problemas que podem ser desencadeados pelas alterações climáticas: água será um factor crítico e a Energia será um factor chave para sustentar a crise ambiental. O entrevistado considera que os órgãos de comunicação ainda não foram capazes de mostrar até que ponto as alterações climáticas podem vir a ser uma ameaça à estabilidade internacional, com a possibilidade de se gerarem movimentos importantes de refugiados ambientais e até uma guerra climática. Humberto Rosa defende que investimento dos jornais em termos de temas de abordagem das mudanças do clima deveria ser a área das repercussões das mudanças do clima em cada sector de actividade. O dirigente da associação dos agricultores, João Soveral, considera que existe exagero nas consequências das alterações climáticas e salienta que seria mais importante mostrar às pessoas as consequências na vida quotidiana que podem ter as alterações climáticas, nas vertentes mais comuns das suas vidas: energia, economia doméstica, saúde. Apenas um dos entrevistados, o climatologista, defendeu que todas as vertentes da problemática lhe parecem suficientemente abordadas no que respeita a Portugal, uma vez que, no contexto do projecto SIAM, a informação essencial foi tratada.

As entrevistas efectuadas apontam no sentido de uma convergência entre a generalidade dos actores sociais na maioria das questões. Os entrevistados que assumem posições menos consensuais relativamente aos restantes são João Soveral, a Júlia Seixas e Pedro Pereira. Por diferentes vias, a leitura que fazem do tratamento das alterações climáticas nos jornais merece referência: o primeiro, por algum cepticismo que manifesta em relação às consequências futuras anunciadas das alterações climáticas, em relação à acção dos media na comunicação das alterações climáticas, pela consciência da forma de funcionamento do campo mediático. A segunda, pela visão muito crítica que guarda relativamente aos jornalistas que tratam a problemática das mudanças do clima. O último, pela visão crítica que manifesta e pela forma ideológica como encara o funcionamento interno dos órgãos de comunicação e do jornalismo. É necessário salientar que os actores sociais concordaram sobre a relevância do tratamento da problemática das alterações climáticas nos jornais, de forma que a informação chegue ao público. Os jornalistas, segundo consideram, deveriam ter preparação específica para lidar com as mudanças globais do clima, devido à complexidade do assunto. A mesma complexidade leva à compartimentação das notícias sobre alterações climáticas pelas várias secções dos jornais e os actores sociais prefeririam que não existisse.

Enquanto fontes de informação, os entrevistados testemunham que são contactados em vez de promoverem informação sobre alterações climáticas. Curioso é verificar que, num primeiro momento, testemunham que se revêem de alguma forma nos textos jornalísticos nos quais figuram como fontes de informação, mas acabam por relatar que nem sempre essa identificação é total e alertando para a tomada de precauções no sentido de evitar mal-entendidos que surjam depois publicados. Através das entrevistas, ficam patentes alguns dos aspectos que dividem fontes de informação e órgãos de comunicação, como o dito alarmismo e a fragmentação da informação, a hierarquização da informação e o tempo reduzido para tratamento das matérias.

VI. As perspectivas dos jornalistas

A comunicação das alterações climáticas passa pelo campo mediático. A discussão no espaço público mediatizado tem que contar com os media como meio de amplificação e de reconstrução das vozes dos diversos actores sociais que se fazem ouvir dentro das suas fronteiras. O papel dos jornalistas é indispensável neste contexto. São agentes da comunicação e é pela sua acção que muita da discussão é potenciada apesar dos condicionantes de diversa natureza que se sobrepõem ao trabalho de cada jornalista, quer no âmbito das organizações que integram, quer as que estão inerentes ao exercício da profissão, sejam elas normas profissionais ou sejam de natureza ética.

No que respeita às alterações climáticas, os jornalistas estão colocados diante de um desafio que a complexidade da temática convoca. Os actores sociais entrevistados no âmbito deste trabalho reconheceram que as diversas dimensões tocadas pelas mudanças globais do clima tornam a temática mais complexa do que outros assuntos habitualmente tratados pelos profissionais do jornalismo. Sendo aceite que os cidadãos encontram nos meios de comunicação clássicos a grande parte da informação de que dispõem acerca das mudanças globais do clima, é necessário tentar compreender de que forma é que os jornalistas olham as alterações climáticas enquanto tema alvo de tratamento nos órgãos de comunicação.

Apenas foram efectuadas três entrevistas a profissionais de ambos os jornais, dois do *Público* e um do *Correio da Manhã*, pelas razões expostas no capítulo 3. De dar conta que um profissional pertence à secção “Sociedade”, tratando preferencialmente assuntos das áreas do Ambiente e Ciência, o segundo integra actualmente a secção “Mundo”, embora tenha desde sempre integrado a área “Ciências”, e o profissional do *Correio da Manhã* também faz parte da secção “Sociedade”, embora sem ter assuntos preferenciais.

Pelo facto de apenas ter sido possível efectuar três entrevistas, a análise aqui apresentada apenas poderá servir de linha de orientação para estudos futuros. De qualquer forma, essa virtude é suficiente para que se considerem estas entrevistas como um elemento de análise.

1. O jornalismo face aos desafios das alterações climáticas

Como ponto prévio, entendeu-se necessário indagar do que falam os jornalistas quando referem o termo 'alterações climáticas'? Cada um dos entrevistados atribuiu-lhe uma definição diferente com níveis de elaboração diferentes. Clara Barata *Público* vê nas mudanças do clima um nível de incerteza que se liga sobretudo às consequências das mudanças do clima e não tanto à existência de alterações climáticas, uma vez que essa é uma questão em que o consenso científico está alcançado. Alterações climáticas evocam perigo para o planeta na mente da profissional do *Público*. Ricardo Garcia, colega do mesmo jornal, forneceu uma definição mais extensa. Primeiro referiu-se ao aumento das temperaturas como primeira marca das mudanças do clima. Mas

aprofunda a sua concepção, dizendo que são um desafio pelo grande potencial de mudança que trazem e que apanha as pessoas sem preparação para fenómenos novos e que as repercussões das alterações climáticas vão ser sentidas além dos estilos de vida e que vão convocar uma sociedade mais racional na utilização dos recursos. Já João Saramago, profissional do *Correio da Manhã*, define alterações climáticas como uma “ligeiro aumento da temperatura média”.

A comunicação evoca imagens. Os entrevistados estão habituados a lidar com as questões ligadas às mudanças do clima. As imagens que lhes surgem dão conta das ligações mentais que os jornalistas fazem com as alterações climáticas. Mais uma vez, os profissionais do jornalismo fornecem respostas díspares a esta questão. Para Clara Barata alterações climáticas evocam imagens do planeta em perigo como os filmes de ficção científica. Ricardo Garcia, por seu lado, refere que lhe surge uma grande variedade de imagens quando pensa em alterações climáticas, pelo facto de escrever muito sobre o tema. Mas enfatiza as imagens ligadas ao ciclo hidrológico que se torna mais intenso, provocando mais cheias, precipitação mais intensa, e tempestades. João Saramago afirma que pensar em alterações climáticas lhe convoca imagens relacionadas com o degelo dos polos, com glaciares a desaparecer. Esta é uma imagética clássica na ilustração das mudanças globais do clima.

A actividade do jornalista radica numa regra fundamental: a decisão acerca dos assuntos que merecem e dos que não merecem existência pública. O profissional (no cumprimento das orientações editoriais da organização que integra) é permanentemente colocado sobre a iminência de escolher, entre os acontecimentos que ocorrem num determinado período de tempo, aqueles que preenchem os critérios que determinam a transformação de um evento em notícia, dando-lhe existência no campo de discussão no espaço público. As alterações climáticas surgem na luta pela existência pública com todos os assuntos da sociedade. Importa indagar de que forma analisam os jornalistas a importância da problemática das alterações climáticas face a outras temáticas. Os três entrevistados não concordaram na apreciação acerca da relevância das matérias do clima. Ricardo Garcia fornece uma visão diversa. A leitura que faz sobre a importância relativa das mudanças climáticas leva-o a considerar que a atenção actual de que gozam nas notícias está sobrevalorizada, porque a relevância actual do tema não justifica a quantidade de informação que sobre ela se publica. No entanto, justifica-se esta situação, no entender do jornalista, pelo facto de haver um comprometimento das gerações futuras, ou seja, há um compromisso moral de fazer hoje algo sobre o que vai acontecer no futuro.

[...]pode ser uma onda de calor em Portugal, não é possível dizer que é efeito das alterações climáticas, mas é uma coisa que vai acontecer mais no futuro e, se você pensar nisso, você tem um compromisso moral de fazer alguma coisa. Agora, por outro lado, as alterações climáticas neste momento, estão com uma sobrecarga de atenção, não é? Talvez seja uma atenção necessária, mas eu não sei... talvez seja um pouco desproporcionada.

Ricardo Garcia, *Público*

Clara Barata considera que a presença das alterações climáticas nos jornais é crescente, mas que

possui um reverso que é o do possível alarmismo para os cidadãos. Por outro lado, João Saramago afirma que os assuntos relacionados com as alterações climáticas têm menor relevância do que o desemprego e a criminalidade e, como tal, estão tratados nos jornais com a importância adequada à sua real dimensão.

As opções editoriais ditam as linhas informativas dos órgãos de informação no sentido de enfatizar determinados assuntos. Mais uma vez, entre três entrevistados as respostas obtidas foram diversas. Clara Barata sublinha que as alterações climáticas são um tema que ganha relevância não só pela importância do evento em causa, mas também por ser interessante. O colega Ricardo Garcia opta por colocar a tónica no facto de os assuntos de Ambiente terem grande relevância no *Público*, desde a sua fundação. A posição mais terra-a-terra é assumida pelo profissional do *Correio da Manhã*, para quem as alterações climáticas são um assunto que, no órgão de comunicação em que trabalha, é tratado segundo os critérios de noticiabilidade que são aplicados à generalidade dos restantes temas de notícia.

Neste trabalho foram entrevistados os jornalistas que mais vezes surgiram a assinar notícias sobre alterações climáticas num determinado período. É importante inquirir se consideram as alterações climáticas um tema mais, menos ou igualmente exigente do que outros temas que tratam. Os jornalistas do *Público* convergem na ideia de que as mudanças climáticas são um tema mais exigente. Ricardo Garcia, o jornalista mais citado pelos actores sociais entrevistados como exemplo de tratamento noticioso capaz das alterações climáticas, acentua a exigência do tema quando se pretende que seja bem tratado, porque leva a que o jornalista seja obrigado a informar-se acerca de diversas vertentes do tema, alertando para a transversalidade envolvida. No entanto, coloca ao mesmo nível de exigência alguns temas monotemáticos, como os organismos geneticamente modificados. Clara Barata refere-se-lhe como sendo exigente, mas ao nível de outros assuntos de índole científica e acrescenta que o melhor conhecimento dos temas leva a que se produza melhor trabalho e a exige a constante actualização do conhecimento. Em oposição, o profissional do *Correio da Manhã* atribui às alterações climáticas o mesmo nível de exigência que atribui à generalidade dos temas com os quais lida. Coloca-se do lado do ceticismo sobre a existência efectiva das mudanças do clima, valorizando da mesma forma os especialistas que estão do lado do consenso científico e o que estão o contestam, negando as alterações climáticas, como é notório na afirmação “A maior dificuldade que coloca é a de sabermos ou não se de facto há alterações climáticas ou não. Há autores que dizem que sim, há autores que dizem que não.”

Mas os desafios do tema alterações climáticas alargam-se pela amplitude que ganha, na suas variadas dimensões. Os jornalistas são colocados perante uma problemática que se estende pelas diversas secções do jornal, que assume diversas perspectivas, visto pela Economia, pela Política, pelo Ambiente, pela Sociedade, pela Saúde, pela Segurança, pelas Relações Internacionais, Energia. Todas estas vertentes são direccionadas para as secções correspondentes, criando a segmentação que os actores sociais discutiram no capítulo anterior. Os jornalistas, cientes dos preceitos da sua profissão, das regras e constrangimentos que a regem e limitam, lêem o

seccionamento da temática por dentro, na perspectiva do profissional integrado numa organização hierarquizada, que produz informação direccionada para uma estrutura previamente estabelecida. As reflexões que produzem não são alheias a estas considerações. Clara Barata refere precisamente o facto de as alterações climáticas serem uma temática multifacetada, logo, a abordagem integrada não faz sentido no contexto da organização interna do jornal. Apesar de não concordar com a abordagem integrada, também refere que não conhece forma de obstar ao espartilhamento da problemática pelas diversas secções do jornal. Um dos problemas que aponta ao trabalho jornalístico sobre mudanças do clima reside no facto de os jornalistas não trocarem impressões acerca do assunto, ao mesmo tempo que vê no facto de os assuntos serem tratados por diversos profissionais um factor de enriquecimento pelas diversas perspectivas lançadas sobre o assunto. Neste mesmo sentido vai a análise de Ricardo Garcia, ao dar conta do facto de ser um tema tratado por diversos profissionais conduzir a que vários pontos de vista sejam trazidos para a discussão no espaço público.

A possibilidade que encontra para a integração da informação sobre alterações climáticas nas peças jornalísticas é a de cada profissional fazer por si essa integração. No contexto de um jornal afirma que não é possível que seja sempre a mesma pessoa a tratar um tema, nem mesmo que uma problemática tão vasta como as mudanças globais do clima possa ser ajustado sempre à mesma secção do jornal. Deixa uma consideração que pode ser vista como um reparo sobre os profissionais que trabalham as notícias acerca do tema não promovem a perspectiva integrada dos assuntos.

A única maneira de você ter uma perspectiva integrada é, cada pessoa que trata do tema dentro da sua área, ter uma compreensão mais ou menos genérica sobre a questão. Assim como eu, se vou escrever sobre alterações climáticas, tenho que saber um pouquinho de Economia, o impacto económico que tem, o que é que significa para as empresas, não é? Sempre dentro da mesma secção, mas tendo uma perspectiva global.

Ricardo Garcia, *Público*

O jornalista do *Correio da Manhã* considera que o seccionamento das vertentes das mudanças do clima nas diversas localizações dentro da organização do jornal é sintoma da importância que alcançam e da sua transversalidade.

A especialização é um questão importante no jornalismo. Ao profissional das notícias é exigido que tenha todo o conhecimento genérico acerca de todos os assuntos que são noticiáveis. Exige-se ainda que cumpra os procedimentos e as normas profissionais e éticas que lhe cabem enquanto actor no espaço público mediatizado que desempenha a função de charneira na circulação da informação que acede ao espaço público. Mas quando a análise recai sobre matérias específicas e complexas, coloca-se a questão da necessidade ou conveniência da especialização do jornalista. É uma discussão recorrente quando se fala de temas de ciência, por exemplo. No que toca às alterações climáticas a mesma indagação é pertinente, porquanto a complexidade do tema assim leva a considerar. Os jornalistas tomados em atenção pelo presente estudo concordaram de

uma forma genérica que a especialização dos jornalistas pode ser importante. Mas consideram essa importância de diferentes formas. Na óptica de João Saramago, que é licenciado em História, a especialização é importante para o jornalista e considera que no órgão onde trabalha os profissionais tendem a procurar áreas de especialização, coordenando-se nesse sentido. Clara Barata reconhece que é um debate antigo, o da especialização dos jornalistas, e considera que em algumas áreas um jornalista especialista está mais bem preparado para ajuizar acerca da informação passada pelas fontes. O colega do mesmo órgão, também licenciado em História de formação de base, posiciona-se de forma menos assertiva e afirma que a especialização possui duas faces: ajuda e prejudica o trabalho do jornalista, na medida que ajuda a investigar os assuntos, mas ao mesmo tempo leva a que o profissional focalize demasiado as suas visões acerca de uma temática, correndo o risco de passar a escrever como a fonte, o que se traduz em prejuízo para o leitor.

Os constrangimentos inerentes a um tema transversal aliam-se às limitações próprias do espaço informativo; no caso de um jornal, noticia os eventos que ocorrem no espaço de 24 horas e limita a dimensão da notícia ao espaço paginado para cada secção. Será que os jornalistas sentem que estas fronteiras colocadas a seu trabalho são de alguma forma limitadoras?

Um dos jornalistas do *Público* é peremptório ao considerar que os constrangimentos de tempo levam a que o jornalista prescindir da variedade das fontes a contactar e vai mais longe:

EP. A profissão de jornalista está sujeita a alguns constrangimentos, como o tempo e o espaço que tem disponível para escrever. Isso acaba por pesar na selecção das fontes?

CB. Acaba. Não vou falar com muitas pessoas, se o espaço é mínimo. Ou é o tempo e que é mínimo para o fazer. Acaba por se fazer a coisa de uma forma que, se calhar, é menos correcta, menos...

EP. Acha que é menos correcta?

CB. É menos correcto, porque se não temos tempo para recolher toda a informação e comparar a informação como seria desejável, isso é menos correcto. Não quer dizer que a notícia seja menos correcta, propriamente, mas pode-se dar outras perspectivas e outra profundidade ao tema, havendo tempo e espaço para o fazer.

Clara Barata, Público

O jornalista do *Correio da Manhã* adiantou uma outra consequência das limitações de espaço e tempo que é o privilégio aos números, focalizando mais os dados concretos do que as explicações dos fenómenos. É sabido que esta é uma das tendências do jornalismo: o enfoque nos números, na informação quantificável, que se torna menos exigente em termos de explicitação para os leitores, porque é informação aparentemente mais objectiva e compacta do que as explicações e tentativas de colocar em linguagem comum os fenómenos complexos.

2. Seleccionar: que temas e que fontes de informação?

O trabalho do jornalista faz-se de escolhas. A selecção dos assuntos que compõem a agenda diária não é feita, por norma, pelo jornalista. O seu espaço para agendamento de trabalhos passa

pelos temas sugeridos, que não estão, habitualmente, a ordem do dia, mas cuja noticiabilidade justifica o espaço informativo. Os jornalistas experimentados no assunto em análise manifestaram a sua concepção acerca dos temas ligados às alterações climáticas que merecem ascender à categoria de notícia em qualquer circunstância. Clara Barata, que não é detentora de grau académico, mas que integra os quadros do *Público* desde a sua fundação, chama a atenção para uma categoria de temas que por norma dão notícias: a taxação de bens de consumo pelo seu contributo para as mudanças globais do clima, porque considera que os cidadãos não querem que as suas preocupações ambientais se traduzam em termos de impostos (contudo, não deixa de considerar que a imposição de impostos mais severos sobre determinados produtos pode incentivar a alteração de comportamentos). No que à selecção de um tema diz respeito, assevera que depende mais do tema a tratar e da pessoa que o promove e menos da natureza da fonte em causa (institucional, cientista, associação, cidadão).

Os outros dois jornalistas conferem às catástrofes naturais o lugar cimeiro na noticiabilidade ligada às alterações climáticas. Para João Saramago, essa é uma vertente sempre abordada, ao mesmo tempo que considera que a selecção de um evento para ser noticiado depende mais das características do próprio evento do que do promotor, da fonte que lhe dá existência. O jornalista do *Público* que mais se dedica às alterações climáticas, Ricardo Garcia, afirma que as catástrofes vêm actualmente com o peso das mudanças do clima em cima. Mas considera que os eventos, as conferências e as medidas políticas são os assuntos mais importantes em termos de notícias sobre as mudanças do clima, ao passo que outro tipo de informação acaba por sair mais dispersa. Se os jornais noticiam as mudanças do sistema climático do planeta quer dizer que é uma temática à qual os órgãos de comunicação atribuem relevância e conferem existência pública alargada. Mas o interesse do público sobre os temas noticiados também não será alheio aos órgãos de comunicação. Os três entrevistados mostram perspectivas diferentes sobre o interesse do público sobre as alterações climáticas. Aliás, a heterogeneidade é uma marca das posições assumidas pelos jornalistas nos mais variados pontos levados a consideração acerca da comunicação das mudanças globais do clima. Clara Barata considera que o interesse do público na matéria está dependente da forma como as notícias estão construídas, enquanto que a insistência nas catástrofes naturais pode criar saturação. Todavia, reconhece que as catástrofes são sempre motivos de interesse para os leitores. Já o colega de jornal avalia que o interesse que os cidadãos possam eventualmente ter sobre as alterações climáticas ainda não atingiu o ponto em que são levados a alterar comportamentos e hábitos de consumo em virtude dos problemas climáticos. Sobre este aspecto, João Saramago assume uma posição idêntica. Porém, é peremptório a afirmar que as pessoas têm um forte interesse sobre a problemática do clima e que estão alertadas para o assunto. Só não mudaram os hábitos de vida. Coloca a tónica na escassez de combustíveis, mas não se refere aos problemas relacionados com a poluição atmosférica.

EP. Da experiência profissional que possui, como é que avalia o interesse do público em relação aos temas ligados às mudanças climáticas?

JS: Bastante.

EP. Acha que as pessoas já estão suficientemente alertadas para folhearem o jornal e

pararem no assunto?

*JS. Sim. Vão é ter que mudar hábitos de vida. Se calhar, é o que me vai perguntar a seguir...
(silêncio)*

EP. Sim, mas pode...

JS. O que eu estava a dizer é que quanto ao problema das alterações climáticas, já estão alertadas e têm interesse. Agora, a outra face, que vem a seguir, de mudar hábitos de vida para fazer face a isso e à escassez de combustíveis.

EP. Em que medida é que esse interesse do público influencia a relevância dada ao tema, num jornal, neste caso?

JS. Na exacta medida. Os jornais são o reflexo, o que sai nos jornais é o reflexo daquilo que as pessoas querem ler.

João Saramago, Correio da Manhã

Quando a discussão é suscitada pela via da influência que o putativo interesse do público possa exercer sobre as notícias, existe a tentação de quem publica justificar as suas escolhas com o facto de elas irem ao encontro dos interesses dos leitores. É neste mesmo sentido que se pronuncia o jornalista do *Correio da Manhã*, que afirma taxativamente que os jornais reflectem o que as pessoas querem ler e é isso também que se passa com os temas ligados às alterações climáticas. Este assunto, segundo julga, consegue nos jornais um destaque directamente proporcional ao interesse que as pessoas desenvolveram sobre o tema. Ricardo Garcia conduz as suas considerações no sentido de o interesse que as pessoas possam ter nos assuntos que se relacionam com as mudança do clima não produzir nelas as correspondentes alterações de comportamentos e hábitos de vida, porque passar à acção é mais difícil do que captar a atenção dos cidadãos.

A abertura das páginas dos jornais aos assuntos que se relacionam com as mudanças do clima evoluiu ao longo do tempo, também à medida que a Ciência foi angariando mais evidências e construindo mais conhecimento acerca das mudanças do sistema climático, das causas, das consequências, das medidas a tomar para travar os cenários que os estudos científicos indicam. À Ciência juntou-se o campo político na necessidade de tomar medidas que obstem aos cenários de catástrofe e aos prejuízos que se sentem já e que a Ciência aumenta nas previsões futuras, sempre marcadas pela incerteza das proporções que esses problemas podem assumir. O campo mediático não pôde passar incólume ao debate crescente nos vários campos da sociedade: Ciência, Política, Ambiente, Energia, Economia, sectores de actividade que são afectados pelas medidas de mitigação e afectados também pelas evidências de mudança que o clima já provoca. Os jornalistas lêem a realidade e reconstroem-na na sua actividade de amplificar pequenos pontos do mapa do real extraindo-os da linearidade dos acontecimentos quotidianos. Se a problemática das alterações climáticas cresceu em interesse mediático, de que forma é que os jornalistas interpretam a ascensão dos assuntos relacionados com as mudanças do clima à categoria dos acontecimentos merecedores de amplificação no espaço público?

Para Ricardo Garcia, o interesse dos cidadãos sobre esta problemática não é constante e sofre de curvas de interesse. Reconhece que na altura em que foi efectuada a entrevista (2007) as alterações climáticas beneficiavam de um pico de interesse, tornando mais fácil a tarefa de

conseguir espaço para a temática nas páginas do jornal. No entanto, alerta para o facto de a situação poder vir a modificar-se. O colega do mesmo órgão de informação considera que o ano de 2007 foi marcante para o incremento das alterações climáticas enquanto tema mediático, salientando a acção de Al Gore, na sua importância para a divulgação mundial da problemática. Num outro sentido, João Saramago não atribui o crescimento do interesse sobre a matéria a nenhum momento específico, antes vê um contínuo de crescimento e enfatiza o facto de os cidadãos estarem actualmente mais alertados para as matérias relacionadas com o clima, sobretudo pelas vertentes ligadas à energia. O jornalista procede diariamente à verificação das temperaturas atmosféricas no sentido de avaliar se estão adequadas à época do ano, e faz o mesmo para as vagas do mar.

2.1 A recolha de informação

A recolha de informação é uma das funções que cabe aos jornalistas. Além das matérias de agenda, o trabalho do jornalista também pode incluir trabalhos que não estão previamente agendados, que não dependem dos eventos previamente estabelecidos, tais como eventos fortuitos, que não são possíveis de prever, como as catástrofes naturais. Também se inclui nas suas tarefas a pesquisa de informação própria, que deriva directamente da sua capacidade de encontrar motivos de interesse nos assuntos. As rotinas de pesquisa de informação podem ser uma das estratégias de procura de eventos, de matéria de notícia sobre determinados assuntos que podem ser encontrados em certas fontes. Clara Barata, que obteve formação na área jornalística nos EUA e no Centro de Formação de Jornalistas – Cenjor, indica duas publicações internacionais como os sítios onde recolhe informação acerca de alterações climáticas, as revistas *Nature* e *Science*. O colega do *Público* afiança que tem várias formas de se informar acerca da temática. A sua pesquisa acaba por ficar reduzida pelo facto de ser bombardeado, segundo o próprio, com informação acerca do tema, através de *mailing lists*, o que lhe dispensa a necessidade de procurar o tema por outras vias. Depois, tem o cuidado de estar atento a determinadas datas de referência para o assunto e aí percorre algumas fontes no sentido de averiguar se algo de novo existe para ser noticiado. Estes procedimentos não deixam tempo para ser leitor assíduo de publicações de Ciência e Ambiente, mas considera que lê muito, apesar de tentar não se deixar guiar apenas pelas revistas *Science* e *Nature* que considera que monopolizam a informação nas áreas científicas, mais por força das estratégias de comunicação montadas do que pela real amplitude dos assuntos que publicam. A posição deste profissional evidencia que detém um espírito crítico e uma experiência alargada no tratamento de matérias ambientais em geral e das mudanças do clima em particular.

De outro modo, João Saramago adianta que as principais fontes a que recorre para a recolha de informação acerca das alterações climáticas são o Instituto de Meteorologia, o *Weather Channel* e os meteorologistas portugueses. Também recorre a agências noticiosas. Refere que não lê publicações de ciência e ambiente. Este jornalista assume por completo as mudanças do clima como um problema essencialmente traduzido pela Meteorologia.

2.2 As fontes de informação

As notícias requerem fontes de informação. Cabe aos jornalistas procurar os actores sociais que se posicionam na área dos assuntos em causa nas notícias para que a discussão no espaço público possa ser feita de forma equilibrada perante os cidadãos, para que diante da informação disponibilizada possam fazer o seu juízo. Neste contexto, a responsabilidade do jornalista e das suas chefias é muito importante. A ele cabe dar voz e, por omissão, retirar espaço aos actores sociais, consoante as escolhas que efectua, perante os contactos que possui, perante o tempo de que dispõe, perante a disponibilidade das fontes de informação, de acordo com a quantidade de caracteres que lhe são atribuídos dentro da hierarquia das secções e no desenho das páginas.

A selecção e relação com os actores sociais é um processo que os jornalistas vão construindo ao longo do tempo. Por um lado, estabelecem contactos que se habituam a repetir para uma determinada matéria, o que permite ganhar tempo na hora em que a necessidade passa por obter uma reacção pronta, por outro lado, os actores sociais que são eleitos como fontes credíveis passam a deixar um lastro de credibilidade às notícias às quais emprestam a sua voz. Mas não se pode colocar de parte o perigo da esteriotipização das fontes de informação, pelo facto de se construir alguma proximidade com alguns actores sociais. O problema reside nos critérios a aplicar para decidir se a fonte é ou não digna de crédito. Nem sempre o jornalista está na posse dos elementos que lhe permitam avaliar *a priori* qual é a fiabilidade ou que intenções podem estar por detrás das acções de promoção de informação de um determinado actor social.

As estratégias utilizadas por cada jornalista seguem passos que são pessoais e, por vezes intuitivos. Os profissionais do *Público* entrevistados no âmbito deste trabalho referem cada um a sua fórmula para seleccionar os actores sociais que contactam para recolher informação sobre um determinado assunto.

No que respeita a assuntos de cariz científico, Clara Barata afirma que procura a fonte que seja interveniente na matéria/evento em causa, que mostre conhecimentos comprovados ou que seja reconhecida por falar no assunto em causa. Mesmo estes critérios podem não ser evidentes: reconhecer conhecimentos comprovados nem sempre é fácil. Para refinar a selecção, a jornalista refere que um dos pontos de apoio que utiliza é a verificação se a pessoa em causa possui trabalhos publicados em revistas com *peer review*. Uma das linhas orientadoras na selecção de fontes que faz é a variedade de fontes de informação que tenta trazer para os seus trabalhos.

É precisamente esta a opinião de Ricardo Garcia, para quem a sua principal forma de avaliação da fiabilidade de uma fonte é a sua credibilidade científica. Apesar de possuir algumas formas de avaliar as evidências dessa credibilidade, o jornalista reconhece que não é uma característica fácil de avaliar de imediato. Paralelamente, reconhece que a disponibilidade habitual de um actor social para comunicar com os jornalistas é um dos primeiros passos para que seja escolhida. Cita dois nomes que julga serem dois actores sociais que aparecem nas notícias porque se mostram receptivos aos contactos dos jornalistas: Francisco Ferreira, da associação Quercus, e Filipe Duarte Santos, do projecto de investigação SIAM. O profissional do jornalismo considera que os

jornalistas também devem estar alerta para o facto de haver cientistas que querem promover-se. Mas não reprova a atitude, por considerar que leva a que se abra o leque de fontes para contactar. Sobra para o jornalista a função de decidir quais são os actores sociais válidos e os que não devem surgir nas páginas dos jornais, sustentando pontos de vista que não são fiáveis.

Jornalistas e actores sociais acabam por se cruzar nos meandros da divulgação da informação, por diversas vezes. Sobretudo os profissionais que estão ligados a um certa secção na qual determinados temas vão cair. Num mercado limitado como é Portugal, quer em termos de jornais de referência, quer em termos de massa crítica, de actores sociais disponíveis e de especialistas nas matérias tem fronteiras curtas, acaba por levar a que jornalistas e fontes de informação acabem por se relacionar, mercê das vezes que se encontram no processo comunicacional de compor notícias. Há relações que se estabelecem. Poderá a relação influenciar o urdimento das notícias?

Em relação a esta questão específica, os três entrevistados concordaram que a qualidade da relação mantida entre jornalista e fonte de informação influencia o resultado final que é conseguido. João Saramago concorda que a relação jornalista-fonte reflecte-se na forma final que toma a notícia e coloca a questão de uma forma prática: “se a fonte de informação for uma fonte credível, posso dar, nomeadamente, ao escrever a notícia, dar mais relevância às afirmações dela, puxar para cima, puxar para título, do que for uma fonte que tenha menos confiança nela.” Implícita nesta declaração está a possibilidade de as fontes de informação que aparecem nas páginas do *Correio da Manhã* nem sempre serem consideradas como detentoras de credibilidade. Clara Barata faz menção a um dos perigos associados à criação de proximidade entre jornalistas e fontes de informação: a tentação de escrever para as fontes, porque estas pretendem que se escreva para elas. Quer com isto dizer que os actores sociais que surgem nos jornais criam expectativas em relação à mensagem que vai passar através da notícia no sentido de esta lhe ser favorável. Havendo ligação entre os elementos de ambos os campos, existe a compulsão causar boa impressão e agrado junto dos actores sociais. Ricardo Garcia, por seu lado, alerta para a dificuldade que está subjacente ao relacionamento com os actores sociais chamados para as notícias e aponta a honestidade como um factor crítico que está na base da relação. Para que a ligação entre jornalistas e fontes de informação não sofra contratempos e consiga passar ao lado de situações desagradáveis, o jornalista prescreve uma solução para conquistar a confiança dos cientistas: traduzir a linguagem científica para linguagem comum sem que o cientista considere que os seus pontos de vista perderam credibilidade.

Em matérias consideradas complexas, como é o caso das alterações climáticas, os jornalistas recorrem aos especialistas na vertente em causa de forma a obterem informação que servirá para elaborar notícias que devem ser elucidativas para os seus leitores. Todos os entrevistados concordaram que recorrem aos especialistas em matérias relacionadas com as mudanças do clima. Ricardo Garcia afirma que a figura do especialista em alterações climáticas tem muita relevância na sequência da complexidade que envolve o assunto. Revela que, em assuntos sobre os quais escasseia o consenso político, procura o cientista para orientar a leitura dos fenómenos.

Sob esta declaração está uma visão do cientista como um actor alheio às pressões de carácter político. Clara Barata, por seu lado, considera que os especialistas são importantes para os jornalistas, mas que nem sempre os que mais surgem nas páginas dos jornais são os mais interessantes.

O especialista... também há várias definições de especialista. Há cabeças falantes que às vezes aparecem nos media e que de especialistas, sei lá... que são muito duvidosos. Às vezes prefiro alguém que aparece menos que se perceba alguma coisa e que consiga dizer alguma coisa de interessante.

Clara Barata, *Público*

Esta afirmação alerta para o facto de, por vezes, a escolha dos actores sociais que vão comentar um assunto estar condicionada por diversos factores, conduzindo a que sejam contactados aqueles que são mais acessíveis, que se colocam de forma a serem mais contactáveis pelos profissionais da informação. Numa outra perspectiva, mas que se traduz na mesma prática, o jornalista do *Correio da Manhã* refere que recorre aos especialistas em matérias complexas. Também é para tratar destas matérias que procura dados concretos e números, para que os leitores possam tomar uma realidade densa de forma mais imediata e simples.

Os especialistas são importantes em matéria de alterações climáticas, mas as fontes institucionais, é sabido, conquistaram desde sempre o seu espaço no espaço público. Por norma, as entidades políticas, devido às implicações que as tomadas de decisão dos seus agentes exercem sobre as vidas dos cidadãos, mas também pela acessibilidade aos meios de comunicação, são fontes de informação usualmente presentes nas notícias, colocando em circulação no espaço público as decisões, concepções e orientações oficiais acerca de um determinado assunto. Os jornalistas entrevistados consideram relevante a presença que os actores sociais ligados às entidades oficiais alcançam nos meios de comunicação. Ricardo Garcia refere-se à forte presença das fontes institucionais nas notícias de Ambiente pela razão de que os governos têm maior facilidade de fazer circular a informação. Por outro lado, as fontes oficiais têm a vantagem de fornecer dados finais e contas definitivas. Já Clara Barata reconhece que as entidades oficiais são fontes de informação importantes para os jornalistas, mas sublinha que também são actores que se munem de estratégia de comunicação no sentido de conquistarem espaço mediático. No entanto, não deixa de referir que a disponibilidade destes actores sociais não é maior ou menor consoante o cargo que ocupa, mas antes consoante a pessoa que ocupa o cargo. João Saramago diz que em matérias complexas procura especialistas e números “para não estar a especular”.

Esta questão imbrica directamente numa outra que é a da legitimidade dos actores sociais para se tornarem fontes de informação. Quando o assunto é alterações climáticas, os jornalistas contactados referem alguns actores sociais aos quais reconhecem legitimidade para se pronunciarem sobre as mudanças globais do clima. Para Clara Barata, são variadas as fontes com legitimidade para tal: à partida são as fontes oficiais que oferecem maiores garantias de

informação de qualidade, assim como as ONG, nomeadamente a organização Quercus, à qual reconhece capacidade de intervenção, ao mesmo tempo que se apresenta muito interventiva. No entanto, existe um perigo associado a estas qualidades que é o de estes actores sociais ganharem demasiada expressão. João Saramago elege o Instituto de Meteorologia como uma fonte com legitimidade tal que a informação que divulgasse seria alvo de notícia. Vai um pouco ao encontro da consideração de Ricardo Garcia, para quem as fontes oficiais têm, por si, legitimidade suficiente para que a informação que divulgue possa ser motivo de notícias.

A escolha dos actores sociais que vão surgir numa determinada notícia tem implicações sobre a mensagem que o jornalista passa para os seus leitores. Seleccionar quer dizer captar dentro da moldura e deixar a restante realidade fora dos limites dessa moldura. Há actores sociais potencialmente implicados nas matérias relacionadas com as mudanças globais do clima que acabam por ficar de fora das molduras de realidade construídas pelas notícias. Entre os jornalistas ouvidos no âmbito do presente trabalho, há pontos de vista diversos sobre esta questão.

O jornalista do *Correio da Manhã* revela não ter opinião formada sobre que outros actores sociais poderiam enriquecer o conjunto das vozes que se pronunciam acerca das mudanças globais do clima. Os jornalistas do *Público* tomam vias diferentes no seu discurso. Clara Barata refere que as empresas começam a apostar em estratégias de comunicação que as anunciam como empresas verdes, cumpridoras e até fomentadoras de comportamentos amigos do clima, com o objectivo de limpar a imagem de poluidoras e para adoptarem uma face verde, mas concluiu que “muitos desses anúncios e dessas notícias são fachada, não é?”. Em paralelo, Ricardo Garcia admite que as empresas começaram a surgir nas notícias sobre alterações climáticas impulsionadas pela entrada em funcionamento do mercado de emissões de gases com efeito de estufa. Os actores sociais ausentes das notícias são, segundo defende, o Ministério da Obras Públicas, Transportes e Comunicações e as pequenas empresas. Estas entidades estão directamente implicadas nas matérias do clima, uma vez que ao ministério cabe a gestão das opções tomadas para a área dos Transportes, uma das mais intensivas no que respeita às emissões de gases com efeito de estufa, em Portugal. Mas também se refere àqueles que julga estarem sempre presentes: os membros da Quercus e o líder do projecto SIAM, Filipe Duarte Santos, e os governantes, com excepção do ministro do Ambiente, de quem diz não ter conhecimento acerca do assunto.

O campo da comunicação faz-se da procura de um equilíbrio precário entre os objectivos dos órgãos de comunicação e os interesses das fontes, que procuram nos media um artefacto para amplificação dos seus pontos de vista e interesses. Os jornalistas reconhecem nos actores sociais a defesa de interesses próprios. Neste contexto, Ricardo Garcia refere que os interesses que possam estar por detrás das declarações das fontes de informação devem estar expressos na notícia. O texto deverá clarificar que interesses estarão a ser defendidos pela fonte e as razões que os movem podem ser variadas, desde a promoção pessoal à procura de financiamento. Em termos de grupos de interesse que se colocam na órbita das mudanças globais do clima identifica os EUA e a Arábia Saudita, os produtores de petróleo, todas as indústrias da energia, mesmo as que produzem energias renováveis, a Ciência, na procura de financiamento, e as grandes

empresas, que se organizam como grupo de pressão devido às questões de consumos energéticos.

Por seu turno, Clara Barata refere-se aos perigos de haver uma proximidade importante com as fontes de informação, que pode levar a que os jornalistas confundam o seu discurso com o das fontes. Este facto exige gestão das relações entre jornalista e actores sociais. Este profissional diz preferir diversificar as fontes de informação de forma a evitar que os pontos de vista dos actores sociais se sobreponham ao discurso jornalístico. João Saramago aludiu sumariamente à propensão dos actores sociais para verem nos media uma forma de amplificação do seu discurso, recorrendo a agências de comunicação para alcançar de forma eficaz as páginas dos jornais. Reconhece que haverá grupos de interesse que giram em torno da problemática das alterações climáticas, mas não sabe quais serão.

A produção das notícias compreende um trabalho junto dos actores sociais. Os jornalistas contactados concordam no facto de caber aos profissionais da comunicação, na maioria das ocasiões, a tarefa de contactar as fontes de informação. Acontece menos vezes o movimento contrário, de serem as fontes de informação a entrar em contacto com os jornalistas no sentido de dar origem a notícias. Só o profissional do *Correio da Manhã* estende as considerações para dizer que costuma procurar os actores sociais pelo facto de estes desconhecerem o nível de interesse das matérias, assim como desconhecem as alturas correctas para divulgar informação.

Numa altura em que as mudanças do clima eram tratadas nos órgãos de comunicação sob diversas perspectivas, os jornalistas do *Público* referiram que, para elaborarem uma grande reportagem sobre a problemática das mudanças climáticas, procurariam o lado humano do fenómeno, mas em estilos diferentes. Um deles, Clara Barata, preferiria ir à procura da experiência quotidiana dos cidadãos. Ricaro Garcia, pelo contrário, considera que procurar o lado humano das alterações climáticas é a tarefa mais difícil, porque acaba por cair na abordagem mais habitual, de ir à procura das perspectivas dos cidadãos, das vítimas de catástrofes. No que respeita a João Saramago, não tem ambições relativamente ao trabalho que possa vir a fazer em matéria de alterações climáticas, referindo que todas as fontes estão contactáveis e não existe nenhuma a que gostasse de recorrer para realizar um trabalho jornalístico sobre o assunto.

Os jornalistas mostram, ao longo das entrevistas, pontos de vista divergentes, sobretudo em relação às alterações climáticas como tema de notícias e às condutas de cada um em relação à elaboração de peças jornalísticas. Os aspectos do exercício quotidiano da profissão são menos consensuais do que os critérios de selecção das fontes de informação, por exemplo. Dão importância à especialização em determinados temas, mas não adiantam de que forma o fazem, se o fazem. No que diz respeito ao seccionamento das notícias sobre alterações climáticas, vêem com bons olhos essa partição, ainda que possa gerar visões fragmentadas junto do público, já que seria difícil abordar a problemática de forma integrada nos jornais, pela forma que estão estruturados jornais e redacções. A relação com as fontes de informação e as formas de seleccioná-las são mais consensuais entre os entrevistados. A boa relação com as fontes de informação é tida como condicionador da qualidade da informação depois veiculada através das

notícias. Os jornalistas são apologistas da diversificação das fontes, mas reconhecem que nem sempre estão na posse de elementos que permitam avaliar por completo a sua credibilidade.

Ainda que não seja possível fazer a generalização destes dados recolhidos nas entrevistas presenciais a jornalistas, pela sua escassez, deixam pistas acerca de alguns pontos que poderiam vir a ser sistematizados e aprofundados em futuros trabalhos, como por exemplo, a fórmula para obstar à transversalidade das alterações climáticas no contexto das redacções partidas em secções de trabalho e dos jornais partidos em secções de paginação.

VII. Conclusões

O presente estudo teve como principal objectivo analisar a comunicação das alterações climáticas que se faz nos jornais portugueses, desde os textos jornalísticos, passando pelas fontes de informação, até aos jornalistas. Procurou-se identificar as formas como se fala das mudanças globais do clima em dois órgãos de comunicação impressos em Portugal, avaliar se ou de que forma é que linhas editoriais diferentes se manifestam na construção das notícias, como é que os actores sociais que surgem nas notícias encaram a relação com os jornais e com os jornalistas, e como é que os próprios jornalistas pensam o seu trabalho sobre alterações climáticas. O trabalho foi feito de forma faseada, analisando primeiro os textos jornalísticos, depois os discursos dos actores sociais através de entrevistas e, por fim, o discurso dos jornalistas também a partir de entrevistas semi-directivas.

As alterações climáticas são um tema mais tratado pelo jornal *Público* do que pelo *Correio da Manhã*. Os números confirmam que, no primeiro trimestre de 2007, a proporção de textos publicados é de 145 para 40 respectivamente (quase quatro vezes mais). Mas, mais do que o número de artigos publicados, é a forma como a abordagem da questão é efectuada que estabelece a diferença entre ambos os jornais. Aliás, a disparidade dos números também é um reflexo desta abordagem diferenciada, já que enquanto que o *Correio da Manhã* trata um assunto num só texto, o *Público* tende a conferir algum enquadramento às questões em causa, recorrendo, para isso, a diversos textos.

O *Correio da Manhã* pende para a descrição causal do facto e, mesmo fazendo algum esforço de enquadramento através do contacto com fontes de informação, o trabalho que apresenta resulta quase sempre em um texto. Aliás, esta opção decorre da linha bem marcada do jornal, cuja opção é a de recorrer à notícia curta e, mesmo recorrendo a diferentes vertentes de uma questão, estas acabam ser colocadas dentro do mesmo texto. A linha do *Público* passa sobretudo por dar ao evento singular uma moldura de informação que situe o acontecimento singular de alguma forma no quadro de realidade que lhe dá existência.

Quando se atenta na colocação das notícias dentro da estrutura de paginação dos jornais, infere-se uma maior dispersão das notícias do *Público*, colocando nas secções 'Sociedade' e 'Destaque' o maior número de notícias. A quantidade de textos colocados nesta última secção é um indicador da importância que o jornal conferiu à problemática das mudanças globais do clima. Já o *Correio da Manhã* mostra maior número de notícias na secção 'Portugal', podendo-se interpretar o facto como marca da tendência do órgão para privilegiar a proximidade dos seus leitores. Merece referência a presença da secção 'Ciência/Tecnologia', por estar em causa uma problemática que tem que contar com o contributo da Ciência para a sua compreensão. No *Público* esta presença é menor do que no *Correio da Manhã*.

A presença dos actores sociais nas notícias foi uma das linhas orientadoras do presente trabalho. As fontes de informação ligadas ao 'Governo central' marcam forte presença nos artigos do

Público seleccionados (68,2). Este dado não é surpreendente e vai ao encontro ao facto de as fontes institucionais serem, por norma, assíduas nas notícias, pelo peso da informação oficial, revestida da credibilidade que é conferida pela relevância social das instituições que representam. No *Correio da Manhã*, os actores sociais ligados à área científica são os mais prevalentes e surgem em 53,3% dos artigos, seguindo-se depois dos actores sociais das áreas 'Governo central' e 'Associação ambiental', que são identificados, na mesma proporção, em quase metade dos textos. No *Público* o segundo lugar é ocupado pelos actores sociais da categoria 'Associação ambiental' (40,9%), que ocupa o segundo lugar.

No *Correio da Manhã* destaca-se a presença de duas categorias de actores sociais que não surgem no *Público*: 'Cidadãos' e 'Investidores'. Os primeiros estão presentes nas páginas do jornal na sequência de histórias particulares, dos eventos específicos e circunstanciais que são noticiados no *Correio da Manhã*, na procura de identificação dos seus leitores com pessoas comuns que são de alguma forma afectadas pelas alterações climáticas. A categoria 'Investidores' refere-se aos cidadãos que surgem ligados às alterações climáticas na perspectiva das actividades económicas que desenvolvem, pretendendo tirar proveito económico de alguma das vertentes das mudanças do clima com os interesses económicos que os movem para as alterações climáticas. No *Correio da Manhã* denota-se um equilíbrio maior entre nas presenças das categorias dos vários actores sociais, ao passo que no *Público* é mais destacada a presença de duas categorias ('Governo central' e 'Associação ambiental'), com ascendente sobre as restantes (Cf. Tabela 2).

Porém, a análise não pode ficar-se apenas pela abordagem quantitativa da presença dos actores sociais nas notícias. Na sequência da análise efectuada, foi possível apurar que o destaque alcançado pelos actores sociais da categoria 'Governo central' em ambos os jornais não é semelhante. O *Público* tende a perspectivar mais a informação sob o ponto de vista destes actores sociais do que o *Correio da Manhã*. Neste último, é mais frequente do que no *Público* que a informação seja colocada sob o ponto de vista dos cientistas ou investigadores do que sob a visão dos detentores do poder executivo. O *Correio da Manhã* tende a assumir a tradicional posição de contra-poder, neste aspecto, já que os assuntos são mais vezes abordados pela via de outros actores sociais e as posições dos governantes fica relegada para planos mais recuados do texto.

De notar que, mesmo em assuntos cujas fontes de informação e a construção do próprio texto indicavam uma paginação e um enquadramento que colocaria a notícia numa secção reservada ao noticiário internacional, fosse *União Europeia* ou *Mundo*, o *Correio da Manhã* optou por fazer a paginação na secção 'Portugal', adicionando actores sociais da área científica ou associação ambiental para puxar o assunto para o plano nacional. Em contraste, o *Público* é um jornal que não demonstra este tipo de orientação marcada pelos assuntos de índole nacional. Aliás, para cobertura da reunião que deu origem ao texto do relatório do IPCC que foi publicado em Paris, a 2 de Fevereiro de 2007, o *Público* colocou no local um enviado especial, dando origem a um grande número de notícias sobre o documento, mas também sobre o processo negocial.

As vozes dos actores sociais projectam-se no espaço público através da amplificação da

aparelhagem mediática. São vistos pelo público através das suas intervenções, que são mediadas, reconstruídas pelo discurso jornalístico, interpretadas, dissecadas e redimensionadas para caberem na moldura textual das notícias, com forma, dimensão e textura definidos por critérios que não são os das fontes, mas antes os critérios que presidem à lógica mediática. Portanto, este trabalho tratou de procurar as vozes dos actores sociais que se constituem como fontes de informação de forma a captar a análise que fazem do trabalho jornalístico sobre alterações climáticas em Portugal, de que forma se olham na qualidade fontes de informação, que juízo formam acerca das relações que mantêm com os jornalistas, que problemas e que soluções apresentam para a comunicação efectiva dos fenómenos ligados às mudanças do clima, no sentido de tornar essa comunicação significativa para os cidadãos.

Avaliou-se ainda, a partir de entrevistas presenciais com os jornalistas, alguns aspectos inerentes ao trabalho das alterações climáticas nos jornais: desde a temática em si mesma, passando pelas especificidades que apresenta e desafios que coloca às normas de produção de textos jornalísticos e também pela relação com as fontes de informação. Um traço conclusivo a retirar das entrevistas aos jornalistas é a diversidade de opinião que manifestam entre si.

Do conjunto de entrevistas efectuadas, ressalta que os actores sociais olham as alterações climáticas pela vertente científica e quase metade deles refere tacitamente a contribuição da mão humana para as mudanças do sistema climático. Portanto, mostram-se sintonizados com o consenso científico que actualmente vigora. Apenas um dos actores sociais entrevistados assume posições divergentes: o dirigente da CAP, João Soveral, revela um tom de cepticismo que o leva a referir-se às alterações climáticas como uma realidade construída pelos media que levou a que se constituísse como fenómeno político.

A este nível, os jornalistas foram dissonantes entre si e dissonantes relativamente aos actores sociais: Clara Barata acentua o nível de incerteza que se liga sobretudo às consequências do fenómeno e não tanto à sua existência efectiva, Ricardo Garcia referiu-se ao aumento das temperaturas como primeira marca das mudanças do clima e aprofundou a concepção, dizendo que as repercussões das alterações climáticas vão ser sentidas além dos estilos de vida e que vão convocar uma sociedade mais racional na utilização dos recursos. João Saramago referiu que as alterações climáticas definem-se como um ligeiro aumento da temperatura média e nada mais. Assim, nem actores sociais, nem jornalistas falam exactamente da mesma coisa quando falam de alterações climáticas, uma vez que uns e outros apontam concepções próprias acerca da problemática, o que pode afectar a sua perspectiva sobre o assunto.

O consenso sobre a relevância de colocar as alterações climáticas nos meios de comunicação não encontra correspondência na eficácia que os actores sociais atribuem à comunicação mediática sobre o problema. Predomina, também a opinião entre os actores sociais ouvidos de que os media lançam e fomentam o debate público sobre a problemática das alterações climáticas. É, no entanto, unânime a necessidade de tornar a informação mais efectiva para os cidadãos, capaz de fazê-los compreender de que forma as alterações climáticas se geram, como podem afectar os indivíduos e as sociedades em cada ponto do globo, e as formas de fazer face ao seu

agravamento e às consequências que actualmente já são inevitáveis. Os actores sociais entrevistados orientaram-se para a aceitação inequívoca de que os jornais são um dos veículos fundamentais para que os cidadãos se familiarizem com os vários aspectos das mudanças globais do clima. Apesar deste facto, a forma como é feita a comunicação da problemática merece referências negativas: superficialidade, alguma dose de sensacionalismo/alarmismo, imagem fragmentada das matérias, ausência de contextualização, inexistência de referências à importância da acção individual, a imprecisão dos elementos fornecidos.

Quanto ao contacto que mantêm com as notícias publicadas nos jornais portugueses, vários entrevistados admitem que têm por hábito ler esses textos. As razões que apontam para esse interesse são diversas: uns fazem-no por dever profissional, outros para ajuizar sobre a qualidade da informação publicada. Apenas um dos entrevistados admite que não dá importância às notícias acerca da problemática que surgem nos jornais e justifica o facto pela falta de tempo. As preferências dos actores sociais em termos de meios que escolhem para se informarem acerca das alterações climáticas mostram um quadro de diversidade, mas com um ponto comum: o jornal *Público* é referido por nove dos 11 entrevistados, nas preferências. De facto, o diário é tido como referência pelos actores sociais e não raras vezes surge associado o nome do jornalista Ricardo Garcia como uma referência na comunicação de assuntos de Ambiente e Ciência. Quatro actores sociais referem a televisão como um dos meios aos quais recorrem para se informarem sobre alterações climáticas, salientando os canais de notícias, os noticiários e os programas temáticos sobre a problemática.

Assim, quando foi pedida a avaliação destes actores sociais relativamente ao trabalho que ambos desenvolvem no âmbito das alterações climáticas, todos avaliaram positivamente o desempenho do *Público*. Em relação ao *Correio da Manhã*, o caso muda de figura: sete dos onze entrevistados dizem não ler o jornal. Note-se que é um órgão de comunicação conotado com a imprensa popular, caracterizado pelos grandes títulos e notícias breves. Um dos entrevistados, apesar de referir que não é leitor frequente do título, atribui-lhe importância na comunicação das alterações climáticas, por atingir uma população alargada e uma faixa que provavelmente terá nos media a única forma de aceder a informação acerca das mudanças globais do clima.

Em relação à forma como os actores sociais se olham enquanto fontes noticiosas, o estudo permite concluir que os membros do projecto SIAM que foram entrevistados se consideram muito contactados para se pronunciarem em matérias ligadas às mudanças do clima. No entanto, quando a questão é a promoção de informação, quase todos os actores sociais admitem retracção em assumir o papel do contacto com os media na função de promotores de eventos/informação que visam ser notícia. Pode estar aqui associada uma certa conotação negativa sobre o acto de procurar os media para promoção de eventos ou dados, ligando-se essa actuação à ideia de pressões, ausência de rigor e de isenção. Apenas João Soveral, da CAP posicionou a entidade da qual faz parte como um grupo de pressão, movido por interesses. Todos os entrevistados se assumem como fontes de informação e colocam-se na posição de contactáveis, mas não se colocam da mesma forma enquanto promotores de informação junto dos media.

Um dos factores críticos nas relações jornalista-fonte de informação é o grau de fidelidade às declarações que as fontes de informação vêem nos textos jornalísticos. Os entrevistados deixam transparecer essa tensão. Admitem rever-se em quase todas as ocasiões em que são citados, embora alguns sejam mais críticos do que outros e exemplifiquem com episódios que consideram desagradáveis, situações em que não se reviram no resultado do tratamento que foi feito do seu discurso. Admitem tomar providências no sentido de minimizar as possibilidades de que algo seja publicado de forma que contrária ao que pretendem.

Os actores sociais reconhecem que as alterações climáticas passou a ser um tema com poder de penetração nos órgãos de comunicação. Eventos como as catástrofes naturais e fenómenos meteorológicos extremos exercem atracção sobre os media, segundo os entrevistados. O interesse cresce na medida em que esses eventos sejam graves do ponto de vista da ameaça sobre vidas humanas e bens. Quatro dos actores sociais assumem claramente esta posição.

Os actores sociais conseguem prefigurar o desafio comunicacional que a problemática das mudanças do clima suscita nos produtores e nos leitores das notícias. A transversalidade do tema desafia os padrões estabelecidos no jornalismo, quer os da produção da notícia, quer os da estruturação do próprio jornal em secções que serve para orientar a produção das notícias, mas também os leitores. Ora, um assunto como as alterações climáticas coloca questões ao nível do tratamento que pode dele ser feito. A dispersão que é necessário fazer, mercê da estrutura interna do jornal coloca em risco a comunicação eficiente da problemática. Quase todos os entrevistados consideram que o tratamento integrado da informação poderia evitar uma eventual dispersão dos assuntos e facilitar a sua leitura global e sistematizada. Mas os jornalistas mostram uma posição diversa dos actores sociais. Num dos raros pontos em que os jornalistas mostraram concordância total entre si, independentemente do órgão de informação a que pertencem, defenderam que a dispersão do tema por várias secções é benéfico para a comunicação do assunto, sobretudo porque permite que a problemática seja tratada sob perspectivas variadas, mas também porque a organização da estrutura do jornal e das redacções está orientada para a segmentação da informação por secções. É, porém de notar que, no caso das alterações climáticas, esta organização pode transformar-se num espartilho que segmenta o assunto e impede que seja comunicado de forma a formar um quadro de sentido abrangente para os leitores.

Os jornalistas são peças determinantes na construção das notícias e a generalidade dos actores sociais defende que deveriam ter preparação adequada ao tratamento de temas como as mudanças do clima mas não demonstram tê-la. A generalidade dos entrevistados salientou a impreparação dos jornalistas nesta área. Dois dos entrevistados atribuem a responsabilidade de formação aos jornalistas, outros dois defendem que deveriam ser os jornais a facultar essa formação aos seus profissionais. Todavia, os próprios jornalistas revelaram que a preparação específica para o tratamento em algumas áreas é importante, mas pode criar problemas de demasiada focalização, impedindo a perspetivação e o afastamento necessário relativamente ao discurso das fontes de informação e ao jargão que as fontes de algumas áreas utilizam. Portanto, actores sociais e jornalistas atribuem uma carga diferente à importância da formação específica

que devem ter, nomeadamente na área das alterações climáticas. Liga-se a esta a perspectiva dos jornalistas sobre a maior ou igual exigência dos assuntos relacionados com as alterações climáticas, relativamente a outras matérias. Os profissionais do *Público* mostraram-se convergentes na ideia de que as mudanças climáticas são um tema mais exigente do que outros no seu tratamento jornalístico, pela complexidade que lhes está associada, enquanto que o profissional do *Correio da Manhã* lhes atribui o mesmo nível de exigência que atribui à generalidade dos temas com os quais lida.

Jornalistas e fontes são pedras angulares das notícias. Poderá a relação jornalista-fonte influenciar o urdimento das notícias? Considera-se que uma parte da qualidade da informação que é veiculada para o público radica na forma como conseguem relacionar-se. De modo algo inesperado, à excepção de um, todos os entrevistados assumiram que é possível estabelecer uma relação de confiança com os jornalistas, ainda que esteja marcada por algumas tensões e constrangimentos. No mesmo sentido, os três jornalistas entrevistados concordaram que a qualidade da relação mantida entre jornalista e fonte de informação influencia o resultado final que é conseguido nas notícias, indo também ao encontro da opinião sustentada pelos actores sociais. Portanto, jornalistas e fontes de informação atribuem relevância à qualidade da relação que conseguem estabelecer, embora se saiba que nem sempre este contacto se faz sem constrangimentos.

Outros constrangimentos inerentes ao jornalismo, como o espaço e o tempo limitam a acção do jornalista, levando mesmo Clara Barata a admitir que esses constrangimentos induzem os jornalistas a praticar condutas que não observam por completo os preceitos do jornalismo, limitando sobretudo a quantidade de pontos de vista levados para as notícias.

As fontes de informação numa matéria de raiz científica e com um leque tão variado de saberes que convoca como as alterações climáticas levam a que os jornalistas recorram aos considerados especialistas. Esperam que estes actores sociais possam elucidar os leitores acerca do que está em causa numa matéria. Mas a escolha destes especialistas também coloca constrangimentos aos jornalistas: como avaliar a credibilidade? Cada jornalista revelou uma estratégia pessoal, mas todos reconheceram que a avaliação da credibilidade de um especialista coloca problemas que as estratégias que adoptam não permitem resolver totalmente. A habitual disponibilidade de um actor social para comunicar com os jornalistas é um dos primeiros passos para que seja escolhida, segundo Ricardo Garcia, que afirma que os jornalistas também devem estar alerta para o facto de haver cientistas que querem promover-se. Mas não reprova a atitude, por considerar que alarga a quantidade de fontes para contactar. Caberá ao jornalista a função de decidir quais são os actores sociais válidos e os que não devem surgir nas páginas dos jornais.

Além dos especialistas, no caso específico das alterações climáticas, a procura de fontes institucionais desde sempre foi uma marca geral do jornalismo. Estes actores sociais conquistaram o seu lugar no espaço público: as entidades políticas, na sequência das implicações que as tomadas de decisão dos seus agentes exercem sobre as vidas dos cidadãos, mas também pela acessibilidade aos meios de comunicação, alcançam por norma as páginas dos jornais, como aliás

foi notório na análise das notícias efectuada no Capítulo IV. Colocam, assim, no espaço público, as decisões, concepções e orientações oficiais acerca de um determinado assunto. Os jornalistas concordam sobre a relevância que os actores sociais ligados às entidades sociais alcançam nos meios de comunicação, precisamente por apresentarem os dados oficiais acerca de uma dada matéria e pela notoriedade que naturalmente possuem.

Com este trabalho espera-se ter aberto caminho para que outros estudos sejam efectuados, nomeadamente no campo da recepção das notícias sobre alterações climáticas. Como recebem os leitores estas notícias? De que forma percebem a realidade em causa? Decorre da leitura destas notícias alguma modificação dos hábitos e comportamentos, tendo em mente o combate às alterações climáticas? Que pistas podem lançar os leitores sobre as formas actuais e possibilidades futuras de tratamento das alterações antropogénicas do clima nos jornais? Efectivamente, os estudos acerca da recepção das notícias sobre alterações climáticas podem ser um aliado importante para a compreensão das vias pelas quais se poderia tornar mais efectiva a comunicação destes fenómenos, no sentido da alteração de modos de vida, dos hábitos de consumo, e da própria cidadania política, ou seja, da participação dos cidadãos nos processos de decisão política sobre esta matéria.

Bibliografia

- Abrahamson, D. (2006) 'The Problem With Sources, A Source of the Problem', *Journal of Magazine and New Media Research*, 9(1): 1-6
- Agência Portuguesa do Ambiente (2008) *REA 2007 Portugal Relatório do Estado do Ambiente*, Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente, pp.167-178
- Anderson, A. (1993) 'Source-media Relations: the Production of the Environmental Agenda' in Hansen, A. (ed.) (1993) *The Mass Media and Environmental Issues*, Leicester: Leicester University Press, pp. 51-68
- Antilla, L. (2005) 'Climate of Scepticism: US Newspaper Coverage of the Science of Climate Change' *Global Environmental Change* 15: 338-352
- APCT – Associação Portuguesa de Controlo de Tiragens
[http://site.apct.pt/analisesimples_00.aspx?publicacaosegmentoid=2&segselecionado=13,
acedido em 28/06/2008]
- Armitage, K. (2005) 'State of Denial: The United States and the Politics of Global Warming', *Globalizations*, 2(3):417-427
- Bela, F. (2007) 'Redução da actividade dos táxis divide associações', *Público*, 9 de Janeiro
- Boaventura, I. (2007) 'Redução de consumos na mira da Transtejo ', *Público*, 1 de Março
- Boeije, H. (2002) 'A Purposeful Approach to the Constant Comparative Method in the Analysis of Qualitative Interviews', *Quality & Quantity*, 36: 391-409
- Boykoff, M. & Boykoff, J. (2004) 'Balance as Bias: Global Warming and the US Prestige Press', *Global Environmental Change*, 14:125–136
- Boykoff, M. & Boykoff, J. (2007) 'Climate Change and Journalistic Norms: A Case-Study of US Mass-Media Coverage', *Geoforum*, doi:10.1016/j.geoforum.2007.01.008
- Cabecinhas, R., Lázaro, A. & Carvalho, A. (2006) 'Lay Representations on Climate Change', *Proceedings of IAMCR's 25th Conference*, Cairo: IAMCR, pp. 504-508
- Carvalho, A. (2000) 'Discourse Analysis and Media Texts: a Critical Reading of Analytical Tools', paper presented at the *International Conference on Logic and Methodology*, RC 33 meeting (International Sociology Association), Köln, 3-6 October
- Carvalho, A. (2002) 'Mudanças Climáticas, Organizações Ambientais e a Imprensa Britânica: uma Análise do poder de Perspectivação' in Miranda, J. B. e J. F. Silveira (org.) (2002) *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século*, actas do I Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Lisboa: Vega, pp. 750-762
- Carvalho, A. (2007) 'Ideological cultures and media discourses on scientific knowledge. Re-reading news on climate change', *Public Understanding of Science* 16 (2): 223-43
- Carvalho, A. & Cabecinhas, R. (2004) 'Comunicação da Ciência: Perspectivas e Desafios', *Comunicação e Sociedade* 6: 5-10

- Carvalho, A. *et al* (2005) 'Discursos e Representações Ambientais: Processos Comunicativos entre Actores Sociais, Media e Cidadãos', in *Actas do IV Congresso da SOPCOM (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação)*, pp. 1931-1940
- Carvalho, A. & Pereira, E. (2008) 'Communicating Climate Change in Portugal: A Critical Analysis of Journalism and Beyond' in Carvalho, A. (2008) *Communicating Climate Change: Discourses, Mediations and Perceptions* [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/climate_change, acedido em 02/05/2009]
- Corbett, J. & Durfee, J. (2004) 'Testing Public (Un)Certainty of Science: Media Representations of Global Warming', *Science Communication*, 26(2): 129-151
- Correio da Manhã*, sem autor (2007) 'Poluidores penalizados', *Correio da Manhã*, 25 de Janeiro
- Correio da Manhã/Lusa*, sem autor (2007) '50 medidas antipoluição para poupar carbono', *Correio da Manhã*, 8 de Fevereiro
- Cox, R. (2006) *Environmental Communication and the Public Sphere*, Thousand Oaks, CA: Sage
- Cozma, R. (2006) 'Source Diversity Increases Credibility of Risk Stories', *Newspaper Research Journal* 27(3): 8-21
- Cunha, I. (2007a) 'Durão Barroso recua no desmantelamento dos grandes grupos energéticos', *Público*, 9 de Janeiro
- Cunha, I. (2007b) 'União Europeia aceita novas metas para redução do CO₂', *Público*, 21 de Fevereiro
- Dunwoody, S. & Griffin, R.J. (1993) 'Journalistic strategies for reporting long-term environmental issues: case study of three Superfund sites' in Hansen, A. (ed.) (1993) *The mass media and environmental issues*, Leicester: Leicester University Press, pp. 22-50
- Elías, C. (2001) 'Periodismo Especializado en Medio Ambiente: El Caso Doñana como Paradigma de Manipulación Informativa', *Ámbitos*, 6:279-303
- Ericson, R., Baranek, P. & Chan, J. (1989) *Negotiating Control: A Study of News Sources*, Toronto: University of Toronto Press
- European Commission (2008) 'Attitudes of European Citizens Towards the Environment – Report', Special Eurobarometer 295/Wave 68.2 TNS Opinion & Social [http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_295_en.pdf, acedido em 28/05/2008]
- Fairclough, N. (1989) *Language and Power*, London: Longman
- Farrow, C. (2000) 'Communicating about Climate Change: an NGO View' in Smith, J. (ed.) (2000) *The Daily Globe: Environmental Change, the public and the media*, London:Earthscan, pp.189-197
- Feindt, P. & Oels, A. (2005) 'Does Discourse Matter? Discourse Analysis in Environmental Policy Making', *Journal of Environmental Policy & Planning*, 7(3):161-173
- Fernandes, A. (2007) 'Produtores querem que florestas entrem no mercado europeu de emissões', *Público*, 27 de Março
- Ferreira, P. (2007) 'Al Gore em Lisboa para uma conferência conveniente', *Público*, 5 de Fevereiro
- Fortner, R. *et al* (2000) 'Public Understanding of Climate Change: Certainty and Willingness to Act',

- Environmental Education Research*, 6(2): 127-141
- Fowler, R. *et al* (1979) *Language and control*, London: Routledge & Kegan Paul.
- Friedman, S. (1994) 'Environmental Journalism Education: A Growing Enterprise', Paper presented at *Scigroup Ferment '94: New Directions in Science and Environmental Communication Research*, AEJMC Annual Meeting, 11 de Agosto de 1994, Atlanta
- Gans, H. (1979) *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*, New York: Pantheon
- Garcia, R. (2007a) 'Portugal já tem mais de mil aerogeradores a produzir electricidade a partir do vento', *Público*, 29 de Janeiro
- Garcia, R. (2007b) 'Quarenta países apoiam criação de uma "organização mundial do ambiente"', *Público*, 4 de Fevereiro
- Garcia, R. (2007c) 'Gasolina cara, chuva e poucos fogos ajudam Portugal a limitar emissões em 2006', *Público*, 16 de Fevereiro
- Garcia, R. (2007d) 'Estados-membros já começam a falar na repartição dos esforços de redução de emissões', *Público*, 8 de Março
- Gee, D. (2000) 'Communicating Complexity and Uncertainty: a Challenge for the Media' in Smith, J. (ed.) (2000) *The Daily Globe: Environmental Change, the public and the media*, London:Earthscan, pp.208-222
- G., R. (2007) 'Portugal faltou à reunião do IPCC', *Público*, 3 de Fevereiro
- G., R., F.A. & F., L. (2007) 'DESTAQUE', *Público*, 25 de Janeiro
- Hagendijk, R. (2004) 'The Public Understanding of Science and Public Participation in Regulated Worlds', *Minerva*, 42:41-49
- Hansen, A. (ed.) (1993) *The Mass Media and Environmental Issues*, Leicester: Leicester University Press
- Heinrichs, H. & Peters, H. (s/d) 'Climate Change in the Public Sphere: How to Study "Glocal" Issues? An Analysis of Public Communication About (global) Climate Change and (Local) Coastal Protection', [http://www.fz-juelich.de/inb/inb-mut/projekte/pdf/tagungsband_rio.pdf, acedido em 29/06/2008]
- Hotz, R. (2002) 'The Difficulty of Finding Impartial Sources in Science', *Nieman Reports*, pp.6-7
- Intergovernmental Panel on Climate Change [http://www.whrc.org/policy/climate_change/index.htm, acedido em 26/10/2008]
- Kasemir, B. *et al.* (2000) 'Citizens' Perspectives on Climate Change and Energy Use', *Global Environmental Change*, 10:169-184
- Khandekar, M., Murty, T. & Chittibabu, P. 'The Global Warming Debate: A Review of the State of Science', *Pure Applied Geophysics*, 162:1557-1586
- Lacey, C & Longman, D. (1993) 'The Press and the Public Access to the Environment and Development Debate', *The Sociological Review*, 41(2):207-243
- Lacy, S. & Coulson, D. (2000) 'Comparative Space Study: Newspaper Source Use on the

- Environmental Beat', *Newspaper Research Journal*, 21(1):13-25
- Ladle, R., Jepson, P. & Whittaker, R. (2005) 'Scientists and the Media: the Struggle for Legitimacy in Climate Change and Conservation Science', *Interdisciplinary Science Reviews*, 30(3): 231-240
- Logan, R. (2001) 'Science Mass Communication: Its Conceptual History', *Science Communication*, 23(2): 135-163
- Lynch, S. & Peer, L. (2002) *Analysing Newspaper Content: A How-to Guide*, S/L: Readership Institute
- Machado, A. (2007) 'Reacções nacionais', *Público*, 3 de Fevereiro
- Marinho, S. (2000) 'O Valor da Confiança nas Relações entre Jornalistas e Fontes de Informação', *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste*, 14(1-2):351-356.
- Mason, J. (2006) 'Mixing Methods in a Qualitatively Driven Way', *Qualitative Research*, 6(1): 9-25.
- Mateus, B. (2007) 'Só seria ministro do Ambiente conforme a seriedade ambiental desse Governo', *Correio da Manhã*, 18 de Março
- May, M. & Pitts, R. (2000) 'Communicating the Science Behind Global Environmental Change Issues' in Smith, J. (ed.) (2000) *The Daily Globe: Environmental Change, the Public and the Media*, London:Earthscan, pp.15-25
- Mazur, A. (1998) 'Global Environmental Change in the News: 1987-90 vs. 1992-6', *International Sociology*, 13(4):457-472
- McComas, K. & Shanahan, M. (1999) 'Telling Stories About Climate Change: Measuring the Impact of Narratives on Issue Cycles', *Research Communication*, 26(1): 37-50
- Mendes, H. (2003) 'Visibilidade da ciência nos mass media: a tematização da ciência nos jornais Público, Correio da Manhã e Expresso (1990 e 1997)', in Gonçalves, M. E. (org.) (2003) *Os Portugueses e a Ciência*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 31-78
- Nicholson-Cole, S. (2005) 'Representing Climate Change Futures: a Critique on the Use of Images for visual Communication', *Computers, Environment and Urban Systems*, 29: 255-273
- Nolan, D. (2006) 'Media, Citizenship and Governmentality: Defining "The Public" of Public Service Broadcasting', *Social Semiotics*, 16(2): 225-242
- Oliveira, L. (2007) 'Parecia estar cheia de alcatrão', *Correio da Manhã*, 19 de Janeiro
- Pacheco, C. & Saramago, J. (2007) 'Um metro de praia desaparece por ano', *Correio da Manhã*, 24 de Fevereiro
- Palen, J. (1999) 'Objectivity as Independence: Creating the Society of Environmental Journalists 1989-1997', *Science Communication*, 21(2): 156-171
- Pendergraft, C. (1998) 'Human Dimensions of Climate Change: Cultural Theory and Collective Action', *Climatic Change*, 39: 643-66
- Pereira, A. (2007a) 'Táxis a gás natural', *Correio da Manhã*, 9 de Janeiro
- Pereira, A. (2007b) 'Reduzir emissões em 20%', *Correio da Manhã*, 21 de Fevereiro
- Pinto, M. (2000) Fontes jornalísticas: Contributos para o Mapeamento do Campo', *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste*, 14(1-2): 277-294

- Poortinga W., Pidgeon, N.F. & Lorenzoni, I. (2006) *Public Perceptions of Nuclear Power, Climate Change and Energy Options in Britain: Summary Findings of a Survey Conducted during October and November 2005. Technical Report, Understanding Risk Working Paper 06-02*, Norwich: Centre for Environmental Risk.
- Público/Lusa*, sem autor (2007) 'Adesão aos cinco minutos sem luz põe rede eléctrica em risco', *Público*, 1 de Fevereiro
- Público*, sem autor (2007a) 'Efluentes combatem alterações climáticas', *Público*, 19 de Janeiro
- Público*, sem autor (2007b) 'Primeiro-ministro leva alterações climáticas ao Parlamento', *Público*, 24 de Janeiro
- Público*, sem autor (2007c) 'Portugal continua sem aproveitar o sol', *Público*, 1 de Fevereiro
- Público*, sem autor (2007d) 'José Sócrates reúne-se hoje com Al Gore', *Público*, 5 de Fevereiro
- Público*, sem autor (2007e) 'Clima Uma explicação prática sobre o aumento do nível do mar', *Público*, 17 de Fevereiro
- Ramos, D. (2007a) 'Mar imparável nas praias da Caparica', *Correio da Manhã*, 23 de Janeiro
- Ramos, D. (2007b) 'Clima virado do avesso', *Correio da Manhã*, 24 de Janeiro
- Reed, R. (2001) '(Un-)professional Discourse: Journalists' and Scientists' Stories about Science in the Media', *Journalism*, 2(3):279-298
- Revez, I. (2007) 'Empreendimento de Vale de Lobo não desiste de construir uma ilha artificial para combater o desaparecimento da praia', *Público*, 3 de Fevereiro
- Reyes, R. (2003) 'En Torno al Debate sobre la Definición del Periodismo Ambiental', *Ámbitos*, 9-10:1-7
- Saramago, J. (2007a) 'Deplorável não revelar total de mortos por calor', *Correio da Manhã*, 7 de Janeiro
- Saramago, J. (2007b) 'Água ameaça Portugal', *Correio da Manhã*, 22 de Janeiro
- Saramago, J. (2007c) 'Escândalo atinge aquecimento global', *Correio da Manhã*, 03 de Fevereiro
- Semir, V. (2000) 'Scientific Journalism: Problems and Perspectives', *Internatl Micorbiol*, 3:125-128
- Silva, M. (2007) 'Efeito Al Gore', *Correio da Manhã*, 4 de Março
- Silvestre, L. (2007) 'Os dois gumes do nuclear', *Correio da Manhã*, 17 de Março
- Smith, J. (2000) 'Introduction' in Smith, J. (ed.) (2000) *The Daily Globe: Environmental Change, the public and the media*, London: Earthscan, pp.3-14
- Smith, J. (2005) 'Dangerous News: Media Decision Making about Climate Change Risk', *Risk Analysis*, 25(6): 1471-1482
- Smith, P. (2006) 'The Application of Critical Discourse Analysis in Environmental Dispute Resolution', *Ethics, Place and Environment*, 9(1):79-100
- Society of Environmental Journalists (2006) SEJ website [<http://www.sej.org/about/index1.htm>, acedido em 18/10/2006]
- Stamm, K., Clark, F. & Eblacas, P. (2000) 'Mass communication and public understanding of environmental problems: the case of global warming', *Public Understanding of Science*, 9: 219-237

- Tàbara, J.D. (2006) 'El Estudio de la Percepción Social del Medio Ambiente' in Anduzia, E. (org.) (2006) *Opinión pública y medio ambiente, Mongrafias de Educación Ambiental*, Barcelona: Graó, pp.43-69
- Talixa, J. (2007) 'O exemplo Secretário de Estado entrega carro para abate em centro licenciado', *Público*, 3 de Março
- Treise, D. & Weigold, M. (2002) 'Advancing Science Communication: A Survey of Science Communicators', *Science Communication*, 23(3): 310-322
- Tuchman, G. (1978) *Making News. A Study in the Construction of Reality*, New York: Free Press
- van der Sluijs, J. et al (1998) 'Anchoring Devices in Science for Policy: The Case of Consensus Around Climate Sensitivity', *Social Studies of Science*, 28(2): 291-323
- van Dijk, T. (1993) 'Principles of Critical Discourse Analysis', *Discourse and Society*, 4:249-283
- Veloso, C. (2007) 'Mar anda a jogar "ao gato e ao rato" com dunas da Caparica', *Público*, 5 de Janeiro
- Wahl-Jorgensen, K. (2006) 'Mediated Citizenship(s): An Introduction', *Social Semiotics*, 16(2):198-203
- Weigold, M. (2001) 'Communicating Science: A review of Literature', *Science Communication*, 23(2): 164-193
- Weingart, P., Engels, A. & Pansegrau, P. (2000) 'Risks of Communication: Discourses on Climate Change in Science, Politics, and the Mass Media', *Public Understanding Science*, 9:261-283
- Wilkins, L. & Patterson, P. (1990) 'Risky Business: Covering Slowonset Hazards as Rapidly Developing News', *Political Communication and Persuasion*, 7(1): 11-23
- Wilson, K. (2000) 'Drought, Debate, and Uncertainty: Measuring Reporters' Knowledge and Ignorance about Climate Change', *Public Understanding on Science*, 9:1-13

ANEXOS

ANEXOS

ANEXO 1 TOTALIDADE DOS ARTIGOS RECOLHIDOS NO PÚBLICO E NO CORREIO DA MANHÃ (JAN.07-MAR.07)	127
ANEXO 2 ARTIGOS SELECIONADOS DO PÚBLICO E DO CORREIO DA MANHÃ PARA ANÁLISE (JAN.07-MAR.07)	152
ANEXO 3 GUIÕES DAS ENTREVISTAS SEMI-DIRECTIVAS	160
1.ENTREVISTAS A ACTORES SOCIAIS	160
2.ENTREVISTAS A JORNALISTAS.....	163
ANEXO 4 LISTA DOS ACTORES SOCIAIS E DOS JORNALISTAS ENTREVISTADOS	167

Anexo 1 Totalidade dos artigos recolhidos no *Público* e no *Correio da Manhã* (Jan.07-Mar.07)

Jornal	Título	Data	Autor	Actores sociais mencionados	Actores sociais citados
Correio da Manhã	Fundo de carbono é novidade em Portugal	7. Jan. 2007	Ayala Monteiro	Banif Gestão de Activos, Banif Investimento, BES Investimento, Horácio Roque (presidente Banif), Fomentinvest; Banif Investimento; BES Investimento, Ecoprogresso, Climate Change Capital	Horácio Roque (presidente Banif)
Correio da Manhã	Deplorável não revelar total de mortos por calor	7. Jan. 2007	João Saramago	Filipe Duarte Santos (entrevistado); Organização Mundial de Saúde; Institutos de Meteorologia e Instituto da Água; Governo; Al Gore; Comissão Europeia	Filipe Duarte Santos (físico, professor catedrático, coordenador do SIAM)
Correio da Manhã	Táxis a gás natural	9. Jan. 2007	André Pereira	ANTRAL, Ana Paula Vitorino (seretária de Estado dos Transportes, Governo, Florêncio Almeida, presidente da ATRAL, Francisco Ferreira (Quercus), Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, Federação Portuguesa do Táxi, Carlos Ramos, presidente da Federação Portuguesa do Táxi; fonte do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa (EMEL); Câmara Municipal de Lisboa	Florêncio Almeida, presidente da ANTRAL, Francisco Ferreira (Quercus), Carlos Ramos, presidente da Federação Portuguesa do Táxi, fonte do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Correio da Manhã	Parecia estar cheia de alcatrão	19. Jan. 2007	Luís Oliveira, Leiria	Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres (CADRM); José Carlos Faria, porta-voz da CADRM; suinicultores, Nunes Correia, ministro do Ambiente, Governo	Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres (CADRM); José Carlos Faria, porta-voz da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres; Nunes Correia, ministro do Ambiente; Governo

Correio da Manhã	Kyrill mata e faz milhões em prejuízos	20. Jan. 2007	Sabrina Hassanali com agências/C.M.	Coordenador do Instituto de Meteorologia da Universidade de Berlim, Ulrich Cubasch; Instituto Nacional de Meteorologia; meteorologista Paula Leite	Coordenador do Instituto de Meteorologia da Universidade de Berlim, Ulrich Cubasch; Instituto Nacional de Meteorologia; meteorologista Paula Leite
Correio da Manhã	Água ameaça Portugal	22. Jan. 2007	João Saramago	Cientistas, Instituto Superior Técnico, Instituto da Água, autoridades, SIAM, CLIMAAT II (Clima e Meteorologia dos Arquipélagos Atlânticos), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), Comando Distrital de Operações de Socorro da Guarda; Virgílio do Rosário, antigo coordenador da Unidade de Malária do Instituto de Higiene e Medicina Tropical;	Cientistas, autoridades, SIAM; CLIMAAT II (Clima e Meteorologia dos Arquipélagos Atlânticos), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), Comando Distrital de Operações de Socorro da Guarda, Virgílio do Rosário, antigo coordenador da Unidade de Malária do Instituto de Higiene e Medicina Tropical
Correio da Manhã	Mar imparável nas praias da Caparica	23. Jan. 2007	Diana Ramos	INAG, Luís Moura, dono do Bar do Búzio; António Neves, presidente da Junta de Freguesia da Caparica; proprietários do bar Pé Nu; Fernando Sobral, dono do bar Albatroz; Filipe Duarte Santos, especialista em alterações climáticas; António Borges, presidente do INAG; Câmara e Assembleia Municipal de Almada; Luís Ribeiro, professor do Instituto Superior Técnico	Luís Moura, dono do Bar do Búzio; António Neves, presidente da Junta de Freguesia da Caparica; Fernando Sobral, dono do bar Albatroz; Filipe Duarte Santos, especialista em alterações climáticas; António Borges, presidente do INAG; Luís Ribeiro, professor do Instituto Superior Técnico
Correio da Manhã	Estado da Nação	23. Jan. 2007	Não tem	George W. Bush; Associated Press	George W. Bush; Associated Press

Correio da Manhã	Clima virado do avesso	24. Jan. 2007	Diana Ramos	primeiro-ministro, José Sócrates; Instituto de Meteorologia; SIAM (Alterações Climáticas em Portugal, Cenário, Impacto e Medidas de Adaptação), Filipe Duarte Santos, coordenador do estudo; Losa Esteves, o presidente da Junta de Freguesia das Marinhãs, Esposende; Câmara Municipal Esposende e do Parque Litoral Norte; presidente da Câmara de Esposende, João Cepa, Instituto da Água, Câmara de Almada, Assembleia Municipal e Junta da Caparica, presidente da Junta de Freguesia de Coimbrão, Leiria; Instituto de Meteorologia	Instituto de Meteorologia; Filipe Duarte Santos, coordenador do estudo; Losa Esteves, o presidente da Junta de Freguesia das Marinhãs, presidente da Câmara de Esposende, João Cepa, presidente da Junta de Freguesia de Coimbrão, Leiria
Correio da Manhã	Poluidores penalizados	25. Jan. 2007	Não tem	Governo; José Sócrates; secretário-geral da Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP), Hélder Pedro; o presidente da Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel (ANECRA), António Ferreira Nunes; Conselho de Ministros; Comissão Europeia	Governo; José Sócrates; secretário-geral da Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP), Hélder Pedro; o presidente da Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel (ANECRA), António Ferreira Nunes
Correio da Manhã	Terra ameaçada pelo aquecimento	25. Jan. 2007	A.P./F.J.G.	especialistas; George W. Bush	especialistas; George W. Bush
Correio da Manhã	Fim do 36º encontro	29. Jan. 2007	Não tem	líderes políticos e empresariais.	
Correio da Manhã	Neve regressa a Lisboa	29. Jan. 2007	João Saramago/Falcão-machado	meteorologista Isabel Soares; Instituto de Meteorologia	meteorologista Isabel Soares; Instituto de Meteorologia

Correio da Manhã	Alerta ambiental nomeia Al Gore para Nobel da Paz	02. Fev. 2007	Rui A. Chaves com Lusa	ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore; deputados noruegueses; governos, anteriores laureados e professores universitários; Muhammad Yunus, o 'banqueiro dos pobres'; ex-ministro do Ambiente e deputado conservador norueguês Boerge Brende; Heidi Sorensen; activista 'inuit' (esquimó) Sheila Watt-Cloutier; Bush	ex-ministro do Ambiente e deputado conservador norueguês Boerge Brende; Heidi Sorensen;
Correio da Manhã	Escândalo atinge aquecimento global	03. Fev. 2007	João Saramago	ONU; cientistas; Filipe Duarte Santos; Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas; <i>Nature</i> ; <i>The Guardian</i> ; American Enterprise Institute; Exxon Mobil; David Viner, da Universidade Britânica de Investigações Climáticas da Universidade de East Anglia; Ben Stewart, da organização ambientalista Greenpeace; cientista Tad Murthy; Achim Steiner, director executivo do Programa para o Ambiente da ONU; SIAM; Câmara de Lisboa; ambientalistas da Quercus; glaciólogo Anil Kul Karni	Cientistas; Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas; Filipe Duarte Santos; 'The Guardian'; David Viner, da Universidade Britânica de Investigações Climáticas da Universidade de East Anglia; Ben Stewart, da organização ambientalista Greenpeace; Achim Steiner, director executivo do Programa para o Ambiente da ONU; ambientalistas da Quercus; glaciólogo Anil Kul Karni
Correio da Manhã	Cientistas de acordo	03. Fev. 2007	Manuel Queiroz, Subdirector	Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas; cientistas	
Correio da Manhã	A caminho do desastre climático	04. Fev. 2007	Isabel Ramos	Al Gore; Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas – IPCC; professor de Física da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa Filipe Duarte Santos, coordenador do projecto SIAM; Organização Mundial de Saúde; Jorge Atouguia, professor de Infecçiology; Siam; especialistas; Toyota Prius; Lexus; Electrolux; BASF	Al Gore; Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas – IPCC; professor de Física da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa Filipe Duarte Santos, coordenador do projecto SIAM; Siam; especialistas; Electrolux

Correio da Manhã	Tamiflu sob protecção da GNR	05. Fev. 2007	André Pereira com S.R. / R.A.C.	Director-geral de Saúde, Francisco George; Direcção-Geral de Saúde e pelo Infarmed; biólogo Luís Costa, director da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves; Vítor Encarnação, biólogo do Instituto de Conservação da Natureza; veterinário João Raposo; Fernando Correia, dirigente da Socampestre; sindicalista Adriano Guedes; secretário de Estado das Comunidades, António Braga; As Notícias', João de Noronha; META; Bernard Matthews; Correia de Campos, ministro da Saúde; Medinfar; comissário europeu da Saúde, Markos Kyprianou	Director-geral de Saúde, Francisco George; biólogo Luís Costa, director da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves; Vítor Encarnação, biólogo do Instituto de Conservação da Natureza; veterinário João Raposo; Fernando Correia, dirigente da Socampestre; sindicalista Adriano Guedes; secretário de Estado das Comunidades, António Braga; As Notícias', João de Noronha; Correia de Campos, ministro da Saúde; comissário europeu da Saúde, Markos Kyprianou
Correio da Manhã	Migrações são mais reduzidas	07. Fev. 2007	Sofia Rato	Biólogo – coordenador da Central Nacional de Amilhagem do Instituto de Conservação da Natureza, Vítor Encarnação; Bernard Matthews; Luís Meneses de Almeida; Sky News; Direcção-Geral de Veterinária; 27 Estados membros da União Europeia	Biólogo – coordenador da Central Nacional de Amilhagem do Instituto de Conservação da Natureza, Vítor Encarnação; Luís Meneses de Almeida; Direcção-Geral de Veterinária;
Correio da Manhã	50 medidas antipoluição para poupar carbono	08. Fev. 2007	Lusa	Quercus; Comissão Europeia	Quercus; Comissão Europeia
Correio da Manhã	Políticos não antevêm dimensão da catástrofe	11. Fev. 2007	António Sérgio Azenha	Al Gore; Estado; Caixa Geral de Depósitos (CGD); Globe International; Ecogen; Eólicas de Portugal e director da SIIF Energies Portugal; EDF Energies Nouvelles	Al Gore
Correio da Manhã	Presidência portuguesa debate água e seca	12. Fev. 2007	Não tem	Ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia.	Ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia.
Correio da Manhã	Reduzir emissões em 20%	21. Fev. 2007	André Pereira	ministros do Ambiente europeus ; Comissão Europeia; Polónia e a Hungria; ministros; ministro alemão do Ambiente, Sigmar Gabriel; ministro do Ambiente, Nunes Correia	Polónia e a Hungria; ministros; Comissão Europeia; ministro alemão do Ambiente, Sigmar Gabriel; ministro do Ambiente, Nunes Correia

Correio da Manhã	Gasóleo mais caro	23. Fev. 2007	Ayala Monteiro com Lusa	Governo; Comissão Europeia; empresa de transportes internacionais Pires	Governo
Correio da Manhã	Um metro de praia desaparece por ano	24. Fev. 2007	Carla Pacheco / João Saramago	SIAM II; presidente do Instituto da Água (INAG), Orlando Borges; Luísa Pinho, investigadora da Universidade de Aveiro; Helder Spinola, presidente da organização ambientalista Quercus; ministro do Ambiente, Nunes Correia	Luísa Pinho, investigadora da Universidade de Aveiro; Orlando Borges, presidente do Instituto da Água (INAG), Helder Spinola, presidente da organização ambientalista Quercus; ministro do Ambiente, Nunes Correia
Correio da Manhã	Subsídios antiambiente devem acabar	1. Mar. 2007	Lusa	Um grupo de especialistas; Grupo de Alto Nível para a Competitividade, Energia e Ambiente	Um grupo de especialistas
Correio da Manhã	Efeito Al Gore	4. Mar. 2007	Maria Ramos Silva	Al Gore; Donna Brazile; antigo secretário de Estado do Ambiente Carlos Pimenta; Drudge Report; Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas; Hélder Spínola, presidente da Quercus; Current TV, Apple Inc, Google; Honda; o presidente da Virgin, Richard Branson	Donna Brazile; antigo secretário de Estado do Ambiente Carlos Pimenta; Drudge Report; Hélder Spínola, presidente da Quercus
Correio da Manhã	Sócrates rejeita opção nuclear	9. Mar. 2007	Lusa	Primeiro-ministro, José Sócrates; os chefes de Estado e de Governo da União Europeia	Primeiro-ministro, José Sócrates
Correio da Manhã	Barroso agradece apoio de Sócrates	10. Mar. 2007	Não tem	presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso; primeiro-ministro português, José Sócrates; Comissão Europeia; líderes europeus	presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso
Correio da Manhã	PS diz que momento não é de queixumes nem lamúrias	11. Mar. 2007	Ângela Duarte com Lusa	Socialistas; coordenador do Fórum Novas Fronteiras; José Sócrates; António Vitorino, coordenador do Fórum Novas Fronteiras; Governo; Luís Amado; Massimo D'Alema, ministro dos Estrangeiros italiano	Socialistas; António Vitorino, coordenador do Fórum Novas Fronteiras
Correio da Manhã	A ideia de parar o aquecimento global é uma fantasia	11. Mar. 2007	Francisco J. Gonçalves	Gray, professor na London School of Economics; Al Gore	Gray, professor na London School of Economics

Correio da Manhã	Cavaco promove energias limpas	12. Mar. 2007	Rui Arala Chaves	Presidente da República; Instituto Nacional de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (INEGI), Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP); Álvaro Rodrigues, professor e investigador; Al Gore; Comissão Europeia	Cavaco Silva; Álvaro Rodrigues, professor e investigador;
Correio da Manhã	No poupar está o ganho	14. Mar. 2007	Rui Arala Chaves com Lusa	Cavaco Silva; secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa; União Europeia; primeiro-ministro; ministro do Ambiente, Nunes Correia; chefes de Estado e de Governo da União Europeia ; Governo; Jerónimo de Sousa; João Rodrigues, administrador da IBEROL; presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML), Carmona Rodrigues; António Mexia, presidente da EDP; Direcção-Geral da Autoridade Marítima; Chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Melo Gomes; Comissão Europeia	Cavaco Silva; secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa; João Rodrigues, administrador da IBEROL; Chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Melo Gomes
Correio da Manhã	Os dois gumes do nuclear	17. Mar. 2007	Luís Silvestre	Alexander Litvinenko; John Le Carré; urologista Tomé Lopes; Patrick Monteiro de Barros; Governo; Pedro Sampaio Nunes; Francisco Ferreira; União Europeia; Jacques Chirac	Urologista Tomé Lopes; Pedro Sampaio Nunes; Patrick Monteiro de Barros; Francisco Ferreira; Jacques Chirac
Correio da Manhã	Só seria ministro do Ambiente conforme a seriedade ambiental desse Governo	18. Mar. 2007	Bruno Contreiras Mateus	Viriato Soromenho-Marques; Faculdade de Letras; Comissão Europeia; Programa Gulbenkian Ambiente; Durão Barroso; Carlo Rubbia, prémio Nobel da Física; ou o britânico Nicholas Stern, Blair; Cavaco Silva; José Sócrates; António Guterres, Durão Barroso; Santana Lopes; CIRVER; Secil	Viriato Soromenho-Marques
Correio da Manhã	Porcos deixam de poluir	21. Mar. 2007	José Carlos Eusébio	Suíniculturas; Governo; deputada socialista Jovita Ladeira; Estado;	Deputada socialista Jovita Ladeira
Correio da Manhã	Plantas para condições extremas	24. Mar. 2007	Não especificado	Engenheiros agrónomos alemães e norte-americanos	
Correio da Manhã	Urso polar agita Berlim	25. Mar. 2007	Sofia Rato	Thomas Dörfflein, tratador; activistas dos direitos dos animais; veterinários do Zoo; ministro do Ambiente, Sigmar Gabriel	activistas dos direitos dos animais; veterinários do Zoo; ministro do Ambiente, Sigmar Gabriel

Correio da Manhã	Portugal redige novo tratado	26. Mar. 2007	António Sérgio Azenha/J.F./A.D. com Lusa	José Sócrates; presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso; Angela Merkel, actual presidente da EU; Governo português; Parlamento Europeu; presidente da Polónia, Lech Kaczynski; líder do PCP; Manuel Monteiro; Mário Soares; secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Lobo Antunes; Cavaco Silva; ex-ministros dos Negócios Estrangeiros, ex-secretários de Estado da Integração Europeia, ex-chefes de negociações de adesão, ex-comissários europeus e ex-embaixadores na Representação Permanente; Waltz Guests; orquestra filarmónica de Berlim; Tony Blair	Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso; Angela Merkel, actual presidente da EU; presidente da Polónia, Lech Kaczynski; líder do PCP; José Sócrates; Manuel Monteiro; Mário Soares; secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Lobo Antunes; Cavaco Silva
Correio da Manhã	Corais mais resistentes	31. Mar. 2007	Não especificado	Universidade de Bar-Ilan	
Público	Prioridades da presidência alemã	02. Jan. 2007	Não especificado	União Europeia	
Público	Grandes expectativas em Washington	04. Jan. 2007	T. de S.	Gerhard Schroeder; Angela Merkel; George W. Bush; Tony Blair; Karen Donfried, directora do German Marshall Fund; <i>Associated Press</i>	Karen Donfried, directora do German Marshall Fund; Bush
Público	CIÊNCIAS	05. Jan. 2007	Não tem	Climatologista Neil Plummer	Climatologista Neil Plummer
Público	Mar anda a jogar "ao gato e ao rato" com dunas da Caparica	05. Jan. 2007	Cláudia Veloso	Instituto da Água (Inag); presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, António Neves; ministro do Ambiente; vereador responsável pela Protecção Civil na Câmara de Almada, Henrique Carreiras; Francisco Ferreira, da associação ambientalista Quercus; Joanaz de Melo, dirigente do GEOTA	Instituto da Água (Inag); presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, António Neves; ministro do Ambiente; vereador responsável pela Protecção Civil na Câmara de Almada, Henrique Carreiras; Francisco Ferreira, da associação ambientalista Quercus; Joanaz de Melo, dirigente do GEOTA

Público	O ano 2007 pode ser o mais quente de sempre, com a ajuda de El Niño, dizem os serviços meteorológicos britânicos	05. Jan. 2007	Clara Barata	Centro Hadley de Investigação das Alterações Climáticas do Met Office; Universidade de East Anglia; Phil Jones, director da Unidade de Investigação Climática da Universidade de East Anglia; Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas	Met Office; Phil Jones, director da Unidade de Investigação Climática da Universidade de East Anglia
Público	Rui Rio culpa comunicação social pelo enfraquecimento da democracia	07. Jan. 2007	Filomena Fontes	Rui Rio; Luc Ferry	Luc Ferry
Público	Incentivo ao abate de carros velhos será menos complicado em 2007	08. Jan. 2007	Ricardo Garcia	Conselho de Ministros; Direcção-Geral de Viação; Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo; Valorcar; afirma Hélder Pedro, secretário-geral da Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP)	Hélder Pedro, secretário-geral da Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP)
Público	A Europa foi à América	09. Jan. 2007	Teresa de Sousa	Angela Merkel; Bush; Peter Mendelson; Gunter Verheugen; Timothy Garton Ash, <i>Guardian</i>	Angela Merkel; Timothy Garton Ash, <i>Guardian</i>
Público	Redução da actividade dos táxis divide associações	09. Jan. 2007	Filipa Bela	Governo; associações de taxistas; ANTRAL; Federação Portuguesa de Táxis, presidente Carlos Ramos; Carlos Moura, da Quercus	associações de taxistas; ANTRAL; Federação Portuguesa de Táxis, presidente Carlos Ramos; Carlos Moura, da associação ambientalista Quercus
Público	Barroso confiante num acordo na OMC	09. Jan. 2007	Rita Siza	presidente da Comissão Europeia; Organização Mundial do Comércio (OMC); George W. Bush; Angela Merkel	George W. Bush; Durão Barroso
Público	Durão Barroso recua no desmantelamento dos grandes grupos energéticos	09. Jan. 2007	Isabel Arriaga e Cunha	Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia; EDF e GDF/Suez; E.On e RWE	
Público	Anel fechou-se mais de quarenta anos depois	09. Jan. 2007	Natália Faria	Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino; presidente da Estradas de Portugal (EP), António Laranjo,	Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino; presidente da Estradas de Portugal (EP), António Laranjo,

Público	Revolução europeia na energia	11. Jan. 2007	Isabel Arriaga e Cunha	Comissão Europeia; Durão Barroso	Comissão Europeia; Durão Barroso
Público	Reduzir emissões de CO2 em 20% até 2020	11. Jan. 2007	Ricardo Garcia	UE; Comissão Europeia	EU; Comissão Europeia
Público	CE assume papel activo na defesa do nuclear	11. Jan. 2007	L.F.	Comissão Europeia; Angela Merkel	Comissão Europeia; Angela Merkel
Público	A Terra	12. Jan. 2007	Joaquim Jorge		
Público	UE diz que aumento das temperaturas terá graves consequências	12. Jan. 2007	Lusa	Comissão Europeia; União Europeia (UE)	União Europeia (UE)
Público	Embalagens de carne revelam desempenho ambiental e social	12. Jan. 2007	Inês Boaventura	Herdade do Freixo do Meio, em Montemor-o-Novo; Instituto Superior Técnico; gerente da Herdade do Freixo do Meio, Alfredo Cunhal; empresa Sousa Cunhal	Gerente da Herdade do Freixo do Meio, Alfredo Cunhal,
Público	A praga do unilateralismo	13. Jan. 2007	Joschka Fischer		
Público	O MUNDO NÃO É UM INFANTÁRIO	14. Jan. 2007	Frei Bento Domingues, o.p.		
Público	Mercado do carbono	14. Jan. 2007	Não tem	Ecoprogresso	
Público	Uma oportunidade para a Europa	17. Jan. 2007	Luís Amado		
Público	Doenças tropicais podem voltar à Europa, diz especialista	18. Jan. 2007	Lusa	Virgílio Rosário, antigo coordenador da unidade de malária do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT); Eden – projecto da Comissão Europeia; Instituto Trópico em Munique	Virgílio do Rosário; Instituto Trópico em Munique
Público	Ajude a salvar os dez mamíferos mais estranhos da Terra	18. Jan. 2007	Teresa Firmino	Sociedade Zoológica de Londres; Imperial College; Universidade da Virgínia; Jonathan Baillie, da Sociedade Zoológica de Londres, <i>New Scientist</i> .	Sociedade Zoológica de Londres; Jonathan Baillie, da Sociedade Zoológica de Londres, citado pela revista; <i>BBC</i>
Público	Ambiente Cientistas e evangélicos unem esforços nos EUA	18. Jan. 2007	Não tem	Associação Nacional de Igrejas Evangélicas dos Estados Unidos; Nancy Pelosi; Eric Chivian, um laureado com o Nobel	Eric Chivian, um laureado com o Nobel;
Público	Efluentes combatem alterações climáticas	19. Jan. 2007	Não tem	Governo; suinicultores da bacia do Lis; Ministério da Agricultura	

Público	Há novas Espécies nas águas quentes do Atlântico	20. Jan. 2007	Alister Doyle, Reuters	Instituto de Investigação Marinha da Noruega; James Hurrell, do Centro Nacional de Investigação Atmosférica dos EUA; Jan Aure, do Instituto de Investigação Marinha da Noruega	James Hurrell, do Centro Nacional de Investigação Atmosférica dos EUA; Jan Aure, do Instituto de Investigação Marinha da Noruega
Público	Os Verdes querem Portugal no Tratado da Antárctica durante o Ano Polar Internacional	21. Jan. 2007	H.G	Partido ecologista "Os Verdes"; deputado Francisco Madeira Lopes	Deputado Francisco Madeira Lopes
Público	Forum de Davos atento ao clima e ao equilíbrio de poderes	21. Jan. 2007	Pereira Martins, Suíça	Fórum de davos	
Público	Primeiro-ministro leva alterações climáticas ao Parlamento	24. Jan. 2007	Não tem	Primeiro-ministro, José Sócrates; Governo	Primeiro-ministro, José Sócrates; Governo
Público	Sócrates, Bush e Marques Mendes	25. Jan. 2007	Não tem	José Sócrates; George W. Bush; Marques Mendes	Marques Mendes; José Sócrates
Público	Sócrates diz que proposta de Cravinho contra a corrupção é uma "asneira"	25. Jan. 2007	Ricardo Dias Felner	Primeiro-ministro	Primeiro-ministro
Público	DESTAQUE	25. Jan. 2007	R.G./A.F./L.F.	Governo; Conselho de Ministros	Governo
Público	Lula defende em Davos relançamento da ronda de Doha	25. Jan. 2007	Lusa	Presidente do Brasil; Angela Merkel; George W. Bush	Angela Merkel
Público	Consumidores podem trocar 300 mil lâmpadas e 30 mil frigoríficos num ano	28. Jan. 2007	Lurdes Ferreira	EDP, Endesa, Union Fenosa, Electricidade dos Açores, Electricidade da Madeira e o Instituto de Soldadura e Qualidade; ERSE-Entidade reguladora dos Serviços Energéticos	ERSE
Público	Biocombustíveis Concorrência entre o estômago e o tanque	29. Jan. 2007	Ana Fernandes	União Europeia; Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura; Instituto Superior de Agronomia; Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI). OCDE; Ministério da Agricultura	Ministério da Agricultura

Público	Para lá da esquerda e da direita, mas não da política	29. Jan. 2007	António Sérgio de Carvalho	Al Gore; senador republicano James Inhofe; senadora democrata Barbara Boxer; David Cameron; Blair; Stern; Livingstone, o mayor de Londres; Câmara de Lisboa	Al Gore; Blair; Stern; Livingstone, o mayor de Londres
Público	Portugal já tem mais de mil aerogeradores a produzir electricidade a partir do vento	29. Jan. 2007	Ricardo Garcia	Álvaro Rodrigues, do Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (Inegi); Governo; Quercus; primeiro-ministro, José Sócrates	Quercus; primeiro-ministro, José Sócrates;
Público	Glaciares de montanha estão a derreter-se de forma acelerada	30. Jan. 2007	Não tem	Agência das Nações Unidas; cientistas; Michael Zemp, investigador da agência sediada em Zurique; director do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Achim Steiner	cientistas; Michael Zemp, investigador da agência sediada em Zurique; director do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Achim Steiner
Público	CIÊNCIA Homem das Flores é de uma espécie diferente da nossa	30. Jan. 2007	Não especificado	Universidade do Algarve; do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas.	Universidade do Algarve
Público	Nasce fórum português pós-Quito	30. Jan. 2007	A.F.	União Europeia; Euronatura; Laboratório de Sistemas, Instrumentação e Modelação em Ciências e Tecnologias do Ambiente; Espaço do Laboratório Instituto D. Luiz; Fundação Calouste Gulbenkian; Fórum Português pós-Quito	
Público	Indonésia pode vir a perder duas mil ilhas até 2030	30. Jan. 2007	Não tem	Ministro do Ambiente indonésio, Rachmat Witoelar; Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC)	Ministro do Ambiente indonésio, Rachmat Witoelar
Público	Climatologista austríaco diz que as bizarras do clima não são novas	30. Jan. 2007	AP	Climatologista austríaco Klaus Fessler	Climatologista austríaco Klaus Fessler
Público	Alteração do clima coloca turismo no Algarve em risco	30. Jan. 2007	Idálio Revez	Universidade do Algarve; ONU; investigador da Universidade do Algarve, Nuno Loureiro,	Universidade do Algarve; investigador da universidade do algarve, Nuno Loureiro,
Público	Glaciares de montanha estão a derreter-se de forma acelerada	30. Jan. 2007	Não especificado	Nações Unidas; AFP; cientistas; Michael Zemp; director do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Achim Steiner	Nações Unidas; AFP; cientistas; Michael Zemp; director do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Achim Steiner

Público	Torre Eiffel vai amanhã ficar às escuras durante cinco minutos	31. Jan. 2007	A.S. com agências	Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas; Aliança para o Planeta; Câmara Municipal de Paris; cientistas; UNESCO; secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Monn; Nick Nuttall, porta-voz do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, AFP; especialistas	Aliança para o Planeta; Câmara Municipal de Paris; secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Monn; Nick Nuttall, porta-voz do Programa das Nações Unidas para o Ambiente; AFP; especialistas
Público	Bruxelas propõe regras para carburantes mais limpos	01. Fev. 2007	I.A.C., Bruxelas	Comissão Europeia; Parlamento Europeu; Stavros Dimas, comissário europeu do Ambiente; Angela Merkel	Comissão Europeia; Stavros Dimas, comissário europeu do Ambiente
Público	Fidel aparenta recuperação em novo vídeo na TV cubana	01. Fev. 2007	Dulce Furtado	Fidel Castro; jornal do Partido Comunista Cubano; <i>Reuters</i> ; <i>El País</i> ; Raúl Castro; analista da CIA Brian Latell	jornal do Partido Comunista Cubano; <i>Reuters</i> ; <i>El País</i> ; CIA Brian Latell
Público	Adesão aos cinco minutos sem luz põe rede eléctrica em risco	01. Fev. 2007	PÚBLICO/LUSA	Aliança para o Planeta; um responsável da Rede Eléctrica Nacional (REN); Amarante Santos, gestor de sistemas da REN; Hélder Spínola; Nações Unidas; o secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa; Fórum Português Pós-Quioto, Euronatura; Laboratório Associado Instituto D. Luiz	um responsável da Rede Eléctrica Nacional (REN); Amarante Santos, gestor de sistemas da REN; Hélder Spínola; o secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa;
Público	Portugal continua sem aproveitar o sol	01. Fev. 2007	Não tem	Quercus; Lusa	Quercus; Lusa
Público	Torre Eiffel apaga-se cinco minutos em nome do ambiente	02. Fev. 2007	Ricardo Garcia	Yves Contassot, vereador responsável pelo ambiente na mairie de Paris; WWF (Fundo Mundial para a Natureza)	Vereador responsável pelo ambiente na mairie de Paris; WWF (Fundo Mundial para a Natureza)
Público	Cascais distinguida como a melhor em mobilidade	02. Fev. 2007	lusa	Autarquia; comissão europeia para a mobilidade	comissão europeia para a mobilidade
Público	Comissário europeu da Energia critica indústria automobilística	02. Fev. 2007	R.G.	Comissário europeu da Energia, Andris Piebalgs	Comissário europeu da Energia, Andris Piebalgs

Público	DESTAQUE	02. Fev. 2007	Não tem	George W. Bush; porta-voz da Casa Branca, Tony Fratto; <i>AFP</i> ; comissário europeu do Ambiente, Stavros Dimas; Reuters; ministro britânico do Ambiente, David Miliband; ministro canadiano do Ambiente, John Baird; Rádio-Canadá	porta-voz da Casa Branca, Tony Fratto; <i>AFP</i> ; comissário europeu do Ambiente, Stavros Dimas; Reuters; ministro britânico do Ambiente, David Miliband; ministro canadiano do Ambiente, John Baird, <i>Rádio-Canadá</i>
Público	Portugal faltou à reunião do IPCC	03. Fev. 2007	R.G.	IPCC; cientistas e representantes governamentais de todo o mundo; ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia; Chirac	Ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia
Público	Cientistas e governos reforçam tese da culpa humana	03. Fev. 2007	Ricardo Garcia	Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas; presidente do IPCC, Rajendra Pachauri; Susan Salomon, investigadora; Kevin Trenberth, do Centro Nacional de Investigação Atmosférica, nos Estados Unidos; Paulo Artaxo, investigador da Universidade de São Paulo; Peter Lemke, do Instituto Alfred Wegener para a Investigação Polar e Marinha; secretário executivo da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, Yvo de Boer	Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas; o presidente do IPCC, Rajendra Pachauri; Susan Salomon, investigadora; Kevin Trenberth, do Centro Nacional de Investigação Atmosférica, nos Estados Unidos; Paulo Artaxo, investigador da Universidade de São Paulo; Peter Lemke, do Instituto Alfred Wegener para a Investigação Polar e Marinha; secretário executivo da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, Yvo de Boer
Público	Reacções nacionais	03. Fev. 2007	Ana Machado	Francisco Ferreira; Quercus; IPCC; SIAM; Ricardo Trigo	Francisco Ferreira; Quercus; Ricardo Trigo

Público	Empreendimento de Vale de Lobo não desiste de construir uma ilha artificial para combater o desaparecimento da praia	03. Fev. 2007	Idálio Revez	Presidente da Câmara Municipal de Faro, José Apolinário; Francisco Nunes Correia, holandês Sander van Gelder; Caixa Geral de Depósitos; Diogo Gaspar Ferreira; IPCC; vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR-Algarve), Valentina Calixto	Presidente da Câmara Municipal de Faro, José Apolinário; Diogo Gaspar Ferreira; vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR-Algarve), Valentina Calixto
Público	Espanha vive a pior seca dos últimos 40 anos	03. Fev. 2007	A.S.	Instituto da Água; José Maria Macias, presidente da Confederação Hidrográfica do Tejo; Governo espanhol; Rui Rodrigues, do Instituto da Água	Instituto da Água; José Maria Macias, presidente da confederação hidrográfica do Tejo; Governo espanhol; <i>Reuters</i> ; Rui Rodrigues, do Instituto da Água
Público	E assume papel activo na defesa do nuclear	03. Fev. 2007	Ana Fernandes	Não tem	Não tem
Público	Quarenta países apoiam criação de uma "organização mundial do ambiente"	04. Fev. 2007	Ricardo Garcia	Jacques Chirac; ONU; Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP); activista ambiental indiana Sunita Narain; ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia; Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas	activista ambiental indiana Sunita Narain; jacques Chirac; ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia
Público	LOCAL LISBOA	05. Fev. 2007	Não tem	Câmara de Lisboa; Al Gore	
Público	Bruxelas quer evitar novos encerramentos no sector automóvel	05. Fev. 2007	Isabel Arriaga e Cunha	Comissão Europeia; 27 comissários europeus; Guenter Verheugen, comissário europeu responsável pela indústria e empresas; Stavros Dimas, comissário europeu do ambiente; Associação das Empresas de Comércio e Reparação Automóvel; o presidente António Ferreira Nunes	Guenter Verheugen, comissário europeu responsável pela indústria e empresas; Associação das Empresas de Comércio e Reparação Automóvel; o presidente António Ferreira Nunes
Público	José Sócrates reúne-se hoje com Al Gore	05. Fev. 2007	Não tem	José Sócrates; Al Gore; Nunes Correia	

Público	Al Gore em Lisboa para uma conferência conveniente	05. Fev. 2007	Paulo Ferreira	Al Gore; Manuel Pinho, ministro da Economia; António Cunha Vaz; Carmona Rodrigues e António Prôa; Câmara de Lisboa; Maria da Graça Carvalho; Jorge Moreira da Silva, assessor de Cavaco Silva para os temas ambientais, Francisco Ferreira, presidente da Quercus, e Nuno Ribeiro da Silva, especialista em energia; António Costa, ministro de Estado e da Administração Interna, e Nunes Correia, do Ambiente	
Público	Faltou abertura	09. Fev. 2007	Ricardo Garcia	Al Gore	
Público	O AMBIENTE COMO ESPECTÁCULO	09. Fev. 2007	Paulo Ferreira	Al Gore; ministro da Economia, Manuel Pinho; presidente da Gulbenkian, Rui Vilar; ambientalista, Francisco Ferreira, da Quercus	Al Gore
Público	Um em cada dois cidadãos do mundo desaprova políticas dos EUA	11. Fev. 2007	Clara Barata	George W. Bush	
Público	No futuro	12. Fev. 2007	Ana Gerschenfeld	Science; cientistas britânicos	Science; cientistas britânicos
Público	Escrito na pedra	13. Fev. 2007	Ana Gerschenfeld		
Público	Blair e Merkel reafirmam necessidade de acordo rápido sobre alterações climáticas	14. Fev. 2007	Não tem	Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso primeiro-ministro britânico, Tony Blair, chanceler alemã, Angela Merkel; <i>Reuters</i> ; ONU; <i>AFP</i> ; presidente do Parlamento Europeu, o alemão Hans-Gert Poettering	Tony Blair, Angela Merkel; <i>Reuters</i> ; <i>AFP</i> ; da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso

Público	Bush está mais verde, mas até que ponto isso ajuda o Protocolo de Quioto?	16. Fev. 2007	Ricardo Garcia	Luís Filipe Lobo-Fernandes, professor de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Minho; George W.Bush; Nuno Lacasta, director do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente; John Topping, presidente do Climate Institute, uma organização não-governamental norte-americana; Gonçalo Cavalheiro, da empresa Ecoprogresso	Luís Filipe Lobo-Fernandes, professor de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Minho; Nuno Lacasta, director do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente; John Topping, presidente do Climate Institute, uma organização não-governamental norte-americana; Gonçalo Cavalheiro, da empresa Ecoprogresso
Público	Gasolina cara, chuva e poucos fogos ajudam Portugal a limitar emissões em 2006	16. Fev. 2007	Ricardo Garcia	Direcção-Geral de Geologia e Energia; Quercus; Francisco Ferreira, dirigente da Quercus.	Francisco Ferreira, dirigente da Quercus.
Público	Sobe e desce	16. Fev. 2007	J.V.M.	Ex-primeiro-ministro sueco Göran Persson	
Público	Deputados de vários países exigem decisão do G8 sobre regime pós-Quioto	16. Fev. 2007	Ricardo Garcia	Representantes da GLOBE; G8; senador Joe Lieberman; BBC on-line; Governo do Canadá	Representantes da GLOBE; senador Joe Lieberman; <i>BBC on-line</i> ; Governo do Canadá
Público	Clima Uma explicação prática sobre o aumento do nível do mar	17. Fev. 2007	Não tem	Quercus; Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC); SIAM; Francisco Ferreira, dirigente da Quercus	IPCC; Quercus; Francisco Ferreira, dirigente da Quercus
Público	Sobe e desce	17. Fev. 2007	Não tem	Al Gore	
Público	Lonely ARCO	18. Fev. 2007	Óscar Faria	Julian Rosefeldt; Jeff Daniels; Norman Foster, Pedro Calapez; Pedro Cabrita Reis	

Público	Clima divide ministros do Ambiente da UE	20. Fev. 2007	Ricardo Garcia	Comissão Europeia; Ministros do Ambiente dos 27 Estados-membros; União Europeia; Conselho de Ministros do Ambiente; <i>BBC online</i> ; David Miliband, do Reino Unido, Cristina Narbona, de Espanha, e Janez Podobnik, da Eslovénia; Greenpeace; Nações Unidas	Comissão Europeia; Conselho de Ministros do Ambiente; três ministros europeus do Ambiente; <i>BBC online</i> , David Miliband, do Reino Unido, Cristina Narbona, de Espanha, e Janez Podobnik, da Eslovénia; Greenpeace
Público	Relatório	20. Fev. 2007	Não tem	Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas; <i>Guardian</i>	Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas; <i>Guardian</i>
Público	Fátima Lopes abre desfiles da Semana de Paris	20. Fev. 2007	Joana Amaral Cardoso	Fátima Lopes	Fátima Lopes
Público	União Europeia aceita novas metas para redução do CO2	21. Fev. 2007	Isabel Arriaga e Cunha	Ministro do Ambiente de Portugal, Nunes Correia; União Europeia; Comissão Europeia; Durão Barroso, Sigmar Gabriel, ministro alemão do Ambiente; Stavros Dimas, comissário europeu responsável pelo Ambiente	Ministro do Ambiente de Portugal, Nunes Correia; Sigmar Gabriel, ministro alemão do Ambiente; Stavros Dimas, comissário europeu responsável pelo Ambiente
Público	Sobe e desce	21. Fev. 2007	J.V.M.	Ministros do Ambiente dos 27; Comissão Europeia; Durão Barroso; Conselho Europeu	Ministros do Ambiente dos 27
Público	Uma Verdade Inconveniente	22. Fev. 2007	Não tem	Al Gore; ICAM (Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia); Governo britânico; Nicholas Stern; Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas - da ONU;	ICAM (Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia); Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas - da ONU
Público	Metas do Governo podem facilitar aprovação de plano para emissões industriais de carbono	24. Fev. 2007	Ricardo Garcia	Comissão Europeia; presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso; Ministério do Ambiente; Governo	presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso; Ministério do Ambiente; Governo
Público	Hollywood em noite de reis, rainhas e uma torre de Babel	25. Fev. 2007	Jorge Mourinha		
Público	Esmoriz, Caparica: uma eterna falta de memória	25. Fev. 2007	José Manuel Fernandes	Etnógrafos Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano	Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano

Público	Se os gelos se derreterem mesmo, como ficará a Terra?	26. Fev. 2007	Clara Barata	Ministro da Ciência britânico, Malcom Wicks, Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Conselho Internacional para a Ciência, Secretário-geral da OMM, Michel Jarraud	Ministro da Ciência britânico, Malcom Wicks; o secretário-geral da OMM, Michel Jarraud
Público	Censo da Vida Marinha identifica mil espécies	26. Fev. 2007	Helena Gerales	Michael Stoddart, coordenador do Censo da Vida Marinha Antártica, na Austrália	Michael Stoddart, coordenador do Censo da Vida Marinha Antártica, na Austrália
Público	Fórmula 1 Honda corre com cores da Terra para promover o ambiente	27. Fev. 2007	H.D.S.	Honda; Rubens Barrichello e Jenson Button; Nick Fry, director técnico da escuderia nipónica	Honda; Nick Fry, director técnico da escuderia nipónica
Público	Transportes na Europa pioram desempenho ambiental	27. Fev. 2007	Ricardo Garcia	Agência Europeia do Ambiente	Agência Europeia do Ambiente
Público	Foi a noite mais política por ser humanista e tolerante	27. Fev. 2007	Público/Los Angeles Times	Gore	
Público	A recompensa	27. Fev. 2007	Jorge Mourinha	Davis Guggenheim; Al Gore; de Melissa Etheridge	
Público	Os trabalhos de Angela Merkel	28. Fev. 2007	Teresa de Sousa	Angela Merkel; Chirac; Sarkozy; Ségolène ; Massimo D'Alema	Angela Merkel; Massimo D'Alema
Público	Moscovo diz que entrada da russa Gazprom na Galp não seria de admirar	28. Fev. 2007	Ana Fernandes	Gazprom; Galp Energia; ministro da Economia português, Manuel Pinho; Serguei Narishkhin, vice-primeiro-ministro russo; Putin; Rússia	Serguei Narishkhin, vice-primeiro-ministro russo; ministro da Economia português, Manuel Pinho
Público	Está tudo alagado, há água por todo o lado. Há três semanas que é um inferno	28. Fev. 2007	Nuno Amaral,	José Zeballos; Governo de Evo Morales; ONU; Secretaria Federal de Defesa Civil	José Zeballos; ONU; Evo Morales

Público	As estrelas verdes	01. Mar. 2007	Não especificado	Robert Redford; organização não-governamental Sundance Preserve; Nações Unidas; canal televisivo Sundance; Leonardo DiCaprio; Brad Pitt; Sting; Fundação Rainforest; Harrison Ford Vice-presidente da organização Conservação Internacional; Dave Matthews Band; Al Gore; Pierce Brosnan; Cruz Verde Internacional; Cate Blanchett; Forest Guardians; Edward Norton; Daryl Hannah; Richard Branson, presidente do grupo Virgin; Alanis Morissette; Associação dos Media de Ambiente; KT Tunstall; Josh Hartnett, Orlando Bloom, Maroon 5; Jamie Oliver; Neil Young; Willie Nelson; Bar-enaked Ladies; Cameron Diaz, Charlize Theron, Carole King, Kirsten Dunst, Billy Joel, Tom Hanks, Will Ferrell, Julia Roberts, Ted Danson, Woody Harrelson, Alanis Morissette, David Duchovny, Patricia Arquette, Jackson Browne, Larry David, Danny DeVito e Bill Maher	
Público	Redução de consumos na mira da Transtejo	01. Mar. 2007	Inês Boaventura	Transtejo; João Pintassilgo; E-Value	Transtejo; João Pintassilgo
Público	O exemplo Secretário de Estado entrega carro para abate em centro licenciado	03. Mar. 2007	Jorge Talixa	Secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa; Valorcar; Ricardo Furtado, director-geral da Valorcar	Secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa; Ricardo Furtado, director-geral da Valorcar
Público	Ban Ki-moon Alerta contra o aquecimento global	03. Mar. 2007	Não especificado	Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, avisou que os estragos causados ao ecossistema da Terra vão levar décadas, ou talvez	secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, avisou que os estragos causados ao ecossistema da Terra vão levar décadas, ou talvez
Público	A morte dos desertos	05. Mar. 2007	Ana Gerschenfeld	Cientistas de Universidade de Bergen, na Noruega; revista online <i>Plos ONE</i> ; investigadores	Cientistas de Universidade de Bergen, na Noruega; revista online <i>Plos ONE</i> ; investigadores

Público	Bush quer uma OPEP para o etanol	05. Mar. 2007	Não especificado	George W. Bush; Hugo Chávez; Lula	George W. Bush; Lula
Público	Bush inicia ronda pelos biocombustíveis para combater influência de Chávez	05. Mar. 2007	Nuno Amaral	George W. Bush; Lula da Silva; Hugo Chávez	Bush
Público	O pecado, ida e volta	06. Mar. 2007	Rui Tavares	Helena Matos; Gabriel Malagrida; Al Gore	Helena Matos
Público	França e países de Leste exigem debate sobre energia nuclear na UE	06. Mar. 2007	Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas	União Europeia; ministros dos Negócios Estrangeiros dos Vinte e Sete; chefes de Estado ou de Governo; chefes de Estado ou de Governo; Luís Amado, ministro dos Negócios Estrangeiros	Luís Amado, ministro dos Negócios Estrangeiros
Público	Dois terços dos cidadãos europeus não querem mais energia nuclear	06. Mar. 2007	Lurdes Ferreira	Europeus; portugueses; União Europeia	Europeus; portugueses
Público	A UE e o aquecimento global Nuclear ameaça renováveis	08. Mar. 2007	Não especificado	Vinte e Sete	Vinte e Sete
Público	Europa quer assumir liderança do combate às alterações climáticas	08. Mar. 2007	Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas	União Europeia; Al Gore; NATO	Al Gore
Público	Estados-membros já começam a falar na repartição dos esforços de redução de emissões	08. Mar. 2007	Ricardo Garcia	Líderes europeus; Angela Merkel; Conselho Europeu do Ambiente; secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa; ex-ministra do Ambiente Elisa Ferreira; Helder Spínola, presidente da associação Quercus	Angela Merkel; ex-ministra do Ambiente Elisa Ferreira; secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa; Helder Spínola, presidente da associação Quercus
Público	A Europa tem de assumir uma atitude arrojada	08. Mar. 2007	Margaret Beckett (ministra britânica dos Negócios Estrangeiros)	Painel Intergovernamental da ONU sobre Alterações Climáticas; Conselho Europeu; EU; Nicholas Stern, ex-consultor principal do Banco Mundial	EU; Nicholas Stern, ex-consultor principal do Banco Mundial
Público	Erros de atribuição	08. Mar. 2007	Rui Tavares	Al Gore; Malagrida; Helena Matos; ambientalistas; ecologistas	Helena Matos
Público	Sócrates afasta a entrada do nuclear em Portugal	09. Mar. 2007	Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas	Conselho de Segurança da ONU; Tony Blair; ministra dos Negócios Estrangeiros, Margaret Beckett; Reuters; fonte oficial; primeiro-ministro José Sócrates afastou; UE; Jacques Chirac; Alfred Gusenbauer, primeiro-ministro austríaco	fonte oficial; Reuters; primeiro-ministro José Sócrates afastou; Jacques Chirac; Alfred Gusenbauer, primeiro-ministro austríaco

Público	Sócrates rejeita energia nuclear em Portugal	09. Mar. 2007	Não especificado	Primeiro-ministro José Sócrates	Primeiro-ministro José Sócrates
Público	Um acordo sobre energias renováveis volta a mobilizar a União Europeia	10. Mar. 2007	Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas	União Europeia; chefes de Estado ou de Governo dos Vinte e Sete; organizações ecologistas, como a Greenpeace; Durão Barroso, o presidente da Comissão Europeia; o primeiro-ministro, José Sócrates	União Europeia; chefes de Estado ou de Governo dos Vinte e Sete; organizações ecologistas, como a Greenpeace; Durão Barroso, o presidente da Comissão Europeia; o primeiro-ministro, José Sócrates
Público	A UE chegou a acordo para melhorar o ambiente	10. Mar. 2007	Não especificado	EU; Comissão Europeia	
Público	PETA quer que Al Gore deixe de comer carne	10. Mar. 2007		Al Gore; organização norte-americana de defesa dos direitos dos animais PETA	organização norte-americana de defesa dos direitos dos animais PETA
Público	"A lógica interna da globalização é minar o poder americano"	11. Mar. 2007	Teresa de Sousa	John Gray; <i>Guardian</i> ; <i>New York Review of Books</i> ; Bush; Hamas; Blair; Reagan e Thatcher	John Gray
Público	As verdadeiras histórias da Europa	11. Mar. 2007	Timothy Garton Ash	Timothy Garton Ash; União Europeia; Ernest Renan; presidente italiano, Giorgio Napolitano; presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso; Javier Solana; a chanceler Angela Merkel; NATO Organização para a Segurança e Cooperação na Europa; Conselho da Europa e do seu Tribunal Europeu dos Direitos Humanos; Tribunal Europeu de Justiça; Silvio Berlusconi; Henri Cartier-Bresson; Harold James; P.J. O'Rourke;	Timothy Garton Ash
Público	Produtores "domésticos" de energia solar vão receber pela venda de excedentes	14. Mar. 2007	Lurdes Ferreira	secretário de Estado adjunto da Indústria e Inovação, Castro Guerra; Inesc Porto, Ceeeta e Cogen;	pelo secretário de Estado adjunto da Indústria e Inovação, Castro Guerra
Público	Grã-Bretanha vai ter metas obrigatórias de redução das emissões de carbono	14. Mar. 2007	Ana Fernandes	Ministro do Ambiente britânico, David Miliband; <i>Reuters</i>	Ministro do Ambiente britânico, David Miliband

Público	Cavaco Silva defende auditorias nos edifícios públicos e barragens	14. Mar. 2007	Ricardo Garcia	Presidente da República, Cavaco Silva; presidente da EDP, António Mexia; Carlos Costa, presidente da organização ambientalista GEOTA	Presidente da República, Cavaco Silva; presidente da EDP, António Mexia-, Carlos Costa, presidente da organização ambientalista GEOTA
Público	O design glocal	14. Mar. 2007	Frederico Duarte	Alex Steffen; WorldChanging;	
Público	Há mais vida para além do You Tube	14-Mar-2007	Nuno Sá Lourenço	Hillary Clinton, Barack Obama e John Edwards; Searchviews Kate Zimmermann, especialista em optimização de motores de busca; Michael Bassik	Searchviews Kate Zimmermann, especialista em optimização de motores de busca; Michael Bassik; John Kerry
Público	Alemanha Velocidade limitada nas auto-estradas?	17. Mar. 2007	Não especificado	<i>Reuters</i> ; BMW, Mercedes e Porsche	<i>Reuters</i> ; BMW, Mercedes e Porsche
Público	Exagero no debate sobre o clima	18. Mar. 2007	Não especificado	Dois cientistas britânicos; Royal Meteorological Society; <i>BBC on line</i> ; Paul Hardaker e Chris Collier	Dois cientistas britânicos; <i>BBC on line</i> ; Paul Hardaker e Chris Collier
Público	John Ashton Só terei uma pensão razoável se a economia chinesa continuar a crescer	18. Mar. 2007	Ana Fernandes	Merkel; Tony Blair; Barroso; Comissão Europeia	
Público	Estratégia para energia pode não sair do papel	20. Mar. 2007	Lurdes Ferreira	conselheiro da Comissão Europeia para a energia, Peter Sutherland; Financial Times; Durão Barroso; actual presidente (chairman) da BP, Goldman Sachs	conselheiro da Comissão Europeia para a energia, Peter Sutherland; Financial Times; actual presidente (chairman) da BP Goldman Sachs
Público	Alguns dos maiores rios do planeta estão a secar	21. Mar. 2007	Não especificado	WWF	WWF
Público	Os rios do mundo estão a morrer devido à poluição, barragens e alterações climáticas	21. Mar. 2007	Ana Fernandes	WWF; Jamie Pittock, da WWF; David Tickner; <i>BBC online</i>	WWF; Jamie Pittock, da WWF; David Tickner; <i>BBC online</i>
Público	Europa: dos desafios às oportunidades	21. Mar. 2007	Horst Köhler	União Europeia; economista britânico Nicholas Stern; cientistas	economista britânico Nicholas Stern; cientistas

Público	Al Gore foi a Washington alertar para a febre do planeta	22. Mar. 2007	Clara Barata	Al Gore; George W. Bush; The New York Times; John Dingell, o democrata que preside à Comissão de Energia e Comércio; Joe Barton, republicano eleito pelo Texas; Frank Capra; James Stewart;	Al Gore; The New York Times; John Dingell, o democrata que preside à Comissão de Energia e Comércio; Joe Barton, republicano eleito pelo Texas
Público	Declaração do 50.º aniversário da assinatura dos Tratados de Roma	24. Mar. 2007	Não especificado	União Europeia	
Público	Seca na província chinesa de Sichuan está a afectar 5,5 milhões de pessoas	25. Mar. 2007	Clara Barata	BBC; Ministério dos Recursos Hídricos chinês; agência noticiosa oficial Xinhua; ministro dos Recursos Hídricos, Wang Shucheng; Malaysia Sun	BBC; Ministério dos Recursos Hídricos chinês;; agência noticiosa oficial Xinhua; ministro dos Recursos Hídricos, Wang Shucheng; Malaysia Sun
Público	O impulso globalizador (ou como encolher um planeta)	25. Mar. 2007	Miguel Gaspar	Historiador e membro do 'think tank' britânico <i>New Economics Foundation</i> , Alex MacGillivray; Marshall McLuhan,; Eric Hobsbawm	Historiador e membro do 'think tank' britânico <i>New Economics Foundation</i>
Público	Cavaco quer "novo fôlego"	26. Mar. 2007	Sofia Branco	Cavaco Silva	Cavaco Silva
Público	Produtores querem que florestas entrem no mercado europeu de emissões	27. Mar. 2007	Ana Fernandes	Conselho de Ministros do Ambiente; Comissão Europeia; Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Portucel, a E-Value e o Instituto Superior de Agronomia (ISA); João Soveral, da CAP; Júlia Seixas, da empresa E-Value; João Santos Pereira, do ISA; José Miguel Cardoso Pereira, do ISA	Conselho de Ministros do Ambiente; João Soveral, da CAP; Júlia Seixas, da empresa E-Value; João Santos Pereira, do ISA; José Miguel Cardoso Pereira, do ISA
Público	O aquecimento global vai criar zonas climáticas como nunca se viram na Terra	27. Mar. 2007	Clara Barata	Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas;; John Williams, da Universidade do Wisconsin; revista científica <i>Proceedings of the National Academy of Sciences</i> ;	Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas; John Williams, da Universidade do Wisconsin
Público	Sistema de vigilância português evitou maior mortalidade na canícula de 2003	27. Mar. 2007	Não especificado	Lusa; Paulo Nogueira, um investigador do Observatório Nacional de Saúde do Instituto Ricardo Jorge; Organização Mundial de Saúde (OMS)	Lusa; Paulo Nogueira, um investigador do Observatório Nacional de Saúde do Instituto Ricardo Jorge; Organização Mundial de Saúde (OMS)
Público	Adeus à tundra	27. Mar. 2007	Ana Gerschenfeld	Ryan Danby, da Universidade de Alberta	Ryan Danby, da Universidade de Alberta

Público	A Europa aos 50 anos: o sinal de partida	28. Mar. 2007	Hans-Gert Pöttering, Presidente do Parlamento Europeu	União Europeia	
Público	Um gigante que pode desfazer-se até 2030	29. Mar. 2007	Não especificado	Jorge Rabassa, um cientista argentino	Jorge Rabassa, um cientista argentino
Público	Segunda fase do metro do Porto só depois de meados de 2008	29. Mar. 2007	Diana Roque Ferreira	Secretária de Estado dos Transportes; Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP); Carris	Secretária de Estado dos Transportes
Público	Richard Rogers ganhou o Pritzker	30. Mar. 2007	Isabel Salema	arquitecto e urbanista britânico Richard Rogers; Renzo Piano; Tony Blair, mayor de Londres Ken Livingstone; Architectural Association; Su, Norman Foster e Wendy Cheesman; Team 4; Richard Rogers Partnership	arquitecto e urbanista britânico Richard Rogers
Público	Carris pretende aumentar a sua participação internacional no sector	31. Mar. 2007	Catarina Rebelo	Presidente do conselho de administração da Carris, Silva Rodrigues; secretário-geral da União Internacional de Transporte Público (UITP), Hans Rat; UITP; Centro Europeu das Empresas Participadas Públicas de Interesse Económico Geral;	presidente do conselho de administração da Carris, Silva Rodrigues; secretário-geral da União Internacional de Transporte Público (UITP), Hans Rat
Público	É o ADN que determina o futuro e não um potencial Deus	31. Mar. 2007	Teresa Firmino	James Watson; Bush, Sócrates, Cavaco Silva	James Watson

Anexo 2 Artigos seleccionados do *Público* e do *Correio da Manhã* para análise (Jan.07-Mar-07)

Jornal	Título	Data	Autor	Actores sociais mencionados	Actores sociais citados	Categoria
Correio da Manhã	Deplorável não revelar total de mortos por calor	7. Jan. 2007	João Saramago	Filipe Duarte Santos (entrevistado)	Filipe Duarte Santos (físico, professor catedrático, coordenador do SIAM)	Universidade/Investigação
Correio da Manhã	Táxis a gás natural	9. Jan. 2007	André Pereira	ANTRAL, Ana Paula Vitorino (seretária de Estado dos Transportes, Governo, Florêncio Almeida, presidente da ATRAL, Francisco Ferreira (Quercus), Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, Federação Portuguesa do Táxi, Carlos Ramos, presidente da Federação Portuguesa do Táxi; fonte do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa (EMEL); Câmara Municipal de Lisboa	Florêncio Almeida, presidente da ANTRAL, Francisco Ferreira (Quercus), Carlos Ramos, presidente da Federação Portuguesa do Táxi, fonte do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Governo central; Governo local; Associação profissional; Associação ambiental; Instituto Público
Correio da Manhã	Parecia estar cheia de alcatrão	19. Jan. 2007	Luís Oliveira, Leiria	Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres (CADRM); José Carlos Faria, porta-voz da CADRM; suinicultores, Nunes Correia, ministro do Ambiente, Governo	Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres (CADRM); José Carlos Faria, porta-voz da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres; Nunes Correia, ministro do Ambiente; Governo	Associação ambiental; Governo central ; Cidadãos

Correio da Manhã	Água ameaça Portugal	22. Jan. 2007	João Saramago	Cientistas, Instituto Superior Técnico, Instituto da Água, autoridades, SIAM, CLIMAAT II (Clima e Meteorologia dos Arquipélagos Atlânticos), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), Comando Distrital de Operações de Socorro da Guarda; Virgílio do Rosário, antigo coordenador da Unidade de Malária do Instituto de Higiene e Medicina Tropical;	Cientistas, autoridades, SIAM; CLIMAAT II (Clima e Meteorologia dos Arquipélagos Atlânticos), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), Comando Distrital de Operações de Socorro da Guarda, Virgílio do Rosário, antigo coordenador da Unidade de Malária do Instituto de Higiene e Medicina Tropical	Universidade/Investigação; Instituições internacionais; Outro
Correio da Manhã	Mar imparável nas praias da Caparica	23. Jan. 2007	Diana Ramos	INAG, Luís Moura, dono do Bar do Búzio; António Neves, presidente da Junta de Freguesia da Caparica; proprietários do bar Pé Nu; Fernando Sobral, dono do bar Albatroz; Filipe Duarte Santos; António Borges, presidente do INAG; Câmara e Assembleia Municipal de Almada; Luís Ribeiro, professor do Instituto Superior Técnico	Luís Moura, dono do Bar do Búzio; António Neves, presidente da Junta de Freguesia da Caparica; Fernando Sobral, dono do bar Albatroz; Filipe Duarte Santos; António Borges, presidente do INAG; Luís Ribeiro, professor do Instituto Superior Técnico	Instituto Público; Cidadãos; Governo local; Universidade/Investigação
Correio da Manhã	Clima virado do avesso	24. Jan. 2007	Diana Ramos	primeiro-ministro, José Sócrates; Instituto de Meteorologia; SIAM (Alterações Climáticas em Portugal, Cenário, Impacto e Medidas de Adaptação), Filipe Duarte Santos, coordenador do estudo; Losa Esteves, o presidente da Junta de Freguesia das Marinhas, Esposende; Câmara Municipal Esposende e do Parque Litoral Norte; presidente da Câmara de Esposende, João Cepa, Instituto da Água, Câmara de Almada, Assembleia Municipal e Junta da Caparica, presidente da Junta	Instituto de Meteorologia; Filipe Duarte Santos, coordenador do estudo; Losa Esteves, o presidente da Junta de Freguesia das Marinhas, presidente da Câmara de Esposende, João Cepa, presidente da Junta de Freguesia de Coimbrão, Leiria	Governo central; Instituto público; Universidade/Investigação; Governo local

				de Freguesia de Coimbrão, Leiria; Instituto de Meteorologia		
Correio da Manhã	Poluidores penalizados	25. Jan. 2007	Não tem	Governo; José Sócrates; secretário-geral da Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP), Hélder Pedro; o presidente da Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel (ANECRA), António Ferreira Nunes; Conselho de Ministros; Comissão Europeia	Governo; José Sócrates; secretário-geral da Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP), Hélder Pedro; o presidente da Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel (ANECRA), António Ferreira Nunes	Governo central; Associação profissional; Instituição Internacional
Correio da Manhã	Escândalo atinge aquecimento global	03. Fev. 2007	João Saramago	ONU; cientistas; Filipe Duarte Santos; Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas; <i>Nature</i> ; <i>The Guardian</i> ; American Enterprise Institute; Exxon Mobil; David Viner, da Universidade Britânica de Investigações Climáticas da Universidade de East Anglia; Ben Stewart, da organização ambientalista Greenpeace; cientista Tad Murthy; Achim Steiner, director executivo do Programa para o Ambiente da ONU; SIAM; Câmara de Lisboa; ambientalistas da Quercus; glaciólogo Anil Kul Karni	Cientistas; Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas; Filipe Duarte Santos; <i>The Guardian</i> ; David Viner, da Universidade Britânica de Investigações Climáticas da Universidade de East Anglia; Ben Stewart, da organização ambientalista Greenpeace; Achim Steiner, director executivo do Programa para o Ambiente da ONU; ambientalistas da Quercus; glaciólogo Anil Kul Karni	Universidade/Investigação; Associação ambiental; Outro; Instituições internacionais; Governo Local; Empresas

Correio da Manhã	A caminho do desastre climático	04. Fev. 2007	Isabel Ramos	Al Gore; Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas – IPCC; professor de Física da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa Filipe Duarte Santos, coordenador do projecto SIAM; Organização Mundial de Saúde; Jorge Atouguia, professor de Infecçiology; SIAM; especialistas; Toyota Prius; Lexus; Electrolux; BASF	Al Gore; Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas – IPCC; professor de Física da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa Filipe Duarte Santos, coordenador do projecto SIAM; SIAM; especialistas; Electrolux	Outro; Universidade/Investigação; Instituições internacionais; Empresas
Correio da Manhã	50 medidas antipoluição para poupar carbono	08. Fev. 2007	Lusa	Quercus; Comissão Europeia	Quercus; Comissão Europeia	Associação ambiental; Instituições europeias
Correio da Manhã	Reduzir emissões em 20%	21. Fev. 2007	André Pereira	Ministros do Ambiente europeus ; Comissão Europeia; Polónia e a Hungria; ministros; ministro alemão do Ambiente, Sigmar Gabriel; ministro do Ambiente, Nunes Correia	Polónia e a Hungria; ministros; Comissão Europeia; ministro alemão do Ambiente, Sigmar Gabriel; ministro do Ambiente, Nunes Correia	Instituições europeias; Governo central
Correio da Manhã	Um metro de praia desaparece por ano	24. Fev. 2007	Carla Pacheco / João Saramago	SIAM II; presidente do Instituto da Água (INAG), Orlando Borges; Luísa Pinho, investigadora da Universidade de Aveiro; Helder Spínola, presidente da organização ambientalista Quercus; ministro do Ambiente, Nunes Correia	Luísa Pinho, investigadora da Universidade de Aveiro; Orlando Borges, presidente do Instituto da Água (INAG), Helder Spínola, presidente da organização ambientalista Quercus; ministro do Ambiente, Nunes Correia	Universidade/Investigação; Instituto Público; Associação ambiental; Governo central
Correio da Manhã	Efeito Al Gore	4. Mar. 2007	Maria Ramos Silva	Al Gore; Donna Brazile; antigo secretário de Estado do Ambiente Carlos Pimenta; Drudge Report; Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas; Helder Spínola, presidente da Quercus; Current TV, Apple Inc, Google; Honda; o presidente da Virgin, Richard Branson	Donna Brazile; antigo secretário de Estado do Ambiente Carlos Pimenta; Drudge Report; Helder Spínola, presidente da Quercus	Outro; Instituições internacionais; Associação ambiental; Empresa

Correio da Manhã	Os dois gumes do nuclear	17. Mar. 2007	Luís Silvestre	Alexander Litvinenko; John Le Carré; urologista Tomé Lopes; Patrick Monteiro de Barros; Governo; Pedro Sampaio Nunes; Francisco Ferreira; Jacques Chirac; União Europeia; Jacques Chirac	Urologista Tomé Lopes; Pedro Sampaio Nunes; Patrick Monteiro de Barros; Francisco Ferreira; Jacques Chirac	Cidadãos; Outro; Empresa; Investidores; Associação ambiental; Instituições europeias
Correio da Manhã	Só seria ministro do Ambiente conforme a seriedade ambiental desse Governo	18. Mar. 2007	Bruno Contreiras Mateus	Viriato Soromenho-Marques; Faculdade de Letras; Comissão Europeia; Programa Gulbenkian Ambiente; Durão Barroso; Carlo Rubbia, prémio Nobel da Física; ou o britânico Nicholas Stern, Blair; Cavaco Silva; José Sócrates; António Guterres, Durão Barroso; Santana Lopes; CIRVER; Secil	Viriato Soromenho-Marques	Universidade/Investigação; Instituições Europeias; Governo central; Outro; Instituto Público; Empresa
Público	Mar anda a jogar "ao gato e ao rato" com dunas da Caparica	05. Jan. 2007	Cláudia Veloso	Instituto da Água (Inag); presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, António Neves; ministro do Ambiente; vereador responsável pela Protecção Civil na Câmara de Almada, Henrique Carreiras; Francisco Ferreira, da associação ambientalista Quercus; Joanaz de Melo, dirigente do GEOTA	Instituto da Água (Inag); presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, António Neves; ministro do Ambiente; vereador responsável pela Protecção Civil na Câmara de Almada, Henrique Carreiras; Francisco Ferreira, da associação ambientalista Quercus; Joanaz de Melo, dirigente do GEOTA	Instituto público; Governo local; Governo central; Associação Ambiental
Público	Redução da actividade dos táxis divide associações	09. Jan. 2007	Filipa Bela	Governo; associações de taxistas; ANTRAL; Federação Portuguesa de Táxis, presidente Carlos Ramos; Carlos Moura, da Quercus	Associações de taxistas; ANTRAL; Federação Portuguesa de Táxis, presidente Carlos Ramos; Carlos Moura, da associação ambientalista Quercus	Governo central; Associação profissional; Associação ambiental
Público	Durão Barroso recua no desmantelamento dos grandes grupos energéticos	09. Jan. 2007	Isabel Arriaga e Cunha	Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia; EDF e GDF/Suez; E.On e RWE		Instituições europeias; Empresa
Público	Efluentes combatem alterações climáticas	19. Jan. 2007	Não tem	Governo; suinicultores da bacia do Lis; Ministério da Agricultura		Governo central; Cidadãos
Público	Primeiro-ministro leva alterações climáticas ao Parlamento	24. Jan. 2007	Não tem	Primeiro-ministro, José Sócrates; Governo	Primeiro-ministro, José Sócrates; Governo	Governo central

Público	DESTAQUE	25. Jan. 2007	R.G./A.F./L.F.	Governo; Conselho de Ministros	Governo	Governo central
Público	Portugal já tem mais de mil aerogeradores a produzir electricidade a partir do vento	29. Jan. 2007	Ricardo Garcia	Álvaro Rodrigues, do Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (Inegi); Governo; Quercus; primeiro-ministro, José Sócrates	Quercus; primeiro-ministro, José Sócrates;	Instituto público; Governo central; Associação ambiental
Público	Adesão aos cinco minutos sem luz põe rede eléctrica em risco	01. Fev. 2007	PÚBLICO/LUSA	Aliança para o Planeta; um responsável da Rede Eléctrica Nacional (REN); Amarante Santos, gestor de sistemas da REN; Hélder Spínola; Nações Unidas; o secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa; Fórum Português Pós-Quito, Euronatura; Laboratório Associado Instituto D. Luiz	um responsável da Rede Eléctrica Nacional (REN); Amarante Santos, gestor de sistemas da REN; Hélder Spínola; o secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa;	Associação ambiental; Empresa; Instituições internacionais; Governo central; Outro; Instituto público; Universidade/Investigação
Público	Portugal continua sem aproveitar o sol	01. Fev. 2007	Não tem	Quercus; Lusa	Quercus; Lusa	Associação ambiental; Outro
Público	Portugal faltou à reunião do IPCC	03. Fev. 2007	R.G.	IPCC; cientistas e representantes governamentais de todo o mundo; ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia; Chirac	Ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia	Instituições internacionais; Governo central; Outro
Público	Reacções nacionais	03. Fev. 2007	Ana Machado	Francisco Ferreira; Quercus; IPCC; SIAM; Ricardo Trigo	Francisco Ferreira; Quercus; Ricardo Trigo	Associação ambiental; Instituições internacionais; Universidade/Investigação
Público	Empreendimento de Vale de Lobo não desiste de construir uma ilha artificial para combater o desaparecimento da praia	03. Fev. 2007	Idílio Revez	Presidente da Câmara Municipal de Faro, José Apolinário; Francisco Nunes Correia, holandês Sander van Gelder; Caixa Geral de Depósitos; Diogo Gaspar Ferreira; IPCC; vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR-Algarve), Valentina Calixto	Presidente da Câmara Municipal de Faro, José Apolinário; Diogo Gaspar Ferreira; vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR-Algarve), Valentina Calixto	Governo local; Governo central; Instituições internacionais; Empresa

Público	Quarenta países apoiam criação de uma "organização mundial do ambiente"	04. Fev. 2007	Ricardo Garcia	Jacques Chirac; ONU; Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP); activista ambiental indiana Sunita Narain; ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia; Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas	activista ambiental indiana Sunita Narain; Jacques Chirac; ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia	Outro; Instituições internacionais; Governo central
Público	José Sócrates reúne-se hoje com Al Gore	05. Fev. 2007	Não tem	José Sócrates; Al Gore; Nunes Correia		Governo central; Outro
Público	Al Gore em Lisboa para uma conferência conveniente	05. Fev. 2007	Paulo Ferreira	Al Gore; Manuel Pinho, ministro da Economia; António Cunha Vaz; Carmona Rodrigues e António Prôa; Câmara de Lisboa; Maria da Graça Carvalho; Jorge Moreira da Silva, assessor de Cavaco Silva para os temas ambientais, Francisco Ferreira, presidente da Quercus, e Nuno Ribeiro da Silva, especialista em energia; António Costa, ministro de Estado e da Administração Interna, e Nunes Correia, do Ambiente		Outro; Governo central; Governo local; Associação ambiental
Público	Gasolina cara, chuva e poucos fogos ajudam Portugal a limitar emissões em 2006	16. Fev. 2007	Ricardo Garcia	Direcção-Geral de Geologia e Energia; Quercus; Francisco Ferreira, dirigente da Quercus.	Francisco Ferreira, dirigente da Quercus.	Instituto público; Associação ambiental
Público	Clima Uma explicação prática sobre o aumento do nível do mar	17. Fev. 2007	Não tem	Quercus; Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC); SIAM; Francisco Ferreira, dirigente da Quercus	IPCC; Quercus; Francisco Ferreira, dirigente da Quercus	Associação ambiental; Instituições internacionais; Universidade/Investigação
Público	União Europeia aceita novas metas para redução do CO2	21. Fev. 2007	Isabel Arriaga e Cunha	Ministro do Ambiente de Portugal, Nunes Correia; União Europeia; Comissão Europeia; Durão Barroso, Sigmar Gabriel, ministro alemão do Ambiente; Stavros Dimas, comissário europeu responsável pelo Ambiente	Ministro do Ambiente de Portugal, Nunes Correia; Sigmar Gabriel, ministro alemão do Ambiente; Stavros Dimas, comissário europeu responsável pelo Ambiente	Governo central; Instituições europeias

Público	Redução de consumos na mira da Transtejo	01. Mar. 2007	Inês Boaventura	Transtejo; João Pintassilgo; E-Value	Transtejo; João Pintassilgo	Empresa
Público	O exemplo Secretário de Estado entrega carro para abate em centro licenciado	03. Mar. 2007	Jorge Talixa	Secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa; Valorcar; Ricardo Furtado, director-geral da Valorcar	Secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa; Ricardo Furtado, director-geral da Valorcar	Governo central; Empresa
Público	Estados-membros já começam a falar na repartição dos esforços de redução de emissões	08. Mar. 2007	Ricardo Garcia	Líderes europeus; Angela Merkel; Conselho Europeu do Ambiente; secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa; ex-ministra do Ambiente Elisa Ferreira; Helder Spínola, presidente da associação Quercus	Angela Merkel; ex-ministra do Ambiente Elisa Ferreira; secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa; Helder Spínola, presidente da associação Quercus	Instituições europeias; Outro; Governo central; Associação ambiental
Público	Produtores querem que florestas entrem no mercado europeu de emissões	27. Mar. 2007	Ana Fernandes	Conselho de Ministros do Ambiente; Comissão Europeia; Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Portucel, a E-Value e o Instituto Superior de Agronomia (ISA); João Soveral, da CAP; Júlia Seixas, da empresa E-Value; João Santos Pereira, do ISA; José Miguel Cardoso Pereira, do ISA	Conselho de Ministros do Ambiente; João Soveral, da CAP; Júlia Seixas, da empresa E-Value; João Santos Pereira, do ISA; José Miguel Cardoso Pereira, do ISA	Instituições europeias; Associação profissional; Empresa; Universidade/Investigação

Anexo 3 Guiões das entrevistas semi-directivas

1. Entrevistas a actores sociais¹

1. O que entende por alterações climáticas?
2. Integrou o projecto SIAM , nomeadamente na vertente de investigação sobre florestas e biodiversidade. Esta continua a ser a sua área de estudo? Que importância ganha no conjunto dos cenários estudados das alterações climáticas?
3. Fala-se da falta de forma recorrente de ordenamento da floresta portuguesa e da falta de estratégia nacional para a área florestal. O desafio das alterações climáticas vem agravar a situação? Que medidas têm sido adoptadas, estão previstas e quais seriam mais necessárias para fazer face ao problema? Aumento drástico do risco meteorológico de incêndio diminuição da produtividade florestal
4. Considera suficiente a divulgação que existe em relação ao trabalho do SIAM na área que estudou? Que aspectos não tiveram espaço nos jornais e que considera que seria importante, em sua opinião, noticiar?
5. De um modo geral, que importância atribui ao tratamento das questões das alterações climáticas na imprensa? Porquê?
6. A divulgação do tema pelos jornais pode torná-lo parte do debate público e marcar a agenda política?
7. É um tema que o interessa habitualmente quando surge na imprensa? Que vertente das alterações climáticas o interessa mais (energia, catástrofes associadas, legislação, reuniões e eventos sobre o assunto, impactes ambientais, biodiversidade, economia...)
8. Em que situações já foi, ou costuma ser, contactado para comentar/divulgar informação ligada ao tema das alterações climáticas? É (ou a entidade que representa) um promotor de informação sobre alterações climáticas? Que tipo de informação promove (ou promoveu)?
9. De que forma costuma fazê-lo: envio de comunicado para a redacção; telefonema para a redacção, contacta um jornalista em particular, agenda conferência de imprensa, organiza e divulga um evento, (...) ?

¹ Este guião foi aplicado ao Prof. João Santos Pereira – SIAM Florestas e Biodiversidade (6-dez-07). A base das entrevistas semi-directivas foi sempre a mesma, tendo sido ajustadas caso a caso as questões específicas sobre a actividade do actor social em causa e a entidade que representa.

10. E qual destas formas julga mais eficaz, segundo a sua experiência? Porquê?
11. Costuma rever-se, enquanto fonte, no trabalho final que é publicado acerca dos assuntos sobre os quais divulgou informação ou foi contactado para comentar?
12. Sente que a complexidade do tema exigiria formação específica dos jornalistas para lidar com o assunto de forma mais abrangente, nas suas mais diversas dimensões, ou não é um tratamento desse tipo que se exige aos jornais?
13. Que falhas e virtudes detecta na forma como são tratados os assuntos relacionados com as alterações climáticas nos jornais?
14. Existem dificuldades para conseguir falar sobre o tema junto dos órgãos de comunicação social? (Qual das vertentes das alterações climáticas julga mais susceptível de atrair os jornais: catástrofes, energia, empresas, poluição industrial, poluição automóvel, mobilidade...). Porquê?
15. Qual dos meios é mais difícil de interessar nestas matérias: tv, rádio ou imprensa?
16. Qual dos meios considera mais interessante enquanto veículo de informação sobre alterações climáticas. Porquê?
17. Enquanto leitor, mas também enquanto fonte de informação, julga que o tratamento mais integrado da informação sobre alterações climáticas poderia ser benéfico para a compreensão da sua real dimensão? (os jornais dispersam por diversas secções, consoante o enquadramento: Economia, Ambiente, Política,... sem darem a noção do conjunto)
18. Alterações climáticas são, por excelência um tema que surge de forma segmentada em diversas secções dos jornais (desde a Economia, à Política, ao Ambiente, passando pela Sociedade) este facto dificulta as relações entre os actores sociais e os jornalistas?
19. Que opinião tem sobre o trabalho dos jornais portugueses neste campo? Em particular, como analisa os jornais “Público” e “Correio da Manhã”?
20. Pensa que os leitores adquirem alguma informação/conhecimento acerca do fenómeno das alterações climáticas através dos jornais, em particular em relação ao sector a das florestas e biodiversidade?
21. É consumidor assíduo de informação? Quais são as suas preferências (meios e órgãos mais relevantes)?

22. Qual julga ser a melhor forma de interessar os jornais por informação acerca das mudanças globais do clima, sobretudo na área que representa?
23. Da experiência que possui, julga que é possível estabelecer uma relação de confiança fonte-jornalista?
24. Que factores influenciam positiva e negativamente a relação jornalista-fonte? Considera que existe algum constrangimento que condicione a relação fonte-jornalistas, sobretudo no que respeita a este assunto das alterações climáticas?
25. De que forma pode a qualidade da relação mantida entre fonte e jornalista influenciar a divulgação de informação para um determinado jornal/jornalista?
26. Existem alguns actores sociais que julga deverem ser trazidos para a discussão sobre alterações climáticas e que não costumam surgir nos jornais?
27. Que reportagem/notícia sobre alterações climáticas considera que ainda não foi feita pelos jornais portugueses e que seria importante fazer?
28. Portugal detém algumas especificidades que tornam o país de alguma maneira mais vulnerável às consequências das alterações climáticas em termos de florestas e de biodiversidade. Os fogos florestais são a principal ameaça, neste contexto?
29. O IPCC e Al Gore receberam o Prémio Nobel da Paz pelo trabalho desenvolvido em torno das alterações climáticas. Julga que o facto poderá contribuir para maior espaço dedicado à temática nos jornais e, consequentemente, junto dos cidadãos?
30. O aparecimento de notícias sobre alterações climáticas nos jornais portugueses remonta há cerca de três décadas. Como acha que tem evoluído a apresentação e a assiduidade do tema?
31. Há mais ou menos notícias? Focalizam outros assuntos ou centram-se em apenas algumas das vertentes das alterações climáticas? Houve algum momento-chave que marcasse a alteração da forma como os jornais falam de alterações climáticas?

Dados socio-demográficos:

Nome:

Idade:

Formação de base:

Outra formação:

Há quantos anos exerce as funções actuais?

2. Entrevistas a jornalistas

1. Qual é a perspectiva geral que tem sobre a temática das alterações climáticas?
2. Que imagens/conceitos lhe surgem quando pensa em alterações climáticas?
3. Que grau de importância atribui ao fenómeno, em comparação com outros problemas que ameaçam a vida das pessoas? Exemplos.
4. Pensa que o destaque que alcança nos meios de comunicação corresponde à relevância ou não que o tema em comparação com outras temáticas abordadas pelos jornais? Deveria ser maior ou menor esse destaque? Porquê?
5. Que importância é dada ao tema no órgão em que trabalha, quando colocado face a outras opções de publicação? Que características terá que ter uma notícia sobre alterações climáticas para prevalecer sobre outras?
6. As alterações climáticas surgem em secções muito distintas dos jornais. Ciência/Ambiente, Economia, Sociedade, Nacional (Política) ... Trata-se de diversas formas de dar o tema. Julga que poderia existir uma abordagem mais integrada do tema, com as diversas secções do jornal em contacto acerca das diferentes vertentes do problema, das suas causas e efeitos presentes e futuros? (... por ex. equacionar a questão das AC quando se dá uma notícia sobre novas estradas...)
7. A transversalidade e a complexidade da temática das alterações climáticas tornam-na mais exigente do que outros assuntos? São diversas as situações em que surge necessidade de abordar as alterações globais do clima, por exemplo, catástrofes naturais; energia; gestão dos recursos disponíveis; emissões industriais; transportes, sustentabilidade, business-as-usual...
8. De que forma e através de que meios adquire informação sobre a problemática das alterações globais do clima?
9. É leitor assíduo de publicações sobre Ciência/Ambiente? Quais?
10. Possui rotinas de pesquisa de informação sobre as matérias que poderão vir a ser notícia para si?
11. Que factores influenciam genericamente a selecção de uma fonte de informação?

12. Como é que um jornalista avalia a credibilidade de uma fonte de informação? Por exemplo, o que inspira confiança numa fonte de informação, em detrimento de outras, concretamente no que respeita às questões das mudanças globais do clima?
13. Confiança jornalista-fonte-jornalista: que papel tem na construção das notícias e no desempenho da profissão do jornalista?
14. De que forma é que os constrangimentos inerentes à profissão de jornalista se reflectem na selecção das fontes (factores como o tempo, o espaço, o equilíbrio entre as partes referidas pesam na hora de decidir quem contactar sobre alterações climáticas?
15. Qual é a importância da expectativa relativamente à relevância da informação veiculada por uma fonte? Imagine que há duas conferências de imprensa ou eventos de duas entidades marcados para a mesma hora, a opção é a de privilegiar a informação de uma fonte institucional ou a de uma ONG? Do Governo ou de um cientista? De um cientista ou de uma ONG?
16. Em temáticas como as alterações climáticas que relevância tem o especialista, enquanto fonte?
17. Importância ou não da especialização do jornalista para estabelecimento de relação de confiança com fontes: a criação de relações com as fontes pode levar a uma estereotipização das fontes de informação – escolher sempre as mesmas fontes porque existe uma facilidade de contacto entre jornalista e fontes
18. Que razões podem ser apontadas para que alguns actores sociais nunca venham a ser fontes em determinados temas em poderiam ser potencialmente partes a ter em conta enquanto ponto de vista para um problema? (Indústria automóvel, indústria, empresas do ramo energético – Galp, EDP, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações,...)
19. Importância das fontes institucionais para o jornalista. São mais credíveis do que as individuais ou tornam-se mais acessíveis do que outras possíveis fontes de informação?
20. A relação jornalista-fonte pode fazer-se em dois sentidos: quando a fonte contacta os jornalistas para lançar uma informação, ou quando o jornalista contacta a fonte para que esta se pronuncie sobre determinada informação. No caso das alterações climáticas, segundo a sua experiência, qual das situações é mais frequente?
21. As fontes são actores sociais interessados. Como lida o jornalista com este factor no dia-a-dia?
22. Que fontes seleccionaria para uma grande reportagem sobre alterações climáticas hoje? Justifique.

23. Que tipo de informação sobre alterações climáticas é inequivocamente motivo de notícia? Reuniões internacionais sobre o tema (IPCC); Catástrofes; Energia; Impostos sobre bens energéticos e circulação dos automóveis...
24. Que fonte teria uma legitimidade tal junto de um órgão de comunicação social que a informação por si veiculada sobre as mudanças globais do clima fosse alvo inequívoco de credibilidade?
25. Que grupos de interesses identifica ligados às alterações climáticas?
26. Quem fala sobre alterações climáticas em Portugal? Com que motivações? Existem actores sociais que são tradicionalmente menos contactáveis enquanto fontes de informação sobre alterações climáticas (quer dizer, há os que nunca falam e os que falam sempre)?
27. É mais fácil, mais difícil ou tem igual grau de dificuldade o tratamento deste tema em relação a outros temas? Porquê?
28. Da experiência profissional que possui, como avalia o interesse do público em relação à temática das alterações climáticas?
29. Em que medida é que a avaliação do interesse do público influencia a relevância ou não que é dada à problemática das alterações climáticas no meio de comunicação onde trabalha? E nos outros, pensa que é diferente?
30. Como analisa a evolução do tratamento de matérias sobre alterações climáticas ao longo dos anos, em Portugal? Identifica algum ponto de viragem? [apenas se houver tempo]

Dados socio-demográficos:

Nome:

Idade:

Formação de base:

Outra formação:

Há quantos anos exerce a profissão de jornalista?

Há quantos anos exerce profissão no presente órgão?

A que secção está ligado?

Anexo 4 Lista de actores sociais e jornalistas entrevistados

1. Actores sociais

Nome	Categoria	Entidade
Filipe Duarte Santos	Universidade/Investigação	SIAM – Climate Change in Portugal – Scenarios, Impacts and Adaptation Measures
Francisco Ferreira	Associação ambiental	Quercus
Humberto Rosa	Governo Central	Ministério do Ambiente
João Santos Pereira	Universidade/Investigação	SIAM – Climate Change in Portugal – Scenarios, Impacts and Adaptation Measures
João Soveral	Associação profissional	CAP – Confederação dos Agricultores Portugueses
Júlia Seixas	Empresa	E-Value
Paulo Calau	Instituto público	ADENE – Agência Nacional de Energia
Pedro Jorge Pereira	Associação ambiental	GAIA – Grupo de Acção e Intervenção Ambiental
Pedro Macedo	Universidade/Investigação	Cidades Sustentáveis
Ricardo Trigo	Universidade/Investigação	SIAM – Climate Change in Portugal – Scenarios, Impacts and Adaptation Measures
Viriato Soromenho-Marques	Instituições europeias	High Level Group on Energy and Climate Change – Comissão Europeia

2. Jornalistas

Clara Barata – *Público*

João Saramago – *Correio da Manhã*

Ricardo Garcia - *Público*